

ANEXOS 2

Pesquisas e outras produções dos Alunos – UFSCar

SUMÁRIO

	Pág
Anexo 2.1- Relações de gênero entre pescadores e pescadoras do Alto e Médio Rio São Francisco	.3
Anexo 2.2 As duas margens do rio: relações e processos identitários entre brancos e negros no Vale do Alto-Médio São Francisco	.63
Anexo 2.3 - Investigação sobre o manejo dos recursos pesqueiros e as formas de organização, cooperação e competição na atividade pesqueira em comunidades do Alto-Médio São Francisco, MG	.113
Anexo 2.4 - A Gestão Participativa e os Conflitos das Comunidades Pesqueiras Tradicionais com os Demais Usuários dos Recursos Naturais no Alto-Médio São Francisco – Minas Gerais	.155
Anexo 2.5- Comunidades Tradicionais, Órgãos Legisladores e Fiscalizadores da Pesca: Conflitos e Propostas na Gestão dos Recursos Pesqueiros do Alto-Médio São Francisco – Minas Gerais	.198
Anexo 2.6- Anotações sobre produção de imagem	.233
Anexo 2.7- Outras produções dos alunos	.236

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH
Departamento de Ciências Sociais

ANEXO 2.1

Pesquisa IDRC e UFSCar: **RELAÇÕES DE GÊNERO ENTRE PESCADORES E PESCADORAS DO ALTO E MÉDIO RIO** **SÃO FRANCISCO**

Este relatório é uma exigência parcial do Projeto “Rumo à Co-gestão da Pesca no Vale do Rio São Francisco”. Este trabalho contou com a orientação da Profa. Dra. Maria Inês Rauter Mancuso e co-orientação da Profa. Dra. Ana Paula Glinfskoi Thé.

ANA CAROLINA BICHOFFE RA:236004

SÃO CARLOS
DEZEMBRO/2005

Sumário

<i>Introdução.....</i>	<i>6</i>
<i>Estrutura do Relatório.....</i>	<i>8</i>
1-Questões de metodologia e campo	10
AS ENTREVISTAS	12
2. O retrato do grupo	15
O contexto das localidades	18
3. Relações de gênero – porque esta escolha?	24
Espaços: Rio - Casa	26
4. Conjugalidades – Transformação da família?	29
O que a teoria nos diz	30
5. A pesca	33
A pesca – Na voz das mulheres	34
A pesca - Na voz dos homens	36
O estigma da profissão	38
Trabalhos e mais trabalho... ..	39
6. Quanto às filhas e filhos.....	41
7. O que é esperado para o futuro?	44
Mulheres.....	44
Homens	45
8. Uma nova ordem.....	46
Alternativas	50
Proposta de desenvolvimento: Junção de Capital Social e Gênero	53
Conclusões	56
Bibliografia	59

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Distribuição dos indivíduos entrevistados segundo gênero e localidades, 2005.....	13
Tabela 2 – Distribuição dos indivíduos entrevistados por gênero e atividade exercida no período das entrevistas, segundo localidades, 2005.....	16
Tabela 3 - Distribuição dos indivíduos segundo gênero e município, 2004.....	18
Tabela 4 - Distribuição percentual de homens com 15 e mais de idade, por atividade, segundo município, 2004.....	19
Tabela 5 - Distribuição percentual de mulheres com 15 e mais de idade, por atividade, segundo município, 2004.....	19
Tabela 6 - Distribuição percentual de mulheres com 15 e mais de idade, por condição de atividade, segundo o município, 2004.....	22
Tabela 7 - Distribuição percentual de homens com 15 e mais de idade, por condição de atividade, segundo o município, 2004.....	22

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição percentual dos indivíduos entrevistados por religião, segundo localidades, 2005.....	16
--	----

Introdução

Este trabalho integra uma das propostas do Projeto *Rumo à Co-Gestão da Pesca no Vale do Rio São Francisco*. O objetivo desse projeto é a troca de experiências da Amazônia com o Vale do São Francisco, a fim de preparar as comunidades para atuarem na gestão participativa da pesca. Justamente por acreditar que a participação da sociedade somente se efetivará no momento que esta se encontrar plenamente organizada e legitimamente representada nas instâncias de tomadas de decisões, através de suas organizações, uma das diretrizes básicas traçadas, para implementar e consolidar esse processo, foi fortalecer as estruturas organizacionais dos diversos agentes envolvidos a fim de gerar integração e garantir a ocorrência de diálogos formais e legítimos que de fato representem os respectivos interesses.

Uma das preocupações do projeto *Rumo*, como um todo, foi ter conhecimento das características sociais econômicas e culturais da região. Para suprir essa necessidade foi realizado, em fevereiro e março de 2004, o Censo Estatístico Domiciliar. No Censo foi apontada uma das grandes preocupações do projeto: manter sempre presente as perspectivas de gênero e raça em todas as suas atividades. Dessa necessidade e preocupação, no ano de 2005, tiveram início alguns estudos mais aprofundados. Essa foi a origem do trabalho *Relações de Gênero no Alto e Médio Rio São Francisco*.

Gênero é hoje tema constante e obrigatório na discussão dos dilemas atuais da sociedade brasileira. Frente a essa necessidade, o foco deste trabalho são as relações sociais de gênero em grupos familiares residentes na região do Alto e Médio Rio São Francisco, que têm na pesca artesanal a fonte de subsistência. O tema, portanto, articula relações de gênero a recursos naturais e a trabalho. A inserção da família como um dos matizes deste estudo, sem dúvida ocorreu por ser ela uma das instituições importantes no processo de socialização e, portanto, de formação de disposições e atitudes em direção ao meio em que se vive.

É, no espaço doméstico o local primeiro nas quais que se realizam as atribuições de identidades masculina e feminina. Em famílias trabalhadoras, essa atribuição parte de um padrão ideal de família que pressupõe ao homem a incorporação da idéia de autoridade, do provedor responsável por todos os membros da família, e também a

função de elo mediador da família com o mundo externo e, à mulher, a incorporação da responsabilidade pela unidade do grupo familiar e a identificação com a casa, com a ordem. Essa relação das identidades coloca a mulher numa situação de complementação, mas que não deixa de ser também subordinação ao homem, constituindo uma ordem estruturada no núcleo familiar e que só faz contribuir para a desigualdade entre gêneros.

Espera-se com este estudo contribuir para a desconstrução de dispositivos que dão sentido às relações sociais assimétricas entre gêneros e que porventura fomentem um processo de desenvolvimento regional calcado em desigualdades.

Em seguida, abrir espaço para que o trabalho e a voz das mulheres, de modo geral, sejam reconhecidos e valorizados para a continuidade do ideal de comunidade, que está pautado na idéia do cooperativismo, admitindo a possibilidade de que os indivíduos possam controlar suas vidas, criar habilidades para a realização de determinadas atividades e também definam suas próprias programações e previsões. Numa palavra, conferir uma maior participação às mulheres, tendo em vista o conceito de empoderamento, que está diretamente ligado as mudanças das relações de poder e na possibilidade de conferir aos indivíduos uma atuação consistente na esfera pública.

Empoderamento adquire o significado da possibilidade de admitir que os indivíduos possam controlar suas vidas, criem habilidades para a realização de determinadas atividades e também definam suas próprias programações e previsões. A implicação do conceito de empoderamento está diretamente ligada as mudanças das relações de poder, na possibilidade de conferir aos indivíduos uma atuação consistente na esfera pública.

Vale lembrar que o Projeto *Rumo à Co-Gestão* articula-se com o projeto *Pesca Continental do Brasil: Meios de Vida e Conservação Sustentável*, desenvolvido por meio de parceria entre Brasil e Canadá e conta com o aporte financeiro de IDRC – International Development Research Centre e CIDA – Canadian International Development Agency . Pelo lado brasileiro o projeto é coordenado pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar e conta com o apoio da Ong. I.A.R.A – Instituto Amazônico de Manejo Sustentável.

O apoio concedido pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEx/UFSCar) foi de fundamental importância para a realização deste trabalho, justamente por acreditar que os projetos e pesquisas são ricos mecanismos de aprendizagem para a formação acadêmica e cidadã dos alunos.

Estrutura do Relatório

A partir da proposta exposta de analisar as relações sociais de gênero nas localidades que fazem parte do Projeto *Rumo à Co-gestão da Pesca no Alto e Médio Rio São Francisco*, no ano de 2005, com enfoque especial no desenvolvimento de tais relações frente à esfera do trabalho (tanto produtivo quanto reprodutivo), o produto final é um relatório no qual estão registrados aspectos da vida das famílias que têm na pesca artesanal a principal fonte de subsistência. Os resultados da pesquisa estão distribuídos em oito segmentos, além da Introdução e Considerações Finais.

Inicialmente são apresentadas considerações sobre o processo de pesquisa, no qual são relatados os aspectos metodológicos do trabalho, bem como as principais dificuldades. Em seguida, caracterizam-se o grupo entrevistado e a região de estudo. Em um terceiro momento, deteve-se na noção tão cotidiana e tão recente de gênero, distanciando-se dela, contornando sua evidência familiar, analisando o contexto teórico e prático ao qual ela é associada. A proposta é trabalhar com a desnaturalização das identidades atribuídas aos homens e as mulheres, diferenciando o sexo, dimensão biológica dos seres humanos da categoria gênero – uma escolha cultural, arbitrária, social e historicamente construída. No quarto segmento são abordados os temas relativos à família, analisados enquanto questões de primeira ordem para manutenção das conjunturas sociais da região. São expostas também algumas considerações sobre tal conceito que contribuí no entendimento da temática estudada. A quinta parte destina-se a propor uma descrição e análise da inserção dos indivíduos nas esferas do trabalho, verificando-se as diferenças, quanto a gênero, no exercício dessas atividades. A compreensão da situação feminina e masculina nos meios domésticos e de trabalho produtivo e a assimetria de gênero nesses meios foram os principais pontos tratados. O sexto e sétimo tópico tratam, respectivamente, das expectativas de futuro, desejos e esperanças para os filhos bem como para si próprios. Finalmente, na última parte é exposta uma proposta de desenvolvimento, por meio de um entrelaçamento entre gênero e capital social. A sugestão tem como objetivo colaborar para uma remodelagem das

relações de gênero, numa ordem social total, sustentada por um modelo de desenvolvimento igualitário, acionado por exemplo, pela ajuda mútua e lealdade. É de fundamental importância destacar que tal proposta parte dos trabalhos das pesquisadoras Maria das Graças Rua e Mirian Abramovay (2000) sobre as relações de gênero nos assentamentos rurais brasileiros. É essencial frisar que as contribuições dos pescadores, pescadoras, mães e esposas, por meio de depoimentos, foram de fundamental importância para toda a estruturação do trabalho.

1. Questões de metodologia e campo

Com vistas de atingir os propósitos estabelecidos, optou-se por adotar uma metodologia baseada na articulação de técnicas quantitativas e qualitativas. Entre as técnicas quantitativas foi utilizado o banco de dados criado à partir do Censo Estatístico Domiciliar para a caracterização socioeconômica e cultural e também para a seleção de famílias a serem entrevistadas. As técnicas qualitativas utilizadas foram entrevistas no formato de história de vida, a partir da história oral e entrevistas semi-estruturadas.

Realizado em fevereiro e março de 2004, o Censo Estatístico Domiciliar foi uma das atividades do Projeto *Rumo*. Ele estabeleceu, como população de interesse, o conjunto de famílias de pescadores e pescadoras do Alto e Médio Rio São Francisco, associados das colônias Z-5 e Z-1, sediadas nas cidades de Três Marias e Pirapora respectivamente. Com o auxílio das secretarias das respectivas colônias foram levantados os endereços de todos os pescadores e pescadores profissionais (por meio de suas fichas). As residências desses pescadores distribuíam-se em cinco localidades: Pirapora e Três Marias¹, as duas maiores cidades ribeirinhas da região e sedes das respectivas Colônias; Bairro Beira Rio pertencente ao município de São Gonçalo do Abaeté, porém distante da cidade, e situado muito mais próximo da cidade de Três Marias, pois apenas o rio separa esta cidade do Bairro; Barra do Guaicuí distrito do município de Várzea da Palma; e o município de Ibiaí².

Em seguida, um grupo de entrevistadores, formado por alunos e professores da UFSCar e membros das próprias localidades, foram a campo para a coleta dos dados. Material coletado foi então organizado, sistematizado e digitalizado, criando assim um rico banco de dados local.

Os dados quantitativos, retirados do Censo, foram importantes para o estudo, pois auxiliam afirmações e descrições mais detalhadas dos indicadores de vida dos pescadores artesanais. O Censo também adquiriu importância para o processo de seleção da amostra, para as entrevistas. Por ele foi possível levantar quais famílias

¹ De Três Marias foram excluídos os pescadores da represa.

² Resultante dos trabalhos do Projeto “Rumo”, em 2004, a comunidade de pescadores do município de Ibiaí e região se uniram, reivindicaram e montaram a própria colônia, a Z-21. Apesar de muitos membros da antiga colônia de Pirapora terem mudado suas filiações para a nova, esse fato não repercutiu em problemas ou dificuldades no processo de seleção das entrevistas ou no decorrer do trabalho.

preencheram os requisitos propostos pelo estudo, no caso: famílias que tinham na pesca a principal fonte de rendimento; preferencialmente aquelas com responsáveis de ambos os gêneros e com filhos no período de infância e juventude. A justificativa para tal escolha partiu da compreensão que identidades e gênero são categorias que dão sentido à vida cotidiana das pessoas, e, portanto são construídas nas relações e práticas sociais e simbólicas, seja no espaço doméstico ou, fora dele, no trabalho produtivo.

As técnicas qualitativas na coleta e sistematização dos dados tiveram como proposta estimar as expectativas, impressões e aspirações que indivíduos do gênero feminino e masculino possuem com relação à suas situações em distintas esferas da vida social, como por exemplo, nos meios doméstico e mercado de trabalho. A escolha privilegiada para o trabalho foram os depoimentos pessoais, justificados pela pretensão de se conhecer o cotidiano do grupo estudado, tendo por base as experiências vividas até o momento da entrevista, pois acredita-se que com isso seja possível retomar a idéia de como as relações sociais de gênero foram repassadas até se chegar à construção do olhar que hoje os agentes fazem sobre essas relações. Vale ressaltar que, de qualquer maneira, tanto por parte dos entrevistados quanto dos entrevistadores, não há neutralidade na intenção posta nos discursos desenvolvidos por eles:

O processo de aproximação entre sujeito e objeto coloca em relação duas espécies de intencionalidade – a do sujeito que procura conhecer e a do sujeito “objeto do conhecimento”. Assim sendo, o investigador se depara, no processo de pesquisa, com um objeto que reage à sua presença, detém um saber que lhe é próprio decorrente de sua experiência de vida, capaz de atribuir significado às suas ações e ao seu discurso, expressando e articulando seus pensamentos à sua maneira. Essa é justamente, a riqueza que se busca na coleta de relatos de vida.

Por seu lado, o investigador não é um observador neutro, pois, independente da postura dotada, leva para a situação de entrevista determinantes de classe, formação cultural, profissional, sexo e idade. Nesses termos, o processo de coleta de dados é percebido como um processo de comunicação e de interação social na qual a neutralidade da observação é substituída por um questionamento, envolvendo as condições da situação de entrevista, em todos os seus aspectos (BRIOSCHI e TRIGO, 1989: p.27)

A partir disso, faz-se necessário estabelecer que o que se entende por história de vida: a partir da história oral, é uma entrevista em sua forma mais pura e simples, em que o pesquisador aborda o sujeito do modo mais aberto possível e pede que ele fale sobre sua vida, sem interferir na narrativa; o material obtido será um discurso no qual as categorias, ordem cronológica e distribuição no tempo serão dados pelo narrador, num segundo momento, será feita uma entrevista semi estruturada, ou seja,

Aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987: p.146).

Cabe esclarecer que os questionamentos principais que fazem parte da entrevista semi estruturada são fruto não apenas da teoria que embasa o pesquisador, mas também de todas as informações levantadas sobre o fenômeno social em questão e também, não menos importante, como o próprio Triviños (1987) ressalta, os contatos do pesquisador, que no momento de escolha dos indivíduos que serão entrevistados adquirem grande valor.

AS ENTREVISTAS

Foram realizadas seguindo o padrão de história de vida. O roteiro aberto contemplava questões sobre inserção social da família de origem, infância, educação, escolha profissional, nível de renda, propriedades, educação dos filhos, cor/raça. As indagações corriam no sentido mais particular sobre casamento(s), escolha do parceiro, cotidiano doméstico, rede de amigos, tipo de lazer, perspectivas de futuro para si e filhos. Eram solicitadas também narrativas de credices populares da região. Em razão do tema eleito, relações de gênero no meio familiar, o que na verdade remete ao mundo do privado, e por certo dos sentimentos, com algumas pessoas em dadas circunstâncias senti-me inibida de fazer perguntas muito específicas. Houve entrevistados que se emocionaram, choraram, houve ainda os que se recusaram a se abrir diante do gravador. Frente à algumas perguntas, à determinados momentos das histórias de vida, o uso freqüente do gravador tornou-se problemático.

Finalmente, grupos familiares foram escolhidos como âncora das entrevistas em razão de fornecerem responsáveis de ambos os gêneros. O propósito, como já afirmado, era ter acesso às famílias e a contextos cujo principal vetor constitutivo fosse a pesca profissional. Pensava assim contornar as implicações embutidas na arbitrariedade da escolha de um universo familiar tradicional.

Tabela 1 – Distribuição dos indivíduos entrevistados segundo gênero e localidades, 2005

Localidade	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
Três Marias	6	4	10
Beira Rio	6	4	10
Pirapora	5	5	10
Barra do Guaicuí	6	4	10
Ibiaí	6	4	10
Total	29	21	50

Fonte: Relatório final de pesquisa IDRC e UFSCar: “Relações de gênero entre pescadores e pescadoras do Alto e Médio Rio São Francisco”, 2005.

Foram realizadas 50 entrevistas que se distribuem segundo o eixo *sexo – localidade* da seguinte maneira: 4 homens em Três Marias; 4 em Beira Rio; 5 em Pirapora; 4 em Barra do Guaicuí; e 4 em Ibiaí. 6 mulheres em Três Marias; 6 em Beira Rio; 5 em Pirapora; 6 em Barra do Guaicuí; 6 em Ibiaí. Todos os grupos, segundo municípios, tiveram 10 depoentes. Além destas realizei ainda 3 entrevistas suplementares consideradas assim por não respeitarem os critérios de seleção do grupo por razões de que se tratará adiante.

Esclareço que, à primeira vista, esperava entrevistar ambos os cônjuges - já que havíamos selecionado dez casais em cada localidade - pois assim, diante de um mesmo quadro familiar, poderia obter diferentes visões, assumindo o pressuposto de que as identidades só se tornam explícitas ou significativas em contextos contrastivos. No entanto, só consegui entrevistar ambos os cônjuges em 16 casos e mesmo assim fortuitamente. Nesses casos, quando cheguei para a visita, ambos se encontravam no domicílio e, ao explicar o motivo pelo qual ali estava, todos eles se sentiram empolgados à participar e contribuir para a pesquisa. Por conta do acaso, foram três casais em cada uma das localidades, com exceção do Bairro Beira Rio, no qual obtivemos entrevistas de 4 casais. A entrevista de um desses casais ocorreu separadamente, pois quando chegamos ao domicílio apenas a esposa se encontrava em casa, mas ela fez questão que voltássemos no dia seguinte, ao fim da tarde, pois assim que seu marido retornasse do trabalho ele nos concederia a entrevista.

Uma das grandes dificuldades foi encontrar as pessoas em casa. Dezenas de vezes nos dirigíamos até o domicílio, não encontrávamos as pessoas de interesse ou as encontrávamos em momentos inoportunos –saindo para visitar familiares, ou ir à igreja -, então deixávamos recado e outra data era marcada para o nosso retorno. Infelizmente,

por conta dos afazeres e imprevistos, era difícil encontrar o parceiro ou parceira de pessoas com as quais já havíamos realizado as entrevistas.

Para contornar essa situação, passamos a realizar as visitas nos fins de tarde e finais de semana, onde encontramos com maior frequência mulheres e homens em casa. O tempo tomado para a realização delas era em média uma hora. No entanto, houve casos em que as entrevistas duraram mais de três horas, tamanha a riqueza de histórias da família.

Diante das diversas dificuldades, nada se comparou à de ter acesso aos homens para as entrevistas. O reflexo desse fato foi um número maior de entrevistas com mulheres. Quando estavam em casa, ao contarmos qual o motivo e o tema das entrevistas, muitos dos homens deixavam suas esposas à sós por acreditarem tratar-se de “assuntos femininos”. Então era solicitado para que ficassem e também contribuíssem. Houve casos entre aqueles que aceitavam ficar, não se mostrarem muito interessados em falar ou responder, principalmente quando o assunto relacionava-se à família e filhos. Ao entrar no tema “pesca” o interesse surgia. Essa reação indica a dualidade de interesses no interior da família. Isso serviu como uma estratégia para chegarmos aos outros temas de interesse, pois após certo tempo de conversa eles perdiam a inibição e passavam a transitar e comentar sobre outros assuntos.

Um grave erro foi entrevistar ambos os cônjuges simultaneamente. Notei que, diante de muitas questões, principalmente as mulheres sentiam-se inibidas a responder, deixando que os maridos assumissem a fala mesmo quando as perguntas eram voltadas diretamente a elas. Já nos casos que os companheiros ou companheiras não estavam presentes, ou quando esses nem mesmo existiam, as/os entrevistadas (os) ficavam mais a vontade a responder e até mesmo contar histórias e situações que envolviam si e seus companheiros. Tanto que estas entrevistas foram muito mais longas e detalhadas.

O período de tempo estipulado para que percorrêssemos as cinco localidades e realizássemos as entrevistas foi curto – aproximadamente quatro semanas. Curto porque, além das entrevistas - que demandavam tempo de procurar o domicílio, retornar quando não era possível nos atender – deveríamos prestar auxílio a muitas das atividades elaboradas pelos projetos *Peixes, Pessoas e Água* e *Rumo à Co-Gestão da Pesca* realizadas juntos aos pescadores e pescadoras.

Para as transcrições, optamos por adotar nome fictícios, para resguardar a identidade e confiança depositada em nós, pesquisadores.

2. O retrato do grupo

O grupo estudado compõe-se de indivíduos entre 28 e 75 anos, com maior concentração de idades entre as faixas etárias de 40 e 50 anos. São donas de casa, pescadores e pescadoras artesanais profissionais. Apenas ... tem ensino médio completo. Duas mulheres cursaram o magistério e, hoje são professoras do ensino fundamental nas escolas da prefeitura de Ibiaí. Os demais cursaram até o ensino fundamental ou ainda nem chegaram a ser alfabetizados (há dois casos que as pessoas retornaram à escola no início de 2005 para serem alfabetizadas). Há, de fato, diferenças salariais relevantes entre eles, mas suas condições de vida não são em absoluto dispare. O fato de exercerem a mesma ocupação de certa forma os nivela. O grupo é composto por 14 pescadoras; 20 pescadores; 1 aposentado e que não exerce mais a atividade da pesca; e 14 que se qualificam como mães e donas de casa, sem exercer nenhum trabalho produtivo; 2 professoras; há ainda uma comerciante e outra que se diz estar dividida entre as suas várias atividades: dona-de-casa, estabelecimento comercial, pesca e roça, e portanto não quis se enquadrar em nenhuma exclusivamente. A localidade que apresentou um maior número de mulheres inseridas diretamente no ofício da pesca foi o bairro Beira Rio, pertencente ao município de São Gonçalo do Abaeté. Já em Três Marias nenhuma das mulheres exerce o trabalho de pesca, apesar da maioria relatar já ter auxiliado o marido no passado – remar o barco ou guiá-lo com o motor; retirar a rede e limpar o pescado.

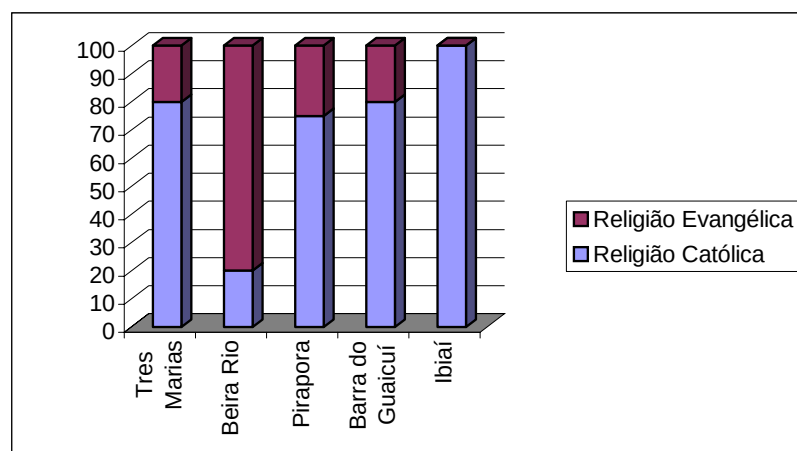
A ida ao rio é algo presente cotidianamente na vida dessas pessoas. Com exceção das mulheres de Três Marias todos os outros indivíduos afirmaram freqüentá-lo praticamente todos os dias, para diversos fins: passeio, lavagem de roupas, banhos, e principalmente pescaria.

Tabela 2 – Distribuição dos indivíduos entrevistados por gênero e atividade exercida no período das entrevistas, segundo localidades, 2005

Localidade	Atividade								Total (N)
	Pescaria		Trabalho Doméstico		Professor(a)		Dona(o) de estabelecimento		
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	
Três Marias	0	4	6	0	0	0	0	0	10
Beira Rio	4	4	2	0	0	0	0	0	10
Pirapora	3	4	3	0	0	0	1	0	11
Barra do Guaicuí	3	3	3	0	0	0	0	0	9
Ibiaí	1	4	2	0	2	0	0	0	9
Total (N)	11	19	16	0	2	0	1	0	49

Fonte: Relatório final de pesquisa IDRC e UFSCar: “Relações de gênero entre pescadores e pescadoras do Alto e Médio Rio São Francisco”, 2005.

Do conjunto, apenas 4 pessoas, todas mulheres, não estavam experimentando a conjugalidade no momento da entrevista. Dois deles são de Pirapora. Um desses é o da esposa de pescador, o qual havia falecido há 6 meses. O outro, também viúva, há muito tempo se dedicava à pesca como complementação para a alimentação mas sem carteira. Essa senhora, de 75 anos, é uma das pessoas que decidiu retornar à escola para ser alfabetizada. Apesar de não fazer parte da amostra inicial, sua história de vida é muito interessante, o que valeu criar uma categoria de entrevista suplementar. Os demais casos são de antigas parcerias, existentes no período do censo, mas no período das entrevistas já estavam desfeitas. Essas duas mulheres pescadoras profissionais relataram o processo de separação dos parceiros. Uma delas vive em Ibiaí e a outra vive em Barra do Guaicuí. Esta última é o segundo caso que decidiu retornar à escola e ser alfabetizada. Logo, com exceção deste caso, foi observado, em todos os casos, coabitação apesar das variações nos arranjos domésticos.

Gráfico 1 – Distribuição percentual dos indivíduos entrevistados por religião, segundo localidades, 2005

Fonte: Relatório final de pesquisa IDRC e UFSCar: “Relações de gênero entre pescadores e pescadoras do Alto e Médio Rio São Francisco”, 2005.

Assim como no Censo Domiciliar realizado em 2004, no total das localidades, não aparece em nenhum momento referencia as religiões afros, judaicas ou orientais. Entre as localidades a distribuição dos entrevistados se dá entre católicos e evangélicos (entendidos aqui como um único grupo, apesar das diferentes vertentes e igrejas que os compõem). É no bairro Beira Rio que encontramos uma maior porcentagem de evangélicos, com quase 80% dos entrevistados.

Sobre a questão religiosa o principal ponto levantado pelos entrevistados foi o aumento progressivo do número de adeptos às igrejas evangélicas. Entre aqueles que se declararam católicos esse fato tem sua repercussão na perda de festividades culturais tradicionais. Como, por exemplo, as Barqueadas, festividades em homenagem à padroeira e ao padroeiro dos pescadores: Nossa Senhora da Aparecida e São Pedro. Nelas os devotos saíam em procissão pelo rio. Já, entre aqueles que se declararam evangélicos, a análise sobre o aumento de adeptos é outra. Segundo seus depoimentos, a transição da igreja católica para as evangélicas foi pelo fato de não encontrarem um apoio, da primeira, frente aos problemas cotidianos enfrentados por eles. Nas igrejas evangélicas, encontraram uma proximidade muito maior dos pastores com seus fiéis, um interesse nas suas histórias de vida e auxílio tanto material quanto espiritual para enfrentar as adversidades. Relataram que freqüentemente recebem a visita do pastor e outros irmãos em suas casas, acontecimento que não ocorria com os padres nas dioceses.

Com relação à perda das festividades, isso é visto como positivo. Duas grandes afirmativas, generalizadas entre os que se declaram evangélicos, justificam essa opinião. A primeira é com relação às santidades. Para a comunidade evangélica é santo apenas Jesus Cristo, logo, somente ele deve ser adorado e exaltado. Tal crença vai de frente com o que ocorre nas Barqueadas, nas quais é feita uma homenagem, pela comunidade católica, àqueles que ela considera santos como Jesus. A segunda afirmativa refere-se a consumo de álcool³. A igreja evangélica condena o consumo de álcool entre seus fiéis pois relaciona diretamente esse consumo aos quadros de criminalidade e violência. Os entrevistados citam as festas, mesmo as barqueadas, como momentos de alto consumo de álcool.

³ Lembra-se que no censo domiciliar, em entrevistas e em conversas informais, as mulheres, em especial, em tom de queixa, falaram muito do alto nível de consumo pelos homens.

O contexto das localidades

De acordo com o levantamento realizado pelo Censo Domiciliar, em fevereiro e março de 2004, dos componentes de família 53,6% eram homens e 46,4% eram mulheres.

Tabela 3 - Distribuição dos indivíduos segundo gênero e município, 2004

Município	Gênero		N
	Masculino	Feminino	
Três Marias	55,4	44,6	(518)
São Gonçalo	52,7	47,3	(311)
Pirapora	53,4	46,6	(523)
Buritizeiro	54,6	45,4	(44)
Guaicuí	52,6	47,4	(361)
Ibiaí	52,8	47,2	(303)
Total	53,6	46,4	(2.060)

Fonte: “Diagnóstico socioeconômico de famílias de pescadores artesanais de localidade do Alto São Francisco”, 2004.

O quadro de distribuição por gênero mostra a predominância no número de indivíduos do gênero masculino, no grupo de pescadores. Diferentemente do que se observa na sociedade inclusiva. Isso nos leva a deduzir que a pesca é uma atividade masculina. Segundo Rua e Abramovay (2003), há também uma predominância de homens nos assentamento rurais, onde o trabalho assim como o da pesca é manual. A justificativa apresentada por essas autoras é de que ocorre um processo de migração das mulheres por canais como o casamento ou trabalho, o que pode estar acontecendo também entre os pescadores, dado que a pesca é uma atividade masculina e dado que as mulheres não aceitam tranqüilamente esse destino para seus filhos. Como foi detectado nas entrevistas, as filhas, em geral, não são motivadas a seguirem o exercício da pescaria, mas sim a ficar em casa e aprender as tarefas domésticas ou a se lançarem no mercado de trabalho, quase sempre informal – como relatam suas mães – nas ocupações de faxineira e empregada doméstica.

Apesar de apresentar melhores níveis de escolaridade que os homens, as mulheres em idade produtiva do ponto vista econômico afirmam não trabalhar (entendendo trabalho como atividade de subsistência inscrita na circulação de mercadorias). Autoras com Miranda (1979) e Barroso (1982) indicaram que igualmente

as taxas de atividade da mulher são tanto mais elevadas quanto mais alto for seu nível de instrução.

Ao contrário dos rapazes que ainda podem incorporar-se ao mercado de trabalho, com um mínimo de educação, combinada com força física e a destreza adquiridas informalmente (pedreiros, marceneiros, mecânicos, pescadores, etc), as jovens (mulheres) necessitam de no mínimo uma educação secundária. Só assim elas podem escapar da ocupação mais comum e mais rejeitada – a empregada doméstica (BERCOVICH – *Demografia de Gênero in CANDIDO, 2003*)

Tabela 4 - Distribuição percentual de homens com 15 e mais de idade, por atividade, segundo município, 2004

Atividade	Município						Total
	Três Marias	São Gonçalo	Pirapora	Buritizeiro	Guaicuí	Ibiaí	
Ativo	81,4	85,4	72,7	81,2	80,2	82,3	79,6
Inativo	14,2	8,2	21,2	6,3	15,5	12,5	15
Desempregado(*)	4,4	6,4	6,1	12,5	4,3	5,2	5,4
Total	100	100	100	100	100	100	100
N	(226)	(112)	(200)	(16)	(121)	(99)	(774)

Fonte: “Diagnóstico socioeconômico de famílias de pescadores artesanais de localidade do Alto São Francisco”, 2004.

Tabela 5 - Distribuição percentual de mulheres com 15 e mais de idade, por atividade, segundo município, 2004

Atividade	Município						Total
	Três Marias	São Gonçalo	Pirapora	Buritizeiro	Guaicuí	Ibiaí	
Ativo	47,9	53,9	33,3	22,2	50	45,4	44,7
Inativo	47,3	41,2	55,6	61,1	45,1	48,8	49,1
Desempregado(*)	4,8	4,9	11,1	16,7	4,9	5,8	6,2
Total	100	100	100	100	100	100	100
N	(170)	(103)	(172)	(18)	(108)	(87)	(658)

Fonte: “Diagnóstico socioeconômico de famílias de pescadores artesanais de localidade do Alto São Francisco”, 2004.

Quando trabalham, afirmam, se considerada a mesma ocupação, receber menor rendimento. A pesca, atividade predominante e de maior rendimento, no conjunto de localidades, é basicamente realizada por homens.

Um pensamento que se espalhou pelo senso comum e foi potencialmente internalizado pelas mulheres, como ficou exposto nas entrevistas, é o de que rendimentos angariados por elas no trabalho são apenas uma forma de complementação do orçamento doméstico o que ajudaria a justificar as diferenças salariais entre homens e mulheres, mesmo quando inseridos em funções semelhantes no trabalho.

Outro argumento utilizado para justificar a diferença salarial entre homens e mulheres refere-se a média menor de horas trabalhadas pelas mulheres. No entanto, as entrevistas não permitiram que contabilizássemos essa variável. Diante dos relatos é possível fazer estimativas aproximadas. Entre aquelas que trabalham exclusivamente no serviço doméstico, aproximadamente 52% das mulheres entrevistadas, o número de horas que passam exercendo essa função corresponde a praticamente todo o período do dia – desde o momento que acordam até a hora que se deitam, estão realizando atividades como cozinhar, lavar e passar roupas, limpar e organizar a casa, socorrer as necessidades dos filhos, marido e da própria casa, e quando necessário de parentes ou vizinhos. Entre aquelas que exercem atividades produtivas (pesca ou outra) ocorre a mesma situação. Quando retornam do rio ou de outro local de trabalho iniciam uma segunda jornada de trabalho, com as atividades domésticas. De acordo com o relato dessas mulheres, a presença dos filhos, especialmente das filhas mulheres, mães ou sogras na mesma residência ou nas proximidades, contribui para não sobrecarregá-las tanto, pois, algumas atividades acabam sendo realizadas por essas, mas o “grosso do serviço” acaba sendo realizado por elas mesmas.

Entre as mulheres viúvas e separadas a sobrecarga é ainda maior. Cabe a elas a dupla função: sustento da casa e organização do lar. É também, entre essas mulheres, que as redes familiares e de amizades são mais acessadas. Tais mulheres declararam que recorrem freqüentemente ao auxílio de parentes e amigos e vizinhos. Em geral, a ajuda prestada por eles é no cuidado dos filhos pequenos enquanto elas estão no trabalho.

Meus filhos eram pequenos, meu esposo adoeceu e eu cuidava só de casa. Aí ele adoeceu um tempo e foi para o hospital, ficou internado e as pessoas me ajudavam. Porque meus meninos eram todos pequenos. Depois eu falei assim, uai, as pessoas não vão ficar me ajudando por toda vida. Eu tenho que procurar um jeito para ganhar dinheiro...Aí procurei o trabalho de roupa e nisso eu lavei, assim, uns vinte anos, lavando roupa. (Dona “Teresa”, 64 anos, Pirapora/MG)

Cabe demonstrar, que esse fato é explicado novamente pelas obrigações familiares. Há que se atentar para a existência de outros fatores que podem influenciar e explicar a diferença de rendimentos, como por exemplo, a idade, ou mesmo causas conjunturais, como a situação dos setores econômicos, ou ainda causas de ordem natural.

Dona “Teresa”, 64 anos, viúva há menos de um ano de um pescador profissional, relatou que hoje, com a idade já avançada, não trabalha mais, vive de sua

aposentadoria e da pensão deixada pelo marido. Na sua residência moram um filho, pescador profissional, uma filha, secretária, e o filho desta. Os filhos hoje contribuem com as despesas da casa. Dona Teresa, mãe de sete filhos (três homens e quatro mulheres), contou que durante um longo período, quando eles ainda eram pequenos com menos de cinco anos, seu marido adoeceu e não pode pescar. Ela, que até então se ocupava do serviço doméstico, se viu obrigada a buscar uma fonte de renda. Começou a lavar roupas para famílias da cidade. Eram os filhos mais velhos que tomavam conta dos mais novos, enquanto ela saía logo cedo para trabalhar. Depois de um tempo passou a levá-los para a escola e creche durante seu horário de expediente. Sobre como era o seu trabalho de lavadeira no rio, ela nos contou sobre as diversas mudanças ocorridas nesses últimos 30 anos. O trecho nos mostra isso:

Entrevistadora: *A senhora lavava as roupas aqui na sua casa?*

Dona Teresa: *Nessa época era no rio. Todo mundo, né?*

Entrevistadora: *E como era?*

Dona Teresa: *Íamos, levávamos bancos, colocávamos lá dentro, era todo mundo!*

Entrevistadora: *A senhora ia sozinha ou acompanhada por comadres, colegas?*

Dona Teresa: *Não, a gente não ia sozinha era muita gente! Era, era muita gente que lavava roupa no rio. Hoje, não, que as pessoas não querem nem que chegue e ponha uma peça de roupa lá dentro d'água. Porque dizem...que o rio está poluído. Tem micróbios. Mas eu acho que não!*

Entrevistadora: *Porque a senhora acha isso?*

Dona Teresa: *Eu acho que não. Com água corrente, para ter micróbios? Eu acho que não! Pois é, aí nessa época todo mundo, era todo mundo que lavava a roupa no rio, mas depois foi acabando, as pessoas foram colocando água em casa e arranjando tanque, porque antes ninguém tinha, aqueles tanques de cimento. Agora tem o tanquinho, e muita gente nem tem lavadeira mais, não é? Mais é o tanquinho. E aí a lavagem do rio foi acabando e acabou. Alias acabou. Ninguém vê. Mas assim, meio dia você ia alí no rio estava alvinho... naquelas gramas só de roupa quarando.*

Entrevistadora: *Então as roupas eram lavadas e estendidas na grama?*

Teresa: *Naquele tempo as pessoas não mexiam com nada. A gente deixava a roupa lá quarando e vinha para casa, às vezes fazer comida, às vezes despachar os meninos para irem para escola e tudo. A gente voltava para enxaguar aquela roupa e ninguém mexia com nada!*

E, de fora a fora, você via o rio, o quarador só de roupa quarando...ficava tudo cheirosinha. Você botava aquela roupa dentro d'água, sacudia ali e saía tudo quanto é sujeira. Hoje não, você lava a roupa pode ser no tanquinho, pode ser no tanque, parece que a roupa não sai bem lavada. A gente custou a acostumar com isso! Pois é, a gente custou a acostumar a lavar roupa no tanque, lavar roupa no tanquinho, enxaguar em bacia...a gente custou a acostumar com isso porque parece que a roupa não ficava limpa. Porque lá no rio, você tocava seu cobertor, xamil, o que fosse, edredom, tacava naquela água ali, sacudia aquele negócio alí, saía toda a sujeira, a roupa ficava limpinha. Mas agora não...tudo é dentro de casa.

Naquele tempo ninguém mexia com nada, hoje você não pode nem deixar a roupa lá para vir para casa. Então foi assim.

Entrevistadora: *Depois que parou de lavar roupa para fora o que a senhora foi fazer?*

Dona Teresa: *Ai eu parei de lavar....*

Entrevistadora: *E o marido da senhora.?*

Dona Teresa: *Ele ficou um bocado de tempo doente. E com a coisa que eu já estava lavando eu não parei quando ele melhorou. Continuei. Ai eu arranji uma menina, arranji um menino. Quando ganhei esse menino, já não estava mais lavando.*

Entrevistadora: *Certo. Isso foi em que ano?*

Dona Teresa: *Isso foi em.....ai Meu Deus eu não sei mais que tempo foi. Deixa eu ver, minha menina caçula está com 23 anos, vai fazer 23 anos... Isso tem um 20 anos atrás. Ai eu parei e fui trabalhar em fábrica... é, trabalhei uns dois anos e a fábrica faliu, a gente saiu. Depois fui trabalhar em creche e naquele tempo tinha não sei, a gente também foi despedida, despediu todo mundo. Assim como tem o curral cheio de gado e abre aquela porteira e todo mundo sai.. Ai, saímos também e dessa época pra cá não trabalhei pra fora mais não.*

São Gonçalo do Abaeté, representado nesta pesquisa pelo Bairro Beira Rio, foi a que apresentou o maior número de pescadoras profissionais (com carteira de trabalho), fato que se mostrou nas famílias selecionadas para as entrevistas.

Tabela 6 - Distribuição percentual de mulheres com 15 e mais de idade, por condição de atividade, segundo o município, 2004

Atividade	Município						Total
	Três Marias	São Gonçalo	Pirapora	Buritizeiro	Guaicuí	Ibiaí	
Pescador com carteira	35,3	52,7	21,1	0	34,7	43,6	36,4
Pescador sem carteira	3,5	10,9	8,8	0	16,3	12,8	9,3
Outra ocupação c/ carteira	20	16,4	26,3	25	10,2	10,2	17,6
Outra ocupação s/ carteira	41,2	18,2	42,1	75	36,7	30,8	35,3
Aposentado e pescador	0	0	1,7	0	2,1	0	0,7
Aposentado e outra ocupação	0	1,8	0	0	0	2,6	0,7
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: “Diagnóstico socioeconômico de famílias de pescadores artesanais de localidade do Alto São Francisco”, 2004.

Tabela 7 - Distribuição percentual de homens com 15 e mais de idade, por condição de atividade, segundo o município, 2004

Atividade	Município						Total
	Três Marias	São Gonçalo	Pirapora	Buritizeiro	Guaicuí	Ibiaí	
Pescador com carteira	63,5	73,4	57,3	30,8	55,9	57	60,7
Pescador sem carteira	2,7	6,4	14	53,8	20,4	10,1	10,7
Outra ocupação c/ carteira	16,9	5,3	11,2	7,7	4,3	8,9	10,6
Outra ocupação s/ carteira	14,2	9,6	12,6	0	16,1	20,2	13,9
Aposentado e pescador	2	3	4	0	2	3	3
Aposentado e outra ocupação	1,1	2,1	0,7	7,7	1,1	1,3	1,5
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: “Diagnóstico socioeconômico de famílias de pescadores artesanais de localidade do Alto São Francisco”, 2004.

Quando analisadas as atividades relacionadas à pesca, a captura, função nobre da ocupação, é predominantemente masculina. Às mulheres, em geral, cabem os serviços

de limpeza do pescado e produção dos filés, atividades entendidas como extensão e complementação do trabalho do homem, e não de um trabalho que possa se converter em espaço de afirmação dela enquanto mulher.

3. Relações de gênero – porque esta escolha?

Para o entendimento de como as categorias (e suas caracterizações) masculino e feminino se firmaram de tal forma nos discursos e práticas analisadas recorreu-se a genealogia desses termos, para a qual as análises teóricas de Judith Butler (2003) e Thomas Laqueur (2001) foram essenciais. Esses autores, assim como Michel Foucault (1976, 1984) desnaturalizaram as identidades atribuídas aos homens e as mulheres, diferenciaram o sexo, dimensão biológica dos seres humanos da categoria gênero – uma escolha cultural, arbitrária, social e historicamente construída. E ainda colocaram em suspeita o quadro social heterossexuado da normatividade centrada no masculino.

Nas análises foucaultianas, é posto em discussão o surgimento do conceito homossexualidade⁴ como uma nova categoria, criada no século XVIII pelas ciências médicas para designar uma patologia, o desviante. É dessa criação que se produz seu corolário: a heterossexualidade. Ou seja, esses pares de oposição, homossexual/heterossexual e homem/mulher, só adquirem sentido e significância quando tomados em conjunto.

Nesse sentido WELZER – LANG (2002), autor contemporâneo, trouxe importantes contribuições. A partir das definições de homofobia⁵ e heterossexualismo, ele analisa os esquemas, habitus, o ideal viril e heterossexual que constroem e fortalecem a identidade masculina por meio de um quadro teórico que rompe com definições naturalistas e/ ou essencialistas dos gêneros.

Diante das relações homens-mulheres/ homens-homens⁶, entendidas por ele como relações sociais de sexo, é levantada a hipótese de que elas são resultado de um “duplo paradigma naturalista”:

a pseudo natureza superior dos homens, que remete à dominação masculina, ao sexismo e às fronteiras rígidas e intransponíveis entre os gêneros masculino e feminino; a visão heterossexuada do mundo na qual a sexualidade considerada como ‘normal’ e ‘natural’ está limitada as relações sexuais entre homens e mulheres. As

⁴ Segundo Welzer-Lang (2001) a categoria “homossexual” é recente e não a prática designada nesta categoria.

⁵ Welzer-Lang (2001) define *homofobia* como uma forma de discriminação às pessoas que mostram, ou a quem se atribui alguma qualidade (ou defeito) atribuído ao outro gênero. Segundo esse autor, a homofobia é a responsável pelo engessamento das fronteiras entre gêneros.

⁶ Por se deter exclusivamente a análise das modalidades que constroem o ideal de masculinidade e a sexualidade imbutidos nesse modelo, o autor não trata da relação mulheres/mulheres, apesar de fazer breve referência ao longo do artigo.

outras sexualidades, homossexuais, bissexuais, sexualidades transexuais [...] são, no máximo, definidas, ou melhor admitidas, como diferentes (WELZER – LANG, 2002: 40).

O que está por trás desses “imperativos categóricos” (GOLDENBERG, 2005) das representações de gênero é a emergência do poder disciplinar como peça fundamental de uma nova tecnologia de controle, intervenção e normalização social que passa a ser, segundo Miskolci, responsável pelo surgimento do desvio (MISKOLCI, 2005). É esse poder controlador que se infiltra nas malhas das relações sociais e passa a ditar o padrão de comportamento socialmente aceito.

Assim, a pergunta sobre o que há de novo no desvio, podemos responder: a normalidade, pois esses termos relacionais surgiram à partir da consolidação da ordem social assentada numa tecnologia de poder que estabeleceu normas, as naturalizou e fez com que todos os que não se enquadrassem nelas passassem a ser classificados como desviantes (MISKOLCI, 2005: 7).

Ao assumir que os sujeitos masculinos são apenas parte de um complexo todo cultural, nos cabe questionar quais pressupostos inserem as mulheres no hemisfério “submisso e subjugado política e culturalmente, visto que tais pressupostos não levam em conta a ação concreta e efetiva da mulher no contexto em que atua” (NOVAES, 2001: 54).

A compreensão dessas mulheres enquanto sujeitos múltiplos perpassa o pressuposto levantado Novaes (2001) de que, na realidade investigada, gênero e classe social se mesclam e se fundem. No seu estudo sobre mulheres, pertencentes a famílias trabalhadoras urbanas, residentes na periferia de Araraquara, ela ressalta:

As mulheres movidas pela articulação entre suas subjetividades e as condições materiais enfrentadas junto a família e a coletividade vivenciam semelhanças quanto às condições materiais determinadas ou reforçadas pelo processo de urbanização. Deste modo, a experiência coletiva constrói-se na convivência dada pela relação entre sujeitos, havendo um significado simbólico na ação prática, e portanto, na experiência humana. (NOVAES, 2001:)

A fonte na qual Novaes se inspira para explicar o processo de construção das experiências coletivas é, sem dúvida, Pierre Bordieu.

A interpretação das estruturas subjetivas (as representações) e objetivas (a estrutura social) pode ser apreendida através do conceito de *habitus* de classe. Esse conceito foi elaborado por Bourdieu dentro da preocupação de construir uma teoria da prática que superasse a dicotomia entre objetivismo e subjetivismo (ORTIZ, 1983). Isto é, entre a reificação do social que desconhece os indivíduos e o subjetivismo que toma a

sociedade por uma somatória de individualidades. A relação indivíduo / sociedade, dentro dessa perspectiva teórica é pensada como “uma relação entre a história objetivada e materializada sob a forma de instituições e a história incorporada sob a forma de um sistema de disposições duráveis (...) o *habitus*” (BOURDIEU, 1980: p.87 in BRIOSCHI e TRIGO, 1989: p.15).

Segundo Bordieu *habitus* é entendido como:

um conjunto de disposições a agir, pensar, perceber e sentir de uma maneira determinada; é o princípio gerador das práticas e representações. O *habitus* expressa-se por uma aptidão dos agentes para se orientar espontaneamente dentro do espaço social e a reagir de forma mais ou menos adaptada aos acontecimentos e situações (BOURDIEU, 1972 in BRIOSCHI e TRIGO, 1989: p.15).

Para as autoras Tronto (1997) e Novaes (2001) o que está por trás desta tendência das mulheres em “cuidar das coisas” (em prol da coletividade) é uma categorização – dos homens como aqueles que “se preocupam com”, enquanto as mulheres “cuidam de”. “O cuidar de’ envolve a ação de responder as necessidades particulares, concretas, físicas, espirituais, intelectuais, psíquicas e emocionais dos outros, pressupondo uma atribuição moral baseada na *responsabilidade adquirida* a partir das obrigações sociais atribuídas” (TRONTO, 1997:188).

Espaços: Rio - Casa

A atribuição moral de obrigações sociais implica na definição de espaços, muito bem delimitados, imbuídos dessa mesma carga normativa que estabelece os saberes e práticas. Família e trabalho situam-se como “campos”. Nesse ponto é esclarecedor definir o que seja um “campo”: “lugar hierarquizado, estruturado segundo uma determinada lógica de interesses, nele se agrupa, interage, se complementa e entra em conflito um grupo específico de atores” (BOURDIEU in ORTIZ, 2003:11). Baseada nessa idéia de “campo”, Rua e Abramovay (2000) trabalham com a noção de “lugares dos serviços reprodutores das relações sociais”, que são nada mais que os loci, por excelência, de observação para percepção dos padrões de desigualdade. Esses lugares seriam indicados, em nosso estudo, pelo trabalho (produtivo e reprodutivo), pela capacitação profissional, pela saúde e a educação, sendo esta entendida não apenas como o ensino atribuído às instituições escolares, como também ao processo de socialização primária dos filhos atribuída à família, particularmente à mulher⁷.Tendo

⁷ A socialização da criança aparece, ao menos para a sociedade moderna ocidental, como uma função da família.

em vista toda a discussão existente na teoria social acerca do conceito de família, optou-se por trabalhar com tal conceito a partir da visão dos próprios assentados, ou seja, como eles pensam as respectivas famílias e se pensam em relação a elas, sabendo que as relações sociais de gênero estão presentes tanto no ambiente da casa – onde são mais facilmente percebidas, por conta das relações de parentesco – quanto nos outros ambientes que permeiam a vida social.

Os grupos que ocupam esses “lugares” reprodutores de relações sociais expressam em suas falas e ações a lógica que preside a continuidade e/ou ruptura das relações sociais desiguais. Nesse ponto, ressalta-se a importância das representações como caminho para percepção da desigualdade. JOVCHELOVITCH (2000) entende representação como “símbolo construído coletivamente, de forma compartilhada, por uma sociedade”. Afirmar também que “os processos que engendram representações sociais estão embebidos na comunicação e nas práticas sociais: diálogo, discurso, rituais, padrões de trabalho e produção, arte, em suma, cultura”. (JOVCHELOVITCH, 2000: p. 79). Entende, ademais, que esses processos não apenas engendram representações, mas os reproduzem e são por elas significados.

O rio representa para os pescadores um espaço masculino e indivisível. Assim como ocorre com pescadores do mar, os pescados são de quem os pegar primeiro. O comportamento é o da coleta: se eu não me apropriar do que encontro, outro o fará, o que leva a uma lógica de dilapidação (PAULILO, 2003). Além do rio, os instrumentos utilizados para a pescaria também ganham significações genereificadas. A rede, a tarrafa e o barco representam o homem. O dourado e o surubim, peixes migradores, que reinam no rio, têm atributos mais masculinizados: migração, força, capacidade de luta, apresamento.

Arelada a esta concepção de masculinidade está a delimitação social do espaço feminino. Às mulheres cabem as margens do rio e os barcos atracados, de onde pescam de linhada. O lar – com o cuidado da casa e dos filhos – é também sinônimo de um espaço feminino. De acordo com os relatos se observa que a lavoura era (e ainda é para muitos), especialmente na Barra do Guaicuí e Ibiaí, um espaço dividido entre homens e mulheres, e fundamental fonte de sustento para muitas famílias. A roça adquire um aspecto peculiar entre as fontes de renda por ser um espaço igualmente dividido e amplamente gerenciado pelas mulheres. No censo domiciliar, “roça” era o termo mais amplamente utilizado que, ou lavoura ou agricultura, denotando a atividade mais destinada à subsistência. São geralmente cultivados os produtos mais rústicos e/ou

rasteiros como milho, feijão, abóbora e quiabo. Tanto em Barra do Guaicuí quanto em Ibiaí são utilizadas “as ilhas” para a plantação e cultivo de frutas, legumes e hortaliças. Quem não as possui só pode usufruir dela mediante pagamento de um aluguel, seja em dinheiro, seja em produto, seja mesmo em trabalho. Essas ilhas são bancos de areias que emergem no rio nos períodos de seca. Eles em geral surgem no inverno – período de estiagem que vai de junho a setembro - e duram até mais ou menos fim de setembro a outubro, quando começa a primavera e caem as chuvas e o rio enche. Nessa época, tais formações são encobertas pelas águas e tudo aquilo que fora plantado e cultivado é perdido.

De acordo com os relatos dos pescadores mais velhos, antes da construção da barragem de Três Marias as cheias do rio eram muito mais constantes e avassaladoras. A barragem ajudou a controlar a força das águas e, hoje, muitas daquelas formações se consolidaram e persistem mesmo nos períodos de chuvas. Existem ilhas como a do “Boi”, em Ibiaí, e a “De Sucesso”, em Pirapora, com espaços tão grandes que muitas famílias transferiram suas residências para lá. Na Ilha do Boi, por exemplo, quando a visitamos, encontramos três casas, animais de pequeno porte e uma grande área de cultivo onde, além de frutas – bananas; mangas; goiabas – eram cultivados cana-de-açúcar, milho e mandioca para a produção de farinha; além de leguminosas também para o consumo. Seu “Dão”, 41 anos, nasceu na ilha “De Sucesso” pertencente ao município de Pirapora. Hoje ele, pescador profissional, vive com a esposa e três filhas no bairro Beira Rio, município de São Gonçalo do Abaeté. Ele nos contou um pouco da história de sua família. Seus pais eram pescadores e seus irmãos (3 homens e uma mulher) também o eram.

Assim que meu pai faleceu nos viemos embora para Três Marias. Vendemos a ilha e viemos para Três Marias. Porque meu irmão mais velho tinha apenas 14 anos de idade...então não dava conta de tocar a ilha como meu pai tocava, porque ele plantava a ilha todinha. Era muito bom lá! Tínhamos muita fartura, mas com meu irmão muito novo[...]Aí vendemos a ilha e fomos para Três Marias. (“Dão”, 41 anos, Bairro Beira Rio, São Gonçalo do Abaeté/MG).

4. Conjugalidades – Transformação da família?

No momento que o projeto foi elaborado e escrito, a proposta era trabalhar apenas com famílias nucleares (mãe + pai + filhos) porque se queria não somente os valores subjetivos e objetivos, modos de agir, práticas transmitidas dos pais aos filhos, bem como as expectativas de futuro para esses. Eis a surpresa quando, no campo, dei-me conta que dificilmente acharia as famílias nucleares no modelo que procurava. Afinal, passado um ano desde o Censo Domiciliar, o que encontrei foram aquelas famílias selecionadas porém com novos arranjos (e até mesmo fragmentações, com novos arranjos conjugais⁸) os quais podem ser assim sintetizados:

- Mãe + Pai; (1)
- Mãe + Pai + Filho(s); (17)
- Mãe + Pai + Filho(s) + Neto(s); (3)
- Mãe + Filho(s); (2)
- Tia + Tio + Sobrinha; (1)
- Mãe + Filho(s) + Neto(s); (2)
- Avó + Avô + Neto(s); (3)
- Mãe + Pai + Filho(s) + outro (s) parentes; (1)

O maior número de famílias nucleares é explicado pelo critério aplicado à seleção delas: Desses, temos grupos domésticos que transbordam o modelo de família nuclear, por incluir outros parentes e agregados; grupos menores que a família tradicional – famílias apenas com mãe e filhos, por exemplo. Há também famílias com filhos de casamentos anteriores. O que nos dá um quadro não de família, mas de famílias, assim como de casamentos.

Outro critério amostral foi trabalhar com famílias quebradas, isto é, famílias nas quais falta um dos responsáveis, especificamente o homem, para observar como a mulher se comporta na ausência, dentro de casa, da figura masculina.

⁸ *Arranjos Conjugais* é o termo utilizado por Durham (1983) in Goldenberg (2005) para expressar diferentes formas de conjugalidades presentes hoje na sociedade brasileira, incluindo aí o casamento tradicional.

O que a teoria nos diz

Entre os estudos mais recentes sobre família, o foco recai sobre as mudanças nas estruturas familiares analisadas como parte integradora de um processo geral de transformações econômicas e sociais. Logo, não é só a família, enquanto instituição, que tem sofrido mudanças significativas. Na perspectiva de Foucault, instituições fechadas como família e Estado, são exemplos dos canais de ação de um poder estruturante da ordem social, o poder disciplinar. Outras esferas que adquiriram, historicamente, status estruturante na vida social moderna contemporânea – como por exemplo a mídia, através de novelas, propagandas, jornais, revistas – também integram esse processo de mudança. Deleuze, em uma espécie de diálogo com Foucault, trata dessas mudanças e insere uma nova proposta: a de que entramos em um período no qual o poder disciplinar tem perdido sua significância enquanto fonte estruturadora e controladora da ordem social. E, concomitante a esse poder em declínio, há o surgimento do poder controlador. A sociedade de controle, segundo Deleuze, elimina a idéia básica de começo e fim e ainda de instituição – reguladoras do meio social por meio das palavras de ordem - pois nada tem fim no controle, tudo é contínuo e ilimitado. O que antes reproduzido por lugares fechados, agora passa a ser alimentado por um regime disperso de dominação, no qual, retomando novamente, a mídia assume grande peso como veículo de transmissão. O indivíduo é imbuído e responsável de uma carga de autocontrole de si, enquanto da mesma forma exerce e age o controle sobre os outros.

Esses filósofos, antes de tratarem o poder apenas como negativo, dão também um diferente significado a ele ao inverterem a idéia de que o poder reprime: na verdade ele pode e é também positivo. Ou seja, ele pode criar e recriar desejos, vontades, modos de agir, pensar, sentir e instigar a sexualidade dentro dos padrões socialmente estabelecidos.

Diante desse arcabouço de idéias e teorias, a família passa a ser entendida não como uma instituição em crise, à beira do desaparecimento, mas em um processo de reordenação, no qual circunscreve um quadro complexo de novas formas de relações sociais. Temos nesse caminho: “o *significativo* aumento de novos tipos de uniões entre os sexos, declínio da fecundidade, aumento de mães solteiras e de separações e divórcios, novos padrões de sociabilidade e relações de gênero, até a participação de mulheres, crianças e adolescentes no mercado de trabalho formal e informal” (GOLDANI, 1993:69).

Além desses fatores, as categorias sexo, idade e classe social, também entram no jogo de explicações das mudanças paradigmáticas da família. Segundo Ana Maria Goldani, essas três categorias aparecem estreitamente relacionadas a certos modelos estereotipados de família, entre os quais aponta: o de família patriarcal e o de “classe média urbana”.

O primeiro modelo de referência, o da família patriarcal, é resultado histórico de fortes pressões da Igreja Católica, Estado e da pela própria sociedade brasileira, e que ainda hoje reforçam a idéia de que haveria um modelo único de família. Tal modelo associar-se-ia a presença de parentes, a um sistema hierárquico e de valores no qual se destacariam a autoridade paterna e do homem sobre a mulher, a monogamia, a indissolubilidade das uniões e a legitimidade da prole. O segundo, parte de um “estereótipo” da família “classe média urbana”, ou ao modelo de família burguesa, ao qual Foucault (2001) se refere. Esse padrão utilizado pela mídia em novelas, propagandas, etc., traz, como eixo, uma família centrada ao redor das funções reprodutivas e na qual a criança ocupa o lugar de destaque. Segundo Goldani, tal modelo traz como marcas o individualismo, a privacidade, e também no qual as relações afetivas entre os membros adquirem maior relevância, dando origem a novos padrões de sociabilidade.

Um exemplo da forte presença do tradicionalismo dominante na região, que impugna o modelo burguês de estrutura familiar, se faz presente em muitas falas, como exemplificada na transcrição, na qual o pai de uma pescadora falou sobre a importância da estabilidade para a manutenção das relações familiares e ao fim acrescentou: “É melhor casar do que ficar nessa vida encontra amanhã, encontra depois[...] E assim, casando as coisas mudam, está junto não é?” Chega-se à conclusão de que, apesar do peso do tradicionalismo e conservadorismo, as famílias criam estratégias de sobrevivência que se mesclam valores vanguardistas. Casais que se separam e voltam a morar com os pais; filhos que se tornam pais solteiros e recorrem à ajuda dos pais. Diante das modificações estruturais que transformam mas também geram novas formas de sociabilidade no interior da família, uma proposta que guiou nos estudos foi fugir da visão simplista e dicotômica entre tipos de família tradicionais e modernas, geralmente pensados sobre a base dos meios rurais e urbanos (classe média operária). Essa opção ocorreu pelo fato dos modelos interpretativos serem limitados diante das diversas concepções de família e de suas tipologias, e portanto, não revelar a totalidade da maioria das famílias pesquisadas.

Organizadas ao redor do trabalho remunerado do chefe homem, e do trabalho doméstico da mulher-mãe, a maioria das famílias das camadas populares está permanentemente ameaçada pelos baixos salários e desemprego. No entanto, no grupo estudado, não é o desemprego, ao menos à primeira vista, que coloca em alerta as famílias de pescadores e pescadoras artesanais, mas sim o medo de que a pesca esteja prestes ao fim.

Dona Ema, 47 anos, esposa de Seu Américo, 62 anos, pescador há mais de 40 anos, aposentado mas que ainda tem na pesca a principal fonte de renda, contou sobre as dificuldades pelas quais passaram desde a infância. A história de vida desse casal expressa os esforços das famílias que vivem da pesca. Tanto ela quanto o marido são retirantes do Nordeste (sua família veio da Paraíba e a do marido de Rio Grande do Norte) vindos, ainda pequenos, acompanhando os pais em busca de melhores condições de vida. Tanto o pai quanto o marido já eram pescadores nas localidades de origem e resolveram mudar por conta dos boatos que se espalhavam por lá de que em Minas Gerais a pesca era abundante, “boa de peixe”, como diziam. Testando a sorte, as famílias, cada uma a sua época, se mudaram e, no município de Morada Nova, o casal se conheceu e logo constituiu família. Com as dificuldades da pescaria, resolveram ir para a Bahia, mais uma vez na busca de melhores condições de vida. Nessa época, o novo casal contava apenas com uma filha, ainda bebê. Não atingindo as expectativas que buscavam resolveram voltar para Minas Gerais (município de Três Marias) e, nessa época a família já havia crescido, contando com mais dois filhos – um menino e uma menina. A filha mais velha (30 anos) do casal, há pouco tempo se casou, agora mora em uma casa próxima a dos pais. Os outros dois filhos mais novos ainda moram com eles, sendo que a filha mais nova (26 anos) é mãe de um menino (4 anos). Segundo Dona Ema nenhum dos filhos quis seguir a profissão do pai. O rapaz (20 anos) às vezes sai para auxiliar o pai na pesca, mas cabe em geral a ela acompanhar o marido quando é possível. Apesar de possuir carteira de pescadora, guiar o barco para o marido, além de outras atividades, Dona Ema não se considera pescadora, mas sim dona de casa e mãe de família. Ela nos contou que sua ida ao rio ficou restrita depois que nasceu o neto pois coube a ela cuidar da criança, já que a mãe dele estuda e trabalha para auxiliar no sustento da casa. Quando questionada sobre a rotina que leva, e as dificuldades diretamente relacionadas à pesca Dona Ema respondeu:

Ele (Américo) sai toda segunda-feira e volta na sexta ou no sábado. Essa semana mesmo ele chegou no sábado e voltou para a pesca no domingo. A pescaria nesses

últimos dias tem estado muito ruim, acredito que seja por causa do frio[...]Quando a pescaria está boa, em três, quatro dias ele volta...mas agora tem passado mais dias[...]faz quase oito dias que não vem para casa. É ruim ficar sozinha, mas a gente tem que se acostumar, é só o que se pode fazer...temos que trabalhar para colocar as coisas dentro de casa. Toda a nossa vida foi assim, mais fora do que em casa. Como se diz: “Mora na pescaria e passeia em casa!” Porque fica mais tempo na pescaria (Ema, 47 anos, Três Marias/MG).

Este temor, da não obtenção de uma renda suficiente para a manutenção do núcleo familiar, leva tanto as famílias das camadas populares, quanto o nosso grupo especificamente, a lançar mulheres e crianças ao mercado de trabalho. E por fim a uma continua reestruturação destas famílias.

5. A pesca

Marcel Mauss, em *as Técnicas Corporais*, é, sem dúvida, uma referência obrigatória para se compreender os processos que dão forma aos corpos, as posturas. Mauss entende a expressão *técnicas corporais* como “as maneiras como os homens, sociedade por sociedade de maneira tradicional, sabem servir de seus corpos” (MAUSS, 1974: 211). Segundo Mauss, para compreender todo o complexo simbólico é necessário partir do concreto ao abstrato e não inversamente. Há dois conceitos presentes em seu texto que são fundamentais para tanto: “técnicas corporais” e “imitação prestigiosa”. Segundo Mauss (1974) in Goldenberg (2005), o conjunto de hábitos, costumes, crenças e tradições que caracteriza uma cultura também se refere ao corpo.

Assim, há uma construção cultural, com uma valorização de certos atributos e comportamentos em detrimento de outros, fazendo com que haja um corpo típico para cada sociedade. Esse corpo, que pode variar de acordo com o contexto histórico e cultural, é adquirido pelos membros da sociedade por meio da “imitação prestigiosa”: os indivíduos imitam atos, comportamentos e corpos que obtiveram êxito e que viram ser bem sucedidos (GOLDENBERG, 2005: 36).

Eu aprendi a pescar vendo meu pescando. Meu pai morreu quando eu era ainda muito pequeno, mas ficaram meus irmãos que também eram pescadores, aí eu aprendi a pescar (“Dão”, 41 anos, Bairro Beira Rio/MG).

Para Mauss, as técnicas corporais “variam não simplesmente com os indivíduos e suas imitações, mas, sobretudo, com as sociedades, a educação, as conveniências e as modas, com os prestígios”. E é precisamente a partir da noção de prestígio do indivíduo que torna o ato autorizado em relação ao imitador, que se encontra todo o elemento

social das técnicas corporais. É possível afirmar que práticas como: tarrapear, soltar a rede, o trato com os peixes, a preocupação com o rio, limpeza e filetagem do pescado, devem grande parte de sua propagação a uma imitação, baseada no prestígio conferido àqueles e àquelas que tentam se encaixar dentro de um determinado padrão. O trabalho doméstico, nesse sentido também se afirma como conhecimentos e práticas transmitidos e recriados por uma tradição que faz uso da imitação. As filhas aprendem no cotidiano da rotina doméstica, na observância das ações da mãe, qual é a maneira correta de lavar as roupas, por para secar, recolhê-las e passá-las, ou ainda a quantidade certa de comida a ser preparada para a refeição e como realizá-la.

A pesca – Na voz das mulheres

Diante das representações sociais de categorias como masculino/feminino, pai/mãe, impostas e criadas a partir dos contrastes e diferenças expressos através das falas, das práticas, dos gestos, de um universo simbólico presente no cotidiano, perguntamos aos homens e mulheres se “a pesca exercida pela mulher é diferente da exercida pelo homem?”.

É diferente porque é mais leve, porque eu pesco só de anzol, e eles não, é a noite toda pescando...Mas é também porque não dou conta! O serviço de casa é uma merda! Então pega o serviço de casa, é roupa...É o que falei para os meus filhos, se eu pudesse ficar só no rio, ficaria só nele com prazer, porque eu gosto! Porque se eu não gostasse não estaria no rio! Porque trabalho, trabalho, trabalho, trabalho, trabalho e no fim das contas não tem recompensa nenhuma! Faço porque gosto, porque se não, nem no rio iria! Minha paixão eterna! O trabalho da casa?!?!? Faço com raiva! (risos) Faço porque sou obrigada! Lavo vasilha, faço comida, arrumo a casa. Você fica o dia inteiro, ali, pelejando para, no fim das contas, não ter feito nada! Não é assim? É todo o dia a mesma coisa! E o homem ainda não ajuda. Ele não ajuda em nada. (Maria, 47 anos, Bairro Beira Rio, São Gonçalo do Abaeté Rio/MG).

Um dos questionamentos partia de uma abstração na qual era colocada a possibilidade de inversão de funções entre os parceiros, onde cada um assumisse as tarefas cotidianas de seu parceiro, o homem os cuidados da casa e filhos e às mulheres à ida ao rio. Quando questionados se conseguiriam desempenhar tais atividades, a respostas das mulheres se dividiram. As pescadoras responderam que tanto elas quanto os homens são capazes de exercer os mesmos tipos de pescaria, apesar da dificuldade imposta pelo peso de alguns dos materiais como por exemplo a tarrafa, uma espécie de rede, em formato circular, que tem presa em suas bordas pequenas esferas de chumbo, para que quando lançada ao rio chegue ao fundo. Ao jogá-la, ela deve se abrir e pousar

na água totalmente aberta, pois do contrário pode se emaranhar e assustar o peixe. Pensar numa inversão de identidades lhes foi algo inimaginável. Ao naturalizar as respectivas funções e os atributos necessários para a realização de tais, não concebiam como possível, por exemplo, a mulher realizar somente a pesca e essa idéia tornou-se em muitos casos motivo de risos:

Nós até poderíamos inverter um pouquinho, (risos) e ele ficar dentro de casa e eu pescar. Eu posso. Até gostaria de descansar do serviço de casa. Ah! Se eu agüentasse!!! (Maria, 47 anos, Bairro Beira Rio, São Gonçalo do Abaeté Rio/MG).

Quando questionadas sobre o futuro da pesca profissional, todas sem exceção afirmaram que hoje ela tem passado por dificuldades, mas não apontaram nenhuma previsão, que julgassem certa, para o futuro.

A pescaria quando está boa é uma maravilha...mas nos tempos ruins....é terrível...A sorte é que “Américo” se aposentou. Ganha pouco, mas serve para ajudar na casa, para fazer feira, entre outras coisas. Mas se dependesse só da pescaria, quando ela está fraca, é ruim. Porque pescador tem muita despesa: é com rede, para comprar rede, que é caríssima, é gasolina para o carro, para o motor, porque tudo isso está um absurdo. Ele tem o barco, tem motor...Há semanas por exemplo, quando a pesca está ruim, que o dinheiro só dá para pagar o posto. Porque pega a gasolina para o motor e para o barco, porque depende do carro para levar as tralhas da pesca. Tem semanas que não sobra para as despesas da casa...chega a conta de água, conta de luz...rua é muito bom para morar, mas tem muitas despesas (Ema, 47 anos, Três Marias/MG).

P: Como é a relação do marido da senhora com o rio?

R: Ele gosta demais. Ele gosta mesmo. Diz ele que a melhor coisa que aprendeu na vida foi pescar. Ele gosta muito do ramo que mexe. Tem horas que digo: “Américo, você não vai agüentar muito não!” Porque a pescaria é uma luta! Diz ele que não, que não tem trabalho não. Eu acho que tem e demais. Porque é sol, quando não é sol é frio, quando não é o frio é o inverno, a chuva...E com a idade que ele se encontra, 62 anos, eu o acho muito forte para fazer o que faz. Tem hora que ele luta com dois tipos de pescaria. Sozinho, para soltar aquilo e apanhar....Iguar, essa linha de seda, que pega as corumbas grandes, nossa aquela rede é um sacrifício para mexer...Em cada uma de suas pontas é necessário colocar pedras...e só você vendo os tamanhos...para o cabra puxar aquilo!Uma por uma de trinta e poucas redes...precisa ter muita coragem! Eu o acho muito corajoso, por sua idade, pelo lutar com essas redes...mas ele gosta demais do que faz. (Ema, 47 anos, Três Marias/MG).

Quando questionadas sobre o passado da pesca e a atuação das mulheres na atividade a lembrança que muitas guardaram se mesclam às respostas dadas as mudanças ocorridas na pesca. Muitas que tinham mães pescadoras disseram que as viam indo para o rio auxiliar o marido; pescando para o consumo dos familiar ou ainda no processo de limpeza do pescado. Segundo a pescadora Aparecida, 46 anos, moradora de

Barra do Guaicuí, quando os homens, retornavam do rio com o pescado se iniciava uma nova jornada de trabalho exigido pelo peixe, agora em terra. As mulheres de sua comunidade se reuniam às margens do rio na espera do barco carregado de peixes e passavam tardes e até mesmo noites sentadas em cadeiras, disposta em círculo num terreiro, à beira de uma fogueira cantando, limpando, tirando as escamas e esvicerando os peixes. Antes que a carne apodrecesse, o que acontecia rapidamente, ela era empanada em farinha de fubá ou sal e deixados para secar ao sol. Os grandes peixes como surubim eram ou os “de couro” eram cortados em rodela. Já os peixes menores eram abertos no sentido vertical de seu corpo. Isso facilitava o armazenamento, empilhando-se as carnes. Após desidratada, a carne já não corria o risco de apodrecer rapidamente, sendo possível transportá-la e revendê-las em outros locais. Foi relatado, também por alguns homens, que antigamente havia no rio uma série de mercadores que navegavam pelo rio comercializando diversos artigos. Eles vinham desde a Bahia subindo todo o São Francisco. Era comum os pescadores venderem os peixes já salgados a esses mercadores e em troca comprar mantimentos que não eram produzidos na localidade (roupas, tecidos, sapatos). Ou ainda os pescadores acabavam negociando essa carne em mercados locais, ou ainda com produtores de produtos alimentícios como arroz e feijão. Aquilo que não era vendido ficava para o consumo familiar. Logo, houve uma grande mudança nesse cenário com o surgimento do gelo e das câmaras de resfriamento que também promoveu uma ressignificação da pesca para as mulheres. Pois se antes elas desempenhavam um papel essencial e muito valorizado, depois desses adventos sua presença passou a ser relegada a segundo plano.

A pesca - Na voz dos homens

A pesca implica muito mais do que força e destreza com redes e tarrafas. Para ser tornar um pescador é necessário deter o conhecimento de como se manifestam os agentes naturais (rio; lua; peixes) ao longo das estações. Esse saber tradicional é um dos grandes responsáveis por uma excelente pescaria ou um prejuízo certo.

A gente geralmente tem uma mudança. Chega nessa época do ano (julho) a água esta limpa. Então nossa pescaria acaba ocorrendo a noite. Quando a água é suja, que vamos nos aproximando do mês de outubro, novembro, aí nos damos uma parada, porque tem o período da piracema. Ai é proibida a pesca (“Dão”, 41 anos, Bairro Beira Rio/MG).

“Paulo”, 43 anos, também pescador profissional é marido de “Maria”. Nascido em Três Marias, ele nos contou que se iniciou na pescaria aos 17 anos. Ser pescador “estava escrito no seu destino”, segundo ele, pois de seus oito irmãos foi o único que se voltou para esta profissão. Seus pais eram trabalhadores rurais. Durante esses 26 anos na profissão, os últimos 15 vivendo exclusivamente da pesca, ele presenciou muitas transformações:

Pela quantidade de peixe que já teve aqui, hoje em dia não tem mais não! Pelos peixes que já teve, hoje não tem mais! Veja bem, já cheguei a pegar 180kg de surubim em um dia. Hoje, se você pegar um surubim na semana, você pegou peixe demais! Na semana!!! Então, não tem peixe. É, por cima da ponte, ali... Ali era um lugar que eu mergulhava e ouvido chegava a doer. Hoje em dia, hoje em dia você não passa com o motor lá, o motor pega no barro. O rio está aterrando...antigamente não tinha esse lodo que tem aqui! Hoje em dia o fundo do rio virou pasto! Antigamente não tinha esgoto, hoje em dia o rio está todo cheio de esgoto. As pousadas todas jogam! A minera... trabalhei ali cinco anos, o que tem de arsênico e enxofre no fundo desse rio matando peixe parece brincadeira! (Paulo, 43 anos, Bairro Beira Rio, São Gonçalo do Abaeté Rio/MG).

A dificuldade em retirar o sustento familiar apenas da pesca leva muito dos pescadores a buscarem saídas alternativas. Diante das belas paisagens do Rio São Francisco, muitos têm se aproveitado para auferirem novas fontes de renda a partir do turismo. No bairro Beira Rio, muitos têm se dedicado a esta atividade e afirmam que ganharam muito em qualidade de vida, dizem que “a rotina mudou para melhor”. Essa justificativa é atribuída ao fato de adquirirem uma rotina constante de trabalho: horário para sair e retornar a casa; horário para as refeições e descanso; além de diminuïrem o desgaste físico, braçal, causado pela pesca.

Antes eu vivia só da pescaria mesmo. Agora eu vivo da pesca e um pouco do turismo. Eu faço turismo. Eu tenho dois barcos, dois motores, aí eu alugo para levar o pessoal para pescar. Eu ensino eles a pescar. Aí ganho para pescar, mas não profissionalmente. Pesca amadora, com isca viva, que pega dourado. É muito bom. Aí vem muita gente de Brasília, Belo Horizonte, São Paulo, do Rio, de todos os lugares. (“Dão”, 41 anos, Bairro Beira Rio/MG).

E o trabalho das mulheres na pesca? José, pescador residente na Barra do Guaicuí, em das Oficinas desenvolvida pelo Projeto “Rumo”, ele nos deu seu relato a respeito dessa questão. Segundo ele as mulheres “não trabalham na pesca, o que elas fazem é limpar e filetar os peixes”. Mas quando criança, se lembra bem, os barcos chegavam da pesca a beira do rio estava cheia de mulheres, esperando o descarregamento para limpar os peixes. Depois que chegou o gelo, isso desapareceu. Pois os homens passaram a levar blocos de gelo na pesca, conservando o peixe e o

vendendo sem limpar para o atravessador ou diretamente para o consumidor. O gelo, portanto, diminuiu a participação das mulheres.

O estigma da profissão

Nelson do Valle Silva, ao criar a escala de *status* socioeconômico das ocupações para a mensuração de tais, levou em conta:

relação entre nível de educacional e rendimento aplicada aos títulos ocupacionais [...]. O rendimento cresce exponencialmente em relação à escolaridade. Medidas as posições educacional e econômica (rendimento) de cada indivíduo é possível gerar o *status* individual, que é definido como uma função escolaridade – rendimentos, pela qual se obtém o rendimento socialmente esperado para cada nível educacional de uma determinada ocupação”(BIAGIONI, 2003: 27).

A escala de status ocupacional de Valle Silva, consiste numa hierarquização das ocupações divididas em seis estratos: (1) Alto; (2) Médio - Superior; (3) Médio – Médio; (4) Médio – Inferior; (5) Baixo – Superior; (6) Baixo – Inferior. A pescaria, por se tratar de uma ocupação manual que não exige níveis educacionais elevados, encaixa-se na ultima categoria, Baixo –Inferior, na qual também estão trabalhadores de enxada; apanhadores; descascadores; carvoeiros; lenhadores; entre outras ocupações de caráter extrativista.

Justamente, por se tratar de uma profissão que não exige nenhuma qualificação escolar formal a pesca aparece para o senso comum como uma atividade de fácil exercício. No entanto, a pesca requisita um profundo e complexo conhecimento não apenas dos instrumentos mais adequados a cada tipo de pescaria, mas também das condições naturais, como rio, o clima, os hábitos dos peixes, entre outros saberes adquiridos ao longo da profissão. E, para adquiri-los, é necessário estar em presença constante desses agentes naturais, observando as pequenas variações e estudando modificações ocorridas, e a repercussão de tais fatos. Em Pirapora, os pescadores se reúnem sob uma árvore em frente a Colônia Z-1. Nesse local, a qualquer período do dia é possível encontrar um grupo de pescadores reunidos. Apesar de aparentemente estarem proseando “conversas fiadas”, na verdade o que os impulsiona aquele local, mais do que a presença do companheiro, é a vista estratégica de um longo trecho do Rio São Francisco.

De acordo com os relatos de um pescador, aquele local além de proporcionar uma vista privilegiada do rio, dá a possibilidade de observar as variações do tempo. Daquele ponto é possível observar, no município de Buritizeiro que fica na outra

margem do rio, a ponta de uma das torres da igreja central. Segundo o pescador, quando as nuvens carregadas vêm da direção desta torre, significa que as chuvas estão vindo do Rio Abaeté, afluente do São Francisco. A subida do nível do rio São Francisco é rápida e a baixa, depois das chuvas, também. Portanto, em breve o fluxo de água do Rio São Francisco irá subir e é necessário correr para posicionar e amarrar bem os barcos, para que não sejam levados pela força das águas, nem para que fiquem sobre algum banco de areia, pois no momento que as águas abaixam fica muito difícil desencalhá-los. No entanto todas esses saberes são desconhecidos pela grande maioria da população local, que acaba por estigmatizá-los atribuindo aos pescadores causas de muitos problemas sociais e ambientais – como roubos, depredação do rio e matas ciliares; escassez de peixes, entre outros.

Para começar, eu hoje sou pescador, mas não ponho na cabeça de ninguém pescar, porque é a última profissão que tem, só dá sofrimento. Ainda mais que, você anda como ladrão correndo de polícia; no lugar que tem o peixe não pode pescar, então, não adianta! Nos somos a Quinta pessoa depois de ninguém! (Pedro, 43 anos, Bairro Beira Rio, São Gonçalo do Abaeté Rio/MG).

Em todas as entrevistas foi afirmado que o preconceito existente em função daqueles que trabalham com a pesca tem diminuído ao longo dos últimos anos, e justificam como um grande propulsor desta mudança a institucionalização da profissão:

Agora não, agora a gente está criando uma “moralzinha”. Hoje em dia já tem o financiamento para pescador, que não existia; já chega em uma loja e compra. Mas antigamente você não compraria nada não! Quem era pescador não era homem! Estou mentindo?!?! Hoje em dia nós já compramos em qualquer canto! Mas antigamente... Nem no forró nós podíamos ir. Você ia no forró, perguntavam : “o que ele é?” – “Pescador!” – “Nossa senhora! Pescador?! Passa longe!”. É mesmo, estou falando a verdade. (Pedro, 43 anos, Bairro Beira Rio, São Gonçalo do Abaeté Rio/MG).

Trabalhos e mais trabalho...

O trabalho doméstico, reprodutivo, é visto, sem exceção, como uma atividade cansativa, repetitiva, monótona e ainda por cima, pouco reconhecida. Segundo as mulheres, todas enquanto crianças, entre idades que variaram de cinco a oito anos, aprenderam a realizar os serviços domésticos, cuidar dos irmãos e da roça. Todos os homens responderam que, além do trabalho de pesca, aprenderam, ainda crianças, a lidar com roça, carpir, arar, plantar. A mesma questão sobre a possibilidade de inversão de trabalhos e funções entre os parceiros foi aplicada aos homens e esses, da mesma forma que as mulheres, se negaram a realizar as atividades, em geral, realizada pelas

companheiras. O motivo alegado, surpreendentemente, foi de que o trabalho delas não é constante, não há descanso. Enquanto eles têm hora para ir e voltar do rio, por mais que sejam inconstantes, há momentos nos quais podem simplesmente se “desligarem”. Mesmo tendo consciência do quão desgastante é o trabalho doméstico, eles não deixam de afirmar que se trata de trabalho feminino e, portanto, deve ser exercido pelas mulheres. Uma delas disse: não vou dizer que não é serviço de homem, você não tendo mulher! Mas agora se você tiver...”.

Segundo Bourdieu (1976) às diferentes posições no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência. Logo,

As práticas e as propriedades constituem uma expressão sistemática das condições de existência (aquilo que chamamos “estilo de vida”) porque são o produto do mesmo operador prático, o *habitus* – sistema de disposições duráveis e transferíveis que exprime sob a forma de preferências sistemáticas as necessidades objetivas das quais ele é o produto. A correspondência observada entre os espaços das posições sociais e dos estilos de vida resulta do fato de que condições semelhantes produzem *habitus* substituíveis que, por sua vez, engendram segundo uma lógica específica práticas infinitamente diversas e imprevisíveis em seu detalhe singular, mas sempre encerradas limites inerentes às condições objetivas das quais elas são o produto e às quais elas estão objetivamente adaptadas. (BOURDIEU, 1976:?)

Segundo Christophe Dejours (1998) e Pascale Molinier (1997) in welzer-Lang (2001), a virilidade além de benefícios/privilégios que ela traz aos homens ela é uma estratégia de resistência de luta contra o medo, e o nojo que inspira o “trabalho sujo” – como exemplo é citado os trabalhos dos operários na construção civil – e, também como a virilidade só pode ser vida transversalmente em relação as esferas publicas e privadas.

6. Quanto às filhas e filhos

Foi de fundamental importância o conhecimento das condições de vida das famílias assentadas que têm na pesca sua sustentabilidade, pois é no núcleo familiar que são construídas as referências valorativas que guiam “a visão e o agir no mundo praticado pelo indivíduo”⁹, descartando assim a idéia de um modelo ou de um padrão único de organização familiar. As informações recolhidas lançam luz sobre importantes questões. Diante do que nos foi relatado, vem ocorrendo entre os pescadores e pescadoras uma expressiva mudança educacional intergeracional, de maneira que os filhos exibem níveis de escolaridade significativamente mais elevados que os pais.

A princípio, a percepção da importância do estudo fica bastante clara nas entrevistas, quando todos concordam que os jovens devem ter as mesmas oportunidades de estudo, independentemente do sexo. Porém, na prática, segundo vários depoimentos, existem muitas diferenças entre isto que é dito e as possibilidades de que meninos e meninas possam se dedicar plenamente aos estudos.

O estudo faz muita falta. Os meus meninos também quase não estudaram. Porque desde de pequenos indo para a pesca...Cada um estudou até a quarta série (...). Eu insisti para eles estudarem, mas quando pescavam e pegavam o peixe... foram crescendo e não quiseram mais saber de estudo. Mas eu levantava todo o dia de manhã, arrumava eles e mandava eles irem (para a escola). Mas foi a pesca...A maioria desses filhos de pescadores, é muito difícil, tem uns dois que são estudados. (Joana, Bairro Beira Rio “Ponte”, São Gonçalo do Abaeté/MG)

De acordo com o relatório do PNUD (2005), a baixa frequência escolar de crianças e adolescentes é um dos grandes problemas que atinge a maior parte dos países de menor desenvolvimento e de desenvolvimento intermediário, como é o caso do Brasil. De acordo com esse documento, no qual são apontadas as oito metas estipuladas para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural para esse milênio, o segundo objetivo é justamente “atingir o ensino básico universal” e estipula como meta a ser atingida até o ano de 2015 que meninos e meninas de todo o mundo possam concluir um ciclo completo do ensino fundamental. O avanço em direção a essa meta torna-se mais difícil à medida que esta supõe o atendimento de segmentos marginalizados da população: pessoas que vivem em zonas afastadas e de difícil acesso ou que pertencem a estratos sociais que enfrentam obstáculos maiores traduzidos,

⁹ Para mais informações sobre a citação ver FELICIDADE, 2004: p.192.

segundo os dados do PNUD, em elevados índices de evasão escolar e repetência. A proposta parte pela identificação destas populações e adoção de estratégias especiais que assegurem os seus acesso ao sistema educativo e sua permanência. Ainda, segundo o documento, é possível assegurar o acesso a tais grupos e diminuição da evasão escolar prematura por meio de incentivos e benefícios que melhorem a renda familiar. Especial atenção deve ser dispensada às políticas orientadas para o cumprimento dos mandatos referentes à eliminação do trabalho infantil, seja dentro ou fora da casa, incompatível com um desempenho escolar adequado.

Cerca de 87% das famílias com filhos de até 15 anos, que ainda residem na casa, afirmaram que estes contribuem no rendimento doméstico. Os trabalhos realizados distribuem-se em: pescaria; roça; empregada doméstica (diarista); empacotador em mercearia. Quando ampliada esta questão àqueles que já tiveram filhos nessa idade 100% das famílias responderam que os filhos trabalhavam para complementar a renda da casa. Entre as famílias com filhos do gênero feminino, foi 100% o percentual de pais que afirmaram ensinar a elas o trabalho doméstico. Todas essas respostas colocam direta ou indiretamente que a função do ensino dessa atividade cabe a mãe ou a mulher responsável pela criança ou jovem.

Eu ensino tudo para a minha mocinha. Ela é muito trabalhadora. Minha mãe me ensinou que o papel da mulher é ser esposa... – minha criação foi essa - minha mãe falou para mim: “casou, tem que ter comida pronta, roupa limpa, casa arrumada” e também, se eu não fizer quem vai fazer?!(Maria, 43 anos, São Gonçalo do Abaeté, bairro Beira Rio/MG)

A visão de que a menina pode substituir um bom trabalho por “um bom casamento” ainda persiste como uma herança cultural. A escola e o ensino são, para os pais, capazes de afastar os jovens da criminalidade. A preocupação com o futuro dos filhos e com o seu possível envolvimento com a marginalidade leva as mães a apostarem na escola como saída para evitar tais possibilidades. A educação, passa a ser o refúgio para os jovens. O tempo na escola é visto como tempo que não será despendido em caminhos ilícitos. Uma das aceções fortemente presentes em todas as falas dos pais, e bem genérica, refere-se ao estudo como via para maiores oportunidades na vida, independentemente da idade e do sexo. Sem ele os jovens não terão conhecimento e nem chances no futuro. Os entrevistados, pela própria experiência de vida, consideram que estudar ou não faz muita diferença.

Ah! Se eu tivesse estudo (minha vida) mudaria. Nossa Deus, mudaria de mais! A gente quer escrever uma carta, por exemplo, para a família e não pode...Nossa! mudaria demais! (Joana, Bairro Beira Rio “Ponte”, São Gonçalo do Abaeté/MG).

Em uma ou outra acepção, dentro de uma perspectiva instrumental, o estudo é visto como um recurso privilegiado na busca de alternativas estratégicas de sobrevivência, inclusive fora da pesca.

Três Marias é um lugar muito bom para criar os filhos, por ser um lugar mais sossegado...porque hoje o mundo está muito cheio de coisas ruins e esquisitas...Mas com relação à emprego é triste. Veja bem, meu filho vai fazer 20 anos, formado, não consegue serviço...quando consegue é por meio das empreiteiras que vem, mas assim, contrata por nove dias e terminado o serviço fica desempregado novamente. A gente tenta, pede a um, pede a outro, fala com um, fala com outro, mas emprego que é bom, nunca até hoje! Meu marido tem vontade de ir embora daqui por causa disso...Serviço aqui, só se tiver um padrinho muito forte! Pra ajudar...porque ele tem aquele conhecimento e pedir ...e aí pode até conseguir...mas não sendo assim é difícil.... (Ema, 47 anos, Três Marias/MG).

Nessa mesma perspectiva, a educação é vista como para muitos como o único elemento capaz de viabilizar mudanças na vida dos filhos que não pretendem permanecer na pesca. Estudar é o caminho para uma profissão.

Eu queria que eles estudassem [...] Eu queria mesmo que eles fossem soldado ou policial, mas eles diziam: “não, eu quero é pescar! Sou pescador! Sou pescador!” (Joana, Bairro Beira Rio “Ponte”, São Gonçalo do Abaeté/MG).

Segundo Lovell, “as taxas de escolaridade são indicadores importantes das oportunidades de vida, uma vez que elas determinam quem tem acesso aos empregos mais bem pagos”(LOVELL, 1995:50). Essa proposição se aproxima daquela que entende que a educação incorporou o conceito de “capital físico” (instrumento materiais de produção) que necessita ser incorporado pela noção de “capital humano” (RUA & ABRAMOVAY, 2000:71). Ou seja, para a exploração eficaz dos instrumentos de produção é necessário educar as capacidades e habilidades dos indivíduos que os utilizarão.

Perspectivas mais abrangentes entendem que a educação deve satisfazer a realização do ser humano como tal, proporcionando a todos os indivíduos oportunidades e instrumentos para o desenvolvimento pleno de suas habilidades. Rua e Abramovay, ao complementar o desenvolvimento de sua tese acrescentam que o fato de que “o conhecimento racional – empírico técnico, típico do preparo para o mercado de trabalho, jamais anulou ou substituiu o conhecimento simbólico, mítico ou poético, que se inscreve na esfera do desenvolvimento cultural, psicológico e filosófico do indivíduo” (RUA & ABRAMOVAY, 2000: 71).

7. O que é esperado para o futuro?

Mulheres

O meu futuro fica por isso mesmo. Porque eu não sei ler...estudei mas não aprendi nada. Eu já estou velha e não preciso de mais nada...o investimento é mais neles que ainda são novos e que ainda tem de fazer a vida para mais tarde. (Ema, 47 anos, Três Marias/MG).

A fala de Dona Ema sintetiza cerca de 95% das respostas das mulheres a cerca do futuro esperado para si. Ao estruturarem todas as suas necessidades, vivências e aspirações sobre a família e filhos, o futuro também é remetido à eles. A felicidade para elas é verem os filhos e marido saudáveis e felizes.

Os filhos quando crescem, se encaminham cada um para um canto...só acompanham a gente quando são pequenos...Crescidos, já tem seus colegas, outros assuntos para conversar e já não gostam mais de andar com a gente... A minha menina só sai de final de semana, gosta de ir à praça, à discoteca...E meu menino também gosta de ir à praça com os colegas dele (Neuracema, 47 anos, Três Marias/MG).

Para muitas chegar ao quarenta, quarenta e cinco anos significa chegar à velhice. Das entrevistadas, 20% com essas idades já são avós, o que na visão delas é relacionado ao fim da vida. Pensam que por terem criados os filhos – preparado-os para a vida adulta – há que se ressaltar: após uma longa jornada de trabalho, desgaste e cansaço, já não tem mais nenhuma função e sentem-se vazias, inúteis. Cuidar dos netos, para aquelas que são avós é canal as satisfazem, e no qual eliminam o medo. Isso ainda as faz se sentirem úteis.

A velhice significa para grande parte delas uma perda da capacidade de aprender, criar, trabalhar, enfim produzirem algo para si ou para os outros. Logo, não se acham capazes de aprender a ler e escrever ou ainda ingressarem em cursos de corte e costura, cabeleireiro e artesanato, desejo relatado por elas.

Encontramos exceções nesse meio como foram os casos de Dona Flozina e Dona Sebastiana - ambas mães e avós – que romperam as barreiras do medo, vergonha e decidiram realizarem seus sonhos: serem alfabetizadas, e enfim poderem elas próprias, ler e assinar seus nomes.

Homens

Assim como as mulheres, a perspectiva de futuro, não é algo no qual é dispensado tempo para reflexão. A preocupação é com o presente. Quando estimulados a responder - aí sim diferentemente das mulheres - a referência apontada para o futuro relaciona-se a pesca e, a necessidade instrumental: compra de novas tralhas e apetrechos para a pesca, ou ainda novo barco ou motor mais potente. Outro aspecto que marca as percepções distintas desses homens e mulheres o que lhes conota velhice. Ou seja, o que lhes significa ser velho. Se para as mulheres chegar a uma certa idade com atributos de avós as qualificam como velhas, para os homens não é isso que os caracteriza como velhos, mas sim o surgimento de certas doenças que os impossibilita de continuarem a realizar com a mesma força e vigor a atividade pesqueira. Destacam doenças como:

- Artrite;
- Reumatismo;
- Dores e problemas na coluna e joelhos;
- Doenças de pele;
- Pressão Alta;
- Problemas nas vias respiratórias;

A perspectiva de futuro que os homens têm para os filhos em nada se assemelha a das mulheres. Assim como elas, almejam uma melhora na condição de vida para seus filhos, no entanto, não há objetividade em suas respostas, no sentido de apontarem de onde e como viria essa mudança. A suposição levantada é de que essa situação se dê pelo distanciamento no relacionamento cotidiano de pais e filhos, que pode ser justificado tanto pela pouca presença física dos pais no lar devido a ocupação, como também pode ser justificada por uma questão cultural, explicada pela a hierarquia patriarcal que impede um diálogo aberto entre pais filhos e que prescreve que tal função seja exercida pelas mães.

8. Uma nova ordem

Encontramos mulheres que extrapolaram as prescrições de esposa/mãe nas quais suas atividades deveriam ser fundamentalmente aquelas relacionadas ao lar e a família. Essas mulheres, sem deixar de lado as obrigações socialmente naturalizadas, criaram ‘canais de escape’ que lhes possibilitaram a liberdade de exercerem aquilo que gostam. De certa forma todas, sem exceção, guardam espaços de convívio único nos quais desfrutam de suas individualidades. No entanto, para todas as mulheres e homens é quase impossível fugir das identidades construídas e fomentadas (criada e recriadas) sob um modelo de família ideal, no qual a divisão de papéis é bem demarcada, bem como os saberes, práticas e os espaços. Logo, os casos aqui apresentados ilustram transgressões parciais a essa ordem e ao modelo suplantado de família, que vão além de estratégias de sobrevivência da família e para significar espaços de afirmação enquanto mulheres.

Maria, 43 anos, pescadora profissional e moradora do bairro Beira Rio município de São Gonçalo do Abaeté é um desses casos. Sua história de vida assinala desde a infância um processo de aprendizado marcado por lutas. Segundo o que ela nos contou, seu pai foi uma figura ausente na sua vida. Quando ela ainda criança, ele se separou de sua mãe e os laços de união entre eles se afrouxaram. Ela nos disse que “não tive (teve) o amor de pai”. Apesar disso, foi por presenciar durante sua infância a profissão do pai, pescador profissional, que Maria estreitou-se à pesca.

Aprendi a pescar, desde de novinha. Eu gosto de pescar... gosto muito de pescar! Desde os treze anos, quando vim para cá. Meu pai era pescador..., mas aprendi sozinha. Aprendi pescar sozinha, aprendi nadar sozinha, aprendi a pilotar sozinha... (Maria, 43 anos, São Gonçalo do Abaeté, bairro Beira Rio/MG)

A falta da figura masculina, assumida como provedora do lar, por não ter se feito presente na vida familiar de Maria, impulsionou não só ela como todos os outros membros – mãe e cinco irmãos - a buscarem saídas para a manutenção do espaço doméstico. Sua escolha foi pela pesca: “Toda a minha vida pesquei para o sustento”.

Maria é, entre as mulheres entrevistadas, uma das poucas que realizavam integralmente a mesma rotina de pesca que os homens em geral tem:

Eu não tinha hora para ir para o rio. Porque pescador é assim, não tem horas para ir para o rio! Eu ia de manhã, de tarde, a noite, de madrugada... Quando era solteira ia para casa com minha mãe, que morava em um rancho as margens do rio. Depois que casei, pescava e ia embora para casa (Maria, 43 anos, São Gonçalo do Abaeté, bairro Beira Rio/MG).

Um aspecto fortemente marcado nas falas diz respeito à essa entrada das mulheres nos espaços de trabalho, ditos antes, masculinos. A reação contrária é encabeçada por argumentos falaciosos relacionados a capacidade moral ou física. Esses argumentos buscam sua legitimidade ao assumir como algo naturalmente dado a pouca força física das mulheres para as atividades exigidas. Mesmo as mulheres que rompem com a ordem dos papéis familiares, acabam sendo vítimas das atribuições morais desse modelo:

No início pescava com tarrafa, tarrafeava... agora, mais de anzol. Com filhos e obrigações e eu sozinha dentro de casa, não teve jeito. Agora é mais de anzol e, olha, que até mergulhar nesse rio, eu já mergulhei! Agora não compensa mais mexer com tarrafa. (Maria, 43 anos, São Gonçalo do Abaeté, bairro Beira Rio/MG)¹⁰.

Um dos pensamentos potencialmente internalizado por estas mulheres é o de que rendimentos conquistados por elas no trabalho apenas complementam o orçamento doméstico, o que justifica as diferenças salariais, mesmo quando inseridos em funções semelhantes de trabalho. Outro argumento que deve ser levado em conta para justificar a diferença salarial entre homens e mulheres refere-se a média menor de horas trabalhadas pelas mulheres, fato explicado novamente pelas obrigações familiares. “À medida que não existem equipamentos sociais que a aliviem das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos pequenos, ela vai ser forçada a trabalhar menor número de horas não porque quer, mas porque precisa” (BARROSO, 1982: 28).

Eu pesco e faço meu serviço doméstico, toda a minha vida o fiz. Minha filha me ajuda, mas sou quem lava a roupa e faz a comida. Quando eles eram pequeninos, eu não pescava tanto, ficava por conta deles. Pescava pouco. Conforme eles foram crescendo voltei a cair nesse rio! Esse rio é minha paixão, gosto demais dele! Gosto demais! [...] O rio representa tudo. Muito bom! A paisagem...eu gosto muito de pescar, eu gosto muito do rio [...] Quando está dentro do rio é bom demais, a gente fica alegre, esquece os problemas, torna-se uma distração, ainda mais pela minha depressão [...] Agora minha irmã veio de Belo Horizonte para cá, veio de mudança. Ai a gente vai para o rio conversa, brinca, conta historias... (Maria, 43 anos, São Gonçalo do Abaeté, bairro Beira Rio/MG)

Ou então as mulheres se vêem forçadas a cumprir o horário integral de suas ocupações e cumprir os encargos domésticos, realizando assim uma dupla ou tripla jornada de trabalho.

Eu trabalho, posso trabalhar o dia inteiro, mas à noite quero ir para o rio pescar! Nem que eu vá cansada!!! Eu pesco porque preciso! É um dinheiro que eu ganho! Compro creme para mim, roupa para as meninas, então ajuda bastante! De vez em

¹⁰ Outro motivo alegado que há tem impedido de pescar com tarrafa é a saúde. Por conta de problemas relacionados a pressão cardíaca alta ela recebeu orientações medicas para que parasse com esse tipo de pesca e deixasse de lado serviços muito pesados.

quando tem que comprar coisas para dentro de casa...Se meu marido tiver dinheiro ele dá (para a compra dessas coisas), mas toda a minha vida gostei de ser assim, independente! Eu prefiro que seja assim! Aquele barco ali, eu comprei, o motor também, já paguei a primeira prestação! Comprei com a minha pesca! Paguei mil e quatrocentos reais, com eu pescando e trabalhando (nos afazeres domésticos). E olha que eu olho a casa aqui do lado, trabalho para fora além de tudo! Ali trabalho como faxineira, como caseira, tomo conta. Em casa, no rio, tenho gosto de trabalhar, não me aquieto não! Mas é também porque eu gosto, não é porque eu seja obrigada a ir para o rio. Vou, porque estar no rio é a melhor coisa que tem, é um refúgio que me sinto bem! (Maria, 43 anos, São Gonçalo do Abaeté, bairro Beira Rio/MG)

No bairro Beira Rio e no distrito de Barra do Guaicuí, município de Várzea da Palma, é que se identificou um maior número de mulheres que tinham no trato com o rio e com a pesca, uma representação diferente e muito valorizada.

Mesmo quando trabalham junto com o marido e não sozinhas com os filhos e/ou filhas, elas fazem questão de gerenciar uma parte da renda obtida. Ainda em conformidade com os trabalhos da lavoura, [a pesca] não exige horários rígidos como o faz o assalariamento em estabelecimentos industriais, comerciais e públicos ou em casas de família. Assim sendo é mais fácil encontrar trabalho dentro e fora de casa (PAULILO, 2003: 143).

A partir da análise dos discursos, que nos revelou de modo sutil as armas que produzem e reproduzem as identidades generificadas, ela também trouxe as armadilhas que ameaçam essa ordem hierarquizada das relações entre feminino e masculino. Pois, lembrando Goffman (1983), as fissuras identitárias estão presentes em todos. E esse é, sem dúvida, o elo central para desestabilizar e por fim, desestruturar, uma ordem social calcada em desigualdades. Entre as práticas que desafiam essa estrutural social verticalizada encontraram-se, em meio ao grupo, mulheres que se lançaram sozinhas a trabalhos restritos ao domínio masculino, como a pesca de tarrafa com barco. No entanto, existem outros mecanismos de ruptura que fogem da ordem estabelecida e que agem como niveladores das relações entre os agentes. Um desses mecanismos, apontados por muitas autoras e autores é o exercício da cidadania. Cidadania caracteriza-se como o conjunto de direitos civis, políticos e sociais, mas também pode ser caracterizada como um *status*. Os direitos adquirem grande significância, justamente por atribuir aos indivíduos “*capacidades especiais em virtude de um status legal ou convencional. Ou seja, em consequência do seu status, os indivíduos podem ter certas capacidades e oportunidades para um determinado tipo de ação e certo poder*” (RUA e ABROMOVAY, 2000:226). Em sua essência, a cidadania zela por um *status* de igualdade, que requisita a inclusão e participação de todos, por direito, fundamentada no princípio de lealdade e respeito ao convívio social.

O ideal de cidadania universal, motor do movimento de emancipação do indivíduo na vida pública moderna implica, então que cada um transcenda as suas particularidades e diferenças, isto é, suas experiências, perspectivas e interesses próprios. A universalidade, ao enunciar regras e leis para todos, coloca-se em oposição à particularidade. O significado de cidadania se constrói portanto, em torno da polaridade inclusão-exclusão, universal-particular (RUA & ABRAMOYAY, 2000:226).

É justamente esse o motivo de muitos movimentos de luta social, inserir atores sociais no campo dos detentores dos direitos universais. No entanto, o exercício da cidadania pode assumir diferentes formas de acordo com os planos em que as relações sociais se estabelecem e como são entendidas as identidades assumidas pelos atores, no caso das relações de gênero, homens e mulheres, e como elas são transmitidas em suas percepções e atitudes.

Foi pelo convívio com as comunidades, apesar do curto período, e também pelas entrevistas, que ficou claro a existência de mulheres e homens que freqüentemente se voltam para as necessidades sociais mesmo tendo como motor de ações interesses particulares, sem mesmo se darem conta do significado de suas ações. Diante dos quadros socioeconômico e de infra-estrutura dessas comunidades é sem dúvida que a vida social delas fundamenta-se pelas lutas cotidianas.

Para autores e autoras que desenvolvem suas pesquisas na linha dos estudos feministas, como Novaes (2001), a combinação de gênero feminino e pobreza, “determina trajetórias de vida que movem muitas mulheres à luta espontânea, atuando no cotidiano informal de inúmeras maneiras, ao lado de homens ou distante deles”. Em muitos casos, a exaustiva vivência da vida privada acaba por guiar as mulheres à ação na vida pública, já que experimentam em seu cotidiano os problemas que mais diretamente afetam sua família e especialmente seus filhos, e portanto, em nome de interesses privados, passam a buscar soluções ou melhorias, que ao cabo passam a servir a toda a comunidade, logo, a interesses públicos.

“Ana”, 40 anos, residente no bairro Beira Rio, foi uma das primeiras moradoras da localidade. Na última eleição dos representantes da Comissão de moradores do Bairro Rio ela se candidatou ao cargo de tesoureira e com a vitória de sua chapa, assumiu o cargo. Apesar da irrisória atuação da Comissão no cotidiano do Bairro Beira Rio, Ana nos contou que vem lutando por algumas melhorias. Entre elas citou uma lista de assinaturas que tem colhido de todos os moradores do bairro para reivindicar um posto policial ali. O grande problema, como ela afirmou, é que para qualquer ocorrência é necessária a vinda de policiais da cidade de São Gonçalo, que dista aproximadamente

100km do Bairro Beira Rio. E nem sempre quando solicitados são atendidos. Antes quem atendia as solicitações urgentes era o policiamento do município de Três Marias, separado do bairro Beira Rio apenas pelo rio São Francisco. Mas, por se tratar de outro município, os atendimentos incorriam em ações inconstitucionais e acabaram sendo proibidos. Isso, segundo ela, foi responsável por uma crescente onda de prostituição, violência e alcoolismo no bairro, que cada vez mais têm perturbado a rotina dos moradores. Com a ajuda de um advogado, e outros moradores ela pretende encaminhar a carta a prefeitura assim que recolher todos os nomes dos moradores. Segundo Goffman (1987), alguns locais e até mesmo situações, como a citada anteriormente, são favoráveis a ocorrência de convivência e sociabilidade. Ou seja, são criados espaços profícuos para troca de experiências, convergência de interesses sociais e planejamento de possíveis ações políticas, especialmente em locais onde quotidianamente as pessoas se encontrem. Durante o período que realizamos as pesquisas de campo e acompanhamos os Projetos “Peixes Pessoas e Água” e ‘Rumo à Co-Gestão da Pesca’, notamos que as atividades de integração das comunidades (Oficinas; encontros; confraternizações;...) tornaram-se potenciais locais de luta por interesses comuns, pois as pessoas lá presentes tiveram a oportunidade de conversar, debater e trocar histórias e experiências tanto de suas dificuldades pessoais quanto as de suas localidades.

Alternativas

“A mulher traz em sua bagagem cultural a preocupação com o “cuidado”, com o “take care”, como disse a feminista Carol Gilligan (1982). Cuida da casa, dos filhos e, no caso das agricultoras, das plantas e dos animais. Esse mesmo cuidado ela traz em contraste com a postura de coleta própria da pesca e, portanto, masculina. Segundo essa mesma autora, é a partir das condições enfrentadas na vida familiar (da qual a Novaes toma como sendo formalmente privada), que os agentes atuam nas lutas sociais (vida pública), montando movimentos sociais que são nada menos que ações cruzadoras das ‘múltiplas “esferas” do real, em meio à vida diária’.

Eu vi uma bolsa de couro de tilápia. É linda. Eu tenho vontade de um dia mexer com artesanato. Aprender, porque isso aumenta nossa renda. Eu já participei de cursos para se mexer com peixe, empalhamento, taxidermia. Gostei muito, eu fiz [...] Inclusive tem amigos meus que conseguiram os produtos e estão trabalhando, estão lutando para vender algumas coisas que fizeram. (Aparecida, ? anos)

O que tem dificultado a concretização efetiva desse processo de emancipação dos sujeitos sociais (dotados de consciência) é que, muitas vezes, essa é uma discussão

que fica restrita ao plano teórico e não consegue se estender à realidade, devido às mesmas práticas cotidianas, ditas anteriormente, e que fortalecem a manutenção de um sistema hierarquicamente moldado.

Em um dos artigos da coletânea de textos, sobre desenvolvimento, planificação e gestão familiar, produzida pela *Population Reference Bureau, Inc. (PRB)*¹¹, o principalmente tema debatido foi participação dos homens nesse processo. A fonte de dados e informações para o artigo foi a Conferencia Internacional sobre a População e o Desenvolvimento, ocorrida no Cairo em 1994. Apontadas e debatidas, as sugestões, se converteram em um Programa de ação final que esboça as metas internacionais sobre desenvolvimento e planificação familiar para os próximos 20 anos.

Uma das críticas ao Programa de Ação, levantada pela ONG PRB, é a necessidade de uma reconfiguração geral dos conceitos de papéis e relações entre gêneros.

Primero y antes de nada, destaca la responsabilidad de los padres de proporcionar apoyo a sus esposas e hijos. El Programa de Acción promueve un concepto de paternidad responsable que incluye compartir la carga de la crianza de los hijos y del trabajo doméstico y anima a los hombres a participar en asegurar una adecuada nutrición y atención sanitaria de sus esposas, de sus hijos y de ellos mismos. Insta a los hombres a que apoyen a sus esposas en la búsqueda de un mayor poder económico y político y propugna que las hijas y los hijos reciban una crianza equitativa (PRB, 1995:5).

Tal como declarou a Dra. Nafis Sadik, Diretora Executiva do Fundo das Populações das Nações Unidas:

“Cambiar los papeles relacionados con el género es amenizador. Los hombres y mujeres temen la forma en que estos cambios les van a afectar”. Lo que todo este cambio debería producir es una mayor capacidad de elección para hombres y mujeres en la determinación de la vida que desean tener (PRB, 1995:5).

Outro assunto que merece destaque, frente a busca de alternativas para a reconstrução dos estilos de vida de mulheres e homens, é a educação. Ela é, sem duvida, uma das grandes áreas prioritárias para se alcançar o objetivo da igualdade entre gêneros – ou seja, a “igualdade de acesso às oportunidades educacionais, o estabelecimento de canais de transição entre a escola e o trabalho, até a mudança de atitudes com a criação de imagens femininas mais positivas e abolição dos estereótipos tradicionais em relação aos papéis masculino e feminino” (BARROSO, 1982: 137).

Segundo Amartya Sen, o desenvolvimento humano ocorre por um processo de expansão da liberdade dos indivíduos. E, nesse contexto, a educação é vista como uma

¹¹ Organização sem fins lucrativos que visa divulgar informações oportunas e objetivas sobre as tendências da população nos Estados Unidos e no mundo.

das condições para a liberdade: liberdade de desenvolver todas as suas capacidades e oportunidades, levando a vida que valorizam.

Críticos a essa linha de pensamento dizem que, acreditar na educação como único vetor responsável por criar transformações no cenário social é cometer um grave equívoco, pois ela não se mostra decisiva para a superação das assimetrias de gênero. Ela é, sem dúvida, uma condição necessária, mas torna-se insuficiente para a transformação das relações de gênero pois o sistema escolar, assim como outras instituições do cenário social, reproduzem as iniquidades de gênero que “organizam a estrutura social e cultural como um todo; e a educação formal, *no modelo contemporâneo*, pouco enfatiza o desenvolvimento humano, privilegiando, em lugar disso, a preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho”(RUA & ABRAMOVAY, 2000: 70).

Essas perspectivas contemporâneas, que muito se transformaram ao longo de suas histórias - na qual integram, atualmente, pesquisadoras e pesquisadores sobre relações de gênero além de ativistas feministas, movimentos sociais e administradores públicos de todo o mundo - tiveram origens recentes, por volta da década de 1960 e 1970 quando se começa a dar maior atenção à categoria gênero como fonte de análises e estudos.

Em julho de 1980, foi criado um Programa de Ação, pertinente à situação da mulher, adotado pelo Brasil e demais países da ONU estabelecido na Conferência das Nações Unidas e intitulado Programa Copenhague. Segundo os planos diretrizes desse programa, a importância das oportunidades educacionais está relacionada intrinsecamente à construção da cidadania e são consideradas, como foi exposto no relatório, uma das grandes condições para o desenvolvimento humano e social. Ao longo dessas últimas décadas outros programas de ação também foram criados e passaram a integrar novas diretrizes, como o já citado Programa das Nações Unidas que estabeleceu oito metas, relacionadas ao desenvolvimento social, cultural, econômico e político, para serem atingidas ainda neste início de milênio. Apesar dos esforços e de muitas mudanças conquistadas o reflexo destas parecem ofuscados em cenários, como o do grupo trabalhado. Logo, é exposta, a seguir, uma proposta que traz um esboço de um caminho sóciopolítico, no qual julgamos ser a uma via de acesso e mudança nas relações entre homens e mulheres.

Proposta de desenvolvimento: Junção de Capital Social e Gênero

Pensar em mudança nas relações de gênero equivale a pensar em uma reconstrução da ordem social em sua totalidade. Dos meios para a construção de novos códigos de valores, normas de interação social e identidades (coletivas), os movimentos sociais empreendem positivamente essa função, por meio da mobilização em práticas associativas. Na expectativa de superação da exclusão social surge na prática de muitos movimentos sociais, chamados por Rua e Abromovay a partir de Pizzono, “áreas de solidariedade”: “identificações baseadas em valores compartilhados que se realizam pela negação das desigualdades existentes na ordem de interesses ou de mercado” (RUA e ABROMOVAY, 2000: 32). O efeito dessa ação constituiria o passo inicial para a formação de um conceito muito rico nas ciências sociais, o “capital social”. Na definição de Bourdieu, capital social é “o agregado dos recursos reais e potenciais ligados à posse de uma rede durável das relações mais ou menos institucionalizadas de reconhecimento mútuo” (DURSTON *in* RUA e ABROMOVAY, 2000: 32). Uma das discussões a respeito desse conceito reside justamente na existência de uma forma efetiva de “capital social comunitário ou coletivo”. Da literatura que trabalha com o conceito, inserindo-o nas relações de cooperação humana e do desenvolvimento, o capital social foi definido como “as características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuíam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTMAN *in* RUA e ABROMOVAY, 2000: 33). Dessa acepção, o capital social passa a ser um recurso, que unido a outros fatores, possibilita àqueles que o detêm acessar benefícios específicos. Ele forma-se por meio de redes socialmente construídas, laços de parentesco, amizade, confiança, identificações e sentimento de pertencimento comuns, que criam o movimento de ação e cooperação (“laços de solidariedade horizontais”). Esta proposição permitiu a alguns autores criar um elo entre o civismo de comunidades e as governanças. Para eles, onde as redes e as normas não estão definidas e os habitantes não se habilitam a agir em conjunto, as participações cívicas e coletivas não se concretizam. Das características de uma comunidade cívica Putman (1996) cita: “Os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas, tendem a ser cumulativos e reforçam-se mutuamente. Os círculos virtuosos redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo” (RUA & ABRAMOVAY, 2000:33), e impulsionando as possibilidades de desenvolvimento da comunidade. No

entanto, para a existência do capital social alguns pontos condicionais – funcionais e institucionais - são pautados:

- (1) o controle social através de normas compartilhadas pelo grupo e da sanção;
- (2) criação de confiança entre os membros do grupo;
- (3) cooperação coordenada em tarefas;
- (4) resolução de conflitos;
- (5) mobilização e gestão de recursos comunitários;
- (6) legitimação de líderes;
- (7) geração de trabalho em equipe ¹²

Esses pontos retratam uma organização coletiva. Entretanto, não se pode afirmar que existe um elo causal entre a formação do capital social e a mobilização. Apesar de ser um ponto essencial, a mobilização ainda não é uma causa da existência do capital social. Mesmo assim, podem render bons frutos ao desenvolvimento local o estímulo à formação de “organizações que agreguem confiança social”. Sob essa perspectiva é possível sugerir que, os bolsões de pobreza podem ter um enorme potencial de acúmulo de capital social, conferindo à população que ali reside, socialmente excluída, um mecanismo de empoderamento na expectativa de superação da pobreza. Todavia, a criação de possibilidades com o objetivo de igualizar as oportunidades criam situações distintas para mulheres e homens. São as mulheres que especialmente necessitam desse empoderamento. Tal necessidade acontece justamente por serem elas grandes provedoras de alternativas, e também grandes detentoras de capital social, talvez pela consciência de sua situação, pelo seu pertencimento há algum grupo ou mesmo por sua escolaridade.

O debate quando se passa a trabalhar com as relações de gênero na perspectiva do capital social, passa a ser a seguinte indagação: existem variações na formação de capital de acordo com o gênero?

Segundo as autoras RUA e ABROMOVAY (2000), que focaram o debate aqui exposto na dinâmica dos assentamentos rurais brasileiros, neles as relações de hierarquias e subordinações entre homens e mulheres são camufladas, negociadas e vivenciadas a fim de sustentar um capital social de orientação comunitária. Da ambigüidade existente

entre o individual e o coletivo, e distintas coletividades não necessariamente tem efeito de anular individualidades. Ao contrário, pode tanto potencializar o reconhecimento de cidadanias de gênero quanto contribuir para relações sociais em que não se tornem segmentadas ou se anulem vetores constituintes de justiça social” (RUA e ABROMOVAY, 2000: 36).

¹² Retirado de DURSTON in RUA e ABROMOVAY, 2000: 34.

Segundo elas foi constatado que em muitos casos o coletivo afirma e sustenta princípios de auto-estima e a “descoberta da possibilidade de ser sujeito em distintos planos”, até mesmo no embate, “em outra lógica” entre homens e mulheres.

Tal cenário, de diversidades de negociação de “cidadanias”, na expectativa de preservação de um capital social comum, podem ser transportados para os bolsões de pobreza, pois neles estão imbricadas situações semelhantes, de obstáculos culturais e sociais que em muitas situações inibem o exercício da cidadania pelas mulheres e agravam as assimetrias entre gênero.

Conclusões

No final deste trabalho, julgamos ter mostrado as formas, saberes e práticas presentes nas famílias de pescadores do Alto e Médio São Francisco e como todo esse conjunto, como um todo, é peça fundamental para a construção e reafirmação das identidades genereificadas. Por um lado, procuramos desmascarar os jogos que estruturam as relações familiares cotidianas sob a ótica dos trabalhos (produtivo e reprodutivo) para aproximarmo-nos das identidades. Por outro, procuramos apreender quais as visões que os agentes têm sobre essas relações familiares e como se vêem diante dos papéis sociais que exercem.

O tema escolhido para o nosso trabalho – relações de gênero – visava justamente a problematização desses sistemas familiares, levados ao cabo por um modelo retificado de família tradicional brasileira. Numa primeira parte foi-nos essencial considerarmos os conceitos-chave da nossa proposta (família, gênero, trabalho) à luz de algumas das posições teóricas mais significativas nos respectivos domínios. Assim, para melhor entendermos o funcionamento das famílias, partimos das definições de família patriarcal e família “classe média operária”, e ressaltando, a posterior, as associações a gênero e a trabalho. Esse arcabouço sublinha, ao nosso entender, a força que move as famílias a novas conjecturas afastando-se dos modelos socialmente prescritos para uma multiplicidade e flexibilização de arranjos conjugais.

De acordo com Goldenberg (2005), um fenômeno importante que tem enfraquecido as uniões permanentes é o fato das mulheres se tornarem mais independentes economicamente, podendo romper com as uniões indesejadas. As mulheres que trabalham adquirem consideravelmente mais poder – e um maior sentimento de autonomia pessoal do que as que não trabalham. Com a capacidade de se sustentarem veio à possibilidade de se sentirem mais livres.

A ação da pesca se realiza num espaço que contem seu próprio sistema de regras e códigos conhecidos e dominados por todos os indivíduos, que participam direta ou indiretamente de sua ação. Quanto ao agir ou não dentro das regras convencionadas – que está sujeita à intervenção do aleatório – entram em ação uma complexa trama que coaduna história de vida, necessidades práticas - viabilizadas pelas estratégias de sobrevivência – e capital social.

Uma primeira conclusão decorre do que até aqui dissemos. Foi expressamente difícil fugir de uma análise que assume a perspectiva de uma ordem social heterocentrista que vê o masculino como normal e o feminino, com uma especificidade particularista, constituído por práticas sociais que se distinguem da norma. Ou seja, não devemos tomar como modelo chave uma óptica que visa a valorização do trabalho masculino – produtivo - se sobrepondo ao trabalho feminino – reprodutivo. Muito pelo contrário, e esse é o ponto central em debate, é justamente pelo fato do trabalho doméstico ser tomado como foco principal da atividade feminina, que outras atividades exercidas pelas mulheres passam a receber uma conotação secundária, uma espécie de complementação. E portanto, dentro dessa óptica, de complementação que a condição discriminatória adquire força, lançando aquelas mulheres que desejam ou necessitam da pesca ou outras ocupações no mercado de trabalho, em atividades de baixo prestígio e ainda baixa remuneração, ainda mais, a perda de seus sonhos e desejos. Da mesma forma que uma nova perspectiva quanto as mulheres deve ser construída, o foco de atenção aos homens para o ambiente doméstico também deve ser. A presença dos homens (pais, esposos, avôs) no meio familiar deve ser ressignificado, a partir de uma atuação plena, consistente e sincera nos relacionamentos com suas companheiras e filhos.

Segundo Welzer-Lang (2001), a opressão das mulheres pelo homens é um sistema dinâmico no qual as desigualdades vividas por elas são, na verdade, os efeitos das vantagens dadas aos homens. Mais do que isso, são os significados atribuídos a um conjunto social que atribuem aos homens/masculino as funções nobres e às mulheres/feminino as funções de pouco valor. E na qual lançam como parte desta divisão de universo simbólico(genereificado) palavras, sons, cheiros, dores, prazeres, objetos, práticas e saberes.

Outro ponto conclusivo refere-se às questões que dizem respeito à cidadania. Diante da possibilidade de compreender como as relações de desigualdade têm sido mantidas por um longo período e quais os mecanismos que possibilitaram as suas reproduções, sustentadas por instituições e também pelo imaginário coletivo, é de suma importância para o desenvolvimento da cidadania, que ocorram mudanças nas relações de poder social preexistentes ao meio político. Ou seja, as determinações de cidadania devem vir de um contexto pré-político (nas esferas do direito civil, familiar, do trabalho) no qual não seja barrada por fronteiras construídas pelo modelo familiar patriarcal. Pois esse poder não se restringe apenas ao âmbito familiar. Ele foi

historicamente incorporado pelas diferentes dimensões da vida social e interferindo nos contextos de sociabilidade.

Para uma ação efetiva no cotidiano feminino, os direitos e deveres referentes a cidadania devem ser construídos de maneira que aqueles dotados com menos capitais sociais tenham fácil acesso a eles. Nesse sentido, não se pode perder de vista o conceito de *empoderamento*.

Eis, portanto, chegado ao término desta viagem pelas conjecturas sociais, econômicas e sem duvidas culturais das famílias de pescadores e pescadoras artesanais. Foi fascinante, surpreendente e enriquecedor estar lá. Somente com a presença e observação foi possível tomar contanto com muitas dificuldades, sofrimentos, desigualdades e mecanismos de sobrevivência aparentemente inexistentes mas que fazem parte do cotidiano de muitos dos arranjos familiares dos pescadores e pescadoras do Alto e Médio São Francisco.

Bibliografia

- ADELMAN, Miriam. “Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina”.
In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, jul./dez 2003. V.11 n.2
- BARROSO, Carmen. *Mulher, Sociedade e Estado no Brasil*. Edição Conjunta: UNICEF – Fundo das Nações Unidas Para a Infância & Brasiliense, 1982.
- BICHOFFE, Ana C. B. e MANCUSO, M. I. R. “A desigualdade na pobreza: Uma abordagem de gênero nos bolsões de pobreza do município de São Carlos. São Carlos: MIMEO, 2004.
- BIAGIONI, Daniel B. “Mobilidade de Status e de Classes Sociais na Estrutura Social do Estado de São Paulo em 1996”. São Carlos: MIMEO, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. “Uma imagem ampliada” e “Anamneses das constantes ocultas”.
In: *A dominação masculina*. Rio de Janeiro:
- BRUSCHINI, Cristina. “fazendo as Perguntas Certas: Como Tornar Visível a Contribuição das Mulheres para a Sociedade?”. In ABRAMO, Laís e ABREU, Alice P. (Orgs.) *Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-americana*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.
- BUTLER, Judith. “Sujeitos do Sexo/Gênero/Desejo”. In: *Problemas de Gênero – Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p 15-60.
- CANDIDO, Keila M. “Gênero e Sustentabilidade”. In Artigos Encontro Sobre Ambiente e Sociedades: ações e políticas públicas. Como as políticas públicas podem ajudar na conservação ambiental e na diminuição das desigualdades de gênero?. São Carlos, 2003.*
- CÂMARA, Cristina e CAPPELLIN, Paola. “Gênero, Trabalho e Cidadania nos Anos 90. Contribuições para Atualizar o Referencial Teórico”. In ABRAMO, Laís e ABREU, Alice P. (Orgs.) *Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-americana*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

(*) Evento realizado nos dias 22 e 23 de agosto de 2003 no município de São Carlos/SP, organizado pela Profa.Dra. Marta Cassaro Silva, juntamente com a Prefeitura Municipal de São Carlos, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia e Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social; com apoio da Associação para Proteção Ambiental de São Carlos – APASC, Embrapa – Instrumentação Agropecuária e UNESCO.

- CIOMMO, Regina C. *Ecofeminismo e Educação Ambiental*. São Paulo: Editorial Cone Sul; UNIUBE, 1999.
- DIEGUES, Antonio C. *Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. Tradução: Plínio Dentzien. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FELICIDADE, Norma (Org.). *Caminhos da Cidadania: um percurso universitário em pro dos direitos humanos*. São Carlos: EdUFSCar, 2001.
- FELICIDADE, Norma; MENDONÇA, Sandro A. T. ; LELE, Alessandro A.; GONÇALVES, Juliano C.; MARTINS, Rodrigo C.; FÉLIX, Silvana A. “Condições de vida e trabalho do pescador profissional da Bacia do Alto/Médio São Francisco” in *Desafios Atuais*, Seção 3 ,_____,2004.
- FELICIDADE, Norma; MENDONÇA, Sandro A. T. ; MARTINS, Rodrigo C. “Da tarrafa ao tanque-rede: o processo político-institucional de extinção de uma categoria de trabalhadores das águas” in *Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil*, volume II. Capítulo 16, 2004.
- FOUCAULT, Michel. “O Panoptismo”. In: *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1998. p 162-187.
- FOUCAULT, Michel. “Aulas 1 e 2”. In: *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p 335-409.
- FRANCO, Maria L. P. B. “O que é análise de conteúdo” . _____, 1986.
- GODINHO, Hugo P.; GODINHO, Alexandre L. (Orgs.) (2003). *Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais*. Belo Horizonte: PUCMINAS.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma – Notas sobre a manipulação da Identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos* .?: Perspectiva, ?.
- GOLDANI, Ana Maria. “As Famílias Brasileiras: Mudanças e Perspectivas”, in Cadernos de Pesquisa. São Paulo, nº 91, novembro de 1994.
- GOLDANI, Ana Maria. “As Famílias no Brasil contemporâneo”, in Cadernos Pagu. São Paulo, 1993.
- GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 6ª.Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

- GUTBERLET, Jutta; SEIXAS, Cristina S. *Relatório - A situação socioeconômica de comunidades de pesca no alto e baixo rio São Francisco. Uma avaliação rápida.* _____, 2003.
- HEILBORN, Maria Luiza. “Camadas médias: etnografia, problemas e direções”. In: *Dois é par. Gênero e identidade em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 69-106.
- INSTITUTO AMAZÔNICO DE MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS AMBIENTAIS (I.A.R.A); UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar). *Relatório Técnico – 1ª. Fase/2004. Projeto “Rumo à Co-Gestão da Pesca no Vale do Rio São Francisco*. São Carlos, 2004.
- LAQUEUR, Thomas. “A descoberta dos Sexos e O Sexo Socializado”. In: *Inventando o sexo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 189-299.
- LEONEL, Mauro. *A morte social dos rios*. São Paulo: Perspectiva; Instituto de Antropologia e Meio Ambiente; FAPESP, 1998. Coleção Estudos, 197.
- LIMA, José F.(Org.) *Uma proposta de desenvolvimento sustentável para região de xingo*. Canindé do São Francisco: Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingo, 2003.
- LOVELL, Peggy A. “Raça e Gênero no Brasil”. *Lua Nova*. No. 35: 1995.
- PEREIRA, Julio C. R. *Análise de dados qualitativos. Estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais*. 3. Ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. In: Mauss, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDUSP / EPU, 1974.
- MISCKOLCI, Richard. “Do Desvio à Diferença”. In: *Dossiê Diferença e desigualdade*. São Paulo: mimeo, 2005.
- MONTALI, Lilia e TELLES, Vera S. “Família e modo de vida nas classes trabalhadoras em São Paulo”. São Paulo: International Development Research Centre, 1985.
- NOVAES, Elizabete D. “Experiencia Feminina: Política, Sociabilidade e Solidariedade na Periferia. *Cadernos CERU*, Série 2, n. 12, 2001.
- ORTIZ, Renato (Org.). *A Sociologia de Pierre Boudieu*. São Paulo: Olho d’água, 2003.
- POPULATION REFERENCE BUREAU, Inc. *Inquietudes femeninas: Las mujeres escriben sobre la participación de los hombres en la familia*. Washington DC: PRB, 1995.

- RUA, Maria das Graças e ABRAMOVAY, Miriam. *Companheiras de Luta ou “Coordenadoras de panela”?*. Brasília: UNESCO, 2000.
- SEN, Amartya. *Poverty and Famines. An Essay on Entitlement and Deprivation*. New York: Oxford University Press, 1981.
- SILVA, Josué Pereira da. “Repensando a Relação entre Trabalho e Cidadania Social”, in: São Paulo em Perspectiva, 9 (4), 1995.
- SILVA, Nelson V. *As duas faces da mobilidade*. Dados, No. 21, p. 49-58. Agosto. 1979.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz e QUEIRÓZ, Renato da Silva (orgs.) *Raça e Diversidade*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- TELLES, Vera S. “A CIDADANIA INEXISTENTE: INCIVILIDADE E POBREZA. Um estudo sobre trabalho e família na grande São Paulo”. _____, 1992.
- TELLES, Vera S. “Família e trabalho: precariedade e pauperismo na Grande São Paulo”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Campinas. No.11 (2): 1994.
- TROYANO, Annez A., HOFFMANN, Marise B. P. e FERREIRA, Sinésio P. “Condições de Vida e Pobreza – Elementos para uma discussão metodológica”. Fundação SEADE, _____ .
- WELZER-LANG, Daniel. “A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia”. In: *Estudos Feministas*. ? : ?, 2001. p 460-482.
- WOORTMANN, Klauss. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1987.
- WOORTMANN, Klauss. “Família trabalhadora – um jeito de sobreviver”. *Ciência Hoje*, No. 13, p. 26-31. Agosto, 1984.

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Departamento de Ciências Sociais

Núcleo de Pesquisa e Documentação José Albertino Rodrigues

ANEXO 2.2

As Duas Margens do Rio: Relações e Processos Identitários entre Branços e Negros no Vale do Alto-Médio São Francisco

Relatório de Pesquisa

Aluna: Priscila Martins Medeiros

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Inês Rauter Mancuso
Co-orientador: Prof. Dr. Valter Roberto Silvério

Dezembro
2005

APRESENTAÇÃO

Este estudo sobre as relações e os processos identitários entre indivíduos brancos e negros em comunidades ribeirinhas do Alto-Médio São Francisco é parte integrante do projeto intitulado *Rumo a co-gestão da pesca no vale do rio São Francisco*. Esse projeto, que teve início no ano de 2004, foi realizado em parceria UFSCar e a ONG IARA – Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais e, em algumas situações com contribuição da WFT – World Fisheries Trust. O suporte financeiro foi dado pelo IDRC - International Development Research Centre e, em algumas situações, pelo CIDA – Canadian International Development Agency. O projeto se articula com o *Projeto Pesca Continental no Brasil – modo de vida e conservação sustentável*, que fundamenta o Acordo Bilateral Brasil – Canadá. O projeto *Rumo à co-gestão da pesca no vale do rio São Francisco* articula-se com o projeto *Pesca Continental no Brasil – modo de vida e conservação sustentável*, em especial na realização do objetivo “incentivar a ação comunitária no gerenciamento e cuidado do ambiente e dos recursos pesqueiros”. O projeto “Rumo à co-gestão da pesca no vale do rio São Francisco” foi desenvolvido nas colônias de pescadores dos municípios mineiros de Três Marias, Pirapora, Ibiaí, Buritizeiro e também no distrito de Barra do Guaiçú (município de Várzea da Palma). Foram várias as atividades desenvolvidas pelo projeto até o momento, entre as quais podemos citar a realização de um censo de caracterização sócio-econômica das famílias de pescadores artesanais; oficinas dirigidas para os pescadores e suas famílias, para dirigentes de colônias e para autoridades relacionadas direta ou indiretamente com a atividade pesqueira, além de um acompanhamento das atividades iniciadas com o projeto nas colônias participantes.

A discussão da temática racial inserida num projeto dessa natureza é bastante oportuna, uma vez que a região tem uma grande concentração de população negra quando comparada com o Estado de Minas Gerais como um todo, além da presença de comunidades formadas apenas por famílias negras, como é o caso da Barra do Pacuí, situado no município de Ibiaí. Mais do que isso, a concentração de pessoas negras é quase sempre maior entre os pescadores artesanais do que na população geral de cada um dos municípios inseridos no projeto. Esta pesquisa teve dois momentos bastante importantes: o primeiro foi a visita ao município de Pirapora em meados do mês de

maio para a participação da oficina de repórteres comunitários, desenvolvida por profissionais contratados pelo IARA¹³. Essa viagem significou o primeiro contato direto com a região, indo além da simples leitura de relatórios e artigos referentes a localidade. Nesse momento, tive o privilégio de ver e sentir pela primeira vez as águas do rio São Francisco e de conhecer um pouco daquela realidade ribeirinha. Foi uma oportunidade importante de entender melhor a estrutura de uma colônia de pescadores, suas regras, suas necessidades e as funções que cada pessoa exerce dentro dela. Também pude ter um melhor conhecimento da abrangência do projeto bilateral e aprender muito junto aos demais participantes da oficina. O segundo momento de maior importância para a pesquisa foi a viagem a Minas Gerais durante o mês de julho, por ocasião das oficinas de Desenvolvimento Comunitário e de Gênero, realizadas em Ibiaí e no Beira Rio e também a oficina de Capacitação de Lideranças, realizada em Pirapora. Desta vez, tive a oportunidade de passar três semanas em campo para participar das oficinas e também para fazer o estudo sobre as relações raciais e os processos identitários, a partir de entrevistas com algumas famílias de pescadores profissionais dos municípios de Três Marias, Pirapora e Ibiaí, além do bairro Beira Rio, no município de São Gonçalo do Abaeté. Durante as entrevistas pudemos saber sobre a existência ou não de conflitos inter-raciais, além de ouvirmos a história do São Francisco, contada pelas palavras e emoção do pescador, da pescadora, filhos do “velho Chico”.

A importância desta pesquisa para a vida profissional e pessoal é incontestável devido aos inúmeros aprendizados que ele proporcionou. Todas as etapas da pesquisa tiveram um significado muito especial, refletindo em amadurecimento profissional, gosto pela pesquisa e respeito para com todos os envolvidos nesse processo, tanto àqueles pertencentes à comunidade acadêmica, brasileiros e canadenses, quanto aos sujeitos da pesquisa, que neste caso são os pescadores profissionais e seus familiares. Foi impossível não se envolver e não se encantar por tudo: rio, carrancas, sabores, credos, sorrisos. Saberes de homens e mulheres, negros e brancos, filhos desta terra e deste rio.

¹³ Um breve relatório dessa viagem pode ser observado no item: “O projeto bilateral e a Metodologia de Pesquisa”.

Sumário:

Introdução.....	67
2. Revendo questões teóricas: A Questão Racial no Brasil Contemporâneo.....	69
3. A Condição de Pobreza.....	74
4. Família: O eixo central da pesquisa.....	78
5. Técnicas de Pesquisa.....	82
6. Anotações de uma viajante: O primeiro contato com a região.....	87
7. Conversando com as famílias.....	96
Considerações Finais.....	109
Referências Bibliográficas.....	110

1. INTRODUÇÃO

O pertencimento racial é um determinante significativo na estruturação das desigualdades sociais e econômicas no Brasil. Esta é uma tese que, aos poucos, vem sendo reconhecida pela sociedade civil, pelos acadêmicos e pelo Estado, principalmente a partir da década de 80, quando foram publicados inúmeros estudos estatísticos que mostravam a amplitude das defasagens sofridas pela população negra em todas as esferas da vida cotidiana¹⁴. Essa discussão se fortaleceu durante os anos de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, sendo este o primeiro chefe de Estado brasileiro a admitir que o Brasil é um país racista.

Esta é uma temática bastante presente nas pesquisas desenvolvidas pelo “Núcleo de Pesquisa e Documentação José Albertino Rodrigues” (NPD), do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. Um exemplo é a pesquisa “Condições de Vida em São Carlos: uma abordagem interdisciplinar”, que teve início em 1992 e que hoje conta com um banco de dados com muitas informações sobre as condições de vida das famílias residentes nos bolsões de pobreza de São Carlos, que possibilitou a elaboração de estudos com o recorte racial. O debate sobre as relações raciais voltou a ser feito pelos pesquisadores do NPD com o início, em 2003, do projeto “Rumo à co-gestão da pesca no vale do rio São Francisco”, uma vez que a região mineira observada traz muitos traços da presença negra. Nesse mesmo ano, uma equipe de pesquisadores da UFSCar, de agências canadenses, discentes e jovens das comunidades participantes aplicou um censo domiciliar entre os pescadores profissionais dos municípios de Três Marias, Pirapora, Ibiaí, São Gonçalo do Abaeté, Buritizeiro e Barra do Guaicuí (distrito de Várzea da Palma), a partir dos endereços concedidos pela Federação de Pescadores do Estado de Minas Gerais. Os dados coletados nos permitiram observar a predominância de indivíduos negros entre essas pessoas em comparação com as populações totais de cada município. Um exemplo disso é o caso de São Gonçalo do Abaeté, onde 71,1% dos entrevistados se declararam pertencentes a cor/raça negra, enquanto que na população total do município os negros representam 38,1% dos moradores, segundo dados do IBGE de 2000. Além disso, toda

¹⁴ Dentre os diversos estudos estatísticos dessa época, devemos citar a importância dos trabalhos realizados por Carlos A. Hasenbalg (1979), Nelson do Valle e Silva e José Pastore (1973)

a região ribeirinha analisada apresenta uma concentração de população negra mais elevada do que o estado de Minas Gerais como um todo. Antes de qualquer dado estatístico, a presença negra nessa região pode ser facilmente observada pela força de algumas de manifestações culturais: o batuque em Ibiaí, o candomblé em Pirapora, a capoeira de angola em Três Marias.

Com isso, vimos que seria de especial importância uma análise das relações raciais existentes entre os pescadores profissionais, além de uma tentativa de observação dos processos identitários de brancos e negros. A partir das descrições feitas por pesquisadores do projeto bilateral, que já trabalham na região ribeirinha desde o início dos trabalhos, e também através da primeira visita a região, realizada durante o mês de maio, foi observado que a característica “raça” é tratada, na maioria das vezes, com demérito pelas famílias de pescadores. Muitas dessas famílias afirmaram que o pertencimento racial não é algo importante, deixando nítido o não apreço às expressões “negro”, “preto” e “pardo” o que as levava a preferir termos culturalmente mais enraizados e, portanto, com maior aproximação à tradição, como é o caso da expressão “moreno”, com as mais diversas gradações de mais escuro a mais claro. A maior intolerância é com a expressão “pardo” que, segundo alguns informantes, lembra sujeira e papel de menor importância. Frente a essas sinalizações, este trabalho vem realizar uma análise das relações raciais e dos processos identitários vivenciados entre as famílias de pescadores artesanais, residentes em Pirapora, Três Marias, São Gonçalo do Abaeté e Ibiaí, com ênfase nos dois primeiros municípios, cujas cidades apresentam um tamanho populacional maior e traços mais evidentes de modo de vida urbano. A partir da hipótese de que as identidades se constroem nas relações sociais e pela percepção das diferenças, observamos quais são os elementos formadores das identidades de pescadores profissionais brancos e negros. Dessa maneira, a pesquisa busca responder qual a razão do demérito atribuído à variável raça, ou seja, perceber se realmente não existe nenhum conflito relacionado à questão, ou então se o conflito é tão presente e interiorizado a ponto das pessoas preferirem se distanciar do debate.

O estudo das relações raciais e dos processos identitários de brancos e negros nessa região ribeirinha é de especial importância para os propósitos de incentivo à ação comunitária na atividade pesqueira. Observadas como se dão as relações entre os diferentes atores podemos, junto à comunidade, pensar em formas adequadas de ação.

Palavras- Chave: Raça, Identidade, Família, População Ribeirinha

2. REVENDO QUESTÕES TEÓRICAS: A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

É provável que todos concordem que a questão da discriminação racial está na ordem do dia e que nos remete a inúmeras discussões a respeito de como esse tema tem sido tratado no Brasil. Esse debate se estende no país há séculos, ganhando maiores proporções apenas na década de 40 com o fortalecimento do Movimento Negro, que já defendia a tomada de medidas compensatórias por parte do Governo, além de pedir que a definição do Racismo constasse na Constituição Brasileira como sendo um Crime sujeito a penalidades. No ano de 1945 aconteceu a Convenção Nacional do Negro, quando foi redigido um documento de manifesto para ser apreciado nos trabalhos da constituinte de 1946. Em 1978 é fundado o Movimento Negro Unificado e em 13 de maio de 1984 funda-se o Conselho da Comunidade Negra. Mas é apenas na Constituição de 1988 que se inseriu o Racismo e as penalidades cabíveis, porém, outras demandas, tais como a reserva de vagas em universidades públicas, ainda continuam polêmicas no país, apesar de já terem transcorrido mais de 60 anos desde o começo dessas reivindicações pela comunidade negra. No entanto, é só nos anos 80 que a temática tomou abrangência nacional devido aos inúmeros estudos acadêmicos e à divulgação de análises estatísticas feitas pelos órgãos do governo, que denunciavam a grande defasagem de negros com relação aos brancos em quase todos os indicadores sócio-econômicos do país.

Ao falarmos em raça, é importante salientarmos que nas Ciências Sociais existe a distinção entre conceitos analíticos e nativos. Um conceito ou categoria analítica é o que permite a análise de um determinado conjunto de fenômenos, e faz sentido apenas no corpo de uma teoria. Falamos de um conceito nativo, ao contrário, quando estamos trabalhando com uma categoria que tem sentido no mundo prático, ou seja, faz sentido dentro do contexto de um determinado grupo. Essa distinção é essencial quando pensamos no caso do Vale do Alto-Médio São Francisco, em que a categoria “moreno” é o conceito nativo, um termo tradicionalmente utilizado. No sentido analítico, vimos na história o surgimento de diversas correntes teóricas que procuraram distinguir os seres humanos em raças humanas, o que estaria relacionado à noção de um desenvolvimento diferencial de valores morais, de dotes psíquicos e intelectuais. Após os efeitos

desastrosos da Segunda Guerra Mundial, houve um esforço dos cientistas – biólogos, sociólogos, antropólogos – em sepultar a noção de raça, desautorizando o seu uso como categoria científica. Além do mais, a construção do conceito raça, baseada em traços fisiológicos, fenotípicos ou genéticos é algo sem nenhum respaldo científico, ou seja, as raças são, cientificamente, uma construção social e devem ser estudadas por um ramo próprio das Ciências Sociais, que vem tratar das identidades sociais. Uma discussão interessante que presenciamos atualmente é se no Brasil o uso do termo “raça” seria mais adequado do que o termo “cor”. Segundo Rafael Guerreiro Osório, pesquisador do IBGE, o preconceito racial no Brasil é baseado na cor da pele e não na origem dos indivíduos, tratando-se, portanto, de um “Preconceito de Marca”. Segundo Osório, onde ocorre o preconceito racial de marca, a origem (local de nascimento e herança cultural) não importa, mas sim quantos traços fenotípicos do grupo discriminado são portados pelo indivíduo. O autor salienta que o preconceito de marca não exclui completamente, mas deprecia suas vítimas. Assim, portar traços do grupo discriminado significa um status de inferioridade e faz com que os sujeitos ao preconceito sejam sistematicamente preteridos em relação aos demais.

Em contraposição a idéia levantada por Osório, alguns autores defendem que, no caso do Brasil, não é só a “cor” do indivíduo que determina se ele será bem aceito ou se será discriminado pois, junto à percepção da cor, tem também uma série de representações negativas quanto ao indivíduo negro. De acordo com Guimarães (2002), a classificação por cor existente no Brasil, e oficializada pelo IBGE, é orientada pela noção de raça, ou seja, é pautada por um discurso sobre qualidades, atitudes e essências transmitidas por sangue, que remontam a uma origem ancestral comum numa das “subespécies humanas”. Dessa forma, segundo o autor, “cor” não é uma categoria objetiva, mas sim uma categoria racial e, dessa forma, estamos falando não de algo existente no mundo real, mas algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida social. Assim, portanto, a utilização do conceito raça é bastante adequada para a realidade brasileira, sendo esse um conceito analítico nominalista.

Toda essa discussão ganhou mais vigor durante os anos 90, principalmente os anos do governo Fernando Henrique Cardoso, quando ocorreram grandes avanços no campo político, como a implementação de secretarias estaduais e federais para a defesa e promoção de populações negras. Além disso, foram de extrema importância a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra, em 1995 e o lançamento do 1º e do 2º Programa Nacional dos Direitos Humanos, em 1996 e

2002 respectivamente. Em 2001, os debates se intensificaram dentro do governo federal devido à III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, promovida pela ONU e realizada em Durban, na África do Sul, quando o Brasil foi apontado como sendo um país preconceituoso e que não garante a defesa dos direitos humanos de forma igualitária a brancos e negros.

Vários cientistas têm mantido, por muitos anos, a noção de que a industrialização e as forças da modernização tenderiam a diminuir o significado de raça e etnicidade em sociedades heterogêneas. Um grande autor que compartilhou dessa idéia foi Florestan Fernandes, que defendia que a crescente industrialização chegaria a um ponto em que apenas as aptidões pessoais, e não mais a raça, seriam fatores de diferenciação social. Essa hipótese foi trabalhada no início dos anos 90 pela estudiosa Peggy Lovell, na qual ela aponta que as transformações estruturais ocorridas entre 1960 e 1980 trouxe maiores oportunidades no mercado-de-trabalho aos afrobrasileiros, mas fez pouco no sentido de reduzir a diferenciação racial, aumentando os abismos salariais entre brancos e negros. Além dessa pesquisa, o professor da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), José Francisco Soares, elaborou um estudo baseado no SAEB (Sistema de Avaliação do Ensino Básico) que nos mostra que as melhorias materiais na escola advindas das inovações tecnológicas (computadores, equipamentos eletrônicos) também não foram capazes de diminuir as diferenças de rendimento escolar entre brancos e negros, chegando até mesmo a aumentar essas diferenças. Isso, segundo o autor, não se deve ao fato de que as crianças brancas estariam mais preparadas para o bom aproveitamento desses recursos, mas deve-se a desigualdades fundamentadas no campo simbólico, ou seja, pela histórica representação social estigmatizada contra a população negra ou então pela completa ausência de representação nos diversos espaços sociais. No que diz respeito a essas desigualdades sócio-econômicas observadas entre brancos e negros existem basicamente três fontes geradoras: a desvantagem locacional – ou seja, a concentração de populações negras morando nos locais menos favorecidos e muito isolados; a desvantagem educacional, refletida nos baixos graus de proficiência dos negros com relação aos brancos; e a desvantagem ocupacional, podendo ser observada pelo predomínio de negros nos trabalhos informais e mais precarizados¹⁵. Dessa forma, a eficácia das políticas universalistas para o combate às desigualdades

¹⁵ Perspectiva citada pelo Prof. Dr. Kabengele Munanga durante uma palestra realizada na Universidade Federal de São Carlos para a discussão sobre a implementação de políticas de ações afirmativas nas universidades. Esse debate também é feito por Peggy Lovell, 1995.

entre brancos e negros tem sido bastante contestada, havendo a necessidade de medidas de curto, médio e longo prazo, que atentem para as diferenças. Assim, existe na atualidade uma acirrada discussão a respeito das formas de políticas sociais adotadas, levando-nos a refletir nas conseqüências trazidas pelas políticas universalistas e pelas políticas da diferença. No caos da política da diferença pode-se dizer que haja em sua base um potencial universal que é o de formar e definir a própria identidade, tanto como indivíduo quanto como cultura, e essa potencialidade tem de ser igualmente respeitada em todos. Embora ambas políticas se baseiem na noção de respeito igual, para uma delas esse princípio requer que tratemos as pessoas de uma maneira cega às diferenças, concentrando-se naquilo que é o mesmo em todos. Para a outra, o conjunto supostamente neutro de princípios cegos à diferença é na verdade o reflexo de uma cultura hegemônica, sendo não só inumana (porque suprime identidades), mas também, de modo sutil e inconsciente, altamente discriminatória.

O fato é que a exigência de reconhecimento, neste momento, é explícita. O reconhecimento errôneo graduou-se agora no nível de um dano que pode ser obstinadamente enumerado. Franz Fanon, em seu influente livro *Os Condenados da Terra* (1979), alegou que a principal arma dos colonizadores era a imposição de uma imagem de inferioridade dos povos subjugados. O colonizado, segundo ele, a fim de libertar-se, tem antes de tudo de purgar-se dessas auto-imagens depreciativas. Embora nem todos tenham se orientado pelas recomendações de Fanon, acerca do caminho a ser seguido para a conquista da liberdade, a noção de que há uma batalha para uma auto-imagem modificada, luta que ocorre tanto no interior do subjugado como em oposição ao dominador, tem sido amplamente aplicada.

Nessa perspectiva, Taylor (2000) procura desvendar os vínculos entre reconhecimento e identidade. O reconhecimento, segundo o autor, tem sido uma necessidade e uma das forças propulsoras dos movimentos políticos nacionalistas e, na política contemporânea, tem sido colocado como uma exigência por grupos minoritários. A identidade, de acordo com ele, designa algo como uma compreensão de quem somos, de nossas características definitórias fundamentais como seres humanos.

Logo, dependendo da forma pela qual os negros são representados na sociedade brasileira como um todo, pode-se interferir traumáticamente na auto-identificação dessas pessoas, reforçando a noção de um grupo minoritário. Isso não apenas acarreta perdas no âmbito psicológico e simbólico, mas também se reflete em maneiras de comportamento do negro na sociedade e na sua colocação sócio-cultural no espaço

social, baseada numa imagem estigmatizada. Para Silva (1995), as representações sociais constituem em entidades quase tangíveis, que se cruzam e se cristalizam através da fala, do gesto, no nosso universo cotidiano. Segundo o autor, aproximamo-nos da noção de representação quando: “precisamos sua natureza de processo psíquico capaz de tornar familiar, situar e tornar presente em nosso universo interior o que se encontra a uma certa distância de nós, o que está de certo modo ausente.” (Moscovici, apud Silva). A noção de representação social é importante, uma vez que o grande volume de teorias e fenômenos transmitidos na sociedade não poderiam ser corroborados na experiência individual. Contudo, a representação de uma realidade ou objeto não correspondente à percepção real dessa realidade ou objeto, uma vez que esta tem o papel ativo de modelar o que apreende do exterior e reproduzir essa realidade ou objeto, reconstruindo-o. Em relação à representação social do negro como, por exemplo, nas imagens passadas pela mídia ou em livros, ao articular-se com a percepção inicial deste, transformam-no, na maioria das vezes, em um ser estigmatizado, tornando-o estranho, e não familiar. Vemos a importância em se tratar da representação social do negro uma vez que as formas socialmente criadas de se tratar o negro no Brasil estão permeadas de atos discriminatórios, que estabeleceram limites muito bem delimitados entre brancos e negros, restando para estes apenas as posições subalternas no mercado-de-trabalho, o difícil acesso e permanência nos estudos, e assim, estabelecendo sua posição majoritária nas áreas de pobreza, como pudemos constatar no Vale do Alto-Médio São Francisco.

3. A condição de pobreza

A experiência da pobreza é algo mais do que as dificuldades objetivas da sobrevivência cotidiana. É também a experiência de uma sociedade que os coloca na condição de párias sociais.
Vera da Silva Telles

Ao conhecermos a situação vivida por pescadores e suas famílias no Alto-Médio São Francisco, logo observamos uma pobreza diferente daquela vivenciada em outros contextos, como nas periferias dos grandes centros urbanos. Nessas periferias é comum encontrarmos famílias que sobrevivem sem nenhuma renda, em situação de desemprego, sem a possibilidade de um trabalho autônomo, estando dependentes totalmente do auxílio de terceiros. Mas no caso da população ribeirinha aqui relatada, observamos uma pobreza menos degradante, pois, por piores que estejam as condições de pesca, esse ainda é um importante recurso natural para a manutenção da vida das famílias.

Uma das principais dificuldades conceituais está em como não tratar “pobreza” nem “raça” de modo substancialista, ainda mais quando estamos falando de regiões como as do vale do rio São Francisco, que se distanciam, de certa forma, da realidade metropolitana. De acordo com Anjos (2003), a pobreza é um caso típico de conceito popular “contrabandeado” para a linguagem científica de modo acrítico e que carrega, por isso, uma dimensão inconsciente que é própria da história social das lutas em torno do grupo. Mesmo assim, podemos tentar fazer um rápido apanhado das discussões acerca desse conceito.

A pobreza, portanto, é encarada por estudiosos e pela sociedade civil como um todo de várias formas: uma dessas formas é considerá-la como uma situação capaz de absorver aqueles que foram excluídos do crescimento econômico. Por outro lado, as consequências da pobreza são vistas como uma patologia. Já no ângulo da multidão de miseráveis, é vista como uma carência, que clama por providências governamentais, por ação tutelar e assistencial do Estado. É nesse momento que se cria a figura do necessitado, transformando a condição de pobreza em estigma que diferencia o pobre do trabalhador, na suposição de que o pobre não seria capacitado para garantir sua sobrevivência a partir do trabalho, beirando à situação de marginalidade. Então, mais do

que uma situação econômica, a pobreza como condição de vida qualifica-se como uma experiência que desconstrói a noção de uma ordem legítima de vida. Nesse caso, a condição de pobreza é sempre vulnerável a se transfigurar em marginalização no interior de um imaginário social que a constrói como solo da degradação moral, da desordem e da irracionalidade (Telles, 1990). Infelizmente, o caso dos negros é ainda mais degradante, uma vez que a sociedade como um todo sempre relaciona a imagem do negro à imagem da pobreza, sem a menor preocupação de saber se essa é a sua condição real. Assim, vemos uma sobreposição de vários estigmas sobre o indivíduo de cor negra: a suposição da pobreza, da marginalidade, da inferioridade intelectual, estética e cultural, entre outros estereótipos interiorizados nos valores brasileiros.

A situação de pobreza já foi concebida de várias formas, mas, durante o século XX, foram três as concepções mais utilizadas pelos projetos internacionais e por órgãos de pesquisa. Essas concepções dependem principalmente das idéias de subsistência, necessidades básicas e privação relativa. A idéia de subsistência foi desenvolvida na Grã-Bretanha num primeiro momento através de pesquisas elaboradas por empresários e, depois, durante os anos da Primeira Guerra Mundial (1939-45) por meio de um relatório sobre segurança social. Em um trabalho incentivado por nutricionistas, as famílias foram então definidas em situação de pobreza quando suas rendas não eram suficientes para a manutenção da mera eficiência física. Assim, uma família era tratada como pobre se a sua renda, menos o aluguel, ficasse abaixo da “linha de pobreza”. Mesmo se fazendo um abatimento na renda para vestuário, combustível e alguns outros itens, esse abatimento era muito pequeno e a alimentação era responsável pela maior parcela da subsistência. Uma segunda formulação, a de necessidades básicas, foi adotada na década de 1970, embora estritamente a idéia tivesse uma história mais extensa. Considerou-se que as necessidades básicas incluem dois elementos:

Em primeiro lugar, incluem certas exigências mínimas de uma família no tocante ao consumo privado: alimentação, moradia e vestuário adequados, assim como certo tipo de mobiliário e utensílios domésticos. Em segundo lugar, incluem serviços essenciais fornecidos pela e para a comunidade em geral, como água potável, saneamento, transporte público e serviços de saúde, educacionais e culturais. (Organização Internacional do Trabalho, 1976, p. 24-25)

A expressão “necessidades básicas” é claramente uma ampliação do conceito de subsistência. A ênfase recai sobre os serviços mínimos requeridos por comunidades locais como um todo, e não apenas necessidades individuais e familiares para a sobrevivência e a eficiência físicas. Um dos pontos atrativos do conceito de

“sobrevivência” para alguns governantes e pensadores foi o seu âmbito limitado e, portanto, suas limitadas implicações para a reforma das estruturas sociais, bem como sua grande conciliação com o ideário do individualismo dentro do pluralismo liberal. De outro lado, o maior atrativo intelectual do conceito de “necessidades básicas” foi a sua ênfase no estabelecimento de, pelo menos, algumas condições prévias para a sobrevivência e a prosperidade das comunidades em todos os países. Por tais razões, alguns cientistas sociais da década de 1980, como Townsend, Mack, Lansley, Desai, Shah, entre outros, voltaram-se para uma terceira formulação social, mais abrangente e rigorosa do significado de pobreza: a de “privação relativa”. Segundo esses autores, as sociedades passam por mudanças tão rápidas que qualquer padrão criado em alguma data histórica no passado dificilmente se justificava em novas condições. Eles afirmam que as pessoas estão sujeitas a novas leis e obrigações, e consomem diferentes bens e serviços. Portanto, as rendas não podem ser ajustadas por um índice de preços. A pobreza, dizem os estudiosos, pode ser melhor entendida como referente não apenas aos que são vítimas da má distribuição de recursos, porém, mais exatamente, àqueles cujos recursos não permitem, em primeiro lugar, satisfazer as refinadas exigências e normas sociais impostas aos cidadãos dessa sociedade. (Dicionário do Pensamento Social do Século XX, 1996, p. 578-580). Portanto, existem aspectos em que o conceito de “subsistência” minimiza a amplitude e a profundidade da necessidade humana, tal como o conceito de “necessidades básicas” está basicamente restrito aos serviços de utilidade pública das comunidades do Terceiro Mundo. As pessoas sofrem uma privação relativa se não podem obter regime alimentar, confortos, padrões e serviços, que lhes permitam desempenhar papéis sociais, participar das relações e ter o comportamento habitual que se espera delas como membros da sociedade.

Foram vários os pensadores que tentaram explicar quais seriam as causas da pobreza. Contemporâneos de Thomas Malthus, na Inglaterra, defendiam que a maior parte dos problemas da pobreza seria culpa dos próprios pobres, que não teriam determinação e força de vontade para trabalhar. Essa é uma versão que encontra adeptos ainda nos dias atuais. Para Malthus, a causa principal da pobreza era a grande velocidade com que as pessoas se multiplicavam, em contraste com a pouca velocidade em que crescia a produção de alimentos. A solução, segundo Malthus, seria o controle dos impulsos sexuais dos pobres para deixarem de ter tantos filhos. Nessa perspectiva, políticas para diminuir a miséria só agravaria o problema pois, alimentados, eles se reproduziriam mais ainda. Diziam os estudiosos que a solução seria educá-los, para que

aprendessem a se comportar, ou então deixá-los à própria sorte. O sociólogo Simon Schwartzman (2004) aponta que outra versão desta associação entre pobreza e indignidade era apresentada pelo protestantismo, que via na riqueza material um sinal de pré-destinação e reconhecimento de Deus, enquanto que a pobreza era vista como uma clara resposta de condenação. Segundo o autor, a idéia malthusiana de pobreza colidia com o valor da caridade, tão presente na tradição judaica, cristã e de outras religiões. Sempre, em todas as sociedades, conciliou-se o hábito moral de ajudar os pobres e a certeza de que as diferenças sociais e a miséria eram realidades inevitáveis. Existe, porém, uma outra maneira de se tratar a questão da pobreza, que defende uma solução ao problema não de forma individual, mas baseada nas relações entre as pessoas. Esse ideário esteve presente nas formas mais radicais do cristianismo e também nos escritos e movimentos políticos socialistas e comunistas. A solução da pobreza viria a partir da “luta de classes” entre proletários e burgueses, porém, nem todos os pobres do capitalismo têm lugar de honra no proletariado ilustrado por Marx. Mais do que isso, nem todos os indivíduos brancos e muito menos os indivíduos negros têm a chance de estarem na condição de operários, capazes de levar à frente um movimento contra a miséria.

4 Família: o eixo central da pesquisa

Historiadores e antropólogos já discutem há muitas décadas se podemos identificar características universais sobre a família. Em 1949 o antropólogo George Murdock arriscou uma definição universal, baseada em sua análise de cerca de 500 sociedades, e afirmou que a família seria:

um grupo social caracterizado pela residência, a cooperação econômica e a reprodução. Ela inclui adultos de ambos os sexos, pelo menos dois dos quais mantêm um relacionamento sexual socialmente aprovado, e um ou mais filhos, próprios ou adotivos, dos adultos que coabitam sexualmente. (in Dicionário do Pensamento Social do Século XX, 1996, p. 297-299)

Até a década de 1950, grande parte dos estudiosos dava o nome de família a um grupo caracterizado pela residência em comum e pelo convívio de pais e filhos, isolados dos demais parentes, sendo essa estrutura conhecida como “Família Nuclear”. Nesse momento, os teóricos também defendiam a importância de não confundirmos “família” e “grupo doméstico”, pois não seriam termos equivalentes. O “grupo doméstico”, diziam eles, seria constituído pelos indivíduos que partilham de um habitat em comum e da mesma reserva de alimentos. Entre seus membros não haveria necessariamente laços de parentesco, ao contrário, uma família poderia dividir-se entre dois ou mais grupos domésticos. (Dicionário de Ciências Sociais, 198 , p. 457-459). Desde pelo menos os anos 1960, porém, em grande parte do Ocidente Moderno e no Mundo em desenvolvimento, a forma de família definida por Murdock e seus contemporâneos já não dá mais conta de explicar a maioria dos lares. No entanto, essa família nuclear, apesar de despida de algumas das funções outrora assumidas pela família tradicional e extensa, é ainda em grande parte responsável pela socialização dos filhos e pela estabilidade emocional das personalidades adultas. Essa família nuclear convive numa “família composta”, quando se encontram sob o mesmo teto várias famílias nucleares, e numa “família complexa” quando os membros mais jovens trazem suas esposas para o teto paterno e dão origem a células nucleares. Esta forma de agrupamento difere da “família extensa”, idêntica em tudo a ela, no fato de seus membros não viverem sob o mesmo teto.

Um dos fatos mais importantes da história moderna é o declínio da família extensa e a expansão dessa família nuclear, que surge associada com outros traços, tais

como a livre escolha dos companheiros no casamento, o maior número de divórcios, a maior mobilidade residencial, o enfraquecimento dos laços de parentesco, a emancipação da mulher (e seu ingresso no mercado-de-trabalho) e a perda do sentido de responsabilidade dos filhos em relação aos pais e avós. Tudo isso não quer dizer que o novo tipo de família terá eliminado completamente a importância dos laços de parentesco, que muitas vezes continuam, sobretudo na classe média e nas classes mais baixas. A família nuclear combina de várias formas os fatores que definem um pequeno sistema social, os limites do grupo, o sistema de papéis e o padrão de combinações. Dessa forma, surgem tipos de família nuclear, como o fechado e o aberto. No primeiro, a família volta-se para dentro de si mesma, tende a isolar-se da comunidade maior, exige dos seus membros altos níveis de compromisso e cooperação. No caso da família aberta, esta se insere numa comunidade homogênea que tem por base o parentesco. Neste caso, os limites da família nuclear tornam-se imprecisos e seus membros mantêm relações intensas com o exterior.

Através dos tempos, a família parece ter desempenhado diversas funções, ora perdendo algumas, ora crescendo outras. Destas, as mais importantes e permanentes têm sido a reprodução da espécie, a criação e a socialização dos filhos e a transmissão do patrimônio cultural. Pode-se destacar também a função econômica; a de conferir status e classificação social a seus membros; a lúdica; a recreativa e a de grupo solidário e assistencial.

Frente a todas as formas de arranjos familiares aqui explicitadas devemos nos lembrar que a família é uma elaboração ideológica e social e, portanto, quaisquer tentativas de defini-la como uma instituição delimitada, com características universais em qualquer local ou tempo, necessariamente serão em vão. Mesmo num mesmo período histórico, existem inúmeras formas de estruturação familiar, sendo diferentes, por exemplo, a concepção de família para as camadas pobres e para as mais bem apossadas.

No Brasil do início dos anos 1990, as famílias passaram por mudanças que fazem parte de um processo de modernidade “contraditório”, característico do país na segunda metade do século XX. Segundo a pesquisadora da UNICAMP, Ana Maria Goldani (1994), assistimos a uma tendência de diminuição no tamanho e uma maior diversificação nos arranjos domésticos e famílias. Os arranjos de maior crescimento nos últimos anos, diz a autora, foram de adultos vivendo sozinhos e de famílias monoparentais, ou seja, de mãe ou pai vivendo com filhos. Esse aumento da

complexidade da vida familiar se deve ao incremento no número de famílias reconstituídas, resultado do aumento nas taxas de separação, divórcio e recasamentos. Todas essas mudanças são decorrentes de um rápido processo intensificado nos anos 80, marcados pela busca da democracia e pela afirmação dos direitos de cidadania, desembocando na Constituição Brasileira de 1988. Realmente, a década de 80 trouxe perspectivas de maior organização e participação política para todos os segmentos sociais, materializando-se em conquistas constitucionais. Apesar disso, não pudemos observar efeitos práticos em termos de qualidade de vida para a maioria dos brasileiros. Nessa década, inicia-se um dos períodos mais recessivos da história do país, marcada por planos econômicos fracassados, por uma grande perda de eficiência do setor público e por programas sociais incapazes de barrar a deteriorização das condições de vida de grandes parcelas da população. Somando-se a isso, na chamada “década perdida” a sociedade brasileira é marcada por um aprofundamento das desigualdades sociais. Em números, 50 % dos mais pobres ficaram ainda mais pobres, e os 5% mais ricos saíram da década ainda mais ricos, com 39% de toda a renda nacional em vez dos 34% que tinham no início. Frente a esse cenário de crise, as famílias brasileiras reagiram de modo a transformar-se estruturalmente. Segundo dados dos Censos Demográficos de 1970 e 1980, houve uma dramática diminuição do arranjo conjugal mais tradicional, formado pelo casal e pelos filhos. Assim, representando cerca de 60% do crescimento total de domicílios na década de 70, esse arranjo doméstico passa a representar apenas 48% nos anos 80. Por outro lado, destaca-se o aumento das famílias monoparentais, cujo peso relativo passou de 16% para 22% dos novos domicílios, e das unidades uniparentais (pessoas vivendo sozinhas), a contribuição passou de 8% para cerca de 11% do crescimento total dos domicílios particulares. Portanto, no início dos anos 90, os brasileiros continuavam morando, preferencialmente, em domicílios organizados por laços de parentesco, mesmo sendo os arranjos domésticos do tipo “não-família” os que mais cresceram. (Goldani, 1994)

Segundo Klaas Woortmann (1987), a família na pobreza define-se em torno de um *eixo moral*, na qual a noção de obrigação antecede as relações de parentesco, sobrepondo-se aos laços de sangue. Essa idéia constitui o que o autor chama de “sistema de obrigações morais”, que pode ser entendida por duas dimensões: a primeira dimensão é a relação entre pais e filhos, que constitui o único grupo em que as obrigações são dadas e não escolhidas. Uma segunda dimensão é formada pelas demais relações, que podem ser seletivas, dependendo de como se estabeleçam as obrigações

mútuas dentro da rede de sociabilidade. Nesse sistema, não há relações com parentes de sangue, se com eles não for possível *dar, receber e retribuir*, que são as três obrigações fundamentais da reciprocidade definida pelo antropólogo Marcel Mauss (1974). Assim, a família, como ordem moral, torna-se uma referência simbólica fundamental, uma linguagem através da qual traduzem o mundo social, orientando e atribuindo significado às suas relações dentro e fora da casa. Essa linguagem configura o sistema de valores da família, sendo refletida nas ações e nas formas de pensar o mundo social a sua volta.

5 . TÉCNICAS DE PESQUISA

A pesquisa que se seguiu durante o mês de julho é baseada, primeiramente nas observações da viagem realizada no mês de maio e em segundo lugar nas entrevistas, baseadas no Censo Domiciliar, aplicado no ano de 2004, que abrangeu as famílias de pescadores profissionais dos municípios de Três Marias, São Gonçalo do Abaeté, Pirapora, Buritizeiro, Ibiaí e o distrito de Barra do Guaicuí (município de Várzea da Palma). A partir do Censo, selecionamos trinta famílias, residentes nos municípios que seriam visitados durante o mês de julho: Pirapora, Três Marias, Ibiaí e São Gonçalo do Abaeté (mais especificamente o bairro Beira Rio). O critério de seleção das famílias a serem entrevistadas foi o pertencimento racial, ou seja, selecionamos famílias em que seus membros, de uma forma mais ou menos homogênea entre si, se declarassem pretos, pardos, brancos, ou então que não se enquadraram em nenhuma das categorias raciais do IBGE (branco, pardo, preto, amarelo e indígena). Vimos que é de extrema importância considerarmos também as formas pelas quais eles se declaram usualmente, ou seja, os termos utilizados para além do enquadramento do IBGE. Entre os termos utilizados, observamos com maior frequência o “moreno”, que varia do mais claro ao mais escuro. Como o pertencimento racial é fruto de uma construção histórica, em termos de representações e de experiências, vimos a importância de selecionarmos pessoas seguidoras de diversas religiões uma vez que a religiosidade pode trazer diferentes percepções sobre “igualdade” e também fornecer diferentes fatores que contribuem para a formação das identidades e da auto-estima. Dessa forma, segue abaixo a relação das famílias entrevistadas, agrupadas de acordo com as categorias do IBGE, apontadas por elas e anotadas pelos entrevistadores durante o Censo. Na relação abaixo, também observamos os termos utilizados por eles (de forma aberta) para se referirem à cor e também a religião que professam.

A) BRANCOS

FAMÍLIA 1 (8 integrantes)

Município: Três Marias

* No censo, todos se declararam “brancos” e evangélicos

FAMÍLIA 2 (6 integrantes)

Município: Três Marias

* No censo, todos se declararam “morenos” e católicos

FAMÍLIA 3 (4 integrantes)

Município: Três Marias

* No censo, todos se declararam “brancos” e católicos

FAMÍLIA 4 (6 integrantes)

Município: Pirapora

* No censo, todos se declararam “brancos” e católicos

FAMÍLIA 5 (5 integrantes)

Município: Pirapora

* No censo, 1 pessoa se declarou “morena”, os demais “morenos claros” e todos católicos

FAMÍLIA 6 (6 integrantes)

Município: Pirapora

* No censo, estão presentes apenas dois dos integrantes. Ambos se declararam “morenos” e católicos. Nesta oportunidade, todos os demais foram declarados como “morenos” também.

FAMÍLIA 7 (9 integrantes)

Município: Ibiaí

* No censo, existia também a mãe de uma das integrantes, mas hoje ela reside em outro bairro. Todos estavam declarados como “morenos claros” e católicos.

B) PARDOS

FAMÍLIA 8 (4 integrantes)

Município: Três Marias

* No censo todos se declararam “morenos” e católicos.

FAMÍLIA 9 (8 integrantes)

Município: Três Marias

* No censo todos se declararam “morenos” e católicos

FAMÍLIA 10 (7 integrantes)

Município: Três Marias

* No censo todos se declararam “morenos”, exceto dois deles, que se declararam “morenos claros”. Todos são evangélicos (Assembléia de Deus).

FAMÍLIA 11 (4 integrantes)

Município: Pirapora

* No censo todos se declararam “morenos” e católicos, mas hoje as duas mulheres seguem a religião adventista.

FAMÍLIA 12 (6 integrantes)

Município: Pirapora

* No censo todos se declararam “morenos” e sem religião

FAMÍLIA 13 (6 integrantes)

Município: Pirapora

* No censo todos se declararam negros, exceto um deles, que se declarou pardo. Todos são católicos.

FAMÍLIA 14 (4 integrantes)

Município: Ibiaí

* No censo tiveram declarações como “moreno”, “negra”, “branco” e todos são católicos.

C) PRETOS

FAMÍLIA 15 (4 integrantes)

Município: Três Marias

* No censo todos se declararam “morenos” e católicos.

FAMÍLIA 16 (5 integrantes)

Município: Três Marias

* No censo todos se declararam morenos e católicos.

FAMÍLIA 17 (4 integrantes)

Município: Três Marias

* No censo todos se declararam “morenos claros” e crentes.

FAMÍLIA 18 (2 integrantes)

Município: Pirapora

* No censo todos se declararam “morenos” e católicos.

FAMÍLIA 19 (8 integrantes)

Município: Pirapora

* No censo todos se declararam morenos e católicos.

FAMÍLIA 20 (6 integrantes)

Município: Pirapora

* No censo todos se declararam “morenos”, exceto uma integrante, que se declarou “branca”. Todos são católicos.

FAMÍLIA 21 (8 integrantes)

Município: Ibiá

* No censo todos se declararam “escurinhos” e católicos.

FAMÍLIA 22 (5 integrantes)

Município: São Gonçalo do Abaeté (Bairro Beira Rio)

* Na pré-pesquisa, eles se declararam “morenos”, “pardo”, “moreno claro”, além de se enquadrarem nas categorias preto e pardo do IBGE, mas com preponderância de pretos. Todos são evangélicos.

FAMÍLIA 23 (3 integrantes)

Município: São Gonçalo do Abaeté (Bairro Beira Rio)

* Na pré-pesquisa, uma integrante se auto-declarou “morena” e se enquadrou na categoria parda, do IBGE, e os demais se denominaram “pretos”. Todos são evangélicos.

FAMÍLIA 24 (2 integrantes)

Município: São Gonçalo do Abaeté (Bairro Beira Rio)

* Na pré-pesquisa, os dois se declararam “pretos” e católicos. Recentemente, um dos integrantes começou a frequentar a igreja evangélica.

D) SEM RESPOSTA

FAMÍLIA 25 (5 integrantes)

Município: Três Marias

* No censo, apenas um deles foi declarado como branco. Todos são católicos.

FAMÍLIA 26 (3 integrantes)

Município: Três Marias

* No censo, apenas um integrante se declarou branco. Todos são católicos.

FAMÍLIA 27 (3 integrantes)

Município: Três Marias

* No censo, apenas uma pessoa conseguiu responder algo literal (“moreno”), mas essa mesma pessoa foi a única que não conseguiu se enquadrar nas categorias do IBGE, enquanto que as demais pessoas se classificaram como brancas. Todos são católicos.

FAMÍLIA 28 (4 integrantes)

Município: Pirapora

* No censo, todos se auto-declararam “morenos”, exceto um deles, que se declarou “preta”. Todos são católicos.

FAMÍLIA 29 (8 integrantes)

Município: Pirapora

* No censo, cinco pessoas se declararam “morenos”, uma pessoa se declarou “castanho” e outra se declarou “negra”. Um deles se declarou “moreno claro”. Todos são do camdoblé, menos um, que é católico.

FAMÍLIA 30 (5 integrantes)

Município: Pirapora

* No censo, duas pessoas se declararam “claros”, outras duas se declararam “roxos” e uma pessoa não consta nos dados do censo. Todos são católicos.

Para uma melhor visualização, a tabela 1 nos mostra quantas famílias foram entrevistadas em cada grupo racial, incluindo aquelas famílias que não se enquadraram em nenhuma das categorias raciais do IBGE. A mesma tabela nos mostra quantas famílias de pescadores profissionais de cada grupo racial foram entrevistadas nos municípios visitados.

Tabela 1: Distribuição das famílias entrevistadas, segundo a categoria racial e a colônia de pescadores da qual pertencem. Minas Gerais, 2005

	Brancos	Pardos	Pretos	Sem Resposta	Total
Pirapora	2	3	3	3	12
Três Marias	3	3	3	3	12
Ibiaí	1	1	1	0	3
São Gonçalo	0	0	3	0	3
Total	6	7	10	6	30

As entrevistas realizadas com essas famílias foram semi-estruturadas e abrangem alguns elementos que nos auxiliam na percepção das identidades. Logo no primeiro contato com a região, percebemos o quanto é delicado discutirmos sobre Raça, principalmente quando estamos inseridos num contexto não tão urbanizado, onde as categorias de pertencimento racial não são as analíticas e sim as nativas, e onde o Movimento Negro é praticamente desconhecido. Durante as entrevistas, portanto, tentamos contemplar a discussão racial de uma forma periférica, a partir de questões que indiretamente apontariam alguns elementos importantes para a formação das identidades. Os principais elementos presentes nas entrevistas são as seguintes:

- . O que mais gosta de fazer
- . Quais as lembranças / recordações boas da infância
- . Quais as lembranças ou situações desagradáveis da infância.
- . Quais os maiores ensinamentos deixados pelos pais / família.
- . Quais os lugares / espaços mais freqüentados
- . Como são os relacionamentos na comunidade (rua, rio...)
- . Participa das discussões na colônia, no bairro?
- . Quais são as funções mais importantes que exerce
- . Quais representações culturais conhece na comunidade e de quais mais gosta.
- . Discutem em família sobre preconceito racial? Observam formas de discriminação na comunidade? Já sofreram alguma forma de discriminação?
- . Se fosse uma pessoa diferente, acredita que receberia outro tratamento?

Com esses pontos de discussão, procuramos observar como se relacionam os elementos intradiscursivos - ou seja, os da ordem da linguagem – com os elementos interdiscursivos, tendo em conta que o “exterior” é constitutivo do sentido. Trata-se, portanto, de investigar como se relacionam os elementos presentes nas falas dos entrevistados, com a realidade das comunidades. De certa forma, estamos nos apoiando no método da “Análise do discurso” para a interpretação das falas das famílias de pescadores profissionais, sendo Michel Foucault um dos principais contribuintes para o desenvolvimento dessa metodologia.

Para os teóricos da Análise do Discurso, o conceito enunciativo não deve ser tratado em si mesmo, mas deve-se compreender como esses enunciados se articulam com os acontecimentos que não são de natureza discursiva, ou seja, acontecimentos de ordem política, econômica, social. Essa metodologia, pensada numa corrente mais foucaultiana, poderia esboçar o

conjunto das condições que regem, em um dado momento e em uma determinada sociedade, a aparição de enunciados, sua conservação, os laços que são estabelecidos entre eles, a maneira pela qual os agrupamos em conjuntos, o papel que exercem, o jogo das sacralizações que os afetam, a maneira pela qual são investidos em práticas ou condutas, os princípios segundo os quais circulam, são recalcados, esquecidos, destruídos ou reativados (GREGOLIN, 2001, p. 16)

6. ANOTAÇÕES DE UMA VIAJANTE: O PRIMEIRO CONTATO COM A REGIÃO

Deixo aqui um pouco do que podemos chamar de uma “observação de viajante”, uma breve descrição da viagem que fiz à região ribeirinha entre os dias 19 e 22 de maio de 2005. Esse primeiro contato com a região teve como objetivo apenas uma observação (não sistematizada) e possibilitou o início de uma interação com os pescadores e com aquela realidade às margens do São Francisco.

O primeiro dia

A principal atividade desenvolvida no dia 19 de maio foi a participação na Oficina de Capacitação de Repórteres Comunitários, que ocorreu na Colônia Z-1, em Pirapora. Nesse dia, meu principal objetivo era possibilitar um primeiro contato com os pescadores e com outras pessoas que freqüentam a colônia, observando as influências da variável cor/raça.

O dia foi bastante interessante pelo fato de termos conhecido muitas pessoas, a começar pelos palestrantes contratados pelo IARA, Marquinhos e Lígia, ambos de Santarém (PA). Ainda no hotel, já pudemos conhecer vários participantes da região, como por exemplo: Ceíça Maria, que representa um forte interlocutor da comunidade de Três Marias, além de ser também uma repórter comunitária. Ainda de Três Marias, conhecemos as repórteres comunitárias Daiana (que também é Secretária da Federação das Colônias de Pescadores), Cristina, Tiago, Zezé e sua filha Hosana. Do município de Ibiaí, conhecemos o radialista Jefferson, além dos repórteres comunitários Zé de Nóis, Sr. Osmar e sua filha Renata, e a Tatiana. Chegando na colônia, pudemos também conhecer várias outras pessoas relacionadas à pesca, além do presidente da colônia, Sr. Pedro, que disputava, na época, a reeleição com o Sr. Zé Joelho.

Um primeiro olhar sobre os participantes da oficina mostra uma maior freqüência de pessoas negras do que de brancas. Além disso, todas as mulheres presentes provavelmente se auto-declaram negras. Vale a pena salientar que essas são constatações minhas, sem levar em conta a auto-atribuição de cor/raça de cada um dos presentes. Por isso mesmo, ainda não podemos falar em pesquisa ou ciência, apenas em uma observação orientada a partir de minhas leituras e impressões.

Por volta das 9h30min da manhã, Marquinhos e Lígia deram início à oficina, propondo algumas dinâmicas para que todos se conhecessem melhor e também comesçassem a entrar no assunto de forma mais prazerosa. Divididos em grupos, fomos convidados a refletir um pouco sobre a diferença entre “comunicação” e “informação”. Depois os grupos expuseram os resultados das discussões afim de proporcionar um diálogo maior entre todos os presentes, chegando a um entendimento consensual sobre os significados de cada termo.

Na hora do almoço, a Carol – outra integrante da equipe de pesquisa da UFSCAr - e eu fomos conhecer as redondezas da colônia, “guiadas” pelas estudantes Rejane e Débora, que nos mostraram algumas cooperativas de artesanato (principalmente esculturas de madeira, quadros e objetos de biscuit). Em uma das cooperativas que produzem objetos de biscuit, encontramos duas mulheres, ambas aparentemente negras, e um fato que me chamou a atenção foi a quase inexistência de figuras humanas negras entre os objetos produzidos. Entre muitas figuras humanas, existiam duas com características negras e todas as outras (cerca de umas cinqüenta figuras) mostravam pele, cabelos e olhos claros. Esse é um fato no mínimo interessante se considerarmos o município como sendo predominantemente negro (71,10% segundo o IBGE de 2000), e que pouco representa essa realidade em suas artes. Além das cooperativas, percebemos a forte presença de iniciativas e projetos sociais na cidade, tais como o PETI (Programa Social do Governo Federal de Erradicação do Trabalho Infantil), e Programa de Inclusão Digital e diversos projetos de iniciação dos jovens nas atividades relacionadas ao turismo e à perpetuação do artesanato local.

No período da tarde, a oficina estava voltada para o levantamento dos maiores problemas enfrentados pelos repórteres comunitários, a fim de se pensar em alternativas. Um dos problemas levantados foi a dificuldade de articular uma entrevista e, frente a isso, Marquinhos e Lígia propuseram que todos os repórteres comunitários elaborassem uma pauta e perguntas para realizarem entrevistas ali mesmo entre eles. Mesmo sem um gravador, elaborei três questões e entrevistei Thaís¹⁶, uma repórter comunitária que se auto-denominou negra, moradora de Pirapora. As questões foram as seguintes:

¹⁶ Para ela, a novela *Chica da Silva* tem sido importante para o fortalecimento da auto-visão valorativa. A novela, transmitida pela televisão, conta a história de uma escrava que, valendo-se de seus dotes físicos e de inteligência, se tornou forte, rica e poderosa, ainda no Brasil escravocrata.

1. Como percebemos, grande parte da comunidade de pescadores de Pirapora é formada por pessoas negras. Qual seria a origem dessas pessoas? Seriam, em sua maioria, daqui de Minas Gerais?
2. Aqui na comunidade existe alguma forma de manifestação cultural tipicamente negra na música, na religião ou no artesanato? Quais?
3. Se existem manifestações, você participa de alguma ou gostaria de participar? Porquê?

O segundo dia

O dia 20 foi marcado pela descida do Rio São Francisco, numa viagem que durou cinco horas até o retorno a Pirapora. Foi um passeio para conhecer um pouco de perto o rio e também ouvirmos um pouco mais sobre o cotidiano dos pescadores. Fomos todos os estudantes da UFSCar, Ana Thé, Bernardo (engenheiro que trabalha com piscicultura, recém-formado pela UFSC) e os pescadores Sr. Hermes e Sr. João, que guiaram a lancha, como é conhecida. Durante a ida, pudemos conversar um pouco com o Sr. Hermes, baiano que vive em Pirapora há mais de trinta anos. Segundo ele, o município é marcado fortemente pela migração baiana, mas, diferentemente do que a Thaís afirmou, os migrantes não vinham por trem, mas principalmente pelo Rio São Francisco com o intuito de chegarem a São Paulo, mas acabavam ficando ali mesmo na região de Pirapora. Apesar da minha insistência, o Sr. Hermes não soube dar informações sobre o dito quilombo da Barra do Pacuí.

Chegando em Barra do Guaiçú, conhecemos uma igreja do século XVII que, segundo a história, foi construída por indígenas. Tivemos a oportunidade de conhecer o menino Ítalo, que sabe muito sobre a região e nos explicou todo o histórico da construção da igreja e os conflitos entre os jesuítas e os indígenas.

O retorno a Pirapora não foi tão tranquilo, afinal o rio está muito assoreado e o barco atolou duas vezes. Ao mesmo tempo em que aproveitávamos o calor para nos refrescarmos na água, ajudando a desatolar o barco, tivemos maior noção do quão problemática é a situação em que se encontra o São Francisco nessa região.

Ao voltar da viagem de barco, decidi passar em algumas lojas de artesanato para comprar uma carranca, típica da região. No início imaginava que essa seria uma manifestação relacionada principalmente a cultura africana. Porém, todos os artesãos ou donos das lojas com os quais eu conversei relacionaram as carrancas ou a povos indígenas ou a costumes vindos de Portugal.

No hotel, uma fala que me chamou atenção foi a de um dos pescadores, quando eu perguntei se conhecia a Barra do Pacuí. Ele olhou para os lados e falando em voz baixa disse:“ - Como se diz, aquela é uma terra só de pretos. Quem encontra um branco

entre eles já sabe que não é de lá.” Perguntei a ele se sabia sobre a origem daquela comunidade, mas nada soube informar. Não especulei sobre a afirmação dada, mas já podemos perceber que ser “preto” pode significar um estigma nessa região predominantemente negra em que estávamos.

O terceiro dia

O dia 21 foi marcado pela visita ao município de Ponto Chique e à comunidade negra de Barra do Pacuí. Meu maior interesse estava realmente em conhecer a comunidade negra, procurando saber sobre seu histórico de formação e os modos de vida de seus integrantes. Eu tinha a curiosidade de saber se esse grupo se trata de um remanescente de quilombo ou se é fruto de outro histórico. Saímos logo pela manhã e nos dirigimos a Ibiaí, onde mora o Sr. Josemar, presidente da colônia de pescadores do município. De lá, partimos para Ponto Chique, indo conosco também o Sr. Tião (coordenador do Núcleo de Base dos pescadores de Ponto Chique) e Hilton (pescador e pedreiro). Nós da UFSCar estaríamos apenas acompanhando essa visita a Ponto Chique, na qual Josemar iria conversar com pescadores locais sobre o papel do Núcleo de Base (“uma ponte entre esses pescadores e a colônia de Ibiaí”) e quais seriam as medidas necessárias para eles adquirirem suas carteiras de trabalho e se filiarem à colônia.

Lançando apenas um olhar sobre os pescadores e seus familiares presentes, podemos dizer que ali tínhamos um grupo majoritariamente negro. Entre aproximadamente 30 pessoas, 9 delas poderiam se classificar como pretas, 3 como brancas e o restante como pardas. É importante frisar novamente que a minha simples observação não me dá o direito de enquadrar essas pessoas nas classificações oficiais de cor/raça. Estou expondo aqui apenas minhas impressões, sem levar em conta as auto-atribuições de cada um dos presentes. Percebemos nessa reunião que poucos foram os que se expuseram. A pessoa que mais falou foi o Sr. Joaquim (com traços negros), que reivindicava muito sobre formas de financiamento e sobre problemas enfrentados na piracema e nos dias que a antecedem. A reunião foi rápida e logo partimos para Barra do Pacuí, numa viagem que durou certa de 20 minutos pela estrada de terra.

Chegando lá minha primeira reação foi estranhar a estrutura razoavelmente boa do local. Víamos ali, entre as casas de barro, várias casas de alvenaria, uma igreja católica ao centro, telefone público e rede elétrica, escola e posto de saúde. Aproximamo-nos a um grupo de mulheres e crianças, que estavam sentadas sob uma árvore, fazendo penteados nos cabelos umas das outras. Dona Isabel tratou logo de chamar o Sr. Antônio, o filho mais velho da comunidade, nascido em 1937. Enquanto isso, ela nos contava que toda a organização da comunidade é possível graças a uma associação de moradores, criada com o incentivo de pessoas externas ao grupo. Assim que o Sr. Antônio chegou, ele se sentou perto de todos e começou a tocar algumas

“modas” de viola com o Sr. Josemar. Enquanto isso, ele também falava um pouco sobre o início da comunidade, mas sem saber dar informações mais concretas. Sr. Antônio afirmou que já foi pescador, mas que hoje vive da fabricação de farinha de mandioca, como a maioria das cerca de 50 famílias residentes lá. Ele nos contou que as cinco famílias que deram origem à comunidade viviam numa gleba a uns 12 quilômetros de Pirapora. Essas pessoas arrendavam terra com um fazendeiro e depois decidiram ter um espaço próprio, comprando as terras de Barra do Pacuí. A origem na compra das terras é um indício de que a comunidade não é remanescente de quilombos¹⁷, o que não retira, pela sua composição, origem e saberes tradicionais de fabrico de farinha de mandioca, a importância para a pesquisa. Como era sábado, eles não estavam trabalhando na produção de farinha, o que nos impediu de observarmos esse processo. Porém, falamos com as crianças Ricardo e Ana, que nos contaram um pouco como a produção de farinha se dá. Eles mostraram uma moenda e como ela tira a “carne da mandioca”. Segundo Dona Célia (representante da igreja), a plantação de mandioca fica numa ilha ali próxima, sendo um espaço coletivo. Aliás, ela nos conta que até alguns anos atrás a plantação e toda a produção eram feitas coletivamente, mas que agora cada família a produz separadamente. Ela nos explicou que o trabalho na plantação é feito exclusivamente por homens, mas que, na moenda e na torra da farinha, todos, homens e mulheres, trabalham. Depois disso, as famílias vão até Ibiaí para vender a produção. Dona Célia nos conta que vem crescendo a saída de jovens da comunidade para cursarem universidade ou para trabalhar nos centros urbanos. Além disso, alguns deles são funcionários da prefeitura ou então aposentados. A filha da Dona Isabel é uma jovem que deixou o trabalho nas moendas e foi fazer o curso de Normal Superior na UNIMONTES. A mãe falou com orgulho sobre esse fato.

Ao final de várias músicas tiradas do violão e depois do cafezinho, servido com biscoitos da mandioca produzidos por eles também, ainda conversamos mais um pouco com as mulheres do local. Dona Célia nos falou do seu desejo de se ter um incentivo para o desenvolvimento da comunidade. Ela anseia com o ensino de ofícios para os jovens residentes lá, afim de que eles não precisem deixar a comunidade para ganharem a vida. Dona Isabel, por sua vez, nos contou que antigamente existia na comunidade uma forte produção artesanal, com a utilização de argila, madeira e palhas, porém, ela

¹⁷ No início do projeto “Rumos”, um dos objetivos quando se pensou na caracterização racial das populações ribeirinhas foi saber se na área existiriam grupos provavelmente quilombolas. Quando soubemos da Barra do Pacuí, indagamos se não estaria lá um grupo quilombola. Daí a ida até a Barra.

nos conta que essa arte morreu junto com os antigos artesãos., que não tiveram seguidores. Ela nos convida, com bastante entusiasmo, para participarmos das festividades de São Gonçalo, que acontecem no mês de julho. Nessa festa, teríamos a oportunidade de conhecer a dança de São Gonçalo, que acontece aos sons da viola e do batuque, enquanto as pessoas dançam entrelaçando fitas. Essa é uma festa reavivada pela escola local. Não dava vontade de irmos embora, tamanha a receptividade daquelas pessoas. Mas partimos deixando combinado que em julho estaríamos de novo para participarmos das festividades.

Na viagem de volta a Ibiaí, fui conversando com Hilton, que falou muito sobre a Festa do Boi, que sempre acontece nos meses de janeiro e fevereiro, além do batuque. Segundo ele, essas seriam as mais representativas manifestações culturais do município. Nesses meses, o grupo de dança de São Gonçalo, de Barra do Pacuí, também faz apresentações em Ibiaí. Hilton contou que o maior problema enfrentado hoje no município é o crescimento do tráfico e do uso de drogas. Esse seria um problema tão grande como a questão do desemprego na época da Piracema. Mas, como é também o caso dele, na época de recesso da pesca, a maioria dos pescadores exerce funções secundárias, como as de pedreiro e de servente de obras. Ao ser questionado a respeito de discriminação racial no município, ele conta que isso é algo que ele não vê com frequência. Mas é claro, isso seria um objeto de investigação para a próxima viagem.

Já de volta a Ibiaí, algumas pessoas gravaram pequenas entrevistas para serem veiculadas em rádio local. Da minha parte, falei um pouco da temática racial dentro de situações como as encontradas na região, citando dados de pesquisas anteriores e também chamando a atenção para a importância de se tratar desse assunto, que é mencionado como desnecessário no discurso local, mas que se mostra bastante presente e enraizado nas atitudes e falas, segregando “harmoniosamente” os diferentes.

O quarto e último dia

As principais atividades que fiz durante o dia 21 foi participar do encerramento da Oficina de Capacitação de Repórteres Comunitários e também a visita a Dona Duzinha, talvez a mais velha moradora de Pirapora, a melhor pessoa para descrever um pouco sobre o município. Outra atividade importante no dia foi uma reunião da Equipe de São Carlos com os contratados do IARA, Marquinhos e Lígia. Posso dizer que os principais objetivos que me guiaram nesse dia foi rever as pessoas do primeiro dia de encontro

(não perdendo a oportunidade de ouvir os presidentes das quatro colônias participantes, que estariam participando da oficina), além de fazer uma visita a Dona Duzinha, na tentativa de resgatar um pouco do histórico de Pirapora a partir da migração. Esse último dia poderia ter sido muito melhor aproveitado, porém o cansaço foi maior. Na verdade, eu poderia ter articulado maneiras possíveis para se fazer um primeiro diálogo com os presidentes das colônias (menos com o presidente da colônia de Três Marias, que não compareceu ao encontro), que possibilitasse sentir um pouco os diferentes discursos, ter uma mínima noção das diferentes atuações dos presidentes negros e brancos.

Logo no começo da oficina, fomos divididos em grupos para discutirmos os principais problemas enfrentados pelos repórteres comunitários nos diferentes municípios, pensando nas possíveis causas e soluções. Algumas questões foram levantadas pelo grupo em que eu estava como, por exemplo, a obtenção de um espaço em rádio e apoio financeiro. Mas logo em seguida saí para ir visitar a Dona Duzinha, moradora de Pirapora, que com os seus 111 anos, vive com bastante disposição, recebendo pessoas de todas as partes para serem benzidas. É a partir da contribuição dessas pessoas que essa senhora vive, pois não conta com aposentadoria. A idéia seria conversar com a Dona Duzinha, procurando explicações sobre a migração (principalmente de baianos) para Pirapora. Além disso, gostaria de ouvir relatos a respeito dos anos que se sucederam logo após a Abolição da Escravatura. Mas, ela começou a contar episódios de sua vida de cozinheira no “vapor”, dos conflitos que teve inclusive com um prefeito de Pirapora. Então, preferi ouvi-la ao invés de começar um interrogatório logo no primeiro contato. De qualquer forma esse primeiro contato foi muito válido. Todos nós da UFSCar recebemos a benção, numa oração que mescla preces do catolicismo e de cultos afro-brasileiros, com o uso de ramos de mamona para se fazer a “purificação da áurea”. Toda a oração é feita em frente a um altar, repleto de imagens, velas e todo o tipo de pequenas esculturas de animais que ela ganha como retribuição às bênçãos.

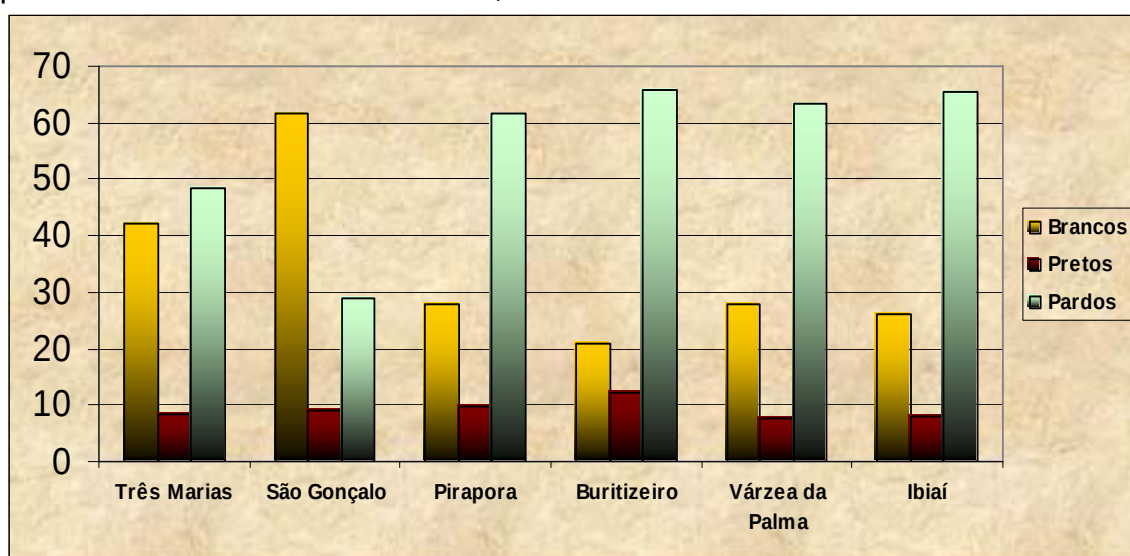
No final da tarde, fomos todos a casa da Ana Thé com a intenção de fazermos um balanço da viagem. Redigimos uma pequena carta para ser entregue às rádios comerciais a fim de fornecerem espaço para a atuação dos repórteres comunitários, mas a avaliação da viagem ficou para ser feita em São Carlos. Mas enfim, tudo foi muito válido, ajudando a compreender melhor tudo o que eu tinha lido nos relatórios e artigos sobre a vida dos pescadores da região. Se o grande objetivo era conhecer as pessoas, a

região, observando de fora as relações existentes, posso dizer que essa meta foi cumprida. Agora a próxima tarefa seria irmos além da simples observação, na tentativa de encontrarmos respostas para nossos problemas de pesquisa.

7. CONVERSANDO COM AS FAMÍLIAS

Do ponto de vista de caracterização racial, a população dos municípios estudados é predominantemente negra (cor preta + cor parda), com exceção do município de São Gonçalo do Abaeté (Gráfico 1). Porém, a população mais próxima de referência para os moradores do Beira Rio (que está no Município de São Gonçalo) é a de Três Marias. Portanto, trazer os dados de São Gonçalo servem mais para indicar como, na medida em que se afasta do rio (o centro urbano de São Gonçalo, que reúne a maior parte da população do município está muito distante do rio) a população se torna mais negra, do que para indicar um grupo de referência de maior presença de brancos. Deve ser notado também, pelo gráfico 1, que os municípios mais ao norte (Pirapora, Buritizeiro, Ibiaí, Várzea da Palma) apresentam maior frequência de pessoas negras.

Gráfico 1: Distribuição percentual da população dos municípios segundo o pertencimento racial. Minas Gerais, 2000*

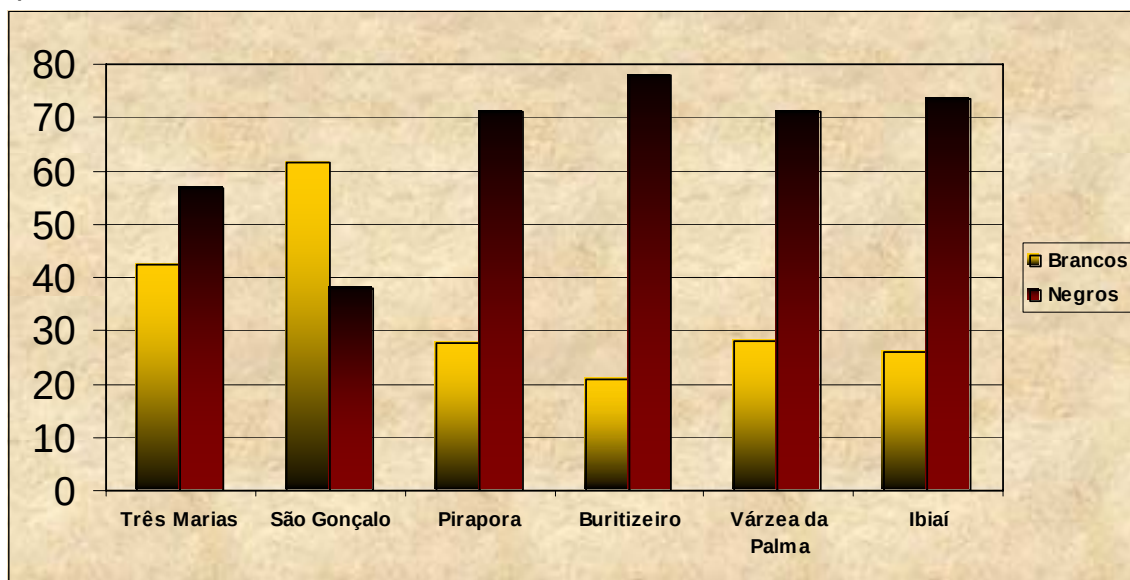


Fonte: SIDRA / IBGE 2000. * Neste gráfico não foram considerados os indivíduos que se declaram indígenas e amarelos.

É interessante observar que, segundo os dados levantados pelo IBGE durante o ano de 2000, o Estado de Minas Gerais é composto por 53,8% de pessoas brancas, 7,1% de pessoas pretas e 38,2% de pardas. Dessa forma, vemos que na região do Alto-Médio São Francisco, a concentração de população negra (pardos e pretos) é maior do que no estado como um todo. No gráfico 2 observamos os mesmos dados do gráfico 1, mas

agora pensando em agrupamento racial, ou seja, vemos “pretos” e “pardos” agrupados na mesma categoria “negros”. A partir desse gráfico, vemos a indiscutível predominância de população negra nessa região do vale do São Francisco.

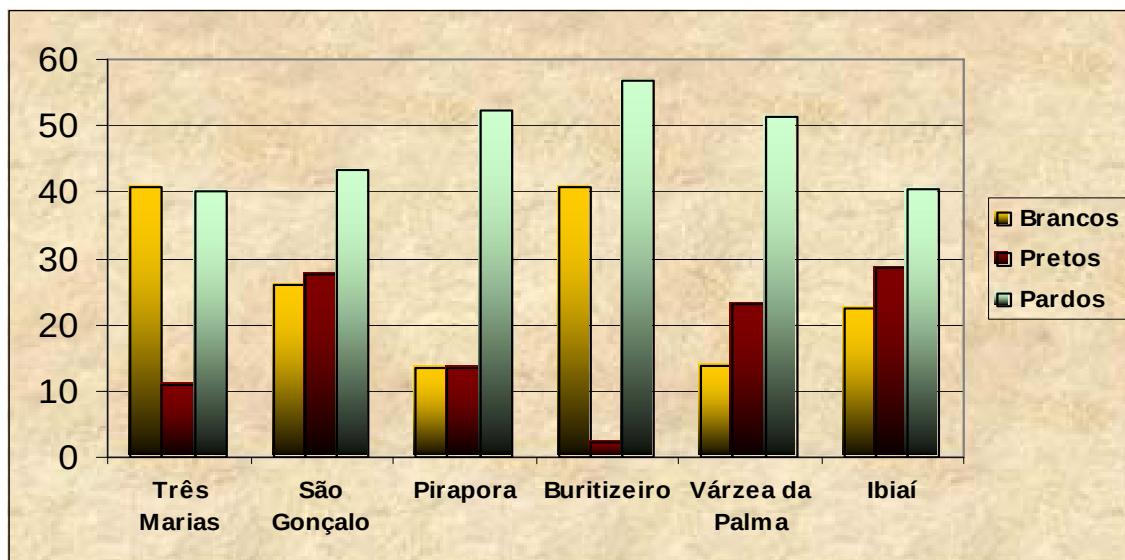
Gráfico 2: Distribuição percentual da população dos municípios segundo o agrupamento racial. Minas Gerais, 2000*



Fonte: SIDRA / IBGE 2000. * Neste gráfico não foram considerados os indivíduos que se declaram indígenas e amarelos.

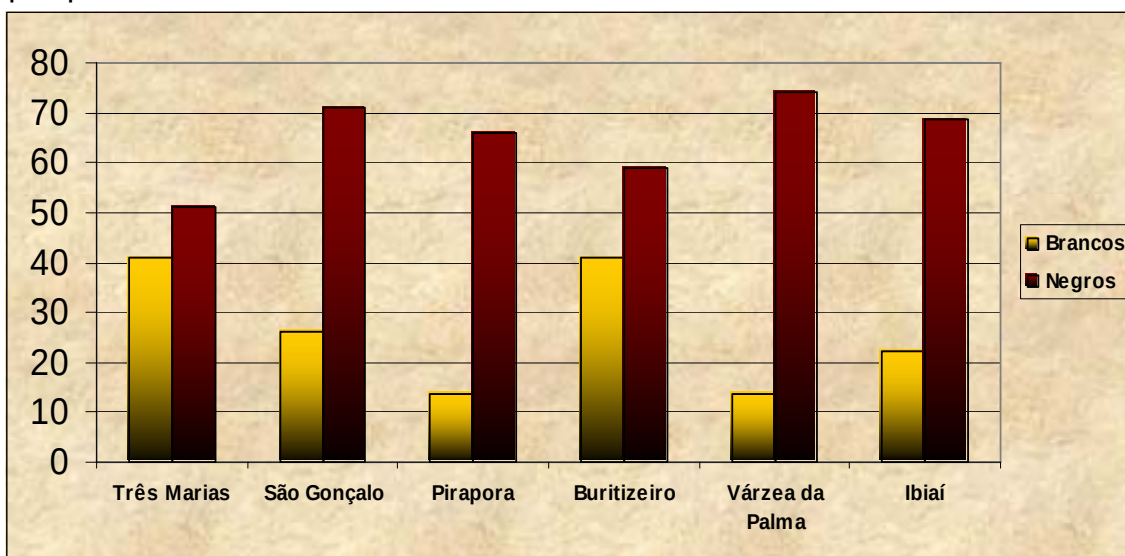
Para conhecermos um pouco mais sobre as famílias entrevistadas, acreditamos ser interessante observarmos alguns dos dados mais importantes levantados pelo Censo Domiciliar, realizado no ano de 2004, com as famílias de pescadores artesanais.

Gráfico 3: Distribuição percentual dos membros de famílias de pescadores profissionais segundo o pertencimento racial e a colônia de pescadores à qual pertencem. Minas Gerais, 2003



Fonte: Projeto “Rumo à Co-Gestão da pesca no vale do rio São Francisco. Censo Domiciliar

Gráfico 4: Distribuição percentual do membros das famílias de pescadores profissionais segundo o agrupamento racial e a colônia de pescadores à qual pertencem. Minas Gerais, 2003



Fonte: Projeto “Rumo à Co-Gestão da pesca no vale do rio São Francisco”. Censo Domiciliar

Os dados dos gráficos 3 e 4 podem ser melhor observados na tabela a seguir, na qual estão apenas as declarações sobre cor ou raça dos pescadores profissionais pertencentes às colônias que foram estudadas nesta pesquisa sobre relações raciais, ou seja, Pirapora, Três Marias, Ibiaí e São Gonçalo do Abaeté.

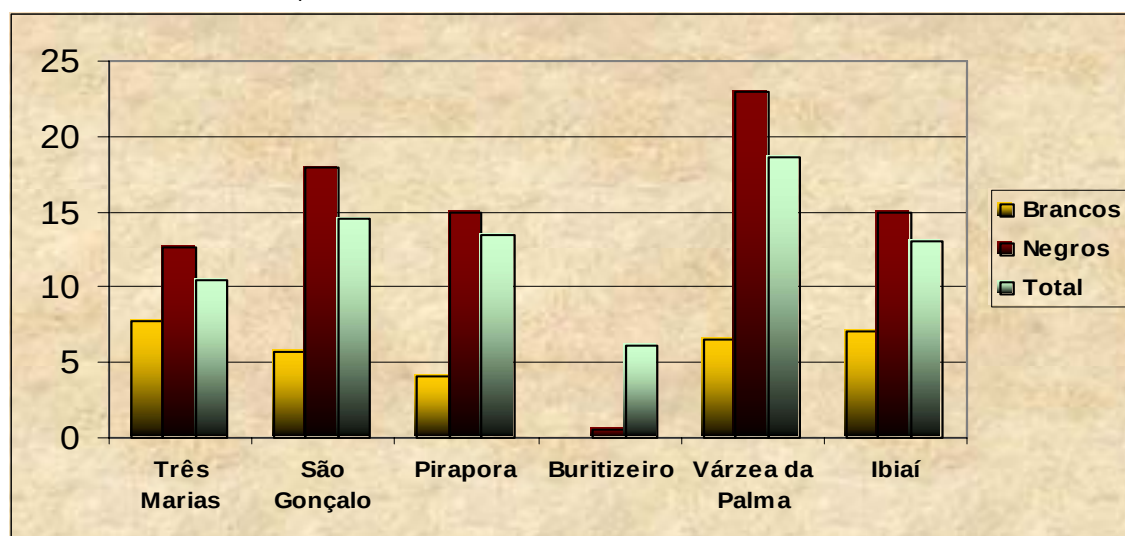
Tabela 2: Distribuição percentual dos pescadores profissionais segundo a cor/raça e a colônia de pescadores a qual pertencem. Minas Gerais, 2003

Colônia	Branços	Pretos	Pardos	Negros (pretos e pardos)
Três Marias	40,9	11,0	40,2	51,2
Pirapora	13,6	13,6	52,4	66,0
Ibiaí	22,4	28,4	40,3	68,7
São Gonçalo	26,0	27,7	43,4	71,1

Fonte: Projeto “Rumo à Co-Gestão da pesca no vale do rio São Francisco”. Censo Domiciliar

Os dados levantados pelo censo domiciliar e pelo IBGE, portanto, nos permitem uma comparação entre a população branca e negra de pescadores profissionais e também da população como um todo de cada município. Esses dados nos mostraram que o Município com maior equilíbrio entre os tamanhos populacionais de brancos e negros é Três Marias, município mais ao sul do estado. Em Três Marias também observamos um maior equilíbrio na proporção de brancos e negros que vivem da pesca profissional. Vale a pena ressaltar o caso de São Gonçalo do Abaeté, pois nesse município a maioria da população se declara branca, porém a grande maioria dos pescadores profissionais se declara negra. Portanto, a maior presença de negros entre os pescadores não é simplesmente um efeito demográfico. Uma explicação poderia ser o menor grau de escolaridade dos negros, que acontece em todos os municípios abrangidos pelo projeto. No gráfico a seguir, podemos perceber a grande diferença entre os pescadores profissionais brancos e negros no que diz respeito à taxa de analfabetismo, que é muito mais elevada entre os pescadores negros.

Gráfico 5: Distribuição percentual dos membros das famílias de pescadores profissionais segundo o pertencimento racial e a taxa de analfabetismo em cada colônia*. Minas Gerais, 2003



Fonte: Censo Domiciliar realizado pelo Projeto “Rumo a co-gestão da pesca no vale do Rio São Francisco”. * A taxa de analfabetismo é calculada levando-se em conta as pessoas com idade igual ou superior a 15 anos.

A predominância de negros entre os pescadores profissionais não se deve talvez apenas à menor taxa de escolaridade exigida pela pesca. A pesca é uma atividade que não exige grandes investimentos por parte dos pescadores, e é uma fonte de sustento praticamente perene. Para as pessoas mais pobres e sem outra qualificação profissional, é uma opção positiva. Além disso, existem fatores subjetivos que também explicam a predominância de pescadores negros. Esses fatores, que veremos um pouco mais adiante, foram constatados durante as entrevistas com as 30 famílias selecionadas para esta pesquisa sobre as relações raciais e processos identitários.

É importante salientar que, na segunda viagem que fizemos para Minas Gerais, fui com a certeza de que não seria nada fácil realizar entrevistas que abordassem a temática racial. Essa certeza se deve muito pelos relatos de pesquisadores do projeto bilateral, que já conhecem a região há bem mais tempo, e também através da viagem que realizei durante o mês de maio. Durante essa viagem constatamos que o demérito para com a população negra estava presente nas falas e em algumas representações artísticas, mas mesmo assim, existe entre os moradores o discurso da não existência de conflitos raciais. Para o pesquisador, esse pode ser um fator de grande intimidação, porém, sabemos que a discussão sobre as relações raciais não é aceita em grande parte do Brasil, principalmente nas regiões menos urbanizadas e nos lugares em que o

tradicionalismo, ou conservadorismo, ainda seja forte e decisivo sobre as vidas dos moradores.

Como já dissemos anteriormente, as entrevistas eram compostas por uma série de perguntas norteadoras, que não atingiam de imediato a discussão racial, mas que buscavam pistas para descobrirmos se a cor ou raça seria um fator importante na formação das identidades. Assim como na primeira viagem à região, percebemos a forte presença de frases pejorativas contra a população negra. Algumas dessas falas podem ser observadas a seguir:

Os pretos são fáceis de lidar, pois são mais obedientes e também porque não acham ruim as brincadeiras. (Família 1)

Tem gente que diz que não gosta de negro, mas eu digo: ‘Gente, mas às vezes a pessoa é negra por fora, mas branca por dentro, tem o coração bom’. Então, a pessoa pode ser feia por fora, mas por dentro pode ser uma pessoa bonita. Por isso a cor não regula nada. Se meus filhos quiserem se relacionar com pretos, o problema é deles. Mas quem vê cara não vê coração, eu conheço muito nego bom. (Família 3)

Sou morena. É a minha cor, o que posso fazer? A pessoa tem que se conformar do jeito que é, tem que se conformar com o cabelo ruim. (Família 8)

Eu brinco com minha filha que é mais morena: ‘sua nega preta! É nega, não tem jeito não!’ Aí ela responde: ‘Não sou não. Sou bonita, sou linda’. Então, é só brincadeira. Faço isso só pra ela ficar brava. (Família 10)

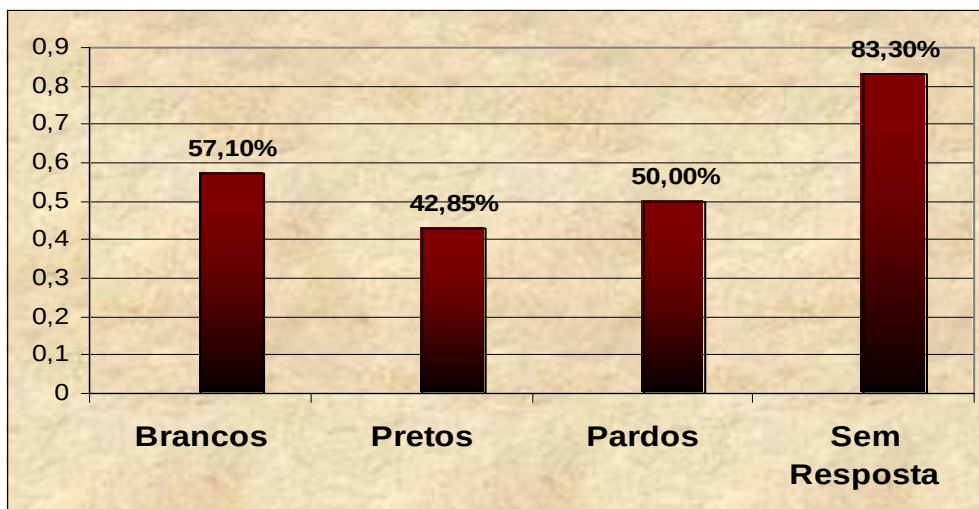
Os negros desistem fácil, não persistem. Tem oportunidade para todo mundo, mas eles não correm atrás, se acomodam. (Família 15)

Quando eu trabalhava com fazenda preferia colocar pretos para trabalhar por que eles são mais obedientes. Eu e um negão nos dávamos muito bem, eu e ele bebíamos pinga num mesmo copo. Eu não tinha nojo disso, pois ninguém é melhor do que ninguém. (Família 30)

Sempre as pessoas me fazem lembrar que eu sou negra. Para eu não ser discriminada, prefiro me arrumar todos os dias para ficar mais branca e usar o sobrenome do meu pai, que é espanhol, ao invés do sobrenome da minha mãe, que lembra os baianos negros. No dia do meu casamento, minha cunhada disse ao meu marido: ‘por que você vai se casar com essa moça negra? Seus filhos vão nascer todos iguais a ela’. Isso me marcou muito. A sorte é que as minhas três filhas nasceram bem branquinhas, só uma delas que puxou meu cabelo. Isso calou a boca da minha cunhada.” (Família 30)

Durante as visitas às famílias entrevistadas, pudemos ouvir muitas frases de menosprezo aos negros, carregadas de estereótipos negativos. Das trinta famílias entrevistadas, dezessete delas usaram claramente termos pejorativos contra pessoas negras. Esses termos foram expressos por famílias pertencentes a todos os grupos raciais, como nos mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 6: Presença de frases ou termos pejorativos segundo os Grupos raciais aos quais pertencem as famílias entrevistadas. Minas Gerais, 2005



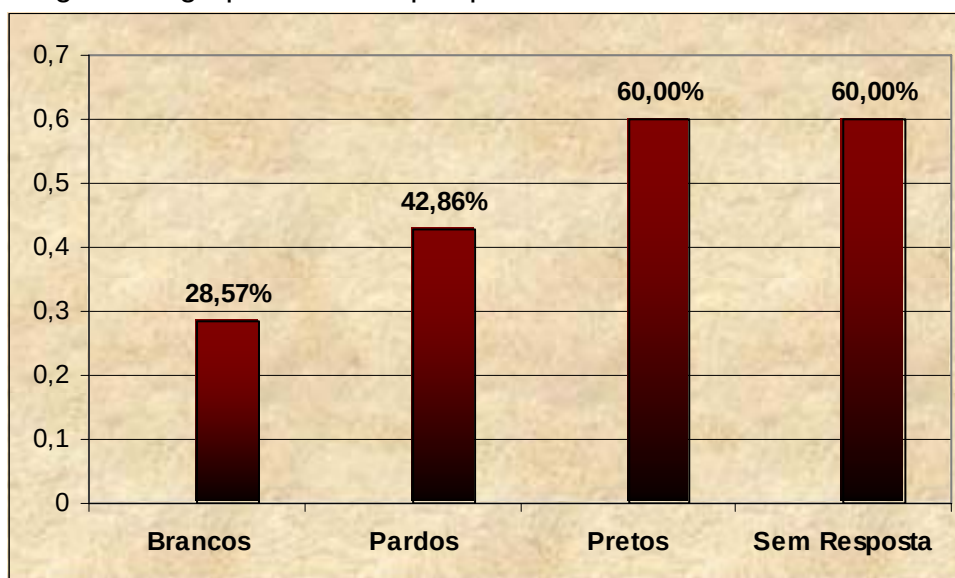
Pelo gráfico 6 observa-se que as frases ou termos de menosprezo para com os negros surgiram com mais freqüência entre as famílias que não se auto-classificaram em nenhuma das categorias de cor / raça do IBGE. A forte presença de estigmas e estereótipos negativos em suas falas pode indicar o motivo pelo qual esse grupo preferiu não se enquadrar em categorias raciais. São famílias que, com maior freqüência do que as famílias de outros grupos, expressaram noções interiorizadas de inferioridade dos negros. Todas essas famílias tinham se denominado “morenas” quando indagadas, de forma aberta, quanto ao pertencimento racial. Mas no momento de se enquadrarem em alguma categoria racial oficial, não concordaram com nenhuma delas. A maioria dessas famílias dizia que seus integrantes não eram “brancos”, também não eram “pretos” (essa palavra seria muita ofensa), e “pardo” seria uma palavra estranha, pouco usual, que não descreve bem a cor de pele. Logo abaixo do grupo “Sem Resposta”, vemos que o grupo de famílias declaradas “brancas” também expressou muitas frases e termos pejorativos. Nem mesmo os grupos socialmente mais discriminados (pretos e pardos) não deixaram de expressar palavras, termos ou frases de menosprezo aos negros. Isso nos mostra que os discriminados também interiorizam e reproduzem a noção de inferioridade¹⁸. Sabemos que o corpo (assim como nós o vemos e assim como o outro nos vê) é um dos elementos formadores de nossa identidade. Mas ainda nos fica a dúvida se, no caso das

¹⁸ Essa discussão é feita com bastante autoridade por Fanon (1979) e Taylor (2000).

famílias de pescadores profissionais dessa região, a cor da pele seria um elemento importante na formação das identidades.

Durante as entrevistas, todos as famílias (ou melhor, os representantes das famílias naquele momento) comentavam o que achavam das “piadas” que constantemente escutam sobre as pessoas negras. Muitas dessas famílias defenderam que os termos e frases dirigidos ao negros (como os citados acima) não seriam ofensa, mas sim brincadeiras sem maldade. No gráfico a seguir, vemos a distribuição das famílias, divididas em grupos raciais e a opinião se esses termos seriam uma forma de discriminação contra as pessoas de cor ou raça negra.

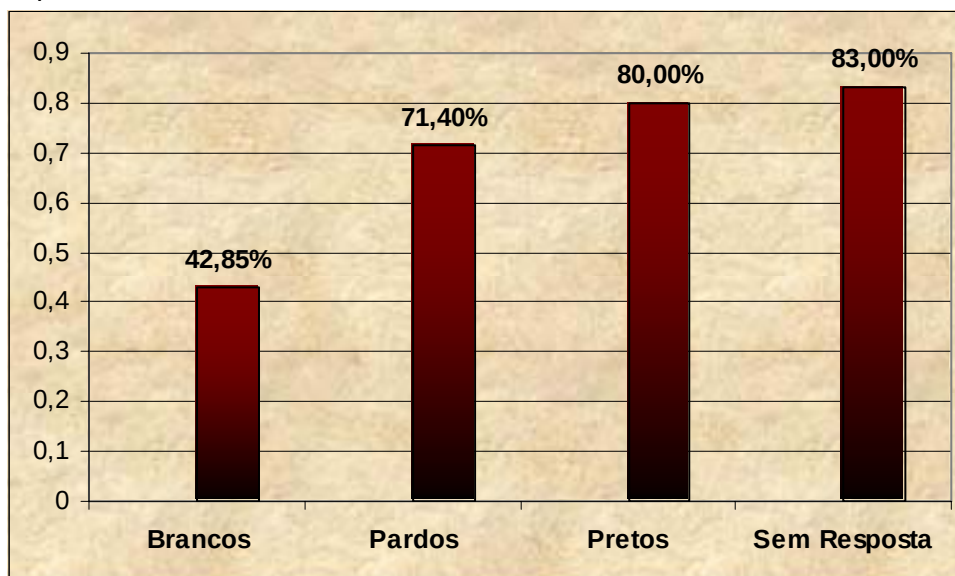
Gráfico 7: Distribuição das famílias que acreditam que os termos pejorativos contra pessoas negras são uma forma de discriminação, segundo o grupo racial ao qual pertencem. Minas Gerais, 2005



O gráfico 7 mostra que apenas uma pequena parcela das famílias brancas acreditam que frases e termos pejorativos seriam uma forma de ofensa e discriminação contra os negros. Ou seja, 71,43% das famílias brancas não vêem maldade em termos, como aqueles apresentados há pouco. É interessante salientar que o grupo de famílias que não se enquadraram em nenhuma categoria racial (Sem Resposta) defende, em sua maioria, que tais termos são ofensivos, depreciativos. Contraditoriamente, esse mesmo grupo foi o que apresentou maior número de termos pejorativos (como apresentado no gráfico 6), o que nos demonstra que eles não vêem preconceito em seus próprios discursos, mas percebem com facilidade quando outro alguém está sendo preconceituoso nas palavras. Aqui se encontra uma das maiores características que

sempre nos defrontamos ao analisarmos a questão racial: “o preconceito está no outro, não em mim”. Isso também pode ser observado no próximo gráfico, que nos mostra a proporção de famílias (em cada grupo racial) que diz ver discriminação racial em suas vidas cotidianas.

Gráfico 8: Distribuição percentual das famílias que dizem ver a existência de discriminação racial, segundo o grupo racial a qual pertencem. Minas Gerais, 2005



Novamente o grupo dos “Sem Resposta” afirma a existência de discriminação racial, apesar de vir desse mesmo grupo a maior parte das falas pejorativas presentes nas entrevistas. O dado sobre esse grupo também pode nos evidenciar o motivo pelo qual essas famílias preferem não se classificar em nenhuma das categorias raciais, pois elas mesmas reconhecem que a cor (ou raça) é um forte elemento de diferenciação social. Na tentativa de nos aproximarmos de alguma pista que mostre um pouco de como se dá a construção das identidades desses pescadores profissionais e de seus familiares, perguntamos sobre as boas lembranças, em especial da infância. Observando essas lembranças (Tabela 3), podemos ter indícios de quais aspectos da vida são mais significativos para eles.

Tabela 3: Distribuição percentual das famílias entrevistadas, segundo as lembranças boas da infância e o grupo de pertencimento racial. Minas Gerais, 2005

Lembranças Boas	Brancos	Pardos	Pretos	Sem Resposta
Família	50,0	66,7	25,0	8,3
Amigos	12,5	0,0	25,0	16,7
Rio/pescaria	0,0	16,7	6,6	33,3
Mato/animais	0,0	0,0	12,5	16,7
Festas	0,0	0,0	18,6	16,7
Escola	0,0	0,0	6,6	0,0
Igreja	12,5	0,0	0,0	0,0
Nenhuma	25,0	0,0	6,6	8,3
Não lembra	0,0	16,7	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

O que nos chama mais atenção nos dados acima é a menor variedade de respostas dadas pelas famílias dos grupos “brancos” e “pardos”. Para esses dois grupos, as experiências boas mais lembradas foram as relacionadas ao mundo familiar. Vimos, portanto, o quanto o ambiente familiar é marcante e importante para esses dois grupos em especial. Nesse sentido, vale a pena resgatar a discussão feita no capítulo 6 (verificar na nova estrutura), no qual falamos sobre os diversos papéis exercidos pela família, sendo um desses papéis a transmissão do patrimônio cultural, dos valores e regras de conduta social. A família, ainda mais na região estudada, ainda é uma forte instituição de ordenamento social, que tem como função a manutenção da disciplina na vida privada, a partir de incentivos, proibições e sanções. Nas regiões de maior tradicionalismo, a fronteira entre a família e o resto da sociedade é ainda mais tênue, e assim, a regimento familiar abrange tanto a vida privada quanto a pública. Mais do que a transmissão de valores, a família também pode ser apontada como um importante apoio para a manutenção de alguns recursos, como a saúde, os estudos e o trabalho. Dessa forma, quando uma família não dispõe de meios para disponibilizar tais recursos para seus integrantes, ela acaba deixando de ser tão central na vida dessas pessoas, que acabam por procurar outros meios que possibilitem a sobrevivência. Pensando nisso, vemos que as famílias brancas e pardas entrevistadas valorizam mais a instituição familiar do que as famílias pretas e as “sem resposta”, o que pode nos apontar a menor influência da família, com suas regras e valores, no cotidiano dessas pessoas¹⁹. A partir da tabela 3, vemos que para essas últimas famílias, existem diversos outros agentes

¹⁹ Deve ser lembrado que, no Censo Domiciliar, ao serem inquiridas sobre a ocupação dos pais, foi expressivo o número de pessoas que não puderam responder porque não conheciam a mãe e, com maior frequência, o pai. Seria interessante verificar se esses casos foram mais frequentes com famílias negras.

externos ao ambiente familiar que influenciam de forma positiva em suas vidas, como os amigos, o meio ambiente e as atividades relacionadas ao trabalho. Ou seja, os regramentos e valores mais tradicionais, transmitidos fortemente pela família, não agem de forma tão decisiva em suas vidas, pois existem para essas pessoas outros elementos igualmente importantes e que, sem dúvida, exercem influência em suas atitudes e posturas cotidianas.

Um outro elemento importante para pensarmos na construção das identidades dos pescadores profissionais brancos e negros são os ensinamentos mais importantes para suas vidas, ou seja, o aprendizado mais valioso que receberam de seus pais e que eles querem transmitir aos seus filhos. Esse elemento pode ser observado na tabela 4:

Tabela 4: Distribuição percentual das famílias entrevistadas, segundo os maiores ensinamentos deixados pelos pais/parentes e o grupo de pertencimento racial. Minas Gerais, 2005

Ensinamentos	Brancos	Pardos	Pretos	Sem Resposta
Trabalho	0,0	20,0	43,7	25,0
Estudo	22,2	20,0	6,2	0,0
Honestidade	22,2	20,0	18,7	0,0
Respeito	22,2	0,0	18,7	0,0
Não usar drogas	0,0	0,0	6,2	0,0
Obediência	0,0	20,0	6,2	50,0
Religião	0,0	20,0	0,0	0,0
Família unida	11,1	0,0	0,0	0,0
Nada	22,2	0,0	0,0	25,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

O dado anterior sobre a valorização dada pelos brancos à família é novamente demonstrado na tabela 4: apenas as famílias brancas citam a “família unida” como um dos maiores ensinamentos. Observa-se a importância que as famílias pretas dão ao aspecto do trabalho considerado o maior ensinamento deixado pelos pais. Em contrapartida, o trabalho não foi apontado como um importante ensinamento por nenhuma das famílias brancas. O que pode significar essa diferença? Um argumento bastante viável seria o fato de as famílias pretas passarem por maiores dificuldades financeiras do que as demais, o que faz com que o trabalho seja sempre lembrado como algo extremamente importante e desejado. Uma outra questão, talvez de uma esfera mais simbólica, seria o fato de que, historicamente, o trabalho sempre foi mais atribuído à população negra, ou seja, os negros seriam “mais adaptados” ao trabalho, enquanto que aos demais seria permitido o tempo livre, o ócio. Aqueles pertencentes aos grupos mais privilegiados, que historicamente são pessoas brancas, teriam maior direito de almejar ocupações mais elevadas, que se distanciassem do trabalho mais pesado, braçal, cansativo. O aspecto do trabalho também pode ser observado na tabela 5, na qual podemos observar, a partir dos sonhos e propósitos das famílias entrevistadas, quais as expectativas de cada grupo racial com relação aos meios de sobrevivência.

Tabela 5: Distribuição percentual das famílias entrevistadas, segundo os sonhos / propósitos e o grupo de pertencimento racial. Minas Gerais, 2005

Sonhos	Brancos	Pardos	Pretos	Sem Resposta
Melhorar na pesca	20,0	0,0	30,0	50,0
Roça / animais	0,0	0,0	10,0	25,0
Comércio	20,0	16,7	20,0	0,0
Estudo para os filhos	40,0	66,7	20,0	0,0
Casa nova	20,0	0,0	0,0	0,0
Saúde	0,0	0,0	10,0	25,0
Nada	0,0	16,7	10,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

As entrevistas nos permitiram observar que a maior parte das pessoas que sonham em continuar na atividade pesqueira são as pertencentes às famílias pretas e às “Sem Resposta”. Durante as conversas, essas eram as famílias que mais falavam do desejo de adquirirem um motor para seus barcos e da vontade de que seus filhos perpetuem a profissão (que pode também ser observado no mesmo gráfico, que mostra o pouco ou nenhum anseio em oferecer melhores possibilidades de estudo aos filhos, o que dificulta muito uma mobilidade ascendente). O sonho em permanecer na pesca nos mostra a pouca perspectiva de trabalho dessas famílias, a situação de “mesmice” da qual elas não vêem muitas expectativas de fuga. A baixa escolaridade, em especial das famílias pretas, deixa poucas alternativas para além da pesca, atividade que não exige muitos investimentos em capacitação e em materiais. Os mesmos grupos de famílias (pretas e “sem resposta”) são as que mais citam também o desejo de exercerem atividade em roça, como o cultivo de hortaliças e a criação de animais, o que não aparece nas entrevistas feitas com as famílias brancas.

Alguns outros elementos fizeram parte das entrevistas como, por exemplo, os lugares / espaços mais freqüentados, o que mostrou bastante homogeneidade nas respostas. O rio e a casa foram apresentados como os espaços mais importantes para todas as famílias entrevistadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já dissemos anteriormente, durante todo o momento que estivemos em campo percebemos que o preconceito racial está presente em falas e em diversos elementos dos municípios visitados. Porém, a diferenciação racial não se apresenta como uma das variáveis mais preocupantes quando pensamos em estratégias de desenvolvimento comunitário e em co-gerenciamento da pesca. Apesar de percebermos grande defasagem dos negros (principalmente os pretos) com relação aos brancos no que diz respeito aos indicadores sócio-econômicos (apresentados pelo censo domiciliar) e observarmos, através das entrevistas, fatores mais subjetivos, que confirmam o desmerecimento e o pouco reconhecimento da população negra, não podemos dizer que o tratamento da temática racial na região traria alguma mudança de conjuntura.

A partir dos elementos investigados durante as entrevistas, percebemos o mérito dado pelas famílias pretas ao trabalho, e principalmente à pesca. Percebemos que o trabalho e o relacionamento com o meio ambiente são fatores importantes e decisivos na formação de suas identidades. Com isso, não podemos afirmar que o pertencimento racial seria um fator importante na construção das identidades, pelo menos não diretamente. Dessa forma, o desenvolvimento de programas para o fortalecimento e valorização do trabalho na região é uma importante forma de combate às desigualdades, incluindo aquelas observadas entre os diferentes racialmente.

Mas sempre vale a pena ressaltar que qualquer esforço no sentido de diminuir os desequilíbrios vivenciados entre brancos e negros deve ser colocado em prática de uma maneira que as diferenças sejam valorizadas e vistas como algo diverso, enriquecedor, e não como sinônimo de desigualdade.

Referências Bibliográficas

- ANJOS, José Carlos dos. “*Raça e Pobreza Rural no Brasil Meridional*”, in Teoria e Pesquisa. São Carlos, S.P.: Edufscar, 2003.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami. SUGAHARA, Sonoe, PEYNEAU, Fernanda Paes Leme, Mendonça, João Luís de Oliveira. *Mercado de Trabalho Urbano: Clivagens Raciais na Década de 1990*. Texto para Discussão nº 987. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRANDÃO, André Augusto. *Miséria da Periferia: Desigualdades Raciais e Pobreza na Metrópole do Rio de Janeiro*. Niterói, RJ: Pallas Editora, 2004.
- DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- GOLDANI, Ana Maria. “*As Famílias Brasileiras: Mudanças e Perspectivas*”, in Cadernos de Pesquisa. São Paulo, nº 91, novembro de 1994.
- GREGOLIN, Maria do Rosário (Org). *Análise do Discurso: As materialidades do sentido*. São Carlos, S.P: Editora Claraluz, 2001.
- HAFBAUER, Andréas. *Uma História do Branqueamento ou o Negro em questão*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da FFLCH da USP, 1999.
- HENRIQUES, Ricardo. “*Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90*”. Texto para discussão nº 807, Rio de Janeiro, IPEA, 2001.
- IANNI, Octávio. “*A Questão Racial*”, publicado no endereço eletrônico [http://: www.comciencia.br](http://www.comciencia.br). Acessado em 03 dez 2003.
- JACCOUD, Luciana de Barros e BEGHIN, Nathalie. *Um Balanço da Intervenção Pública no Enfrentamento das Desigualdades Raciais no Brasil*. Texto para Discussão. Brasília: IPEA, 2002.
- LOVELL, Peggy A. “*Raça e Gênero*”, in Lua Nova nº 35, 1995.

- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. In: Mauss, M. Sociologia e Antropologia. São Paulo: EDUSP / EPU, 1974.
- MOSCOVICI, Serge. Prefácio a obra Psicologia Social: Textos em Representações Sociais. Guareschi, Pedrinho e Jovchelovitch, Sandra (orgs.). 2ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.
- NASCIMENTO, Abdias. Prefácio do livro A cor do Medo, Dijaci David de Oliveira... et al, Brasília: Editora UnB, 1999.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Genebra: 1976, p. 24-25.
- OSÓRIO, Rafael Guerreiro. *O Sistema Classificatório do “Cor ou Raça” do IBGE*. Texto para Discussão nº 996. Brasília: IPEA, 2003.
- PAIXÃO, Marcelo J.P. *Desenvolvimento Humano e Relações Raciais*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.
- RODRIGUES, Tatiana C., PINTO, Danilo C.S. *Condições de Vida em São Carlos: A Questão da Pobreza, uma abordagem multidisciplinar*. Relatório Final apresentado a ProEx/UFSCar.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz e QUEIRÓZ, Renato da Silva (orgs.) *Raça e Diversidade*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- SCHWARTZMAN, Simon. *As Causas da Pobreza*. São Paulo: Editora FGV, 2004.
- SILVA, Ana Célia. *A Discriminação do Negro no Livro Didático*. Salvador: CEAOCED, 1995.
- SILVA, Josué Pereira da. “Repensando a Relação entre Trabalho e Cidadania Social”, in: São Paulo em Perspectiva, 9 (4), 1995.
- SILVA Jr., Hédio. *Discriminação Racial nas Escolas: entre a lei e as práticas sociais*. Brasília: UNESCO, 2002.
- SOARES, José Francisco, ALVES, Maria Tereza. “Desigualdades Raciais no Sistema de Educação Básica Brasileiro”, in: Revista Educação e Pesquisa, Abril, 2003.
- TAYLOR, Charles. *Argumentos Filosóficos*. São Paulo: Editora Loyola, 2000.
- TELLES, Vera da Silva. “Família e Trabalho: Precariedade e pauperismo na Grande São Paulo”, in Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Campinas, 11(2), 1994.
- “Família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas”, in: São Paulo em Perspectiva, 4 (2): 37-45, abril / junho, 1990.

VALLE SILVA, Nelson. “*Posição Social das Ocupações*”. Trabalho apresentado no Seminário sobre Política de Desenvolvimento Social, Rio de Janeiro: FGV, Dezembro (1973).

WOORTMANN, Klaas. *A Família das Mulheres*. Fortaleza: Editora Tempo Brasileiro / UFCe, 1987.

WOORTMANN, Klass. *Casa e Família Operária*. Anuário Antropológico /80. Rio de Janeiro/Fortaleza: Editora Tempo Brasileiro/ UFCe, 1982.

Relatório Final de Pesquisa IDRC

ANEXO 2.3

“Investigação sobre o manejo dos recursos pesqueiros e as formas de organização, cooperação e competição na atividade pesqueira em comunidades do Alto-Médio São Francisco, MG”

Autor: Marcos Tadeu Geraldo
Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Paula Glinfskoi Thé

– Dezembro de 2005 –

1-. INTRODUÇÃO

Grande parte das comunidades mostra alguma forma de controle local sobre os recursos naturais, formando a base para as propostas de manejo local ou comum dos recursos (BEGOSSI, 1995b; BERKES, 1989; BERKES *et al.* 1989; MCCAY e ACHESON, 1987). Muitos estudos, em oposição à “tragédia dos comuns” (HARDIN, 1968), se caracterizam por desvendar a existência de regras ou códigos de condutas construídos por comunidades locais, responsáveis por definir a ação coletiva dos seus usuários sobre os recursos comuns (OSTROM, 1990). Contrário à exacerbação dos interesses individuais, levando o sistema a um colapso econômico-ecológico, postula-se que os indivíduos irão, racionalmente, optar pela colaboração em sistemas de recursos comuns (BERKES E FOLKE, 1998; GRANT, 2002).

Muitos especialistas em manejo têm procurado um conhecimento mais dinâmico e integrador sobre os ecossistemas. Encontrou-se uma possibilidade de resolver essa carência através do Conhecimento Ecológico Tradicional (CET). Este tem sido definido como “um corpo acumulativo de conhecimento, práticas e crenças das comunidades tradicionais sobre a relação entre os seres vivos (inclusivo o homem) e o seu meio ambiente, que se desenvolve ao longo do tempo através de um processo adaptativo e é passado através de gerações por transmissão cultural” (BERKES, 1999, pg 8). Como não pode ser afirmado que as comunidades de pescadores estudadas apresentem continuidade histórica no modo de uso dos recursos, considera-se mais apropriado o uso do termo Conhecimento Ecológico Local (CEL) ou, então, conhecimento etnoecológico.

A vida em ambientes diferentes e sob pressões diferentes leva os indivíduos a comportamentos e culturas diferentes. A transmissão genética e a cultural são as bases do comportamento humano. A primeira ocorre antes do nascimento, e a segunda durante o desenvolvimento do indivíduo, incluindo a transmissão dos pais e também a de outros indivíduos da sociedade (BEGOSSI, 1996).

Com o avanço nos estudos em Ecologia Humana, tendo como seus maiores apoios, a Sociobiologia, a Antropologia e a Etnoecologia, foi possível compreender melhor as relações entre indivíduos e os recursos naturais que eles dependem.

Na Antropologia, especialmente em áreas de interface com as ciências biológicas, a ecologia cultural e a etnobiologia se ocuparam das diferentes pressões ambientais e da interação entre as populações humanas com o ambiente (LEWONTIN, 1984). A partir de sua precursora, a Etologia clássica, a Sociobiologia desenvolveu-se e promoveu estudos comparativos da organização social dos animais, incluindo a do homem, especialmente em relação à sua base genética e à sua história evolutiva (HOUAISS, 2001). HAMILTON (1964) e WILSON (1978) são os precursores da Sociobiologia. O primeiro, ao desenvolver o conceito de aptidão inclusiva e, o segundo, com os trabalhos sobre socialidade em insetos e no homem. O conceito de aptidão inclusiva engloba o valor adaptativo individual (prole) e a representação genética em parentes próximos. Dessa forma, comportamentos “altruísticos” passaram a ser explicados (BEGOSSI, 1993). Altruísmo pode ser definido como a preservação ou sobrevivência do receptor, em detrimento das chances individuais do agente. Assim, como os atos altruístas geralmente beneficiam parentes, os genes do “altruísta” têm grandes chances de serem preservados e permanecerem na população. TRIVERS (1971) desenvolveu a idéia de altruísmo recíproco, ou seja, reciprocidade de atos. Essa idéia de reciprocidade pode explicar o mecanismo de cooperação entre os indivíduos. Há vários exemplos de atos de reciprocidade. Por exemplo, a colaboração intrafamiliar na pesca é muito comum (BEGOSSI, 1996). A relação inclui a pesca conjunta e a assistência à família. A divisão do alimento é também um exemplo de reciprocidade de acordo com KAPLAN *et al.* (1985).

As condições de vida do pescador não podem ser interpretadas em separado das injunções que permeiam o cotidiano da família. A família deve, ao contrário, ser considerada em conjunto, já que é uma unidade de análise indispensável para avaliar as condições de sobrevivência de um grupo social (BEGOSSI, 1996), sobretudo em situação de empobrecimento.

A territorialidade humana é assunto de estudos desde a etologia clássica. Em comunidades pesqueiras é comum encontrar territórios de pesca. Exemplos são encontrados entre pescadores artesanais de diversas partes do mundo, como na Mata Atlântica (“caiçaras”), em Maine (EUA) ou em comunidades no Japão (BERKES, 1985, BEGOSSI, 1996). De acordo com os estudos citados, os territórios podem ser individuais, familiares, ou comunais.

Em muitos casos, pessoas de fora da comunidade também podem ter acesso aos recursos naturais, criando uma relação de parentesco ou quase-parentesco com moradores locais. É o sistema de “compadrio”, descrito por Cordell (1982) no sul da Bahia, onde o acesso limitado aos recursos pesqueiros pode ser garantido a um morador de fora da comunidade, ao procurar um “compadre” entre os habitantes locais.

Assim, com o apoio da etnobiologia e da sociobiologia, é possível a identificação dos tipos de organização social, suas relações de cooperação e competição, incluindo o altruísmo e o nepotismo na atividade pesqueira artesanal.

2. OBJETIVOS DA PESQUISA

1º) Investigar a organização social da pesca e sua relação com as práticas locais de manejo e com o conhecimento ecológico local;

2º) Investigar as relações de cooperação e competição na atividade da pesca artesanal e na organização comunitária dos pescadores artesanais (colônias e associações de pescadores), destacando as condições geradoras de tais relações;

3º) Investigar a importância das relações de parentesco na organização da pesca artesanal.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no período de 11 de julho a 13 de agosto de 2005 nas cidades de Pirapora, Buritizeiro, Ibiaí e Três Marias, e nas comunidades de Barra do Guaicuí (pertencente ao município de Várzea da Palma) e Beira Rio (pertencente ao município de São Gonçalo do Abaeté). Foram entrevistados 31 pescadores, sendo que dois desses eram do sexo feminino. A pesquisa foi restrita a pescadores artesanais profissionais, ou seja, àqueles com carteira de pesca. Foi utilizado um sistema de entrevistas livres não estruturadas (MELLO, 1995, VIERTLER, 2002), cujo material obtido foi analisado cuidadosamente. As entrevistas em sua maior parte foram gravadas e transcritas posteriormente, enquanto a outra parte foi registrada diretamente pela escrita.

A escolha dos entrevistados foi realizada a partir de indicações dos próprios pescadores. O ponto de partida para cada localidade era sempre algum pescador já previamente conhecido, a maioria a partir das oficinas acompanhadas do projeto PPA²⁰. Buscou-se, para cada localidade, um número mínimo de cinco pescadores. Entretanto, esse número não pode ser atingido na cidade de Buritizeiro, na qual só foram entrevistados três pescadores.

²⁰ Projeto “Peixes, Pessoas e Água”: cooperação bilateral Brasil-Canadá, financiada pela CIDA-Canadá e coordenada pela UFSCar e pela World Fisheries Trust (WFT).

Anteriormente à pesquisa, foi proposto um direcionamento dos tipos de entrevistados, que englobasse uma maior faixa etária e sexo. Todavia, pela própria metodologia baseada em indicações, essa proposta tornou-se impraticável, visto a dificuldade de entrar em contato com jovens e mulheres, ao passo que muitos deles não queriam receber o entrevistador (maior resistência entre os jovens) ou então não se encontravam em sua residência.

Durante as entrevistas utilizou-se a metodologia geradora de dados proposta por POSEY (1987), na qual os questionamentos são feitos da forma mais imparcial possível, para que o informante responda segundo sua própria lógica e conceitos. Preocupou-se em estabelecer o tom necessário a um relacionamento compartilhado entre iguais, evitando-se, sempre que possível, a imposição de idéias e componentes culturais do pesquisador em relação aos do informante (POSEY, 1987). O carisma e a demonstração de interesse acerca das informações declaradas foram importantes para criar uma empatia entre entrevistador/entrevistado, fundamental para uma boa investigação (STEBBINS, 1987).

Os recursos para a realização da pesquisa foram financiados pelo órgão canadense International Development Research Centre – IDRC. Esse financiamento está inserido no programa de desenvolvimento da gestão participativa da pesca, concebido pelo projeto de pesquisa e extensão “Rumo à Co-Gestão da Pesca no Vale do São Francisco”, de responsabilidade da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, em parceria com o Instituto Amazônico de Manejo dos Recursos Ambientais – IARA.

Durante a análise dos dados, fez-se uma categorização nos tipos de respostas obtidas. Feita essa categorização, os dados foram digitados em planilha do programa Microsoft Excel 2000, e foram calculadas as frequências absolutas e relativas para cada categoria. Para determinadas perguntas, o número amostral (n) ao invés de representar o número total de pescadores, representou o número total de respostas, sendo esse número indicado em cada tabela criada a partir da respectiva pergunta. Assim, com os valores de frequência relativa foram criados gráficos representativos para a ilustração da análise realizada.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A organização social da pesca e sua relação com as práticas locais de manejo e com o conhecimento ecológico local

4.1.1. Técnicas de manejo

Segundo Cândido (1964):

as sociedades se caracterizam, antes de tudo, pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos de que dispõe para satisfazê-las. Mais adiante: [...] para argumentar nessa linha simplificadora, veremos que para cada sociedade, num determinado momento, há uma equação necessária entre o ajuste ao meio e a organização social.

A equação sugerida por Cândido define as formas de uso dos espaços e a exploração dos recursos. Partindo desse pressuposto, é fundamental compreender como se estabelece a relação entre as comunidades humanas e a natureza da qual dependem para suprir suas necessidades (MORAN, 1990).

A cultura tradicional dos pescadores artesanais se fundamenta principalmente nas especificidades da natureza, nos seus ciclos e na sua imprevisibilidade. O ato de pescar se revela através da articulação dos elementos naturais com os elementos culturais, quando então o “saber – fazer” se transforma em um ato produtivo (SALDANHA, 2005).

As comunidades tradicionais aprendem de forma cumulativa, no decorrer dos tempos, em um processo contínuo de aprimoramento e revalidação de suas práticas. Faz parte de sua cultura a “atividade inventiva” como denominou Claval (2002). Não existem regras para o sucesso de uma prática sem que essa se submeta a tentativa de acerto e de erro. É dessa forma que essas comunidades acompanham os padrões oferecidos pela natureza e é assim que respondem progressivamente aos obstáculos encontrados (LEONEL, 1998). A cada geração, o conhecimento se renova e novos valores são incorporados, apesar de se constatar mudanças e conflitos, muitas práticas permanecem, assim como os traços tradicionais característicos de cada cultura.

Assim sendo, nas comunidades do Alto-Médio São Francisco, a utilização da categoria “Comunidades Tradicionais” ou “Povos Tradicionais” representou uma ferramenta importante para o estudo proposto (DIEGUES & ARRUDA, 2001; ALMEIDA & CUNHA, 1999).

A prática dessas comunidades em seu espaço gera interações e modificações ecológicas constantes. Dessa forma, a biodiversidade, além de englobar as diversidades genéticas de indivíduos e espécies, também envolve as atividades milenares dessas comunidades. Assim, o campo de consideração da biodiversidade torna-se mais amplo e abrangente (POSEY, 1987; GÓMEZ-POMPA, 1992).

Para que a organização social na pesca seja melhor entendida, é necessário a compreensão das formas como essa atividade é realizada e disposta dentro do ambiente em que os recursos são trabalhados. Um dos aspectos importantes para a observação é a análise das técnicas de manejo, levando-se em consideração toda a *arte da pesca*, que inclui: conhecimentos ecológicos, habilidades motoras e apetrechos de captura.

Os instrumentos de trabalho permitem ao pescador o acesso aos espaços produtivos. O ato de pescar recria um corpo indiviso em que as redes e os barcos se misturam ao pescador rendendo-se à sua força, à sua habilidade e à sua experiência. A relação que se estabelece entre os pescadores e os seus instrumentos de trabalho permitem as formas e expressões variadas de divisão de tarefas e de modos de pescar (MALDONADO, [19 –]).

Dentro da pesca realizada no Alto-Médio São Francisco, os instrumentos de pesca utilizados são: a rede, a tarrafa e o anzol. No âmbito de cada um desses apetrechos de pesca existem diferentes tipos que são voltados para específicas modalidades de pesca. Usualmente, ao que já foi descrito por THÉ (2003), cada pescador possui uma variedade de redes e tarrafas que abrangem todos os tamanhos de malhas, adequada à captura de peixes de portes médio e grande e ao que é permitido por lei para cada espécie. Para a rede foram identificados dois tipos, segundo o tipo de náilon: redes de seda (conhecidas como de náilon mole) e redes de plástico (conhecidas como de náilon seco). As redes de seda são mais usadas na época das chuvas, quando a água torna-se barrenta. Já as redes de plástico são usadas na época da seca, quando a escassez de chuvas torna a água mais limpa, e proporciona ao peixe a capacidade de enxergar o material do pescador. A mesma coisa acontece à noite com respeito a alternância entre lua “clara” (noites “com” lua) e lua “escura” (noites “sem” lua). A pesca noturna é mais realizada no período de seca, devido aos mesmos problemas do peixe enxergar o material, se a pesca fosse realizada durante o dia. O uso de embarcação para a pesca foi predominante. Em torno de 97% dos pescadores entrevistados utilizam barco, variando entre barcos de madeira a remo ou a motor, e de alumínio a motor. A porcentagem para

cada tipo de embarcação nas seis localidades ficou em torno de 31%. A única mudança observada entre as embarcações foi dentro de cada localidade.

Em Beira Rio, devido à necessidade de se locomover a grandes distâncias ao longo do rio, todos os pescadores entrevistados tinham um barco de alumínio com motor, 16% com motor 25Hp e o restante com 15Hp. Em Pirapora, 67% usam barco de madeira a remo. Já em Ibiaí, 83% usam barco de madeira motorizado, com motor 3,5Hp, conhecido como motor rabeta. Em Barra do Guaiçú, 60% usam barco de madeira a remo, enquanto os outros 40% usam barco de madeira com motor rabeta. Em Três Marias, 40% usam barco de madeira com motor rabeta, enquanto 20% usam barco a remo e barco de alumínio. Em Buritizeiro, houve um pescador que pescava sozinho, sem barco, outro com barco de madeira a remo e outro com barco de alumínio.

TABELA 4.1: Tipo de embarcação utilizada

<i>Categoria</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
Barco de madeira a remo	10	31
Barco de madeira com motor	10	31
Barco de alumínio com motor	10	31
Não se aplica	1	3
Sem resposta	1	3
Total	32	100

Na compreensão de Ramalho (2002), de fato, ser pescador artesanal é tornar-se portador de um conhecimento que permite conduzir suas atividades, amparando seus atos em uma complexa cadeia de inter-relações ambientais. Como afirma Diegues (1983): “*o importante não é conhecer um ou outro aspecto, mas saber relacionar os fenômenos naturais e tomar as decisões relativas às capturas*”.

Para esses pescadores as intempéries ambientais são encaradas como forças seletivas que impedem ou favorecem a pesca em um dado tempo, isso pode significar que, ao fracassar em sua pescaria, o pescador pode ter dado a chance do peixe ter saído como vencedor. Nesse caso, trabalha-se a favor das forças da natureza e em prol da continuidade da vida, onde ora se ganha, ora se perde (SALDANHA, 2005).

Assim, complementando,

Todo processo de produção constitui, portanto uma seqüência ordenada de operações cuja natureza e encadeamento se fundam nas condições as quais se submetem para obter o produto final esperado. Essas operações se desenrolam, portanto na base de um meio natural e de realidades sociais dadas que constituem as restrições que limitam e determinam as possibilidades do sistema, sua eficácia (GODELIER,[19 –] apud LIMA, 1978:191).

Existem pescadores que são fixos, não se deslocam para outros lugares. Eles simplesmente esperam que as condições ambientais ou mesmo a sorte mudem a conjectura para melhor. Mas há aqueles – e esses são a grande maioria dos pescadores no São Francisco – que se lançam a buscar o peixe. Portanto, para a captura, tornou-se necessário à maioria dos pescadores, uma maior locomoção ao longo de vários pontos de pesca. A escolha desses pontos depende sempre de uma somatória de fatores ambientais, os quais devem ser conhecidos e superados para que o resultado seja proveitoso.

Juntamente com o ponto, os horários em que o pescador se dirige ao rio também são condicionados pela procura ao peixe. Isso pode ser observado em 74% dos entrevistados. Uma parte dessa mudança no horário da pescaria reflete uma adequação individual relativa aos compromissos do próprio pescador fora do ambiente pesqueiro (outras ocupações, por exemplo) e uma outra parte é uma adaptação referente ao período de encontro de cada peixe.

Existem também outros dois fatores mencionados por muitos pescadores que acabam fazendo com que o pescador adapte seu horário e local de trabalho. Esses são a indisposição do peixe à alimentação e, o outro, a falta de atividade deste. Eles relatam que há momentos em que o peixe “não quer comer” e outros em que ele fica “descansando”. Nesses momentos, portanto, é preciso do pescador um ajuste no seu horário, adequando-o com a “volta” do peixe. Assim, explicam esses dois pescadores:

A gente muda o horário. A gente analisa e estima o melhor horário para tentar achar o peixe.

(pescador de 46 anos de Pirapora)

A gente costuma mudar de horário, porque dependendo do horário, o peixe está viajando ou descansando.

(pescador de 35 anos de Ibiaí)

4.1.2. Organização social dos pescadores

A pesca profissional, praticada de forma artesanal, é uma das atividades mais tradicionais de trabalho no rio São Francisco, havendo milhares de famílias ribeirinhas que se dedicam a essa ocupação, por vezes, há mais de uma geração. As características artesanais dessa atividade – o uso de equipamentos rudimentares, a ausência de relações de trabalho assalariado e a falta de ambição do pescador – contribuem para explicar algumas características das organizações sociais na pesca (VALENCIO *et al*, 2003).

Sendo a pesca artesanal intrinsecamente voltada para explorações de pequeno porte, ou seja, inversas aos anseios de alta produtividade de uma indústria pesqueira, não é necessário um envolvimento de grandes contingentes de pescadores. Assim, torna-se claro a razão pela qual os pescadores, em sua maioria, pescam em duplas ou até mesmo sozinhos. Das localidades estudadas, 67% dos pescadores pescam com um companheiro. Com frequência, os companheiros mudam, principalmente devido à não conciliação no horário de trabalho, ou seja, há uma discrepância na disponibilidade ao trabalho entre os companheiros. Algumas dessas discrepâncias são meramente preferenciais, enquanto outras são fruto de compromissos pessoais, sendo alguns relativos a outros trabalhos fora da pesca (pedreiro, marceneiro, pintor, comerciante de peixe, ...). Assim, para a escolha do companheiro, o pescador além de preferir por aquele a qual ele tem maior afinidade e aptidão social, ele também terá que levar em conta a disponibilidade desse companheiro. Por isso, esses pescadores vão com aquele companheiro que estiver “disponível” no momento determinado. Há também que se considerar a preferência ao tipo de pesca desenvolvido pelo companheiro. Às vezes, o tipo de pesca utilizado por um pescador, torna-se um fator excludente na escolha do companheiro.

Estou com o mesmo companheiro há meses, mas a gente muda, porque tem vezes que a pesca está ruim. Às vezes precisa de um companheiro com outro tipo de pesca.(pescador de 46 anos de Pirapora)

Os outros 33% que não pescam com companheiros, preferem trabalhar sozinhos. Os motivos maiores por essa preferência, em geral, são: (1) aspiração por um trabalho solitário, (2) dificuldade em encontrar um companheiro com as mesmas aptidões sociais e profissionais, (3) ganância evidenciada pelo companheiro, (4) não partilha dos lucros, (5) preferência pela pesca de linhada, ou então, (6) preferência de horários (alguns

pescadores não gostam de pescar a noite, por exemplo). A pesca realizada por esses pescadores é a pesca de anzol, isto porque, segundo eles, a pesca de rede e tarrafa realizada sozinha é, para alguns, impossível, ou, para outros, muito difícil e cansativa.

Hoje dificilmente você encontra um companheiro que tem o material que você tem. E dificilmente você encontra um companheiro que, 'vamos agora, vamos, vamos parar, vamos'. E outra coisa que eu não gosto também é de dormir no rio, eu prefiro dormir em casa.(pescador de 53 anos de Ibiaí)

É bom pescar sozinho, porque não tem que repartir o que ganha.(pescador de 61 anos de Três Marias)

Apesar de, aparentemente, a pesca realizada sozinha exiba vantagens, ela também exige precauções:

Até que não é bom você pescar sozinho, pode um anzol enganchar na sua roupa, como já aconteceu com muitas pessoas. Quando vai pegar o anzol, aí acontece muitas vezes do barco soltar tudo de uma vez e o anzol pode pegar na sua mão, pode pegar na sua roupa e jogar você dentro d'água. Então, é muito perigoso. Mas se a pessoa faz com mais atenção, com cuidado, não tem problema não.(pescador de 53 anos de Ibiaí)

Na pesca em dupla, os materiais geralmente são levados por cada um dos companheiros, sendo um deles o responsável pelo barco. Houve, durante a pesquisa, um caso em Buritizeiro em que a pesca era financiada. Um dos pescadores tem todo o material, enquanto o outro cobre as despesas como a gasolina. Em ambos os casos, a partilha dos lucros, retirados os gastos com material e combustível, é feita igualmente entre ambos. Exceção essa, ocorrida em Beira Rio, onde 50% dos pescadores relataram uma partilha diferenciada. Nesse caso, um dos companheiros fornece todo o material, incluindo o barco e a gasolina, enquanto o outro só fornece a força de trabalho. Este, ao final, lucra uma taxa de 20, 25 ou 30% livre sobre aquilo que foi pescado.

Quando eu saio para a pescaria com os companheiros, normalmente eu financio a pesca, eu banco todas as despesas, o material é todo meu, eles bancam a gasolina. Aí nós pegamos o peixe, eu fico responsável pela comercialização do peixe e aí com o lucro o gente tira as despesas e divide o restante.(pescador de 61 anos de Buritizeiro)

Quando eu vou pescar com companheiro e eu forneço todo o material, eu pago para ele 25% do que a gente ganhar, 25% livre. Mesmo assim, às vezes ele sai melhor do que eu.(pescador de 55 anos de Beira Rio)

Para o meu ajudante eu pago 20%, porque eu entro com o material todo.(pescador de 43 anos de Beira Rio)

Às vezes, quando eu venho com todo o material, barco, rede, tarrafa, eu pago para o outro companheiro uma porcentagem, geralmente é 30%.(pescador de 41 anos de Beira Rio)

Sobre esse pescador que não possui os instrumentos de trabalho, vale ressaltar que, ainda assim, ele é capaz de dominar todas as etapas ligadas à processualidade de sua atividade e isso lhe reveste de uma qualidade incomum frente aos outros profissionais, pois, ele se sente parte, sujeito ativo das decisões. (MALDONADO, 1993). Dos 67% de pescadores que trabalham em dupla, todos afirmam que o companheiro auxilia de maneira satisfatória durante a atividade pesqueira. Geralmente, a divisão das tarefas se realiza da seguinte maneira: um trabalha como piloto, manobrando e conduzindo o barco entre diversos pontos de pesca, e o outro trabalha como proeiro, jogando e recolhendo a rede ou a tarrafa. Essas funções tornam-se fixas entre os mesmos companheiros, quando um deles tem maior facilidade, por exemplo, em jogar a rede e a tarrafa. Mas para a maioria dos pesquisados, há uma alternância entre essas funções.

Os peixes mais procurados, em média, segundo os pescadores são: surubim, curimatá, corvina, matrinchã, piaui, traíra, dourado, pirá, pacu, piranha, mandim, bagre e pacamã. Destes, foram dados mais destaque ao dourado, surubim, mandim, pirá e curimatá. Há ocorrências de tucunaré e tilápia na região de Três Marias, especialmente na região da represa.

Para fazer uso de um determinado espaço e explorá-lo, o pescador deve ter adquirido anteriormente um conhecimento prévio da ecologia envolvida em sua atividade, no caso, a pesca. Segundo Milton Santos (1997; 2002), para fazer uso de um espaço, exige-se do pescador um aprendizado precedente, um conhecimento anterior que se traduz no “saber-fazer”, dessa maneira, ele entende os espaços em que se realiza a pesca, reconhecendo as suas limitações e as suas possibilidades.

Todo processo que envolve a utilização de determinada arte de pesca nos fornece elementos importantes para a compreensão das formas de utilização do espaço na pesca. A especificidade de cada técnica de pesca determina em que local essa técnica deve ser utilizada, e o inverso, também é verdadeiro, ou seja, o local também influencia a escolha de cada arte de pesca (SALDANHA, 2005).

O quadro abaixo exibe uma relação importante entre o apetrecho de pesca utilizado e a época do ano em que predominam os principais peixes capturados:

QUADRO 4.1: Apetrechos e períodos do ano para captura segundo espécie de peixe

Peixe	Apetrecho mais utilizado para a sua captura segundo os pescadores	Período do ano em que é mais encontrado (época das chuvas/época da seca)
Bagre	(Sem resposta)	Chuvas
Corvina	(Sem resposta)	Seca
Curimatá	Rede / Tarrafa	Chuvas
Dourado	Anzol / Rede	Seca
Mandim	Tarrafa	Seca
Matrinchã	Rede / Tarrafa	(Sem resposta)
Pacamã	Anzol / Rede	Chuvas
Pacu	(Sem resposta)	Seca
Piau	Anzol / Tarrafa	Seca
Pirá	Rede	Seca
Piranha	(Sem resposta)	Seca
Surubim	Anzol / Rede	Chuvas

O pescado, depois de capturado, é vendido principalmente para atravessadores (51%), para a colônia (15%) ou para os turistas (10%). Em Pirapora, 66% dos pescadores vendem para a colônia Z-1 e os outros 34% para os atravessadores. Em Buritizeiro, os pescadores questionados vendiam para atravessadores, turistas ou para restaurantes. Em Ibiaí, 66% vendiam para atravessadores, enquanto 17% vendiam para pescadores amadores. Em Barra do Guaiçú, 71% vendiam para atravessadores, enquanto 14% vendiam para pescadores amadores e outros 14% para turistas. Em Três Marias, 83% era para atravessadores, enquanto o restante (17%) era para peixarias. Já em Beira Rio, 8,3% era para a colônia Z-5, 33% para atravessadores, 8,3% para peixarias, 17% para restaurantes, 25% para turistas e 8,3% para pescadores amadores.

TABELA 4.2: Compradores do pescado

<i>Categoria</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
Atravessadores	20	51
Colônia	6	15
Turistas	4	10
Restaurantes	3	8
Pescadores amadores	3	8
Peixarias	1	3
Sem resposta	2	5
Total	39	100

A gente leva na colônia e eles colocam no congelador. Se eles não conseguem pagar, eles devolvem o peixe e a gente mesmo vende para o mercado, restaurante.(pescador de 46 anos de Pirapora)

A gente só vende para a colônia, porque se a gente vende para outra pessoa, depois, quando a gente for vender para a colônia, ela não compra.(pescador de 38 anos de Três Marias)

4.2. O livre acesso e a propriedade comum no uso dos recursos

Um elemento fundamental na cultura tradicional é a relação das populações com o território, que pode ser definido como uma porção da natureza e do espaço sobre qual determinada sociedade reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso na totalidade ou parte dos recursos naturais existentes (DIEGUES & ARRUDA, 2001). Bromley e Cernea, (1989) *apud* Goldman (1998) nos chamam a atenção para um aspecto importante, a definição de “propriedade”, que segundo esses autores, não deve ser reduzida somente a um objeto, como uma área física e sim como “um direito a um fluxo de benefícios”. A definição de Elinor Ostron (1990; 1994), também segue essa mesma linha, referindo-se a propriedade, além de suas qualidades físicas, considerando-a como uma rede de instituições sociais. Trabalhos realizados por Feeny, Berkes, McCay e Acheson (1990), mostram que existem diferentes formas de se apropriar de um recurso traduzindo-se em diferentes categorias de direito de propriedade sob as quais esses recursos são manejados. Dessa forma definiram-se novas categorias: livre acesso, propriedade privada, propriedade comunal e propriedade estatal.

A teoria de Hardin (1968) sobre o uso comum dos recursos se caracteriza por designar “comum” o recurso e não o “regime de propriedade” sob o qual se encontra esse recurso, ou seja, trata-se de um espaço de livre acesso onde não existem direitos de propriedades definidos, o acesso é livre e não há regulação sob as formas de uso.

O acesso aos recursos pesqueiros nas regiões de estudo do São Francisco é considerado, em sua grande parte, livre. A maioria dos pescadores afirmam, alguns até enfaticamente, não existir qualquer tipo de domínio pesqueiro na região. Para eles, a pesca é totalmente aberta para qualquer pescador, seja profissional, amador, e até mesmo para turistas e pescadores clandestinos.

Não, não existe isso aqui. Mesmo que achem que o pescador amador prejudica a gente, não tem isso não. Ninguém manda em lugar nenhum.(pescador de 45 anos de Barra do Guaicuí)

Pode o pessoal da cachoeira vir pescar aqui com a gente, pode vir o pessoal de Pirapora, qualquer um de fora pode vir pescar, que não tem problema.(pescador de 55 anos de Beira Rio)

Para a maioria dos pescadores, os pontos de pesca são referidos como os locais onde eles realizam os “lances” de rede ou tarrafa. Segundo BEGOSSI (1996), os pontos de pesca podem ser considerados manchas, onde o pescador irá em busca de um certo tipo de presa. De acordo com a teoria, o pescador estará forrageando otimamente se o tempo gasto nos deslocamentos até os sítios de pesca e no forrageio (pesca propriamente dita), for compensado pela produção. Os tempos investidos na pesca, entre os pescadores estudados, são influenciados pelos sistemas de direito e acesso ao uso do recurso, estratégias de pesca e facilidades de locomoção (barco a remo ou a motor).

Em todas as localidades pesquisadas – como já foi mencionado – o sistema de acesso aos recursos é aberto, sem regras locais estipuladas quanto ao tempo de pesca em um dado sítio ou ponto. A única ressalva deve ser feita a respeito das cachoeiras de Buritizeiro, onde elas estão sob um regime de propriedade comunal pelos pescadores clandestinos, que criaram um sistema de regras para o uso local, descrito na pesquisa realizada por THÉ (2003). A maioria desses pescadores não possui carteira profissional. Isto se deve ao fato de a pesca em qualquer trecho de corredeiras ser proibida desde a extinta SUDEPE, através da portaria nº 466 (08/11/1972) em seu Art. 4º, que estabelece as normas para o exercício da pesca em águas interiores.

Em regimes de propriedade comum, um grupo particular de indivíduos divide os direitos e responsabilidades sobre os recursos, caracterizando uma forma de propriedade

onde os direitos são comuns a um determinado grupo de usuários. Os direitos e as responsabilidades são definidos através de regras informais e geralmente se sustentam através de práticas de manejo. Dessa maneira, a propriedade comum não se caracteriza por livre acesso a todos, mas acesso limitado a um grupo específico de usuários que reconhece essas práticas e as respeita (SALDANHA, 2005).

Segundo a descrição de THÉ (2003), existem quatro sítios da cachoeira (forma como os pescadores se referem à corredeira) no lado de Buritizeiro, onde ocorre o sistema de propriedade comum, caracterizado por uma divisão espaço-temporal da atividade da pesca. Para cada um destes sítios existe um grupo de pescadores que possuem o direito ao acesso e ao uso em determinados horários. Este arranjo passou a existir após a pesca na corredeira ter sido proibida em 1972. Antes da proibição, apenas os pescadores mais antigos e com licença para a pesca, pescavam na cachoeira. Após a proibição, vários pescadores antigos abandonaram a pesca com receio da fiscalização. Assim sendo, os direitos de acesso e uso dos sítios de pesca passaram a ser dos pescadores mais novos, que, embora sem licença para a pesca, tinham a anuência dos mais velhos para participar das pescarias como aprendizes e ajudantes. Consolidou-se, portanto, uma transferência do uso dos sítios de pesca a filhos, netos ou sobrinhos e a pescadores amigos e mais jovens.

Assim, o novo ordenamento pesqueiro estabelecido em Buritizeiro tornou ainda mais restritivo o acesso e o uso dos espaços de pesca. Segundo Berkes *et al* (1989): *os recursos que fazem parte de uma propriedade comum são definidos como uma classe de recursos para a qual a exclusão é difícil e o uso conjunto envolve subtração.*

Segundo Saldanha (2005), existem dois grandes desafios presentes no regime de propriedade comum: a exclusão de outros usuários potenciais e a regulação do uso e dos usuários, para minimizar problemas associados a subtração. Isso significa dizer que a conservação e o manejo devem ser empregados para que a exclusão seja natural e para que os recursos não sejam exauridos. O manejo por sua vez é falho, ou ausente na proposta de Hardin, o que levou Ostron e Mc Kean (1995) a concluir que isso seria uma das causas da visionária “tragédia dos comuns”.

A significância de instituições de propriedade comum é que elas representam soluções localizadas, desenvolvidas pelos usuários ao longo do tempo para tratar conjuntamente o uso do recurso, o seu compartilhamento e os conflitos que podem ser gerados entre os seus usuários (BERKES *et al*, 1989).

4.3. As relações de cooperação e competição na atividade da pesca artesanal e na organização comunitária dos pescadores artesanais

Os elementos que permitem a reprodução social do grupo seguem os caminhos percorridos e edificados na luta diária dos pescadores pela sua sobrevivência. Nesses caminhos constituídos por dois meios (a terra e o mar), se estabelecem as relações humanas e, o respeito recíproco entre os pescadores, principalmente entre aqueles que dividem não só o mesmo espaço como também o mesmo barco (SALDANHA, 2005). Toda gestão de recursos está dependente – além dos conhecimentos sobre a prática realizada – também das relações sociais que os atores da gestão estabelecem entre si.

“Buscar o peixe” representa, para os pescadores, iniciar uma pescaria e assim ocupar um lugar junto ao espaço produtivo. O sucesso se baseia no envolvimento do pescador com a arte de pesca, com os camaradas, assim como com o lugar em que joga a sua rede. A harmonia dessa relação concretiza a prática artesanal e fundamenta a organização dessa atividade (SALDANHA, 2005).

Para que as práticas de uso dos recursos naturais sejam efetuadas visando um manejo controlado, a fim de torná-los mais duradouros e ecologicamente sustentáveis, é indispensável a análise da organização comunitária dos pescadores artesanais, os quais dependem desses recursos. Um procedimento que pode auxiliar nessa análise é a constatação dos principais problemas apontados pelos próprios pescadores em relação à pesca ou ao rio. Nas comunidades do São Francisco, dois problemas vêm sendo freqüentemente apontados na região: a escassez de peixes e o crescente número de pescadores. Seguindo a teoria de Hardin (1968), a tendência de cada pescador é aumentar cada vez mais os seus estoques pesqueiros. Se a atividade da pesca for realizada por uma sociedade de baixa densidade populacional, não existem consequências. No entanto, quando se discute a realização dessa mesma atividade em uma sociedade com um número indefinido de pescadores, a tendência é de que ocorra uma maximização individual do lucro e uma sobreexploração coletiva dos recursos.

É importante observar que além de gerar problemas na gestão dos recursos, a escassez desses, pode gerar conflitos de relacionamento entre os pescadores, afetando consideravelmente as relações altruísticas desses. Pode-se criar, em alto grau, um sistema de competição pelos recursos, o que poderia torná-los ainda mais escassos.

Mesmo não existindo localmente regras ou leis coativas para as relações sociais, os pescadores demonstram o que pode ser chamado de “respeito informal”. O mais relevante exemplo é a existência de respeito ao “lance” feito pelo pescador, isto quer dizer que, nenhum outro pescador deve fazer o seu “lance” muito próximo ao de outro pescador, pois pode haver problemas com o emaranhamento das linhas.

Apesar do número de pescadores ter aumentado, a competição entre pescadores é restrita a alguns grupos. São citados casos em que pescadores, quando deixaram seus anzóis armados durante a noite, e no dia seguinte foram buscá-los, esses perceberam que outra pessoa tinha “roubado” os peixes que haviam capturado. Há também casos de disputadas pelo local de pesca, onde alguns pescadores não respeitam o “lance”, indo pescar muito próximo de outro pescador. Esses são exemplos que fogem ao respeito informal geralmente dotado pelos representantes das comunidades pesqueiras, principalmente ao respeitar o espaço do outro pescador, possibilitando-o exercer sua atividade sem ser de alguma forma lesado por outro colega de profissão.

Apesar desses problemas gerados por esse grupo competidor, o que mais predomina é o descaso, ou então, indiferença entre os pescadores. Em 53% dos dados (n=34), segundo os entrevistados, a maioria dos pescadores da colônia nem cooperaram e nem competem entre si, eles, como dizem os próprios pescadores, “ficam cada um na sua”. É muito relatada a “falta de união” entre eles. As relações de cooperação são restritas a alguns amigos mais próximos, em que já se adquiriu maior confiança e podem, assim, resolver problemas de maneira conjunta.

TABELA 4.3: Cooperação e competição entre os pescadores da colônia

<i>Categoria</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
Ficam cada um na sua	18	53
Ajudam-se	7	21
Competem	3	9
Não sabe	3	9
Sem resposta	3	9
Total	34	100

Alguns ajudam, mas outros ficam mais na deles. Não é aquela coisa de todo mundo chegar assim para ajuda não. São só algumas pessoas.(pescador de 35 anos de Ibiaí)

Tem um grupo unido que ajuda, agora tem uma porcentagem de pescadores que é competidora mesmo. Eu acho que é assim mais pela ignorância, pela falta de conhecimento, porque se você tem um certo conhecimento, você vai ver que não consegue fazer nada sozinho.(pescador de 45 anos de Barra do Guaicuí)

É mais cada um na sua. Competição para ver quem pega mais, isso aí não tem não. Se você tem condições de ir pescar e ficar a noite toda, melhor para você. Ninguém vai te atrapalhar.(pescador de 43 anos de Beira Rio)

Ah, se ajudam. Tipo assim, se um tem dificuldade, a gente vê o que pode fazer.(pescador de 23 anos de Três Marias)

A cooperação e o respeito recíproco são dois princípios importantes num ideal de relacionamento entre os pescadores, principalmente no que tange à união e organização para a resolução de problemas comunitários.

Através de cadeias de relacionamentos pessoais e de parentesco, os pescadores apóiam-se mutuamente. Cooperação e reciprocidade combatem a escassez de alimentos, ajudam a construir as habitações, o provimento de remédios e de roupas, facilitam a necessidade constante de reparo nas embarcações (CORDELL, 2001).

Continuando o pensamento de Cordell: “O código de honra que os pescadores chamam de respeito está intimamente ligado à reciprocidade que forma e controla as relações pessoais na pesca local. A ética associada ao respeito vai além de um cerimonial de pesca: ela se liga às consciências”.

4.4. A importância das relações de parentesco e a transmissão do conhecimento ecológico a outras gerações

As práticas produtivas e simbólicas baseiam-se nas experiências e no conhecimento adquirido no transcurso da vida, independentemente de possuir ou não as tecnologias patrimônias/artesanais (barcos e redes) (RAMALHO, 2002). Esse conhecimento prático se sustenta ao longo das gerações a partir, principalmente dos pais, irmãos e tios. São esses os atores diretos e ativos da transmissão dos conhecimentos tradicionais que permeiam e caracterizam as práticas locais.

Segundo Valêncio *et al* (2003), a família é, reconhecidamente, o principal agente de socialização em toda a parte, mas tem papel destacado na construção das relações comunitárias em torno da pesca. É nela que, em geral, ocorre o aprendizado da profissão, os pais ensinando aos filhos. Tal característica fortalece os vínculos entre seus membros, pois sabem que sua sobrevivência está em compartilhar não apenas o espaço dentro da casa, mas o espaço de exercício do trabalho: o rio. Há compromissos mútuos na apreensão das técnicas, na apuração necessária dos sentidos para a captura do peixe e para as atividades correlatas. Isto é, a família é a unidade básica de produção na pesca do São Francisco.

Na pesquisa realizada, observou-se que 48% dos pescadores aprenderam inicialmente as primeiras técnicas de pesca através dos pais. Sendo que em Pirapora e Buritizeiro foram 66% dos pescadores, em Ibiaí 55%, em Barra do Guaicuí e Três Marias 60% e em Beira Rio 33%. Em 32% dos pescadores as técnicas de pesca foram ensinadas a partir de amigos. Ainda houve 13% dos pescadores que aprenderam com tios ou irmãos.

Eu aprendi a pescar com o meu pai. Eu tinha uns 8 anos de idade e até hoje a gente está pescando o que a gente aprendeu com ele.(pescador de 35 de Ibiaí)

A pescaria veio dos meus pais. O meu pai pescava, minha mãe pescava e eu sempre acompanhava eles nas pescarias.(pescador de 55 anos de Beira Rio)

TABELA 4.4: Aprendeu a pescar

<i>Categoria</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
Pais	15	48
Amigos	10	32
Tios ou irmãos	4	13
Sem resposta	2	6
Total	31	100

4.4.1. A atuação da mulher na pesca

A chefia da casa compete exclusivamente ao homem. A mulher que exerce alguma atividade econômica somente o faz na companhia e como suporte da atividade do marido. A relação de dependentes é alta devido às escassas oportunidades de

emprego (VALENCIO *et al*, 2003). Dos entrevistados, 77% são casados ou vivem com uma companheira. A ajuda da mulher na pesca, na maioria dos casos, é restrita à limpeza do peixe, ou ao conserto dos materiais (tecelagem de rede e tarrafa). Outros 42% afirmam que a mulher ajuda esporadicamente, enquanto 26% não ajudam nunca. Somente 10% afirmaram ser a ajuda da mulher constante. As variações na ajuda da mulher na pesca são em razão do tempo em que a mulher utiliza com os serviços do lar e no cuidado dos filhos. Quando esse tempo é maior, a disponibilidade da mulher para ajudar o marido nos afazeres da pesca torna-se proporcionalmente menor. Raramente a mulher vai pescar com o marido, geralmente, isto ocorre quando o marido não encontra um companheiro para acompanhá-lo. O maior receio dos pescadores em atuar na pesca em conjunto com a mulher é o temor em relação ao perigo que a pesca pode representar para o sexo feminino, principalmente por eles considerarem a mulher mais “frágil” e com “pouca força”. Portanto, em qualquer adversidade ou evento imprevisto, para eles, há o risco da mulher se ferir.

4.4.2. Atuação dos filhos na pesca em meio às perspectivas do pescador adulto em relação à atividade pesqueira nos dias atuais e futuros

Entre os pescadores do São Francisco, um sentimento tem-se tornado freqüente: a desilusão que os pescadores estão frente à rentabilidade de sua atividade. Para todas as comunidades foi preponderante considerar a atual situação do pescador muito difícil e insatisfatória. Para 55% dos pescadores, viver somente da pesca é possível, mas muito difícil, e para 23%, não é possível.

Só da pesca não dá não. Hoje está difícil. A gente não pode trabalhar fichado que eles não permitem. Às vezes eu trabalho de pedreiro, só que hoje o trem arruinou mesmo, então eu só vivo da pesca mesmo.(pescador de 46 anos de Pirapora)

Viver só da pesca não dá, mas a gente toca alguma coisa, a gente planta. Por exemplo, lá na ilha a gente planta um pezinho de abóbora. A gente vai mexendo, vai sobrevivendo.(pescador de 53 anos de Ibiaí)

A pescaria não está fácil não. Ela a cada tempo que passa vai ficando mais difícil, porque aumentou muito o número de pescadores e também a perseguição da polícia.(pescador de 55 anos de Ibiaí)

Os pescadores profissionais do alto-médio São Francisco estão vivendo um processo de crescente pauperização e precarização de seu trabalho, em virtude da disputa do uso da água e do peixe, que também se expressa na degradação ambiental acelerada. Sob tais circunstâncias, o pescador não tem podido assegurar os mínimos recursos para a família (VALENCIO *et al*, 2003).

A maioria dos atuais pescadores adultos se envereda pela profissão pesqueira, devido principalmente pela falta de opção frente às mazelas do desemprego. Alguns pescadores declaram não gostar da pesca, dizendo estarem nesse ramo “à força”, e que, se fosse possível adquirir um outro emprego no meio urbano, deixariam a pesca.

Para Valêncio *et al* (1993), a educação escolarizada é bastante valorizada pelos pescadores como meio de reinserção social para os filhos. É vista como uma contraposição ao saber da pesca, transmitido oralmente, podendo proporcionar um destino diferente para os mais jovens. Ao reproduzir valores da vida urbana, essa educação os prepara para sobreviver e se assentar socialmente num território que é visto como mais promissor do que aquele das águas do rio. Quanto mais novos os filhos, maior a preocupação dos pais para que os mesmos se dediquem à escola.

Assim, observa-se uma possível descaracterização do saber tradicional na pesca do São Francisco. O conhecimento da prática está deixando de ser transmitido às novas gerações. Do total de pescadores, 87% tinham filhos, sendo que para 61% dos pescadores, os filhos não ajudam o pai na pesca e para 77%, os filhos não eram pescadores. Além disso, 55% dos pescadores não queriam que seus filhos se tornassem pescadores. Para eles, a profissão do pescador está financeiramente num nível muito baixo de rentabilidade. Portanto, torna-se melhor a busca por uma educação que possa talvez proporcionar uma qualidade melhor de vida.

Ah não, o ramo está muito difícil. A pesca hoje não está mais como era, está mais devagar. O bom seria pôr todo mundo para estudar.(pescador de 46 anos de Pirapora)

Se a perspectiva do pescador fosse melhor, eu gostaria que fossem, mas como a vida do pescador não está muito fácil, eu preferia que elas estudassem e seguissem uma coisa melhor.(pescador de 28 anos de Ibiaí)

Não gostaria, porque a vida de pescador nunca trouxe futuro para ninguém que eu conheça. Eu não gostaria de repassar isso para os meus filhos. Eu gostaria que eles estudassem para ter uma vida melhor que a minha.(pescador de 53 anos de Barra do Guaicuí)

Eu não quero ele envolvido com pescaria. A pescaria, já foi o seu tempo.(pescador de 55 anos de Beira Rio)

Tais crianças e jovens tornam-se propensos a tomar a sua realidade apenas por aquilo que acontece nas ruas da cidade, não mais com o rio, com os peixes, com a labuta dos demais membros da família. Mesmo quando chegam a abandonar a escola, substituindo-a por outra forte ligação com o meio urbano – como um emprego na cidade – continuam a ter resistência em tomar o rio como parte importante da sua história (VALENCIO *et al*, 2003).

No São Francisco, confirma-se a mesma situação identificada por Diegues (1998) para pescadores do mar: a de que a produção e a reprodução social e simbólica vai se tornando cada vez menos dependente do rio, razão pela qual os saberes técnicos articulares sobre o funcionamento do ecossistema vão se perdendo.

4.4.3. A importância das relações de parentesco na pesca do São Francisco

O lugar é o vivido, como assinala Furlan (2001), e é por essa razão que os pescadores atribuem valores aos seus espaços produtivos. O “vivido” reflete as relações de afetividade, de identidade e de respeito o que, por sua vez, embasam as relações que se estabelecem na pesca: o compadrio, a amizade e o parentesco.

Este último não se mostrou expresso como uma relação de relevância à atividade da pesca no São Francisco. Em torno de 55% dos entrevistados declararam terem trabalhado em algum período da vida com algum parente. Para 37,5% desses (n=16), é melhor trabalhar com um parente, para 25% não é bom e para 37,5% é a mesma coisa.

A relação de parentesco mostra-se importante somente em alguns casos, devido à maior afinidade entre os aparentados, o que propicia uma melhor relação durante a geração do trabalho. Entretanto, essa afinidade, às vezes, não é tão acentuada, o que acaba posicionando o aparentado no mesmo patamar de um companheiro qualquer, portanto, não há diferenças relacionais entre o aparentado e o não aparentado e assim, a relação de parentesco deixa de ser importante.

Quando a afinidade é baixa, os desentendimentos se tornam freqüentes, e em alguns casos específicos, a relação de parentesco pode ser definida como prejudicial. É relevante mencionar que todas essas situações são meramente circunstanciais, e não podem ser generalizadas.

TABELA 4.5: Trabalhar com parente

<i>Categoria</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
É melhor	6	37,5
É a mesma coisa	6	37,5
Não é bom	4	25
Total	31	100

A gente não deu certo não, porque ele sempre tinha olhos mais grandes e sempre queria mais.(pescador de 46 anos de Pirapora)

4.5. Problemas ambientais da região segundo os pescadores e a opinião desses sobre o impacto desses problemas

Para os pescadores, determinados fatos estão afetando o rio e prejudicando conseqüentemente a pesca.

TABELA 4.6: Fatores que estão afetando o rio

<i>Categoria</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
Usina de TM	20	33
CMM	9	15
Indústrias	15	25
Esgoto municipal	5	8
Pescadores profissionais	1	2
Turistas	1	2
Fazendeiros	7	11
Não sabe	2	3
Sem resposta	1	2
Total	61	100

Com 33% de ocorrência, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, localizada em Três Marias, é considerada o fator que mais vem afetando o rio segundo os pescadores. Para eles, o maior problema da usina é não permitir a subida do peixe para desovar, problema este que poderia, segundo eles, ser resolvido com a construção

de uma escadaria, que permitiria a subida do peixe. Há ainda o problema de morte de peixes que entram pelas turbinas da usina. Alguns citaram também o controle do fluxo de água que, segundo eles, é responsável pelo baixo nível do rio. Já outros pescadores afirmam que a barragem diminuiu a pressão da água, o que vem a prejudicar ainda mais os problemas de assoreamento.

A usina afeta muito, porque eles fizeram a usina mal feita, eles não fizeram escadaria para o peixe subir, então, o peixe chega na barragem e não tem condições de subir para desovar. Aqui tem a época da piracema que é do mês de outubro até janeiro, fevereiro. Quando você vai pegar o peixe no mês de abril, maio, ele está todo ovado, porque não conseguiu desovar durante a piracema.(pescador de 53 anos de Ibiaí)

Eu fiquei sabendo do problema sério da barragem, agora há pouco tempo, porque é óleo que eles derramam lá, além dos peixes que entram nas turbinas. Mas o que a barragem vem a prejudicar é o livre desaguamento do rio São Francisco. Antes, nós não tínhamos tanto aterramento, nós tínhamos um canal limpo, e hoje, com a barragem, diminuiu a pressão da água. Na época das chuvas, a enxurrada leva toda aquela areia, porque nós não temos vegetação suficiente para filtrar essa água. Quando ela desce, tudo o que vem lá de cima, areia, cascalho, vem tudo para dentro do rio, e como a pressão da água é pouca, ela não tem força para empurrar essa sujeira para as laterais.(pescador de 45 anos de Barra do Guaicuí)

A barragem afeta, porque ela devia ter escada de peixe. O peixe bate, depois volta e vai desovar no rio Abaeté.(pescador de 55 anos de Beira Rio)

Em seguida, aos fatores que afetam o rio, vêm as indústrias com 25% de ocorrência. O problema das indústrias foi mais citado em Pirapora, Ibiaí e Barra do Guaicuí, principalmente pelas indústrias de Pirapora de aço e carvão, que segundo os pescadores, jogam o seu “esgoto” no rio. Na região de Três Marias foram mais citados os problemas gerados pela Companhia Mineira de Metais – CMM (15%), que joga resíduos do processamento de metais pesados – o zinco, principalmente. Os fazendeiros foram citados em 11% dos casos. Neste caso, o problema está relacionado ao fechamento dos canais que ligam o rio São Francisco às suas lagoas marginais. As lagoas marginais são importantes para a reprodução, pois na época das chuvas, a enchente do rio leva os alevinos do rio para as lagoas. Durante o tempo em que permanecem nessas lagoas, os alevinos se alimentam e se desenvolvem.

Os fazendeiros fecharam os canais das lagoas que são os criatórios dos peixes. Toda lagoa tem um sangrador que sai do rio e vai para as lagoas, mas a maioria dos fazendeiros aterraram todos esses sangradores. A água hoje não entre mais na lagoa.(pescador de 53 anos de Ibiaí)

Sobre o conhecimento ou não do projeto de transposição do rio São Francisco, 61% dos pescadores conheciam o projeto. O percentual menor foi em Três Marias onde 60% dos entrevistados não conheciam. Os pescadores ficaram divididos ao dizer se a transposição afetaria ou não o rio. Do total (n=31), 32% acham que afetaria, enquanto 29% acham que não. No primeiro caso, eles acham que a transposição principalmente diminuirá o nível do rio, podendo acabar com os peixes. Alguns acham também que esse projeto somente beneficiará os grandes produtores, deixando os pequenos, considerados os mais necessitados, de lado. No segundo caso, eles acham que somente afetará as regiões próximas a transposição, podendo diminuir o nível do rio nesses locais.

A transposição vai atingir muito o pescador, porque esta transposição só vai favorecer os grandes empresários. Não vai ajudar o pescador ou o pequeno ribeirinho. Para o pescador vai ser ruim, porque eles vão abrir o canal lá e o volume de água no rio vai diminuir. Não vai ser a transposição e sim a destruição do rio São Francisco.(pescador de 66 anos de Barra do Guaiçú)

Eu já ouvi falar da transposição, eles querem desviar água lá para o Nordeste. Para nós aqui em cima não vai afetar nada. Só lá para baixo. Talvez vai diminuir um pouco o nível da água.(pescador de 43 anos de Beira Rio)

Para muitos pescadores a condição do rio está, em relação ao passado, muito pior. Esta opinião é compartilhada por 84% dos entrevistados. Os problemas mais citados foram: (1) a diminuição no número de peixes, (2) a diminuição do nível do rio, (3) a poluição proveniente das indústrias e dos esgotos da cidade, e (4) o assoreamento provocado pelos desmatamentos.

Modificou muito a condição do rio. Por exemplo, a pescaria que eu faço agora à noite, antigamente a gente pegava 50 quilos de peixe. Hoje a gente não pega mais isso, dá 20, 25 quilos, entendeu? Então, mudou muito, o peixe diminuiu muito. A melhor época para pescar é a piracema, mas é proibido pescar.(pescador de 46 anos de Pirapora)

Hoje a água do rio está muito poluída. Você coloca um anzol, toda hora tem que ficar limpando aquilo. Hoje está cheio de esgoto, lodo. O rio está completamente poluído. Antes não existia isso no rio. Eu acredito que a maior poluição do rio São Francisco é o rio das Velhas, porque o rio das Velhas vem recebendo muito esgoto,

muita poluição dessas grandes cidades, dessas grandes indústrias. Porque para cima do rio das Velhas ele não está sujo como está aqui, e o lugar que está morrendo mais peixe é no rio das Velhas.(pescador de 53 anos de Ibiaí)

Piorou foi bastante. Quando eu comecei a pescar, qualquer coisa que você colocasse no rio, você pegava peixe. Hoje para você achar um ponto para você falar ‘eu vou pescar aqui que parece que o ponto está bonito, tem peixe’, não tem. Tanto que o peixe para a gente nem valor tinha, de tanto que era farto. Hoje não, você tem que dar um duro danado para você arrumar um peixinho.(pescador de 45 anos de Barra do Guaicuí)

Sobre o que deveria ser feito para melhorar as condições do rio, 21% acham que deveria se impedir a contaminação por resíduos, 18% acham que deveria aumentar a fiscalização por parte do governo e órgãos ligados à pesca e 15% crêem ser importante realizar a revitalização do rio. Outros 6% declaram a necessidade do reflorestamento, como é o caso desse pescador de Ibiaí:

Eu acredito que se reflorestar pelo menos uns 50 metros do barranco do rio, eu já nem falo mais 100 metros, pelo menos uns 50 metros já estaria bom, porque no lugar em que tem mata, não desce terra.(pescador de 53 anos de Ibiaí)

TABELA 4.7: Sugestões para a melhoria das condições do rio

<i>Categoria</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
Impedir a contaminação por resíduos	7	21
Aumentar a fiscalização	6	18
Revitalização	5	15
Reflorestar	2	6
Abrir as lagoas marginais	2	6
Não há nada que pode ser feito	1	3
Não sabe	1	3
Não se aplica	1	3
Sem resposta	8	24
Total	33	100

Muitos dos pescadores entrevistados (58%) acham que a atividade do pescador artesanal é inofensiva e não causa prejuízos ao rio ou aos peixes.

Só a pesca eu acho que não. Quem somos nós para prejudicar a pesca? Por mais que seja pescado, nunca. Ao meu ver, nunca.(pescador de 61 anos de Buritizeiro)

Já 29% acham que a pesca pode sim, prejudicar de alguma forma o rio ou os peixes. Do que foi citado, temos: a pesca com malha pequena que captura o peixe abaixo da tabela, a pesca com instrumentos que são proibidos e a poluição do rio por parte do próprio pescador.

Se ela [a pesca] não tiver limite, pode [ser predatória]. O cara começa a pegar peixinho aí de cem gramas, quinhentos gramas, meio quilo. Se ele achar de um quilo, ele pega, se ele achar de cinquenta, ele pega. Então, há uns anos atrás o próprio pescador profissional, se ele pegasse um douradinho, o dourado dá doze quilos, quinze quilos, se ele pegasse um dourado com cinquenta centímetros, ele soltava. Hoje a maioria não solta mais. Ah, se eu soltar esse eu não vou pegar outro. O próprio pescador vai destruindo. Na época da piracema que eu acho que é uma época em que ninguém podia pescar, porque é a época em que todo peixe está reproduzindo. Você pega um peixe com dois quilos de ova na barriga, quantos mil peixes não daria ali. Então, o próprio pescador vai destruindo a sua fonte de renda.(pescador de 53 anos de Ibiaí)

Eu acho assim, que cada pescador sabe da sua situação, vamos supor, eu tenho a minha situação, o outro pescador tem a situação dele, eu vou pescar com o material que é liberado, não estou pegando peixe. Agora tem o material que eles proibiram e que dá o peixe, eu tenho que usar ele de qualquer jeito, não tem para onde correr. E todos os pescadores fazem isso, se falar que não faz é mentiroso. Porque o pescador está sempre necessitado, o que ele ganha é só para comer.(pescador de 53 anos de Ibiaí)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho não é apresentar afirmações conclusivas, ao contrário, é gerar indícios que podem auxiliar na caracterização local das comunidades e responder a determinados efeitos na organização social da pesca, como também no manejo dos recursos.

O pescador é um mediador da natureza e a apropriação desta é expressa no processo do conhecimento e do trabalho: *O processo de trabalho exige um aprendizado prévio, o homem necessita aprender a natureza a fim de poder apreendê-la. Quando aprende, apreende; quando apreende, aprende* (SANTOS, 1997:182).

A abordagem teórica sobre o manejo de recursos naturais deve ser feita de forma interdisciplinar, onde as interações socioambientais devem ser contempladas. Nesse sentido, além das características ecológicas do recurso, a análise dos sistemas de manejo deve incorporar as dimensões sociais e políticas, variáveis essas que influenciam no uso do espaço e na apropriação do recurso (SALDANHA, 2005).

Nas comunidades pesquisadas do Alto-Médio São Francisco, a maioria das técnicas de manejo são adaptadas para o local e para o período anual considerado. Como foi afirmado por Diegues (1983), o conhecimento do comportamento das espécies implica o uso de técnicas de captura adaptadas às condições variantes. Assim, para cada nicho ecológico e mesmo para cada espécie aí existente há necessidade de instrumento diferente. As condições naturais muitas vezes são tão diferenciadas que eliminam a possibilidade de uma exploração em larga escala, através de uma forma de organização empresarial-capitalista. É aí que entra o pequeno pescador, utilizando a mão-de-obra familiar com uma grande experiência de nichos ecológicos precisos, onde os apetrechos de captura através de longos anos se adaptaram àquela pesca. Existe, então, uma simetria entre o conhecimento acumulado e o instrumento de trabalho que, em geral, é de sua propriedade (ou familiar).

Existem variedades de tipos de redes, tarrafas e anzóis, sendo cada um deles voltado para uma determinada modalidade de pescaria. Essa modalidade é influenciada pela época reprodutiva do cardume, pelas condições ambientais e pela organização

social adotada pelo pescador. Essas variações nas técnicas pesqueiras não puderam ser detalhadas pelo curto período e o alto alcance dos territórios estudados, configurando num conjunto de resultados gerais e restritos. Assim, todas as técnicas de manejo descritas serviram para reforçar o que já foi descrito por THÉ (2003).

Em todas as comunidades, a força de trabalho estava atrelada às forças produtivas da natureza, o que pode explicar o motivo da maioria dos pescadores não terem nem locais, nem horários de pesca fixos. Gutelman (1974, p. 20) retoma a mesma idéia ao afirmar que, nas formas de organização social em que o nível das forças produtivas é baixo, a produção é determinada pelas forças produtivas da natureza e pelo conhecimento (*savoir-faire*) que o produtor tem desses processos.

A transmissão do Conhecimento Ecológico Local tem a sua importância na relação entre pais e filhos. O filho, acompanhando o pai durante a pescaria, aprende a partir deste as primeiras técnicas de manejo e também a observar as condições ambientais que influenciam a produção pesqueira. Entretanto, o número de filhos que se interessam pela profissão do pai está muito baixo, bem como também os pais que querem que os filhos sejam pescadores. Há casos de famílias de até cinco filhos em que nenhum deles é pescador. O conhecimento está sendo, geralmente, passado aos filhos, mas esses estão preferindo outros tipos de ocupações à pescaria. A Educação Formal Escolar está sendo mais valorizada, as famílias dão maior importância ao estudo e aos benefícios que esse pode trazer futuramente. Assim, os conhecimentos ditos “tradicionais” podem estar sendo paulatinamente perdidos por gerações que vêm a pesca como última opção de ocupação frente aos problemas do desemprego.

O rio representa para os pescadores um espaço masculino e indivisível. Assim como ocorre com pescadores do mar, Paulilo (2003), os pescados são de quem os pegar primeiro. “O comportamento é o da coleta: se eu não me apropriar do que encontro, outro o fará, o que leva a uma lógica de dilapidação. Atrelada a esta concepção de masculinidade, está a delimitação social do espaço feminino. Às mulheres cabem as margens do rio e os barcos atracados, de onde pescam de linhada. O lar – com o cuidado da casa e dos filhos – é também sinônimo de um espaço.

Os recursos pesqueiros aparentemente não se mostraram dispersos homogeneamente por toda a área, portanto, segundo Diegues (1983), muitas comunidades tratam neste caso, de proteger as áreas férteis contra a invasão de intrusos. Isso, entretanto, não foi descrito por praticamente nenhum dos pescadores. A única

forma de regra é observada no caso de Buritizeiro em que se instaura o regime de propriedade comum. Entretanto, por essa pesquisa estar focada no estudo unicamente dos pescadores artesanais profissionais, nenhuma menção mais será feita à região e aos pescadores clandestinos da cachoeira de Buritizeiro.

Seguindo o conceito de compadrio descrito por Cordell (1982), o acesso limitado aos recursos pesqueiros pode ser garantido a um morador de fora da comunidade, ao procurar um “compadre” entre os habitantes locais. Por não haver aparentemente um controle do acesso aos recursos pesqueiros por parte dos pescadores profissionais, fica inválida, portanto, a existência do sistema de compadrio nas regiões do Alto-Médio São Francisco estudadas.

A importância do parentesco somente é evidenciada a alguns indivíduos, principalmente em famílias em que a pesca sempre se mostrou presente e estimulada não só pelos pais, mas também por tios e irmãos. Entretanto, para a maioria dos entrevistados, o parentesco não é uma relação diferenciadora, que possa prevalecer na organização social da pesca, e sim, um dos últimos recursos à obtenção de um companheiro de pesca. O motivo provável desta preferência está na razão que muitos parentes se aproveitam perniciosamente da confiança que geralmente está associada nas relações entre aparentados, procurando obter, assim, vantagens – “contar vantagem” – na partilha dos lucros.

Assim, a ausência de relações de parentesco ativo na região é um indicio importante de atenção, pois esta reforça ainda mais a possível descaracterização do conhecimento das técnicas de uso dos meios produtivos que podem estar ocorrendo nos últimos tempos nas regiões estudadas do São Francisco.

Boa parte da produção *in natura* (número de peixes) é dividida entre os companheiros de pesca. Meillassoux (1960) afirma que quando a atividade humana se baseia na extração desses objetos de trabalho, cuja produção é de imediato disponível ao fim de cada processo de trabalho, a divisão desses produtos entre os participantes é a forma mais normal de remuneração do trabalho. Aí talvez resida uma explicação possível de por que na pequena pesca o sistema de remuneração por partes da produção *in natura* seja tão freqüente.

Em Beira Rio, a partilha dos lucros em partes desiguais, talvez seja o indício do começo de um sobretrabalho na região. Segundo Diegues (1983), à medida que o capital

técnico (equipamentos de pesca e navegação) se torna cada vez mais poderoso e o acesso à sua propriedade mais limitado, surge a possibilidade histórica de o seu proprietário se apropriar do sobretrabalho dos outros pescadores. A atividade pesqueira ingressa então, naquele estágio descrito por Marx (–) em que as condições naturais passam a ser consideradas como instrumento de trabalho, não mais como objeto de trabalho; o pescado se transforma em mercadoria, em matéria-prima para o processamento industrial. Na produção capitalista, a natureza torna-se algo externo ao homem, algo que pode ser transformado em objeto de troca. A natureza deixa de ser reconhecida como um poder em si mesma e passa a ser uma utilidade para o homem.

À medida que o peixe se transforma numa mercadoria, a percepção dos recursos se modifica. Instala-se o comportamento de rapina, segundo Diegues (1983); os recursos são vistos como limitados, e o sucesso da pescaria depende da pressa com que se processa a captura. Impossibilitados de proteger suas áreas tradicionais de pesca, já invadidas, os pescadores locais lançar-se-ão também na pesca predatória. Houve indícios, apontados pelos próprios pescadores, que a baixa produção, conduzia a um comportamento pernicioso ao ambiente: a pesca predatória. Apesar da observação de relatos de pesca predatória, ainda seria necessário um levantamento de dados sobre produção pesqueira e estoque de peixes, além de outras possíveis causas da depleção dos recursos naturais, colocadas pelos próprios pescadores como barramento do rio e das lagoas marginais, poluição, desmatamento da mata ciliar, entre outros, para se avaliar se a falta de cooperação e a relação com os recursos naturais como mercadorias tem proporcionado um comportamento predatório dos pescadores artesanais e conseqüentemente a sobreexploração dos estoques pesqueiros nesta região.

A partir dos relatos dos pescadores profissionais artesanais, o excedente de produção parece ser muito pequeno e algumas vezes até inexistente. Como afirma Diegues (1983), quando o homem vive na dependência dos ciclos naturais, todo o seu tempo útil deve ser utilizado para a produção dos meios de subsistência para si e sua família, havendo pouca possibilidade de formação de um excedente. Isso reflete uma produtividade muito baixa. Segundo Marx (–), sem um certo grau de produtividade do trabalho ou de desenvolvimento das forças produtivas não há excedente de produção, o nível de divisão do trabalho será baixo e como conseqüência não há diferenciação social. A esse nível técnico e de produtividade social a solidariedade de grupo é uma condição indispensável para a sobrevivência física do mesmo. Entretanto, segundo os

entrevistados, a cooperação entre os integrantes da classe pescadora é baixa, adotada por uma postura de indiferença. Isso pode afetar consideravelmente a sobrevivência deste grupo e pôr em risco a sustentação do meio ambiente. Uma classe desunida de pescadores torna-se dotada de uma fragilidade, que impede a busca consciente por objetivos comuns na tentativa de resolução dos principais problemas que afligem a pesca e o dia-a-dia do pescador.

Concluindo, podemos então apontar como constatações primordiais do estudo: (1) Possível descaracterização dos conhecimentos tradicionais, (2) Ausência de um regime de controle sobre os meios de produção, (3) Falta de cooperação entre os membros da classe pescadora e (4) Possível sobretrabalho iniciado em alguns locais da região.

Defende-se a idéia de que o manejo dos recursos pesqueiros só será bem-sucedido e eficaz se for compartilhado por todos os atores sociais direta e indiretamente envolvidos na pesca, e não apenas os pescadores, consumidores e comerciantes de peixes. O trabalho aponta a educação socioambiental como a estratégia mais importante e talvez único caminho para a real sustentabilidade da pesca e, por conseguinte, dos recursos pesqueiros amazônicos (SANTOS, 2005).

Portanto, para seja possível alcançar um manejo mais consciente – tanto no manejo propriamente dito, ligado às técnicas de pesca, como também na organização social desta – é necessário ainda mais trabalho na região para se que possa efetivar com maior plenitude os conceitos e idéias aos pescadores sobre a organização e liderança, principalmente, no último caso, uma liderança que não seja exclusiva a poucos indivíduos, mas que um número ainda maior de pescadores possam ser líderes reguladores de suas próprias ações.

Conforme indica Cardoso (2001), a atividade pesqueira, enquanto modalidade de uso dos espaços, interage com outros processos como o da sobrepesca, da degradação ambiental, da urbanização, da industrialização e da expansão turística. Frente a todos esses processos, os pescadores defrontam-se com um amplo campo de embate no qual é posto em jogo seus espaços de vida, seus territórios e seus lugares. Nesse sentido, a articulação dos pescadores artesanais em torno do fortalecimento de sua categoria é fundamental para que, aos poucos, se institua uma nova política pesqueira onde haja o espaço para participação efetiva e o reconhecimento da capacidade desse grupo de gerir seus espaços pesqueiros.

Assim, antes de tudo, é preciso “pescar-as-dores” dessa classe que certamente jamais deve ser excluída das decisões que ainda, infelizmente, se encontram centralizadas ao Estado, principalmente aos órgãos fiscalizadores. Neste entrave, cabe ainda ao pescador a luta e a oportunidade de entender os seus direitos e se organizar para que estes sejam, mesmo que não em sua totalidade, pelo menos parcialmente respeitados.

6. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Mauro; CUNHA, Manuela. C. da. Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia Brasileira. In: PROGRAMA NACIONAL DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA, 1999, Macapá. *Textos para Subsídios ao GT povos indígenas e populações tradicionais*.

ANDERSON, R. & WADEL, C. 1972. Ed. Hunt and deceive; information management in Newfound Deep-Sea Trawler Fishing. In: – & – . North Atlantic fishermen. Toronto, memorial university of Newfoundland.

BEGOSSI, A. 1993. Ecologia Humana: um enfoque das relações homem-ambiente. *Interciência*, 18(3): 121-132.

BEGOSSI, A. 1995. Aspectos da economia ecológica: modelos cognitivos, manejo comum e aplicações. I Seminário de Economia do Meio Ambiente da Unicamp, 21-23 de novembro de 1995.

BEGOSSI, A. 1996. Abordagens Sociobiológicas, etnobiológicas e aplicações para a conservação. Trabalho apresentado no XX Encontro da ANPOCS, Caxambu. Agosto, 1996. Nupaub, Unicamp

BERKES, F. 1985. Fishermen and the “tragedy of commons”. *Environmental Conservation*, 12 (3): 199-206.

BERKES, F. 1989. *Common Property Resources*, Belhaven Press, Londres.

BERKES, F. et al. The benefits of the commons. *Nature*, v.340, n.13, p. 91-93, 1989.

BERKES, F. FOLKE, C. E GADGIL, M. 1993. Traditional ecological knowledge, biodiversity, resilience and sustainability. Beijer Discussion Paper. Series 31, The Beijer Insitute of Ecological Economics, Estocolmo.

BERKES, F. E FOLKE, C. 1998. Linking social and ecological systems for resilience and sustainability. Em: Linking social and ecological systems. Ed. Berkes, F. e Folke, C. Cambridge University Press, USA, pp. 1-27.

BERKES, F. 1999. Context of Traditional Ecological Knowledge. IN Sacred Ecology: Traditional Ecological Knowledge and Resource Management. Fikret Berkes. Taylor and Francis, Philadelphia. Pp. 4-15.

BROMLEY, D.; CERNEA, M. The management of Common property Natural resources: some operational fallacies. 1989. *apud* GOLDMAN, Michael. Inventando os Comuns: Teorias e Práticas do profissional em Bens Comuns, 1998. In: DIEGUES, Antonio. C.; MOREIRA, André. C. (Orgs). *Espaço e Recursos Naturais de Uso Comum*. Tradução André de Castro C. Moreira. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 43-76.

CÂNDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 34. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1964.

CARDOSO, Eduardo. S. *Pescadores artesanais: Natureza, Território, Movimento Social*. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CLAVAL, P. Campo e Perspectivas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto, L.; ROSENDAHL, Zeny. *Geografia Cultural: um século*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002. p. 133-196.

CORDELL, J. 1982. Locally managed sea territories in Brazilian coastal fishing.. Roma, FAO. In: DIEGUES, A.C. 2001. Repensando e recriando as formas de

apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. Ed. Diegues, A.C. e Moreira, A. NUPAUB/LASTROP, SP, pp. 97-124.

DIEGUES, A.C. 1983. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática. (Ensaio: 94).

DIEGUES, Antonio. C.; ARRUDA, Rinaldo. S.V. (Orgs). Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1990.

DIEGUES, Antonio Carlos & ARRUDA, Rinaldo. S.V. (Orgs) Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica. Brasília: Ministério do meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

FEENY, David.; BERKES, Fikret.; McCAY, Bonnie.; ACHESON, James M. A tragédia dos Comuns. 1990. In: DIEGUES, Antonio. C.; MOREIRA, André C. (Orgs). *Espaço e Recursos Naturais de Uso Comum*. Tradução André de Castro Moreira. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p.17-42.

FURLAN, Sueli. A. *Lugar e Cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental* (situação do Parque estadual na Ilha de São Sebastião – SP). Dissertação (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GODELIER, M. Racionalidade e Irracionalidade na Economia. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, [19 –]. *apud* LIMA, K. Pescadores de Itaipu - *A pescaria da tainha e a produção ritual da identidade social*. 1978. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de pós Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Niterói, 1978.

GOMÉZ-POMPA, A.; KAUS, Andréas. Domesticando o Mito Moderno da Natureza Selvagem, 1992. In: DIEGUES, Antonio. C. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 126-147.

GRANT, S. 2002. Managing small-scale fisheries in the Caribbean: PhD Proposal. Submitted to Natural Resources Institute, University of Manitoba, July 19, 2002.

GUTELMAN, M. 1974. Structures et reformes agraires. Paris, Petite Collection Maspero.

HAMILTON, W.D. 1964. The genetical evolution of social behavior, I, II J.H.Hunt (ed)., Selected readings in sociobiology, McGraw-Hill, New York (1980)

HARDIN, G. 1968. The tragedy of the commons. Science, 162: 12443-1248.

HOUAISS, A. e VILLAR, M. S. 2001. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa/ Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar, elaborado no instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva.

KAPLAN, H., HILL, K., HAWKES, K. E HURTADO, M. 1985. Fitness, foraging and food sharing among the Aché. Symposium Risk and Uncertainty: ecological and economic perspectives, Seattle, 21-24, Novembro, 1995.

LEONEL, M. A morte social dos rios. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LEWONTIN, R. 1984. La diversidad humana. Prensas científicas, Barcelona.

MARX, K. In: Diegues, A.C. 1983. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática (Ensaio: 94), pg. 94.

MALDONADO, S. C. Botes e tripulações de iguais: ideário e instrumentos de trabalho na pesca marítima. João Pessoa. No prelo, [19 –].

MALDONADO, Simone. C. Mestres e Mares – espaço e Indivisão na pesca marítima. São Paulo: Annablume, 1993.

MCCAY, B.M. E ACHESON, J.M. 1987. The question of the commons. University of Arizona Press, Tucson.

MEILLASSOUX, C. 1960 Essay d'interpretation du phénomène économique dans les sociétés traditionnelles et d'auto-subsistance. Cahiers d'Études Africains. Paris.

MELLO, L.G., 1995. Antropologia cultural: Iniciação, teoria e temas. Petrópolis, Vozes, 6ª edição.

MONTENEGRO, S. C. 2002. A conexão homem-camarão (*Macrobrachium carcinus* e *M. Acanthurus*) no baixo São-Francisco alagoano: uma abordagem etnoecológica. Tese de doutorado. PPG-ERN/USFCar, SP.

MORAN, E. F. A Ecologia Humana das Populações da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1990.

MORIN, E. 1980. O método: A vida da vida. Ed. Europa-América, SP.

OSTROM, Elionor. Governing the Commons. The evolution of Institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Rules, Games, and Common-pool Resources. The University of Michigan Press, Ann Arbor, 1994.

OSTROM, Elionor.; McKEAN, Margaret. A. Regime de Propriedade Comum em florestas somente uma relíquia do passado?, 1995. In: DIEGUES, Antonio, C.; MOREIRA, André. C. (Orgs). *Espaço e Recursos Naturais de Uso Comum*. Tradução André de Castro C. Moreira. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001 p. 79-96.

PAULILO, M. I.; SCHIMIDT, W. Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

POSEY, D.A., 1987. Introdução à Etnobiologia: teoria e prática. In: Ribeiro, D. Sum. Etnol. Bras., V.1, Etnobiologia. Petrópolis: Vozes.

POSEY, D. A. Etnobiologia: teoria e prática. In. BERTA, Ribeiro. (Coord). *Suma Etnológica Brasileira*. 2.ed., Petrópolis:FINEP/VOZES, 1987.

RAMALHO, Cristiano. W. N. *Ah, “esse povo do mar!” Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*. 2002. Dissertação (Mestrado em sociologia) - Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SALDANHA, I. R. R. 2005. Espaços, recursos e conhecimento tradicional dos pescadores de manjuba (*Anchoviella lepidentostole*) em Iguape – SP. Dissertação de mestrado, Procam/USP, SP.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, G. M. dos and SANTOS, A. C. M. dos. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. *Estud. av.*, Aug. 2005, vol.19, no.54, p.165-182.

STEBBINS, R.A., 1987. Fitting in: the researcher as learner and participant. *Qual. and Quant.*, 21: 103-108.

THÉ, A.P.G. 2003. Conhecimento ecológico, regras de uso e manejo local dos recursos naturais na pesca do Alto-Médio São Francisco, MG. Dissertação de doutorado, PPG-ERN/UFSCar, SP.

TOLEDO, V.M., 1991. *El juego de la supervivencia: Un manual para la investigacion etnoecologica en Latinoamerica*. Berkeley, California, 84p.

TRIVERS, R. 1971. The evolution of reciprocal altruism. A.L.Caplan (ed.), The sociobiology debate, pp. 213-226. Harper e Row, New York (1978).

VALENCIO, N. F. L. S. *et al.* A precarização do trabalho no território das águas: limitações atuais ao exercício da pesca profissional no alto-médio São Francisco. In: GODINHO, H. P. & GODINHO, A. L. Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais. Belo Horizonte, PUC Minas, 2003.

VIERTLER, R. B. 2002. Métodos Antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia. . Em “Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas”. Ed. Amorozo, M.C. M, Ming, L.C., Silva, S.P. pp 11-29.

WILSON, E.O. 1978. Da natureza humana, Edusp, SP.

Relatório Final de Pesquisa IDRC

ANEXO 2.4

A Gestão Participativa e os Conflitos das Comunidades
Pesqueiras Tradicionais com os Demais Usuários dos Recursos
Naturais no Alto-Médio São Francisco – Minas Gerais

Autora: **Fernanda Cristina dos Santos Tibério**

(Ciências Biológicas – Universidade Federal de São Carlos)

Orientadora: **Profª Drª Ana Paula Glinfskoi Thé**

Colaboradores: Alline Braga Silva, Marcos Tadeu Geraldo,
Solânia Horti Néri, Profª. Dra. Maria Inês Rauter Mancuso e
Prof. Dr. Nivaldo Nordi.

– Dezembro de 2005 –

SUMÁRIO

<u>1. Introdução</u>	<u>159</u>
<u>2. Objetivos e Justificativas</u>	<u>161</u>
<u>3. Metodologia</u>	<u>163</u>
<u>3.1. Descrição das visitas a campo</u>	<u>163</u>
<u>3.2. Obtenção de dados</u>	<u>165</u>
<u>3.3. Dados Iniciais</u>	<u>166</u>
<u>4. Resultados</u>	<u>169</u>
<u>4.1. A visão do pescador profissional sobre a situação da pesca e do próprio rio: seus conhecimentos e inquietações</u>	<u>170</u>
<u>4.2. O uso das águas e sua relação com os problemas do rio</u>	<u>174</u>
<u>4.3. As relações entre os diversos atores que participam do cotidiano do pescador profissional</u>	<u>182</u>
<u>5. Considerações Finais</u>	<u>194</u>
<u>6. Referências Bibliográficas</u>	<u>196</u>

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Pescadores profissionais entrevistados e informações

importantes sobre eles_____	167
Tabela 1. A situação atual do rio_____	170
Tabela 2. A situação do rio no passado_____	172
Tabela 3. Fatores que causaram mudanças no rio São Francisco, segundo opinião dos pescadores profissionais_____	173
Tabela 4. Como a Hidrelétrica de Três Marias prejudica o rio_____	175
Tabela 5. Acredita que as indústrias da região são poluidoras do rio?_____	177
Tabela 6. Identificam mesma quantidade de peixes próximo dessas indústrias?_____	178
Tabela 7. Como as cidades influenciam o rio_____	179
Tabela 8. Como as atividades dos fazendeiros interferem no rio _____	180
Tabela 9. Como a atividade do fazendeiro atrapalha o pescador _____	181
Tabela 10. Acontece drenagem ou barragem das lagoas marginais?_____	181
Tabela 11. Quantidade de turistas que vêm para o Rio São Francisco, segundo os pescadores _____	183
Tabela 12. Tipos de materiais que os amadores usam para pescar, segundo os profissionais _____	184
Tabela 13. O profissional acredita que os amadores tomam seu espaço no rio? _____	185
Tabela 14. Quanto à ocorrência de confronto direto entre pescadores profissionais e amadores – segundo profissionais _____	186
Tabela 15. Como o profissional acha que deve ser resolvido esse tipo de conflito ____	187
Tabela 16. Como o profissional reconhece o pescador clandestino _____	190
Tabela 17. Como os profissionais acreditam ser prejudicados pelos clandestinos ____	191
Tabela 18. Sobre a influência do pescador clandestino na quantidade de peixe, segundo os pescadores profissionais_____	192

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.*** Barragem da Hidrelétrica de Três Marias, Três Marias – MG_____ 174
- Figura 2.*** Companhia Mineira de Metais, Três Marias – MG_____.177
- Figura 3.*** Barco com areia retirada do leito do rio, Pirapora – MG_____.180
- Figura 4.*** Barcos particulares em um clube de pesca amadora na cidade de Ibiaí____.183
- Figura 5.*** Pescadores clandestinos nas corredeiras de Buritizeiro – MG _____.188

1. Introdução

A pesca profissional, praticada em bases artesanais, é uma das atividades mais tradicionais de trabalho no rio São Francisco. Milhares de famílias ribeirinhas mantêm, atreladas a essa ocupação, suas possibilidades mais significativas de reprodução material e sócio-cultural (Valêncio, 2004).

Os pescadores artesanais realizam suas atividades segundo uma íntima relação com seu meio natural. O saber desses atores da vida no rio se revela no grande conhecimento a respeito do comportamento dos peixes, do próprio rio e de seus ciclos naturais.

Esse Conhecimento Ecológico Tradicional (CET), como o da comunidade de pescadores artesanais, tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores e muitos têm apontado como causa de insucesso no manejo de recursos naturais, a desconsideração do CET na discussão da gestão desses recursos. Segundo Diegues (2001), a etnociência, estudando diferentes práticas e o contexto em que os recursos são acessados pelas populações locais, tem contribuído para o manejo e a conservação dos ecossistemas. O enfoque etnoecológico, por seu caráter integrador, permite o resgate e a valorização da diversidade cultural, inclusive as várias formas de conhecimento e manejo dos recursos naturais (Montenegro, 2002).

Muitos estudos têm dado exemplos de como o CET pode contribuir para o manejo dos recursos naturais ou para o conhecimento científico sobre ecologia, biologia e meio ambiente. O estudo de caso descrito por Freeman (1992) mostra como o conhecimento dos Inuits contribuiu para avaliar a população de baleias no norte do Canadá, sendo considerado na elaboração de um plano de manejo para a região.

Nesse contexto, o conhecimento ecológico tradicional (CET), em parceria com o conhecimento científico disponibilizado por pesquisadores, apresenta-se como uma “arma” essencial ao combate à depredação do ambiente e a uma nova gestão dos recursos hídricos e pesqueiros, podendo ser atribuída às comunidades tradicionais a qualidade de sujeitos da preservação (FARIA, 2002).

O CET, segundo Berkes (1998), pode ser composto por quatro níveis inter-relacionados: o primeiro, um conhecimento local sobre os componentes bióticos e abióticos de um determinado ambiente; o segundo, um sistema de manejo dos recursos que usa conhecimento ambiental e ecológico local e também inclui um conjunto

apropriado de instrumentos, técnicas e práticas; o terceiro, uma organização da comunidade que possibilita a coordenação, cooperação e divisão de tarefas para promover a integridade social e uma clara definição de papéis dentro do grupo e, quarto e último, a visão de mundo, a qual inclui não somente percepção ambiental, mas também religião, ética e mais generalizadamente, um sistema de crenças.

Considera-se mais apropriado para este estudo o uso da terminologia Conhecimento Ecológico Local (CEL) em substituição a Conhecimento Ecológico Tradicional (CET), uma vez que não se pode afirmar que as comunidades de pescadores estudadas apresentam continuidade histórica no modo de uso dos recursos. Neste contexto, o CEL será aqui tratado sempre como sinônimo de conhecimento etnoecológico.

O estudo deste conhecimento e das práticas locais realizadas pelas comunidades ribeirinhas do rio São Francisco é fundamental para a avaliação da participação das mesmas nos processos de discussão e negociação do manejo dos recursos naturais entre a comunidade, os outros usuários dos recursos pesqueiros e o Estado (Thé, 2003).

É preciso considerar também que a interação do pescador com rio não se dá de maneira isolada na sociedade. Há concorrência de inúmeros fatores que vão diminuindo a capacidade de reprodução e sobrevivência dos peixes e, ao mesmo tempo, minando a capacidade de reprodução social da pesca. Há o domínio concentracionista da terra, que ocorre muitas vezes com a apropriação privada das lagoas marginais e o desvio de águas fluviais, colaborando para a redução do estoques pesqueiros no curso principal do rio. A carga de efluentes de origem industrial e doméstica, inclusive pela ampliação no número de estabelecimentos turísticos, compromete a qualidade da água. Há ainda um aumento significativo de pescadores amadores, isolados ou em clubes de pesca, que, ao capturarem com a finalidade de recreação, acabam prejudicando os pescadores profissionais – cortando suas redes, roubando seus peixes, e desdenhando de sua carência e luta. E por fim, há a barragem de trechos do rio para fins de produção de energia elétrica, o que transforma o ambiente, tornando as características ambientais desfavoráveis às espécies nativas (Valêncio, 2004).

Há de se ressaltar que essa população faz uso de equipamentos de pesca bastante rústicos, devido à tradição e também à sua impossibilidade econômica para obter equipamentos mais sofisticados. Esse fator limita mais ainda a resistência da pesca artesanal frente a todas essas ameaças trazidas pelo outros usuários.

Além disso, a produção pesqueira atual do São Francisco é menor do que a passada (Godinho et al., 1997) e tem mostrado sinais que continua em declínio. Prova disso, é o rendimento da pesca do barco da Colônia de Pescadores Z1 de Pirapora (MG) que no ano de 1987 era de 11,7 kg.pescador-1.dia-1 (Godinho et al., 1997) e, pouco mais de uma década depois, em 1999, estava reduzido a 3,1 kg.pescador-1.dia-1 (Fundep, 2000; Godinho et al., 2001). A redução não foi apenas na quantidade, mas também na qualidade. Enquanto em 1987, o surubim, o peixe mais nobre para a pesca da bacia, representava 86,3% do pescado (Godinho et al., 1997), em 1999 sua participação na produção estava reduzida a 26,6% (Fundep, 2000; Godinho et al., 2001) (Godinho, 2004).

O desequilíbrio no ambiente de pesca promovido por outras atividades, tais como desmatamentos e poluição dos rios, pode provocar a intensa perda de valorização do trabalho do pescador, além de diminuir suas chances de sobrevivência, devido à diminuição da renda de toda essa classe. As barragens ao longo do curso do rio e a emissão de efluentes tanto por indústrias como pelos centros urbanos também revelam grande impacto sobre o ambiente.

No caso específico das comunidades estudadas, a relação com outros usuários dos recursos hídricos e pesqueiros, como, por exemplo, pescadores clandestinos, pescadores amadores e fazendeiros, pode tornar mais difícil o manejo e a conservação de tais recursos, e gerar conflitos na implantação da gestão participativa, apoiada pelo projeto de pesquisa e extensão “Rumo a Co-Gestão da Pesca no Vale do São Francisco” - IARA/UFSCar.

Portanto, o entendimento de tais relações e conflitos pode trazer contribuições efetivas para a organização social dos pescadores artesanais e à conservação ecológica da região.

2. Objetivos e Justificativas

Além da necessidade da organização dos pescadores artesanais para a garantia de sua representatividade (enfoque dado pelo projeto IDRC-IARA/UFSCar), o conhecimento e a prática que possuem acerca dos recursos e ambiente necessitam ser incorporados de forma eqüitativa durante o desenvolvimento da gestão participativa. Caso contrário, os acordos entre comunidades pesqueiras e Estado poderão ficar fragilizados, assim como a efetividade das novas regras de manejo para a sustentabilidade da atividade da pesca e da conservação dos recursos pesqueiros (Thé, 2002).

Os pescadores artesanais profissionais convivem diariamente com outros usuários dos recursos ou com os efeitos destes no rio e na sua pesca. A grande quantidade de pescadores clandestinos, a presença de pescadores amadores atraídos pela pesca esportiva, as atividades de fazendeiros da região, o lançamento de efluentes de origem doméstica e industrial e, ainda, a barragem das águas do rio para a produção de energia são fatores que podem influenciar na capacidade de gestão dos recursos do rio. Assim, entender as relações que se estabelecem entre esses constantes usuários e o pescador artesanal profissional pode contribuir para a conservação ecológica, para a organização social dos pescadores artesanais e para a efetiva implementação da gestão participativa da pesca, apoiada pelo projeto “Rumo a Co-Gestão da Pesca no Vale do Alto-Médio São Francisco”. Considerando tal fato, foram traçados os seguintes objetivos:

- Verificar a compreensão dos pescadores artesanais sobre o manejo local dos recursos hídricos e pesqueiros por outros usuários, como pescadores clandestinos, pescadores amadores, fazendeiros, indústrias, centros urbanos;
- Compreender as relações dos pescadores com outros usuários dos recursos e as condições de origem destas relações, possíveis geradoras de conflitos;
- Decodificar as práticas e o conhecimento ecológico locais que contribuem ou impedem as resoluções para estes conflitos;
- Verificar a compreensão dos pescadores sobre a contribuição ou não do projeto de pesquisa e extensão UFSCar/IARA na sensibilização dos pescadores artesanais e dos outros usuários do rio para o manejo participativo comum.

3. Metodologia

A pesquisa foi realizada no trecho compreendido pelo Alto-Médio São Francisco, mais especificamente em comunidades do trecho que vai de Três Marias a Pirapora, a partir de entrevistas e observações em campo com pescadores artesanais e outros grupos sociais a eles relacionados. Foram considerados quatro diferentes grupos sociais: os pescadores profissionais, os pescadores clandestinos, os pescadores amadores e os fazendeiros da região. Apenas com o último grupo não foram realizadas entrevistas. Porém tal fato não demonstra ser prejudicial, uma vez que o enfoque principal deste estudo se refere à compreensão da visão do pescador artesanal profissional sobre seu ambiente.

As informações que permitem construir um quadro dessas relações segundo o pescador profissional do Alto-Médio São Francisco foram obtidas a partir de depoimentos ou relatos orais e a partir do acompanhamento de atividades realizadas ao longo do projeto “Rumo a Co-Gestão da Pesca no Vale do Rio São Francisco”. Foram utilizadas entrevistas com 26 pescadores profissionais, com dois grupos de pescadores clandestinos – um com 4 e o outro com cerca de 10 pescadores – e com 2 representantes de pesca amadora. Todas as entrevistas foram realizadas no período compreendido entre julho e agosto de 2005.

As entrevistas com os pescadores profissionais compuseram uma tabela de dados, a partir da categorização das respostas em classes para cada questão. Os relatos dos representantes de outros grupos foram analisados como instrumentos para corroborar ou contrapor as observações realizadas com os pescadores profissionais.

As entrevistas com os pescadores profissionais, além de abranger temas em torno dos diversos usuários dos recursos, ainda vislumbravam os problemas enfrentados pelos profissionais da pesca com a degradação do rio.

Também foram utilizadas imagens obtidas durante o trabalho de campo para compor e ilustrar este estudo.

3.1. Descrição das visitas a campo

A coleta de depoimentos e a participação nas atividades foram feitas em um grupo de quatro pesquisadores, coordenados pelas professoras Ana Paula Glinfskoi

Thé e Maria Inês Rauter Mancuso. Cada pesquisador delineava diferenças em seus roteiros de entrevistas segundo o enfoque de suas pesquisas.

Foram realizadas três visitas a campo, compreendidas entre maio e novembro de 2005.

Na primeira visita, em maio, foram realizadas observações quanto ao ambiente que cerca a atividade de pesca dos pescadores profissionais. Houve conversas informais, sobre sua atividade e seu conhecimento do rio, como forma de traçar aspectos relevantes ao estudo. A visita durou uma semana e foi possível acompanhar grande parte das atividades da “II Oficina de Repórteres Comunitários”. Essas atividades representaram uma boa oportunidade para começar a conhecer os participantes e, em particular, os pescadores. Um roteiro prévio de entrevista foi realizado com alguns pescadores da Colônia Z-01 de Pirapora, com intuito de testar os temas abordados e a forma com que deveriam ser tratados.

Nessa mesma semana, o grupo visitou a comunidade de Barra do Pacuí e acompanhou uma reunião no Núcleo de Base de Pescadores de Ponto Chique – Ibiaí.

A segunda visita a campo, por sua vez, se estendeu por um mês, de julho a agosto. Durante esse período foram realizadas entrevistas abertas semi-estruturadas com:

- 26 pescadores profissionais de Ibiaí, Barra do Guaicuí (Várzea da Palma), Pirapora, Buritizeiro, Três Marias e Beira Rio (São Gonçalo do Abaeté);
- Dois grupos de pescadores clandestinos na cachoeira da cidade de Buritizeiro;
- Dois pescadores amadores na cidade de Ibiaí;
- Entrevistas abertas com diversos grupos de pescadores.

O grupo de pesquisadores participou ainda de atividades da “Oficina de Capacitação e Interlocução de Lideranças”.

A terceira visita a campo se deu para o acompanhamento e registro das atividades da “Oficina para Implementar o Grupo de Trabalho da Pesca – GTPesca no Vale do rio São Francisco – MG”.

Essa última visita trouxe a oportunidade de ouvir dos próprios pescadores suas conquistas, dificuldades e perspectivas quanto ao trabalho realizado durante a reunião

de encerramento de atividades e de avaliação do projeto “Rumo a Co-Gestão da Pesca do Vale do Rio São Francisco – MG”.

De um modo geral, o acompanhamento das oficinas ofereceu momentos muito importantes, uma vez que, nesses encontros foi possível registrar a visão dos pescadores em um ambiente diferente daqueles em que se deram as entrevistas.

3.2. Obtenção de dados

A escolha dos entrevistados não se deu de forma aleatória, uma vez que a técnica para obtenção dos entrevistados ocorreu pelo método de indicação, técnica conhecida como “bola de neve”. Começando sempre por algum pescador conhecido na primeira visita ou por pescador encontrado em seu próprio domicílio através de listas de presença das atividades do projeto “Rumo a Co-Gestão da Pesca no Vale do rio São Francisco”, cada pescador indicava o próximo entrevistado.

Os métodos empregados para a coleta de dados foram entrevistas livres não organizadas, entrevistas organizadas e observação participante. A entrevista livre não-organizada é aquela em que se estabelece um diálogo livre entre pesquisador e informante. Ela pode conter tópicos previamente fixados, mas sem um controle maior pelo pesquisador sobre o andamento da entrevista, permitindo a maior amplitude de respostas possível ao entrevistado, evitando-se a indução daquelas esperadas ou desejadas pelo pesquisador. A entrevista organizada é aquela na qual há um plano preciso de perguntas formuladas de antemão, visando canalizar o diálogo para as questões a serem investigadas (MELLO, 1995, VIERTLER, 2002).

Um roteiro de entrevista, contendo todos os temas levantados para a pesquisa, foi utilizado com todos os pescadores profissionais entrevistados. As entrevistas eram realizadas de forma a construir “conversas informais”, para que o entrevistado se sentisse o mais confortável possível ao emitir suas opiniões. Essa técnica permitiu ainda dar liberdade para que os entrevistados falassem sobre temas que, apesar de não inseridos no roteiro de entrevista, eram relevantes para o indivíduo e sua comunidade. Foi utilizado um gravador pequeno sempre que o entrevistado autorizava.

As entrevistas com os pescadores artesanais profissionais foram transcritas e as respostas referentes a cada tema abordado foram classificadas em categorias. Utilizando essa técnica foi possível obter uma tabela de dados quantificados que permitem originar gráficos e relações estatísticas que elucidam mais claramente os resultados.

3.3. *Dados Iniciais*

No Quadro 1 apresentam-se os pescadores artesanais profissionais entrevistados para esta pesquisa , tal como sua idade, escolaridade, localidade, tempo de pesca e outros dados importantes.

Não foi possível apresentar todos os dados do quadro devido ao fato de que em algumas entrevistas algumas perguntas objetivas deixaram de ser feitas. No entanto, acredita-se que a ausência dessas informações não afeta o objetivo central da pesquisa, uma vez que as entrevistas realizadas visam delinear as reações entre os grupos de pescadores e o impacto da degradação ambiental.

Quadro 1 – Pescadores profissionais entrevistados e informações importantes sobre eles.

Nº	Nome ou Apelido	Idade	Escolaridade	Localidade	Tempo de Pesca	Outros dados
1	Seu João	67	4ª série	Pirapora	Desde a infância	
2	Lourenço			Pirapora	Desde menino	
3	Seu Teté	48		Pirapora	Cerca de 30 anos	Ex-membro da diretoria da Z-1
4	Thaís	21	Ens. Médio	Pirapora	1 ano	Secretária da Colônia Z-1
5	Gilberto	36	Ens Superior (Ed. Física)	Ibiaí	Desde os 8 anos	Membro da diretoria da Z-20 e professor
6	Aureclides	38		Ibiaí	30 anos	
7	Miguel	35		Ibiaí	Sempre pescou	Também é guia de <i>rafting</i>
8	Manelinho	27	Ens. Fundamental	Pirapora	Desde os 13 anos	Membro da diretoria da Z-1
9	José Afonso	40	3ª série	Buritizeiro	Desde os 17 anos	
10	José Ferreira	59		Buritizeiro	2 anos	Trabalhava na roça e não vivia da pesca
11	Seu Babau	61	4ª série	Buritizeiro	Sempre pescou	Ex-presidente da Z-1. Não pesca mais
12	Beatriz	37	5ª série	Ibiaí	8 anos	
13	Seu Osmar	61		Barra do Guaicuí		
14	Janete	23		Barra do Guaicuí	Desde criança	
15	Seu Manuel	58		Barra do Guaicuí	6 anos	
16	Antônio	37	4ª série	Três Marias	14 anos	
17	Biguá	23	Ens. Médio	Três Marias	Desde menino	Também é guia turístico de pesca
18	Junio	21	Ens. Médio	Três Marias		Desistiu da pesca /conseguiu emprego
19	Franquinho	34	5ª série	Três Marias		
20	José Alves	52	3ª série	Três Marias	35 anos	Aposentado há 8 anos
21	Seu Alcino	44	4ª série	Três Marias		
22	Jairo	28	Ens. Médio	Três Marias	Desde menino	Também é guia turístico de pesca
23	José Ailton	42	3ª série	Beira Rio	Desde 1979	Vendedor em barraca de peixe
24	Norberto			Beira Rio	Desde menino	Aluga barcos para turismo
25	Seu Zé de Nós			Ibiaí (Ilha)	Desde menino	
26	Ivá	57		Buritizeiro		

Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

Em Pirapora foram entrevistados 5 pescadores, em Buritizeiro 4, em Ibiaí 5, em Barra do Guaiçuí 3, em Três Marias 7 e em Beira Rio 2. A idade dos entrevistados variou de 21 anos até 67, constituindo uma média geral de 41 anos.

Dos 26 entrevistados, 16 declararam terem iniciado a atividade de pesca na infância ou adolescência, apenas 5 pescam a menos de 15 anos e quanto aos restantes não se apresenta esse dado.

Além de serem profissionais da pesca, outras atividades foram declaradas por 8 dos pescadores entrevistados, tal como guia turístico para pesca, aluguel de barcos, venda em barraca de peixe, membro de diretoria de colônia, etc.

4. Resultados

A pesca profissional de práticas artesanais, tida como uma das profissões mais antigas no Rio São Francisco, é também uma atividade que está sendo perigosamente ameaçada pela progressiva degradação do ambiente, que gera uma grande pressão sobre a atividade pesqueira.

Camargo (1998) em seu trabalho sobre a sociobiologia da pesca no rio São Francisco em Minas Gerais encontrou uma renda mensal dos pescadores comerciais e chefes de família de R\$ 500,00 em Três Marias e apenas R\$ 100,00 em Pirapora. No entanto, o profissional da pesca no Alto-Médio São Francisco, que é muitas vezes visto como um depredador do rio, ainda sofre com o declínio da produção da pesca, identificado pelos próprios pescadores, surge como resultado das agressões que o ambiente vêm sofrendo.

Segundo relatório produzido por Valêncio (2001) sobre os pescadores do Alto-Médio São Francisco, 50% das famílias possuem renda familiar per capita de até meio salário mínimo e apenas 19% têm renda per capita de 1 salário mínimo ou mais. Em relação à escolaridade, 28% dos pescadores nunca freqüentaram escola e 65% têm somente até 4 anos de escolaridade. Apenas 9% dos pescadores têm escolaridade acima do antigo primário.

Mas antes de tudo é preciso considerar que o rio não se define apenas pelas águas que correm por todo o Vale, mas por todos os personagens que mantêm relações direta ou indiretamente com ele. Todas as relações que se passam através do rio também compõem esse cenário múltiplo e ao mesmo tempo frágil. Essa multiplicidade se reflete no grande valor cultural que tem o rio São Francisco para as comunidades que com ele desenvolveram intrincada relação. Além disso, o grande rio nacional encanta e atrai inúmeros visitantes para toda a sua região. Parte dessa singularidade é também constatada pelos inúmeros estudos feitos sobre o rio, seus peixes e sua gente como os de Thé (2003), Godinho (2000), Valêncio (2001) e Camargo (1998). A fragilidade desse cenário envolve justamente todos os componentes que fazem parte do rio – ou por ele são atraídos. – uma vez que de todos eles depende o manejo de seus recursos.

Para melhor análise e compreensão dos temas abordados é conveniente dividi-los sob três eixos principais:

- O do saber que os pescadores profissionais têm sobre a situação da pesca e do rio;
- O das possíveis relações entre o uso da água e os problemas identificados pelos pescadores;
- O das relações que se desenrolam entre os profissionais e os outros usuários do rio e seus recursos: os pescadores amadores, os pescadores clandestinos e os proprietários de terras da região;

4.1. A visão do pescador profissional sobre a situação da pesca e do próprio rio: seus conhecimentos e inquietações

4.1.1. A situação atual do rio

O rio está bom e ao mesmo tempo não está, porque essa época está muito fracassada. Em época de chuva não tem água suficiente para o rio encher. Tem poluição. Seca e poluição acabam com o peixe [...] Peixe no rio tem, porque eles não acabam tudo, mas a dificuldade é grande para o pescador. A malha da rede tem que ser na bitola e todo o material é caro: barco, tarrafa e rede. Pra pegar o peixe é outra dificuldade porque o peixe não é muito. (Pescador profissional de Pirapora)

Diversos fatores foram identificados pelos pescadores artesanais profissionais durante as entrevistas, como mostrado na seguinte tabela:

Tabela 1. A situação atual do rio

Categoria	Frequência	Porcentagem (%)
Faltam cheias	9	26,5
Falta peixe	7	20,6
Há muita poluição	5	14,7
Há grande assoreamento	5	14,7
Há muita morte de peixe	4	11,8
Há muito pescador	2	5,9
Não há nada / está normal	1	2,9
Sem resposta	1	2,9
Total	34	100

Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005

Os fatores mais recorrentes foram a falta de cheias (26,5 % das respostas obtidas) e a falta de peixes (20,6 % das respostas obtidas).

De fato, esses dois fatores estão intimamente ligados no São Francisco. Segundo os próprios pescadores, sem as cheias, a reprodução dos peixes é comprometida, uma vez que as águas não inundam as lagoas marginais, tidas como “berçário dos peixes”. Na época das cheias, o rio, chegando até o nível das lagoas, “solta o peixe grande” e “deixa o pequeno que se cria na lagoa”.

Se não tem cheia, o rio não entra na lagoa e aí não tira o peixe.

(Pescador profissional de Pirapora)

Alguns dos entrevistados ainda sugeriram métodos para repovoar o rio com os peixes da lagoa nos anos em que não acontecem cheias.

Uma coisa que o IBAMA e o IEF deveriam fazer, nos anos que não for banhada, era fazer a coleta de peixes das lagoas e jogar no rio.
(Pescador profissional de Ibiaí)

Uma sugestão bastante interessante foi emitida por um dos entrevistados que propunha a contratação dos próprios pescadores para realizar esse repovoamento do rio com os peixes das lagoas. Segundo ele, na época de defeso, essa prática serviria até mesmo como uma complementação de renda.

É marcante que apenas um dos entrevistados declarou estar satisfeito com o rio, sendo que os outros 33 tinham ao menos uma reclamação sobre ele.

A queixa quanto ao assoreamento, que aparece em 14,7 % das respostas, foi notadamente mais freqüente entre os pescadores da região de Pirapora, onde o rio é mais largo e raso. Já a queixa sobre a poluição do rio, também 14,7 %, foi mais intensa na região de Três Marias.

A preocupação com a morte de peixes foi bastante recorrente em todas as comunidades, devido à mortandade de peixes que vinha ocorrendo no trecho estudado desde o final do ano de 2004.

4.1.2. Como identificam o rio no passado

Os pescadores mais antigos recordam de um rio muito piscoso e com grandes cheias, principalmente na região de Pirapora. Os mais novos contam o que ouviram dos pais, tios e avós pescadores.

Tabela 2. A situação do rio no passado

Categoria	Frequência	Porcentagem (%)
A quantidade de peixes era maior	13	38,2
As enchentes eram maiores e mais freqüentes	9	26,5
Não havia poluição	4	11,8
O assoreamento era menor	3	8,8
Não havia diferença / Não mudou	1	2,9
O comércio do peixe era melhor	1	2,9
Sem resposta	3	8,8
Total	34	100

Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

As duas maiores recordações do rio para os pescadores também estão relacionadas às enchentes e à quantidade de peixes. Observou-se que 26,5 % das respostas obtidas são de entrevistados que lembram de um rio em que as cheias eram regulares. E 38,2 % recordam-se de conseguirem maior quantidade de pescado. Muitos contaram histórias, principalmente os pescadores mais velhos, sobre a quantidade inimaginável de pescado que conseguiam obter em poucas horas de trabalho.

Mais uma vez, a preocupação com a poluição foi bastante ressaltada na região de Três Marias. No total de entrevistados, 11,8 % das respostas remetiam a um rio com águas menos poluídas.

4.1.3. As razões de tantas mudanças ao longo do tempo

Segundo a literatura científica, a queda da produção pesqueira pode estar associada às ações antrópicas e naturais. Entre as causas antrópicas que têm sido citadas para o caso do rio São Francisco estão o desmatamento das margens e o assoreamento do leito do rio, derivados do avanço da fronteira agrícola da região, associada ao uso de técnicas de cultivo inadequadas; a poluição, relacionada à elevada descarga de esgotos domésticos e industriais diretamente no São Francisco ou em seus afluentes, como no caso do rio das Velhas; ao barramento do rio, que modificou o regime hidrológico e a qualidade físico-química da água, além de bloquear as migrações dos peixes; e à sobrepesca no caso aqui indicada pelo possível aumento do número de pescadores devido ao aumento do desemprego nos municípios da região, ocorrido nos últimos anos (Godinho, 2000).

Em relação às ações naturais, a principal causa discutida tem sido o clima, mais especificamente a ausência de cheias de maior intensidade no rio ao longo da década de 90, o que está afetando o ciclo hidrológico do rio, impedindo o recebimento de água pelas lagoas marginais, os principais berçários dos peixes de importância comercial do rio São Francisco (Godinho, 2000).

Os pescadores artesanais da região não apresentam dificuldade em identificar esse todos esses fatores. E é importante notar que os fatores causadores das alterações identificadas pelos entrevistados, tal como as próprias mudanças, resultam da lida diária no rio, que delineia todo um conjunto de saberes específicos sobre seu ambiente. Esses fatores foram organizados na tabela abaixo:

Tabela 3. Fatores que causaram mudanças no rio São Francisco, segundo opinião dos pescadores profissionais

Categoria	Frequência	Porcentagem (%)
A poluição	13	41,9
O grande desmatamento	6	19,4
A barragem de Três Marias	5	16,1
O fato de haverem mais pescadores	3	9,7
A falta chuva	1	3,2
A pesca predatória	1	3,2
Não sabe	1	3,2
Sem resposta	1	3,2
Total	31	100

Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

Do conjunto de 31 respostas, 41,9 % apresentam o aumento de poluição como a maior mudança no rio São Francisco ao longo do tempo. O grande desmatamento das matas ciliares apareceu em 19,4 % das respostas e a barragem das águas pela Hidrelétrica de Três Marias em 16,1 %.

Na literatura e mesmo sobre o conhecimento ecológico na região sabe-se que o ciclo de cheias no rio é fundamental para a reposição dos estoques. Quando não há um evento de poluição/mortandade de peixe ocorrendo, como o que se passou em 2005, o barramento das águas parece ser mais importante para a mudança do rio.

4.2. O uso das águas e sua relação com os problemas do rio

4.2.1. A Hidrelétrica de Três Marias

Do Pontal do Abaeté para cá não acontece a desova. Hidrelétrica é a melhor coisa do mundo, mas para você gerar energia elétrica você causa um impacto ambiental tão grande que ele é pior do que desmatamento, poluição, é o pior de todos. Quando você barra o rio você alterou parte dele, porque você acabou com as lagoas marginais. Aí começam a surgir várias espécies de peixe. Surge e desaparece espécie. Se elas (lagoas) não recebem água, o rio fica pobre de peixe. É você tem baixa temperatura, porque a água sai no fundo, cerca de 50, 60 m de profundidade. Então ela sai com baixa temperatura, com pH, com acidez tudo ruim. E o peixe só desova numa temperatura superior a 27 graus, a não ser na piscicultura, porque os hormônios são forçados. E você pode medir a água da barragem, não passa de 220, qualquer época do ano. E outra coisa, o peixe só desova em água suja, porque a ova tem que se perder no meio daquela água, para o predador não achar. (Pescador profissional de Beira Rio)

Figura 1. Barragem da Hidrelétrica de Três Marias, Três Marias – MG.



Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

A represa de Três Marias foi construída para a regularização do rio, aumento do tirante d'água para navegação, controle de cheias, obras de irrigação, aumento da

potência da usina de Paulo Afonso e produção de energia (Britski *et al.*, 1988). A regularização ou aumento da produção pesqueira não é, até então, considerada.

Fica bastante claro que a preocupação dos pescadores com a regularização das cheias é realmente lógica e fortemente embasada pelo conhecimento científico. Segundo Godinho (2001), entre as possíveis causas da drástica redução recente da produção pesqueira, a falta de cheias de maior intensidade – que caracteriza a hidrologia do São Francisco, a partir de 1992 – surge como um dos fatores mais prováveis.

Sabe-se, também, que quanto maior for a intensidade da cheia, maior deverá ser o aumento na produção pesqueira. Os estudos de Welcomme (1976), Welcomme & Hagborg (1977) e Petrere (1983) indicam que a produção pesqueira de um rio está diretamente relacionada ao tamanho das suas várzeas. E, por isso, espera-se que quanto maior a área alagada das várzeas pela cheia induzida, maior será o benefício para a pesca, decorrente de um provável incremento da sobrevivência da prole e do recrutamento.

As duas últimas maiores cheias naturais no São Francisco, as de 1979 – bastante lembrada pelos pescadores mais antigos – e 1992, são notórias pelo aumento da pesca que se sucedeu, como mostra estudo de Godinho (2001).

No entanto, outras preocupações relacionadas à barragem foram citadas pelos pescadores além da ausência de cheias (22,6% das respostas). Quando diretamente questionados sobre os possíveis efeitos da Represa de Três Marias sobre a pesca, outras preocupações vieram à tona, como mostrado no quadro abaixo:

Tabela 4. Como a Hidrelétrica de Três Marias prejudica o rio.

Categoria	Frequência	Porcentagem (%)
Impede a subida do peixe (ausência de escada para peixe)	13	41,9
Impede a ocorrência das cheias	7	22,6
Provoca a variação do nível da água do rio ao longo do dia	4	12,9
Mata peixe	4	12,9
Não prejudica pois gera energia elétrica	1	3,2
Sem resposta	2	6,5
<i>Total</i>	31	100

Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

A ausência de escadas de peixe para subida das espécies de piracema (41,9 % das respostas), e a variação do nível de água ao longo do dia a jusante da barragem (12,9 % das respostas), também foram mencionados.

De fato, estudos de Godinho *et al* (2003) indicam que a vazão do rio nas corredeiras de Buritizeiro é regularizada pela represa de Três Marias que apresenta: flutuações diárias, em virtude do aumento da geração nos momentos de pico, com flutuações sazonais da ordem de 50%, em razão do aumento da água turbinada durante o período da seca para a regularização do rio, e: flutuações esporádicas, devido ao vertimento de água para atender demandas eventuais. Além dessas, as vazões nas corredeiras também sofrem influência dos tributários de montante, particularmente do rio Abaeté, cuja foz dista cerca de 100 km.

Hoje em dia o rio não pára... e aí o peixe não anda. Se de manhã o rio está enchendo, à tarde ele está vazando. Deveria ter um acordo com a Hidrelétrica pra manter o nível do rio. (Pescador profissional de Pirapora)

Essa é a única represa do Brasil todo que não tem uma escada para o peixe subir. Aí como é que o peixe vai produzir? (Pescador profissional de Três Marias)

Em contraposição a isso, um pescador mais antigo da região afirma que mesmo que tivesse escada de peixe, as espécies de piracema não se reproduziriam a montante da barragem devido à diferença de temperatura da água a montante e a jusante.

O peixe que sobe o rio procura um lugar mais quente para desovar, mesmo aqui no pé da barragem a água já é mais fria, porque vem do fundo da represa. Os peixes que se pega aqui, na época de piracema, estão todos com as ovas perdidas. (Pescador profissional de Beira Rio)

Em Três Marias e Beira Rio, os entrevistados mostraram preocupação também quanto à alta mortandade de peixes sempre que ocorre a limpeza das turbinas de energia. E em alguns depoimentos, acusavam a fiscalização de ser mais dura com o pescador e desconsiderar fatos como a mortandade de peixe, por exemplo.

A fiscalização veio, passou por cima dos peixes mortos (no pé da barragem) e veio fiscalizar os pescadores. A mortandade de peixes eles não fiscalizam! (Pescador profissional de Três Marias)

4.2.2. As Indústrias

A mortandade de peixes – principalmente surubins – que se iniciou no final do ano de 2004 gerou grande preocupação aos pescadores. Essa preocupação dos pescadores com a poluição no rio São Francisco – apontada pela *Tabela 3* – remete bastante à atividade das indústrias da região. Observou-se que 46,2 % dos entrevistados acreditam que as indústrias contribuem decisivamente para a poluição do rio e, conseqüentemente, para a recorrente mortandade de peixes no São Francisco.

Tabela 5. Acredita que as indústrias da região são poluidoras do rio?

Categoria	Frequência	Porcentagem (%)
Sim	12	46,2
Não	7	26,9
Não sabe	3	11,5
Sem resposta	4	15,4
<i>Total</i>	26	100

Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

Costuma todo anos acontecer duas ou três vezes morte de peixe aqui. Geralmente acontece mais na época de chuva, porque quantidade de água lava o veneno e joga no rio (Pescador profissional de Três Marias , sobre a barragem de contenção dos rejeitos da CMM)

Figura 2. Companhia Mineira de Metais, Três Marias – MG.



Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

A Companhia Mineira de Metais (CMM), do Grupo Votorantin, é apontada pelos pescadores como causadora principal da mortandade de peixes, além da morte durante a limpeza das turbinas da Hidrelétrica de Três Marias. Esse fato, corroborado por sua própria vivência, é ainda mais forte entre os pescadores das cidades de Três Marias e Beira Rio, que dizem enfrentar freqüentemente essa realidade. Ocorrência marcante é que todos os entrevistados em Três Marias e Beira Rio acreditavam que as indústrias da região prejudicam o rio através de poluentes tóxicos o que demonstra sua insatisfação com esses acontecimentos tão freqüentes no rio.

Tabela 6. Identificam mesma quantidade de peixes próximo dessas indústrias?

Categoria	Frequência	Porcentagem (%)
Sim	11	42,3
Não	11	42,3
Sem resposta	4	15,4
<i>Total</i>	26	100

Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

Tal como os pescadores das localidades de Três Marias e Beira Rio, que vivenciam a atividade de indústrias como a CMM, há também aqueles de Pirapora e localidades menores que não podem identificar essa situação já que não convivem com indústrias desse porte, ou com eventos diretos de mortandade de peixes. Dessa forma, os dados da tabela 6 não possibilitam concluir se a mencionada influência dessas indústrias na qualidade da água do São Francisco é capaz de provocar alterações locais. Observa-se que, de todas as respostas obtidas, 42,3 % indicam que há a influência local na quantidade de peixes no rio, porém, outros 42,3 % indicam que essa influência local não ocorre.

4.2.3. Os Centros Urbanos

A influência dos centros urbanos na qualidade da água do rio se mostra menos recorrente na fala espontânea dos entrevistados. Porém, quando questionados diretamente sobre essa possível influência, a grande maioria dos entrevistados indicou que as cidades também são poluidoras do rio. Essa influência foi identificada sob duas formas: 44,4 % das respostas mencionavam o esgoto das cidades que eram lançados no

rio, enquanto outros 33,3 % faziam referência a poluição causada diretamente pelos próprios habitantes, que lançavam lixo no rio.

Tabela 7. Como as cidades influenciam o rio

Categorias	Frequência	Porcentagem (%)
Com o lançamento de esgoto no rio	12	44,4
Com o lixo jogado pelas pessoas no rio	9	33,3
Não prejudicam	1	3,7
Sem resposta	5	18,5
Total	27	100

Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

Muitas vezes, esse desrespeito com o rio, por causa do descarte de lixo em suas águas era remetido aos turistas da região.

Eles (pescadores amadores) jogam lata de cerveja no rio, jogam papel no rio, não trazem nenhum benefício pra região! Só atrapalham!(Pescador profissional de Ibiaí)

4.2.4. Os fazendeiros e suas propriedades

As atividades que se dão nas propriedades de terra que circundam o rio, interferindo em suas águas, influencia também a atividade do pescador. Essa relação se mostra presente no conhecimento do pescador. Sobre a influência da atividade nas fazendas e seu resultado no rio, 28,6 % das respostas indicam não haver influência, enquanto que 60,7 % das respostas indicam o contrário. No geral, a atividade mais citada como prejudicial ao rio foi o desmatamento das matas ciliares, que provoca o deslizamento de terras para dentro do rio, o que gera, uma maior largura da calha do rio e o acúmulo de terra / areia no leito do rio. Essa foi uma queixa que se repetiu em todas as comunidades estudadas.

Eles (fazendeiros) têm desmatado muito a beirada dos rios e córregos. Estão avançando muito na beirada do rio, construindo casas na beirada do rio. Isso vai matando os afluentes e até mesmo a terra do alto cai no rio e acaba entupindo o rio, assoreando mesmo.(Pescador profissional de Três Marias)

O rio... a minha grande esperança do rio São Francisco é que venha realmente a acontecer aquilo que a gente está ouvindo no rádio, esse trabalho de recuperação do rio e das mata ciliar. Isso aí tem que ser feito o mais rápido possível, porque nós estamos correndo o risco de a areia tomar o lugar da água [...] Você vai navegar no rio aí, você tem

que sair embora dos bancos de areia... tem banco de areia pra tudo quanto é lado aí. E a causa disso é o que? É o grande desmatamento, a falta de respeito com as beiras de rio... se o governo não tomar uma posição seriíssima nós vamos ficar sem o rio São Francisco. Antes de cinquenta anos já não tem mais rio.(Pescador profissional de Ibiaí)

Tabela 8. Como as atividades dos fazendeiros interferem no rio

Categoria	Frequência	Porcentagem
Não interferem	8	28,6
Com o desmatamento (que gera assoreamento)	6	21,4
Com a poluição do rio	5	17,9
Com a barragem das lagoas marginais	3	10,7
Com a retirada de água do rio	2	7,1
Não sabe	1	3,6
Sem resposta	3	10,7
Total	28	100

Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

Outro fator polêmico é a poluição do rio (17,9 %) devido ao uso de agrotóxicos. Os pescadores acreditam que com a chuva e o alagamento das lavouras durante a época de cheias, o agrotóxico aplicado nas plantações passa para o rio, podendo provocar até mesmo morte de peixes.

Figura 3. Barco com areia retirada do leito do rio, Pirapora – MG.



Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

Já em relação ao prejuízo direto à atividade do pescador, outras declarações aparecem (Tabela 9):

Tabela 9. Como a atividade do fazendeiro atrapalha o pescador

Categoria	Frequência	Porcentagem (%)
Com a proibição de pesca na lagoa marginal	15	48,4
Com a proibição para aportar na margem	8	25,8
Com a proibição de passagem pelas terras para chegar ao rio	1	3,2
Não há	1	3,2
Sem resposta	6	19,4
Total	31	100

Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

Foi possível observar que 48,4 % das respostas obtidas sobre o tema fazem referência à proibição de pesca nas lagoas marginais. 25,8 % das respostas incluíam queixas sobre o domínio indevido do fazendeiro sobre a margem do rio, não permitindo que os pescadores montem suas barracas para passar a noite ou simplesmente aportem seus barcos.

Tem fazendeiro que acha que porque comprou a terra então comprou a água também!(Pescador profissional de Três Marias)

Outro ponto muito recorrente foi a reclamação quanto a barragem das lagoas marginais. De acordo com o que apontam muitos pescadores, as lagoas marginais do São Francisco têm tido suas águas barradas pelos fazendeiros para diversos fins. A manutenção da água nas lagoas serviria para dar de beber ao gado, para segurar os peixes ou mesmo para adubar melhor a terra para o plantio.

Tabela 10. Acontece drenagem ou barragem das lagoas marginais?

Categoria	Frequência	Porcentagem (%)
Sim	11	42,3
Não	4	15,4
Não sabe	7	26,9
Sem resposta	4	15,4
Total	26	100

Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

Muitos fazem isso, fazem para que os pescadores não vão lá pescar. Ou então para manter o volume de água para ser usado na irrigação [...] Isso prejudica porque nas cheias, o peixe vai pra dentro da lagoa e tem que ter o volume de água suficiente para ele crescer. Mas quando fosse no período de cheia de novo, aquilo deveria ser livre pro peixe voltar. (Pescador profissional de Pirapora)

4.3. As relações entre os diversos atores que participam do cotidiano do pescador profissional

Os estudos de Valêncio (2004) indicam que acontece, na região, o domínio concentracionista da terra, que ocorre muitas vezes com a apropriação privada das lagoas marginais e o desvio de águas fluviais, colaborando para a redução do estoques pesqueiros no curso principal do rio. A carga de efluentes de origem industrial e doméstica, inclusive pela ampliação no número de estabelecimentos turísticos, compromete a qualidade da água. Há ainda um aumento significativo de pescadores amadores, isolados ou em clubes de pesca, que, ao capturar com a finalidade de recreação, acabam prejudicando os pescadores profissionais – cortando suas redes, roubando seus peixes, e desdenhando de sua carência e luta.

De fato, os pescadores como personagens constantes no cotidiano do rio, identificam diversos conflitos em relação a pescadores amadores, pescadores clandestinos e fazendeiros da região. E, compreender essas relações pode ser de grande valia, uma vez que, no caso específico das comunidades estudadas, a relação com outros usuários dos recursos hídricos e pesqueiros pode tornar mais difícil o manejo e a conservação de tais recursos, e gerar conflitos na implantação da gestão participativa, apoiada pelo projeto de pesquisa e extensão “Rumo a Co-Gestão da Pesca no Vale do São Francisco” - IARA/UFSCar.

4.3.1. Os pescadores amadores

Os pescadores profissionais do São Francisco deparam-se, em virtude da expansão do turismo de lazer, com a ampliação da ameaça ao seu exercício profissional. Querendo dominar os principais pontos de pesca, onde atuam os pescadores profissionais, os pescadores amadores (muitos dos quais turistas) clamam pela retirada dos primeiros. Alegam preocupações ambientais: a pesca artesanal, segundo os amadores, estaria sendo predatória e ameaçadora à vida do rio. Enquanto criticam as

técnicas utilizadas pelos pescadores profissionais para a captura de peixes, ampliam-se, entre os amadores, as condições técnicas de fazer exercício similar de predação, seja a partir do esforço individual ou coletivo dessa categoria. (Felix, 2003).

Figura 4. Barcos particulares em um clube de pesca amadora na cidade de Ibiaí.



Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

A grande maioria dos pescadores entrevistados, 76,9 %, reconhece que a região atrai muitos turistas. Apenas 7,7 % dos entrevistados não partilhavam da mesma opinião

Tabela 11. Quantidade de turistas que vêm para o Rio São Francisco, segundo os pescadores

Categoria	Frequência	Porcentagem (%)
Muitos	20	76,9
Poucos	2	7,7
Não tem	1	3,8
Não sabe	3	11,5
Total	26	100

Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

Notadamente em Ibiaí, o turismo para a pesca parece ser bastante intenso. Dentro e fora da área urbana da cidade é possível encontrar diversos clubes de pesca. Em Três Marias e Beira Rio, a presença dos turistas se torna um problema uma vez que,

em diversos trechos as margens do rio estão tomadas por pousadas e casas de férias – cada uma com seu pequeno porto devidamente cercado.

Em alguns casos, é possível observar cercas que avançam até mesmo dentro do rio, o que causa revolta de muitos pescadores.

A maioria que tem rancho aqui não admite pescar na frente do rancho deles. Até porque todo mundo que tem rancho, geralmente tem uma ‘ceva’ e faz uma melhora no porto. (Pescador profissional de Três Marias)

Durante as entrevistas, muitas vezes, esses e outros conflitos com pescadores amadores foram bastante frisados.

Uma das práticas geradoras de conflito é o uso inadequado de material de pesca pelos pescadores amadores. Quanto a isso, 39,3 % dos entrevistados afirmaram que os pescadores amadores fazem uso de diversos materiais de pesca e em alguns casos usavam até mesmo o mesmo tipo de material permitido apenas para os pescadores profissionais.

Tabela 12. Tipos de materiais que os amadores usam para pescar, segundo os profissionais

Categoria	Frequência	Porcentagem (%)
Usam apenas anzol (molinete)	13	46,4
Usam de tudo	11	39,3
Sem resposta	3	14,3
<i>Total</i>	26	100

Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

O pescador amador é um desportista. Ele vem para lazer e se diverte ali porque ele gosta daquela pescaria. Agora, tem os amadores também que são depredadores. Eles ficam aí, eles querem fazer a mesma coisa que o profissional. Eles pescam, eles abusam do rio [...] Não só tive discussões com eles como já vi eles fazerem coisas com outros colegas meus... cortar material, roubar material, tirar peixe do material armado no rio. Isso, até mesmo por não conhecer os pontos de pesca dos profissionais. (Pescador profissional de Buritizeiro)

Esse mesmo pescador afirma que por possuírem equipamentos mais modernos, os amadores pescam em poucos dias uma boa quantidade de peixes e, com isso, tem visto casos em que os amadores percebiam que podiam “fazer dinheiro” com o pescado e até mesmo amenizar os gastos da viagem.

Tem aquele (pescador amador) que vem com a intenção de descansar a cabeça, mas também pegar peixe pra salvar a viagem. E isso sempre acontece! Eles pescam mais é dourado e fora daqui eles vendem muito caro! Tem aqueles também que pescam com tarrafa e rede. Alguns até já têm o material, mas têm alguns que pedem para o pescador (profissional) arranjar o material.(Pescador profissional de Beira Rio)

Quando questionados se os pescadores amadores tomavam seu espaço no rio, apenas 34,6% disseram que sim enquanto 61,5 % afirmaram que não.

Tabela 13. O profissional acredita que os amadores tomam seu espaço no rio?

Categoria	Frequência	Porcentagem (%)
Sim	9	34,6
Não	16	61,5
Sem resposta	1	3,8
<i>Total</i>	26	100

Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

No entanto, essa questão levou a outras declarações de conflito no rio entre esses pescadores.

Só atrapalham. Eles vêm e querem ser os donos do rio!(Pescador profissional de Três Marias)

Muitos pescam um dia sim, um dia não. Fazem é vadiar, mexer no material dos outros, costumam apanhar anzol e essas coisas. Porque geralmente eles não são daqui né, então eles acabam mesmo é fazendo sacanagem! (Pescador profissional de Barra do Guaicuí)

Os pescadores profissionais foram questionados também sobre a vivência de confronto direto com os amadores no rio:

Tabela 14. Quanto à ocorrência de confronto direto entre pescadores profissionais e amadores – segundo profissionais

Categoria	Frequência	Porcentagem (%)
Os amadores passam com o barco por cima das redes no rio	9	32,1
Os amadores dizem que o profissional está acabando com o peixe do rio	8	28,6
Os amadores estragam materiais do profissional	5	17,9
Não há confronto	3	10,7
Os amadores sempre chamam a polícia ao verem o profissional no rio	1	3,6
Sem resposta	2	7,1
<i>Total</i>	28	100

Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

As respostas a esse tema apresentaram 32,1 % de queixas quanto ao desrespeito com as redes armadas no rio, 28,6 % queixaram-se quanto a desrespeito verbal e 17,9 % quanto a estragarem os materiais em geral.

São turistas, pessoas que vêm de fora, que pegam um barco de alumínio com motor 15 (hp). E às vezes os pescadores estão soltando a rede ou a tarrafa e eles passam por cima, com alta velocidade. E não podem falar nada (pescadores profissionais), eles têm que ficar quietos porque pra fazer uma denúncia tem que ser por escrito e tem que ter testemunha. E muita gente tem medo de testemunhar. Nas reuniões se fala muito dessa dificuldade de testemunhar. Quando tem esse tipo de coisa eles preferem recolher seus materiais e irem pescar em outro lugar. (Pescador profissional de Pirapora)

Uma vez eu estava pescando com um colega e eles (pescadores amadores) pediram para gente parar de pescar. A gente disse que não porque a gente era profissional. E eles disseram que eram da polícia, dizendo que a gente tava acabando com o peixe do rio. (Pescador profissional de Pirapora)

Quanto à resolução desse tipo de conflito, 57,7 % dos entrevistados acreditam que é necessário haver uma melhor fiscalização quanto a esses pescadores. 19,2 % dizem que bastaria que os amadores fossem mais educados e 15,4 % não acreditam que esse tipo de problema tenha solução.

Tabela 15. Como o profissional acha que deve ser resolvido esse tipo de conflito

Categoria	Frequência	Porcentagem
Deve haver fiscalização melhor com os amadores	15	57,7
Os amadores devem ser mais educados	5	19,2
Não há solução	4	15,4
Os amadores não deveriam ir ao rio (pesca amadora proibida)	1	3,8
Deve haver cumprimento rigoroso da lei	1	3,8
<i>Total</i>	26	100

Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

Eu acho difícil! O amador sempre foi e sempre vai ser contra o profissional, porque eles acham que a rede e a tarrafa acabam com o peixe. E não acaba. Muitas vezes a água da pia deles mata mais que a tarrafa.(Pescador profissional de Beira Rio)

Conversas com pescadores amadores:

Devido à rotina do trabalho de campo, houve uma permanência prioritária, na maioria do tempo, em ambientes junto aos pescadores profissionais. Foram poucas as oportunidades em encontrar e entrevistar pescadores amadores. No entanto, as entrevistas com dois pescadores amadores foram importantes para indicar possíveis contraposições de idéias. Os pescadores amadores entrevistados afirmaram usar apenas anzol (molinete). O primeiro, dono de um clube de pesca em Ibiaí, afirmou que a prática dos associados era “fiscalizada” pelo próprio clube e que os exemplares pescados eram medidos para poderem ser armazenados no freezer do local. O segundo, co-proprietário de uma casa, também em Ibiaí, afirmou que ele e todos os pescadores que, durante “o ano todo”, vão para lá, usam apenas anzol. Ao questionar esse pescador amador sobre a situação do rio, ele afirmou que o nível da água mudou, que o rio está muito poluído. Disse também, que apesar de não ter muito contato com os habitantes da cidade, observa que todos são muito carentes e receptivos, mas que há falta de controle com a população e a pesca é muito predatória – *Não há controle do que o esse povo pesca. Pescam demais.* Concluiu dizendo que o rio está assim porque não tem fiscalização e não tem reposição de peixes. Durante a entrevista, o pescador amador parece defender sua prática declarando que ele e os sócios do clube sempre pescavam de forma legal. No entanto, isso se desconstrói com a chegada de um amigo do pescador amador: apesar de o amador afirmar que não tinha contato com os pescadores profissionais e que usava apenas anzol, um pescador (que aparentava ser da região) entrou na casa chamando-o

para pescar porque “o rio estava bom pra soltar o tarraão”. Esse fato pode indicar que a pesca amadora no rio São Francisco não está sendo realizada de acordo com a legalidade, tal como afirmam muitos pescadores profissionais.

4.3.2. Pescadores Clandestinos

Os pescadores clandestinos são tidos nesse estudo como aqueles que, tal qual os profissionais, dependem da pesca (mesmo que não integralmente) e que exercem atividade semelhante a dos profissionais, com a diferença que estes últimos são devidamente documentados para essa profissão. É importante considerar também que há uma grande variação do tipo de atuação desses pescadores em relação ao local em que se inserem. Como demonstrado pelos estudos de Thé (2003) e Godinho (2004), na região de Pirapora – Buritizeiro, os pescadores clandestinos realizam suas atividades na área da cachoeira, local em que é proibida a pesca de qualquer tipo.

Sobre a pesca na cachoeira de Buritizeiro, um pescador antigo e respeitado na cidade disse o seguinte:

Acho que é importante tentar conservar, mas ao mesmo tempo acho uma besteira. Porque enquanto os pescadores pegam 100 peixes aí, já passaram 500. (Pescador profissional de Buritizeiro)

Figura 5. Pescadores clandestinos nas corredeiras de Buritizeiro - MG



Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

Na região de Três Marias – Beira Rio os clandestinos são identificados pelos pescadores como os barranqueiros. Estes geralmente não possuem embarcação e pescam nas margens do rio. Em Ibiaí e Barra do Guaiçú, os clandestinos são vistos pelos pescadores como aquele que apenas não tem documentação, mas sua prática aparenta ser bem semelhante ao dos profissionais.

De um modo geral, aparecem definições diversas pelos pescadores profissionais quanto aos clandestinos:

Tabela 16. Como o profissional reconhece o pescador clandestino

Categoria	Frequência	Porcentagem (%)
São aqueles que tem outro trabalho / fonte de renda	17	60,7
São pescadores como nós	3	10,7
São aqueles que não possuem carteira de pesca	3	10,7
São pessoas que perderam o emprego e vieram pra pesca	3	10,7
São aqueles que pescam em local e época proibidos	1	3,6
Sem resposta	1	3,6
<i>Total</i>	28	100

Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

Quanto a esse tema, 60,7 % das respostas obtidas relatam que os clandestinos são aqueles não vivem apenas da pesca, mas possuem outra fonte de renda; 10,7 % reconhecem esses pescadores como iguais; outros 10,7 % que são pessoas que perderam o emprego e que agora se sustentam com a pesca; e ainda, outros 10,7% os definem como aqueles que não possuem documentação para a profissão.

Às vezes ele tem uma idade avançada e vivia de outra profissão, mas perdeu o emprego. Então, como ele não tem uma sobrevivência, ele ingressa na pesca. Tem outros casos, mas o que acontece mais é isso. (Pescador profissional de Pirapora)

Apenas 3,6 % das respostas obtidas mencionam o pescador clandestino como um infrator ou depredador do ambiente, seja por pesca em local proibido ou em época proibida. Essa percepção do pescador clandestino como um igual se reflete na relação existente entre esses pescadores, que é menos conflituosa do que aquela existente entre profissionais e amadores. Apesar disso, em relação à fiscalização os profissionais sentem muitas vezes injustiçados, pois alegam que quando os pescadores clandestinos são autuados pelos fiscais, eles apenas perdem o material de pesca, enquanto que os profissionais, além de perderem o material, perdem a carteira de pesca, levam uma multa alta e podem até ser presos.

É esse caso nunca teve conflito, entre profissional e clandestino. Mas eles também deveriam receber uma punição... pelo órgão fiscalizador. Porque o profissional é obrigado a pescar dentro da tabela, usando malha da rede 14 [...] Às vezes chega clandestino e pega o material fora da tabela, o peixe fora da tabela. E quem paga é o profissional! Porque talvez quem passa conhece o profissional mas o clandestino não. E se acontece alguma coisa, vai dizer que viu lá o profissional. O clandestino fica separado. (Pescador profissional de Pirapora)

Tabela 17. Como os profissionais acreditam ser prejudicados pelos clandestinos

Categoria	Frequência	Porcentagem (%)
Os clandestinos acabam com o peixe	5	17,2
Os clandestinos não prejudicam os profissionais	5	17,2
A atividade dos clandestinos faz com que a fiscalização passe a desrespeitar o profissional	4	13,8
A atividade dos clandestinos faz baixar o preço do peixe	3	10,3
Os clandestinos prejudicam a imagem do pescador perante a sociedade	3	10,3
Os clandestinos pescam mais que os profissionais	2	6,9
Os clandestinos têm outra fonte de renda	2	6,9
Sem resposta	5	17,2
<i>Total</i>	29	100

Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

Sobre como os pescadores clandestinos poderiam prejudicar a atividade dos pescadores profissionais ou eles próprios, foram mencionados:

1. A diminuição do valor do pescado para venda: já que esses pescadores não precisam pagar impostos eles vendem o peixe mais barato, o que faz com que o pescador profissional precise também vender mais barato;
2. A desvalorização da imagem do pescador, uma vez que, com a atividade irregular, a fiscalização e a própria sociedade passam a enxergar o pescador como um depredador do rio;
3. O desrespeito da fiscalização pela atividade dos pescadores;
4. A diminuição na quantidade de peixes por ser mais gente no rio;
5. O fato de pescarem mais que o profissional por fazerem uso de materiais ilegais;
6. O fato de possuírem outra fonte de renda e, dessa forma, os clandestinos não necessitariam se desgastar tanto na atividade da pesca como os profissionais na atividade de pesca.

Ao ser questionada sobre a possibilidade da influência da atividade dos pescadores clandestinos na quantidade de peixes disponível, a maioria dos pescadores mostrava acreditar que essa influência realmente existia sobre os estoques (65,4%).

Tabela 18. Sobre a influência do pescador clandestino na quantidade de peixe, segundo os pescadores profissionais

Categoria	Frequência	Porcentagem (%)
Influenciam	17	65,4
Não influenciam	4	15,4
Sem resposta	5	19,2
<i>Total</i>	26	100

Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

Eles têm a oportunidade de pescar mais porque não têm compromisso com a justiça. Eles não têm muito a perder.(Pescador profissional de Pirapora)

Em relação ao que deveria ser feito para a possível regularização dessa atividade, segundo os pescadores profissionais, seria uma melhor fiscalização aliada a uma punição mais justa, em relação à punição que recebe o profissional.

Conversas com pescadores clandestinos:

Em Buritizeiro, foi possível conversar com dois grupos de pescadores da cachoeira.

Um grupo era constituído por 4 homens que aguardavam para pescar um pouco a baixo da cachoeira de Buritizeiro e o outro grupo era constituído de cerca de 10 homens que preparavam suas redes e conversavam bem ao lado da cachoeira.

Durante a conversa com esses grupos foi possível notar que:

- Sabem que é proibido pescar ali e vivem fugindo da fiscalização.
- Dizem que lá só é mais fácil pescar porque eles já sabem identificar por onde passam os cardumes;
- Afirmam que não se associam à colônia por não compensar sair da cachoeira pra pescar fora porque , uma vez que, na colônia, teriam que pagar impostos e não poderiam ter outros rendimentos. Além disso, dizem que o seguro-desemprego não compensa por ser pago apenas durante 4 meses e tal quantia não “daria para nada”, já que não é apenas durante a piracema que o profissional passa dificuldades para pescar. Enquanto isso, o pescador clandestino pode ter outro emprego e contribuir como sustento da família;

- Dizem não concordar com as proibições impostas pela legislação porque não é o pescador que depreda o rio. *O pescador da cachoeira não tira nem 1% dos peixes que passam aqui, não tem como!*, diz o pescador mais antigo do grupo.
- Vêem os fazendeiros e as indústrias como os grandes depredadores e os responsáveis pela degradação do rio. E reclamam de não haver fiscalização com eles, mas apenas com o pescador;
- Reclamam também de haver muito pescador no rio e contam que isso acontece muito porque falta emprego *“e aí o jeito é pescar”*;
- Reconhecem o efeito da represa de Tre Marias. Dizem que foram mal construídas, por não permitirem a passagem dos peixes. Além disso, disseram que o controle da vazão de água no período de seca é favorável;
- Declaram que sempre pescaram lá e aprenderam lá, por isso não vão sair para outro lugar;
- Havia organização dos pontos de pesca e horários permitidos para cada pescador nos pontos dentro da cachoeira, como identificados por Thé (2003). Porém, os pescadores do grupo menor, que estavam mais abaixo da cachoeira, relataram que não havia horários pré-determinados. O pescador pegava o ponto de acordo com a ordem de chegada e os que ficassem de fora marcariam uma hora para que o pescador saísse e ele pudesse tomar o ponto.
- A maioria dos pescadores de ambos os grupos possui outra fonte de renda.

5. Considerações Finais

Além de demonstrar conhecimento sobre a dinâmica do rio e do comportamento dos peixes, os pescadores artesanais também possuem um grande conhecimento das atividades que influenciam seu ambiente de forma direta ou indireta. Mas é preciso considerar também que a interação do pescador com rio não se dá de maneira isolada na sociedade. Há concorrência de inúmeros fatores que vão diminuindo a capacidade de reprodução e sobrevivência dos peixes e, ao mesmo tempo, minando a capacidade de reprodução social da pesca (VALÊNCIO, 2004).

O estudo do conhecimento e das práticas locais realizadas pelas comunidades ribeirinhas do rio São Francisco é fundamental para a avaliação da participação dos mesmos nos processos de discussão e negociação do manejo dos recursos naturais entre a comunidade, os outros usuários dos recursos pesqueiros e o Estado (THÉ, 2003). Da mesma forma, a investigação sobre as relações que ocorrem no rio entre pescadores artesanais profissionais e demais usuários dos recursos.

Assim, a luta pela gestão participativa não deve depender apenas da atuação dos pescadores do rio São Francisco. Os outros agentes devem ser considerados ou envolvidos de alguma forma, para que a conservação dos recursos seja efetiva. Um depoimento de um pescador que demonstra essa preocupação diz o seguinte : *Porquê só faz reunião pra pescador? Para fazendeiro não tem? Quer dizer que só o pescador tem que aprender a seguir as regras?*.

A sensação de impunidade para os outros usuários dos recursos reforça os conflitos existentes entre estes e o pescador. Enquanto isso, a pesca vai seguindo escassa, perdendo velozmente sua efetividade como fonte de provimento seguro para a família, sem que haja outra que tome sua centralidade como meio de manutenção do grupo, contexto que favorece o aparecimento e a exacerbação de comportamento individualistas e predatórios. Mas o gerenciamento participativo da pesca poderia reduzir a pressão social sobre o território (ou tornar o acesso e o uso de seus recursos mais justo e equitativo) e poderia elevar capacidade de autodeterminação da categoria, além de promover uma maior capacidade de preservação dos recursos do rio.

É possível constatar a urgência em apoiar a organização comunitária dos pescadores artesanais e em desenvolver a gestão participativa da pesca para minimizar os conflitos entre os pescadores artesanais, outros usuários dos recursos e órgãos governamentais legisladores e fiscalizadores da pesca. No entanto, a busca por esse gerenciamento participativo não deve envolver apenas pescadores profissionais e órgãos governamentais mas também todos os usuários do rio e de seus recursos, uma vez que as atividade e presença desses usuários do rio São Francisco são de grande importância, tanto para a preservação dos recursos quanto para o fortalecimento social da pesca.

6. Referências Bibliográficas

- BERKES, F., Mahon, R., McConney, P., Pollnac, R. and Pomero, R. 2001. **Managing Small-scale Fisheries**. Alternative Directions and Methods. Ed. IDRC, Ottawa, CA.
- CAMARGO, S. A. F. 1998. **Sociobiologia da Gestão Participativa dos Pescadores Comerciais do Rio São Francisco, MG, Brasil**. Universidade Estadual Paulista. Dissertação de Mestrado. Centro de Estudos Ambientais. Rio Claro/SP.
- DIEGUES, A.C., 2001. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. Em: **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. Ed. Diegues, A. C. e Moreira, A. NUPAUB/LASTROP, SP, pp. 97 – 124.
- FARIA, M. F. **Vozes e imagens do rio São Francisco: Um estudo sobre as populações tradicionais e problemas ambientais**. Dissertação de Mestrado, PPG-CSO /UFSCAR, 2002.
- FELIX, S. A. **Impactos das atividades turísticas sobre a vida dos pescadores profissionais do São Francisco**, p. 447-458. In: H. P. Godinho & A. L. Godinho (org.). *Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. 468p.
- FREEMAN, M.M.R. 1992. **The Nature and Utility of Traditional Ecological Knowledge. Northern Perspectives**, 20 (1): 9-12.
- GODINHO, A. L. & H. P. GODINHO. **Breve visão do São Francisco**, p. 15-24. In: H. P. Godinho & A. L. Godinho (org.). *Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. 468p.
- GODINHO, A. L. 2000. **Programa de pesquisa e ações para conservação e restauração dos recursos pesqueiros de Minas Gerais**. Relatório de Pesquisa – FUNDEP, MG.
- HOLLING C. S. e MEFFE, G. K. 1996. Command and Control and the Pathology of Natural Resource Management. **Conservation Biology**, Vol. 10, No. 2: 328
- MELLO, L.G., 1995. **Antropologia cultural: Iniciação, teoria e temas**. Petrópolis, Vozes, 6ª edição.
- MONTENEGRO, S. 2002. **A conexão homem-camarão (*Macrobrachium carcinus* e *M. Acanthurus*) no baixo São Francisco alagoano: uma abordagem etnoecológica**. Tese de doutorado. PPG-ERN/USFCar, SP.

- THÉ, A.P.G. 2003. **“Conhecimento Ecológico, Regras de Uso e Manejo Local dos Recursos Naturais na Pesca do Alto-Médio São Francisco, MG”**. Tese de doutorado, PPG- ERN/UFSCar, São Carlos, SP.199pp.
- THÉ, A. P. G.; E. F. MADI & N. NORDI. **Conhecimento local, regras informais e uso do peixe na pesca do alto-médio São Francisco**, p. 389-406. In: H. P. Godinho & A. L. Godinho (org.). *Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. 468p.
- VALÊNCIO, N.F.L.S., MENDONÇA, S.A.T., LEME, A.A. GONÇALVES, J.C., MARTINS, R.C. e FÉLIX, S.A. (2004). **Condições de Vida e Trabalho do Pescador Profissional da Bacia Alto/Médio São Francisco**. In. *Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil*. Org. Valêncio, Leme, e Martins. Edufscar. São Carlos, SP. pg. 188-204.
- VIERTLER, R. B. 2002. **Métodos Antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia**. . Em “Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas”. Ed. Amorozo, M.C. M, Ming, L.C., Silva, S.P. pp 11-29

Projeto de Pesquisa IDRC

ANEXO 2.5

Comunidades Tradicionais, Órgãos Legisladores e Fiscalizadores da Pesca: Conflitos e Propostas na Gestão dos Recursos Pesqueiros do Alto-Médio São Francisco – Minas Gerais

Autora: Alline Braga Silva

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Paula Glinfskoi Thé

Colaboradores:

Fernanda Cristina dos Santos Tibério

Marcos Tadeu Geraldo

Solânia Horti Neri

Prof^a. Dr^a. Maria Inês Rauter Mancuso

Prof. Dr. Nivaldo Nordi

Dezembro, 2005

Sumário

<u>1. Introdução</u>	201
<u>2. Objetivos</u>	205
<u>2.1. OBJETIVO GERAL</u>	205
<u>2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS</u>	205
<u>3. Metodologia</u>	205
<u>3.1. TRABALHO DE CAMPO</u>	205
<u>3.2. ANÁLISE DOS DADOS</u>	207
<u>4. Resultados e Discussão</u>	208
<u>4.1. O SABER DOS PESCADORES PROFISSIONAIS SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS</u>	208
<u>4.2. O CONHECIMENTO E A COMPREENSÃO DA LEGISLAÇÃO PESQUEIRA</u>	211
<u>4.3. CONFLITOS ENTRE OS ÓRGÃOS LEGISLADORES E OS PESCADORES</u> <u>PROFISSIONAIS</u>	217
<u>4.4. CONFLITOS ENTRE OS ÓRGÃOS FISCALIZADORES E OS PESCADORES</u> <u>PROFISSIONAIS</u>	220
<u>4.5. CONFLITOS E CONTRADIÇÕES DENTRO DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS</u> <u>LEGISLADORES E FISCALIZADORES DA PESCA</u>	224
<u>4.6. A PARTICIPAÇÃO DOS PESCADORES NA ELABORAÇÃO DAS LEIS</u>	226
<u>5. Considerações Finais</u>	228
<u>6. Referências Bibliográficas</u>	230

Lista de Tabelas

Tabela 1. Entrevistados por grupo (Colônia/ Comunidade)	207
Tabela 2. Sugestões aos órgãos fiscalizadores	223
Tabela 3. Como os pescadores participariam na elaboração das leis	227

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Técnicas de pesca utilizadas pelos pescadores entrevistados no Alto-Médio São Francisco, MG	209
Gráfico 2. Respostas sobre os locais proibidos de pesca	217
Gráfico 3. Causas para apreensão dos materiais de pesca, segundo os pescadores no Alto-Médio São Francisco, MG	221

Lista de Figuras

Figura 1. Placa com os tamanhos mínimos de captura de peixes localizada no município de Pirapora	212
--	-----

Na verdade tem muito peixe ainda. O peixe está é muito sabido. Tem amador demais, clube de pesca, barulho de motor. Aí o peixe vai mais é para aquelas pedreiras, debaixo daqueles matos. Então hoje o peixe tem mais sabedoria.
(Pescador artesanal profissional, 70 anos, Colônia Z – 1, Ibiá).

1. Introdução

O rio São Francisco apresenta 2700 Km de extensão, desde sua nascente no Parque Nacional da Serra da Canastra até sua foz no oceano Atlântico, drenando os estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Sua bacia é tradicionalmente dividida em quatro regiões: Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco (PLANVASF, 1989). O Alto São Francisco compreende o trecho entre a nascente até Pirapora e Buritizeiro (MG), numa extensão de 630 Km, sendo caracterizado por águas rápidas, frias e oxigenadas. O Médio São Francisco se estende desde Pirapora e Buritizeiro até Remanso (Ba), com 1090 Km de extensão. Nessa região, apresenta-se como um rio de planalto, tendo, portanto, menor velocidade e sendo sujeito a grandes cheias. O Submédio se estende desde Remanso até a cachoeira de Paulo Afonso, com 686 Km de comprimento. Esse trecho está praticamente barrado pelas represas de Sobradinho e Paulo Afonso. Por fim, o Baixo São Francisco compreende o trecho de Paulo Afonso à foz. É um trecho de planície, mais lento e sob influência marinha (PLANVASF, 1989; PAIVA, 1982; SATO & GODINHO, 1999).

No vale do Alto-Médio São Francisco existem milhares de famílias ribeirinhas que exercem, de forma artesanal, a pesca como sua atividade de trabalho. São populações tradicionais que utilizam equipamentos rudimentares para capturar o pescado e, na maioria das vezes, esses são produzidos pelos próprios pescadores. Suas técnicas de pesca e o conhecimento que possuem acerca do ambiente são compartilhados pelos diversos membros dessas comunidades. Segundo FARIA (2002:17), as populações tradicionais são “grupos sociais que vivem a proximidade e dependência em relação aos diversos ambientes naturais” e “possuem, como característica fundamental, um profundo conhecimento do meio natural e uma utilização sustentável do mesmo”. Observa-se, portanto, uma íntima relação de dependência entre a preservação dos recursos naturais e a manutenção de tais populações, sendo que a degradação ambiental estabelece uma relação recíproca com a desarticulação das culturas tradicionais.

De acordo com VALÊNCIO (2001), diversos fatores contribuem para a diminuição da capacidade de reprodução e sobrevivência dos peixes, diminuindo, também, a reprodução social da pesca. Entre esses fatores estão a concentração fundiária e a apropriação privada das lagoas marginais. Estas são conhecidas também como o “berçário dos peixes”, já que são fundamentais no repovoamento do rio. Há também o aumento significativo de pescadores amadores, aumentando a demanda sobre o estoque pesqueiro. Os amadores, na maioria das vezes, são turistas que desfrutam de uma condição econômica mais privilegiada, tendo facilidade na aquisição de melhores equipamentos de pesca. Além disso, há relatos de conflitos entre esse grupo e os pescadores profissionais, em que os amadores muitas vezes destroem o equipamento dos profissionais, cortando suas redes, por exemplo. Contribuem também para a degradação ambiental a emissão de esgotos domésticos e industriais no rio e a construção de barragens para fins de produção de energia elétrica. Essas barragens alteram o ciclo das cheias, o que influencia nas condições reprodutivas e no desenvolvimento dos alevinos de diversas espécies migradoras da ictiofauna, minando o estoque pesqueiro (TAVARES, 1997).

Por fim, mas não menos relevante, outro fator que contribui para a dissolução das comunidades tradicionais e, conseqüentemente, dos recursos pesqueiros é a política usualmente adotada para o manejo dos mesmos: o comando e controle. Além de obter retorno financeiro apenas em curto prazo, diminui a resiliência do ambiente, pois aumenta a vulnerabilidade dos ecossistemas a perturbações, através da diminuição da variabilidade e instabilidade natural aos ecossistemas (HOLLING e MEFFE, 1996). Além dessas conseqüências, essa forma de manejo ocasiona conflitos entre os órgãos governamentais fiscalizadores e legisladores da pesca e os pescadores artesanais profissionais.

A pesca no Brasil foi regulamentada, em âmbito federal, pelo Decreto-Lei 221/67, atribuindo-se então à SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca), entre outras funções, a de regular e fiscalizar as atividades do setor. No ano de 1989, ocorreu a extinção da SUDEPE e criação do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis). Esse foi criado para estabelecer e controlar o uso dos recursos naturais, zelando pela preservação de espécies e pela sustentabilidade dos recursos, cabendo ao órgão ordenar o uso dos recursos pesqueiros em águas de domínio da União, como é o caso do rio São Francisco. No final da década de 1990, com

sancionamento da Lei Estadual N.^o 12265, é repassada ao IEF (Instituto Estadual Florestal) a função de estabelecer normas relativas à permissão, à restrição ou à proibição de petrechos e técnicas de pesca na atividade pesqueira, e à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais as funções de fiscalização e autuação das infrações. Entretanto, tais divisões no ordenamento pesqueiro não foram capazes de mitigar os conflitos existentes no uso do recurso.

Nesse contexto, o conhecimento ecológico tradicional (CET), em parceria com o conhecimento científico disponibilizado por pesquisadores, apresenta-se como uma “arma” essencial ao combate à depredação do ambiente e a uma nova gestão dos recursos hídricos e pesqueiros, podendo ser atribuída às comunidades tradicionais a qualidade de sujeitos da preservação (FARIA, 2002). Segundo BERKES (1999:8), o CET é definido como um “corpo acumulativo de conhecimento, práticas e crenças das comunidades tradicionais sobre a relação entre os seres vivos (inclusive o homem) e o seu ambiente, que se desenvolve ao longo do tempo através de um processo adaptativo e é passado através de gerações por transmissão cultural”. Ele apresenta-se como uma oportunidade de conhecer melhor como os fatores bióticos e abióticos se interagem, de compreender quais são as especificidades locais que influenciam na dinâmica natural e qual a melhor forma de gerir os recursos ambientais.

Embora o saber tradicional possa representar uma ferramenta essencial no estudo e gestão dos recursos naturais, é muitas vezes julgado sob um olhar preconceituoso, em que pesquisadores avaliam o conhecimento e as crenças tradicionais como fatores irrelevantes, considerando a ciência ocidental como auto-suficiente e a única verdade. Entretanto, uma parceria entre o conhecimento científico e o tradicional propicia uma melhor compreensão da complexidade existente nas propriedades de uso comum.

O CET, de acordo com BERKES (1998), é organizado seguindo quatro níveis inter-relacionados. O primeiro é o conhecimento local descritivo que correlata os componentes bióticos e abióticos de um determinado ambiente. O segundo nível refere-se à inclusão do homem no contexto ecológico e ambiental, tratando-se, portanto, de um sistema de manejo dos recursos por meio de instrumentos, técnicas e práticas com base no conhecimento da natureza. O terceiro nível é a junção de três fatores: os recursos físicos disponíveis, a técnica e instrumentos que se usa para utilizar-se desse ambiente e por fim a noção de sociedade que permite uma coordenação, cooperação e divisão de

tarefas para promover a definição de papéis dentro de um grupo. O quarto e último nível é uma visão de mundo, incluindo um somatório de religião e ética no contexto social e ecológico desenvolvido.

Quando se propõe facilitar a co-gestão da pesca a partir do CET, BERKES (1998b) ressalta a necessidade de considerar sempre os conhecimentos científico e tradicional de forma eqüitativa, dando a mesma importância a ambos. Além disso, é necessário garantir que as comunidades que disponibilizam tais informações tenham o direito de controlar o uso das mesmas e, por fim, devem-se sempre respeitar crenças e valores espirituais.

Portanto, do ponto de vista da gestão dos recursos hídricos, três fontes de saber se articulam: o conhecimento tradicional mais presente cotidianamente na vida dos rios; o conhecimento científico e o conhecimento expresso nas regulamentações do uso dos recursos pesqueiros. Neste trabalho se propõe a investigar a relação entre o conhecimento que tais populações ribeirinhas possuem acerca do rio e o conhecimento expresso nas regulamentações do uso dos recursos pesqueiros.

2. Objetivos

2.1. OBJETIVO GERAL

Este trabalho tem como objetivo averiguar a relação que se estabelece entre os pescadores artesanais profissionais, por meio do seu conhecimento sobre os recursos hídricos, e o conhecimento expresso na legislação pesqueira.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Investigar a compreensão dos pescadores artesanais sobre as normas vigentes da pesca e sobre o processo de elaboração das mesmas;
2. Investigar o reconhecimento da legislação pela comunidade de pescadores, por meio do conhecimento ecológico local e das práticas locais de pesca;
3. Analisar as relações entre pescadores artesanais profissionais e os órgãos governamentais legisladores e fiscalizadores da pesca.

3. Metodologia

3.1. TRABALHO DE CAMPO

As técnicas empregadas para a coleta de dados foram entrevistas livres, entrevistas estruturadas e observação participante. A entrevista livre é aquela em que se estabelece um diálogo livre entre pesquisador e informante. Ela pode conter tópicos previamente fixados, mas sem um controle maior pelo pesquisador sobre o andamento da entrevista, permitindo a maior amplitude de respostas possível ao entrevistado, evitando-se a indução daquelas esperadas ou desejadas pelo pesquisador. A entrevista estruturada é aquela na qual há um plano preciso de perguntas formuladas de antemão, visando canalizar o diálogo para as questões a serem investigadas (MELLO, 1995, VIERTLER, 2002).

A escolha dos entrevistados não foi aleatória, visto que se objetivou focar em pescadores e pescadoras artesanais profissionais que já haviam participado de alguma atividade do projeto “Rumo a Co-Gestão da Pesca no Vale do São Francisco”, projeto de pesquisa e extensão da UFSCar e do IARA, financiado pelo IDRC²¹. O objetivo básico é estudar a relevância e utilidade das experiências da região do Médio Amazonas

²¹ International Development Research Centre

com acordos de pesca para apoiar o desenvolvimento da co-gestão da pesca no Vale do Rio São Francisco. Isto têm sido feito através da introdução exploratória e participativa de um conjunto integrado de metas do IARA, objetivando capacitação comunitária. No entanto, as entrevistas não se restringiram aos pescadores que participaram das atividades desse projeto, sendo entrevistados pescadores, também profissionais, que desconheciam ou não haviam participado de tais atividades. Na maioria dos casos, os entrevistados foram indicados pelos próprios pescadores: ao término de cada entrevista, o pescador entrevistado indicava outro para ser entrevistado. Esse procedimento denomina-se “bola de neve”. Ainda foram entrevistados representantes dos órgãos governamentais legisladores e fiscalizadores da pesca: o IEF²² regional (BH) e da cidade de Pirapora, o IBAMA²³ de Pirapora e de Três Marias e a PMA²⁴ também de Pirapora e de Três Marias. Nenhum representante do IEF de Três Marias foi entrevistado devido à sede local não contar com nenhum técnico responsável pela pesca. Essa pesquisa abrangeu as comunidades de Três Marias, Beira Rio (município de São Gonçalo do Abaeté), Buritizeiro, Pirapora, Barra do Guaicuí (município de Várzea da Palma) e Ibiaí. A região escolhida é referente às comunidades em que se encontram pescadores associados às colônias Z – 1 (com sede em Pirapora), Z - 5 (com sede em Três Marias, onde se situa também a sede da Federação de Pesca de Minas Gerais), Z – 20 (com sede em Ibiaí) e Z – 21 (com sede em Buritizeiro). É também a área de atuação do projeto já mencionado. O número de entrevistados foi 35, sendo 29 pescadores e 6 representantes dos órgãos governamentais. Em relação aos pescadores, foram divididos em diferentes grupos (tabela 1) com a finalidade de observar também as particularidades de cada comunidade e colônia de pesca.

²² IEF – Instituto Estadual de Florestas

²³ IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

²⁴ PMA – Polícia Militar Ambiental

TABELA 1: ENTREVISTADOS POR GRUPO (COLÔNIA/COMUNIDADE)

	N	%
Z – 5/ Três Marias	6	20,7
Z – 20/ Ibiaí	5	17,2
Z – 1/ Pirapora	4	13,8
Z – 5/ Beira Rio	4	13,8
Z – 21/ Pirapora	3	10,4
Z – 1/ Barra do Guaicuí	3	10,3
Z – 1/ Ibiaí	2	6,9
Z – 21/ Buritizeiro	2	6,9
Total	29	100

Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005

As entrevistas ocorreram no decorrer do mês de julho e início de agosto de 2005, havendo também o acompanhamento da II Oficina de Repórteres Comunitários (maio de 2005), da Oficina de Lideranças e Interlocução (julho de 2005) e da Oficina de Implementação do Grupo de Trabalho da Pesca no Vale do Alto-Médio São Francisco, Minas Gerais (novembro de 2005), todas executadas pelo projeto IDRC. Devido à sede dos órgãos governamentais citados se encontrarem em Três Marias e Pirapora, uma maior parte do tempo da pesquisa de campo foi dedicada a essas cidades (por volta de um terço do tempo para cada), já que, além de entrevistar os pescadores, seria necessário também entrevistar tais representantes. Além disso, essas são localidades maiores que as demais, demandando um maior tempo para o deslocamento.

3.2. ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta dos dados, as respostas dos entrevistados foram categorizadas, permitindo que houvesse uma análise percentual e gráfica sobre elas. Isso possibilitou quantificá-las. Tais informações foram complementadas pelas falas dos entrevistados, aproximando o leitor da realidade dos pescadores profissionais. Além disso, tal característica conferiu a este trabalho um caráter também qualitativo. Optou-se em contrapor diversos objetos da pesquisa, tais como o conhecimento científico e o local; a visão sobre manejo dos recursos que representantes dos órgãos possuem com a dos pescadores; as diferentes óticas existente dentro da própria classe dos pescadores profissionais ou dos órgãos governamentais. Essa opção teve como finalidade expor os conflitos existentes para que possam então ser mitigados.

4. Resultados e Discussão

4.1. O SABER DOS PESCADORES PROFISSIONAIS SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS

Os materiais de pesca mais utilizados pelos pescadores entrevistados foram a rede de espera, a tarrafa e o anzol (gráfico 1). No caso específico do anzol, existem várias subdivisões, tais como anzol de galho, também conhecido como anzol de espera; anzol armado, ou caçador, como é chamado por outros, e anzol de linha. Uma técnica específica é a manjubeira, que segundo os pescadores se constitui de uma tarrafa pequena (2 m de comprimento) e é usada apenas para pegar iscas.

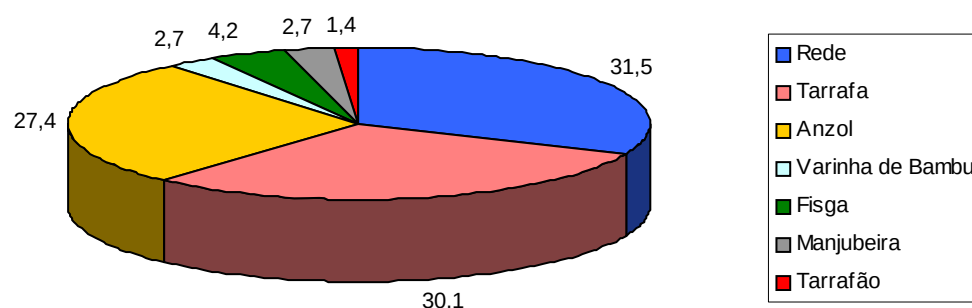
Anzol de galho é aquele anzol de espera que fica na beirada do barranco amarrado numa galha de pau. Tem as árvores e você amarra numa galha um pouco flexível. (Pescador artesanal profissional, 23 anos, Colônia Z – 5, Beira Rio).

Esses são os equipamentos liberados pelas normas da pesca. Porém, a legalidade desses instrumentos não foi o principal critério para o seu uso, mas sim a capacidade de se capturar peixes específicos com tais técnicas. Das respostas obtidas nessa pesquisa, 54,8% se referiam à especificidade das técnicas, enquanto que apenas 16,2% das respostas eram referentes à legalidade de seu uso. O restante das respostas se subdividiram em facilidade do manuseio do equipamento e capacidade de pescar mais peixes.

Peixes de escama a gente pega mais na rede, porque ele enrosca e segura na rede. Já peixes lisos, de couro, a gente pega mais na tarrafa e no anzol. (Pescadora artesanal profissional, 37 anos, Colônia Z – 20, Ibiaí).

A gente usa varinha de bambu com anzol pequeno para pegar piau e anzol de linha para pegar curvina. Na seca é mais difícil usar anzol, usa para dourado. Quando o borrachudo começa a atacar você sempre pega dourado. A piranha também é mais fácil de pescar nessa época. O surubim não anda na seca, caça sempre um lugar para se esconder. Fica muito tempo sem comer. Já nas águas ele anda mais, a água está suja. Aí ele pega a isca branca. (Pescador artesanal profissional, 48 anos, Colônia Z – 1, Pirapora).

Gráfico 1 - Técnicas de pesca utilizadas pelos pescadores entrevistados no Alto - Médio São Francisco, MG



Essa preferência em utilizar determinada técnica em detrimento de outra está relacionada ao conhecimento ecológico que os pescadores detêm acerca dos recursos pesqueiros. Em seus relatos, muitos detalham o comportamento reprodutivo, as preferências de habitat, o dimorfismo sexual e até mesmo o ciclo da natureza que permite a sobrevivência e reprodução dos peixes.

Curimba e dourado são peixes que andam mais. No caso do surubim, ele sai à noite, nas raseiras, aí é mais fácil de pegar. Depois que ele comeu um peixe, ele vai para o fundo dormir, aí fica mais difícil. O dourado já é mais fácil, porque ele é 24h comendo, aí a gente já arruma uma isca viva. Se for na tarrafa, aí já é mais fácil a noite pegar, ou de manhã cedo, porque ele tem uns horários fixos. A curimba não tem horário, é de dia ou a noite, é mais fácil ainda de pescar. (Pescador artesanal profissional, 23 anos, Colônia Z – 5, Beira Rio).

Entre os cientistas há uma tendência em acreditar que os peixes de piracema, presentes no trecho compreendido entre as barragens de Três Marias e Sobradinho, possuem três sítios em seu habitat, referentes à reprodução, à alimentação e ao desenvolvimento dos alevinos (GODINHO & POMPEU, 2003). Os adultos migram sazonalmente entre os sítios de alimentação e reprodução, que se localizam na calha do rio. Os ovos produzidos no sítio de reprodução são carregados rio abaixo em direção aos berçários, situados nas várzeas e lagoas marginais. Essa percepção, embora ainda não formalizada, vem em encontro com a descrição feita pelo pescador artesanal da

comunidade de Beira Rio. O detalhamento descritivo pode ser observado em sua fala, que se segue. O grau de minúcias encontrado é fruto de suas observações à natureza.

À medida que vai chovendo, muita chuva, o rio enche, transborda e joga para as lagoas marginais. As lagoas repovoam o rio, porque o peixe vive no rio, mas a vida deles está nas lagoas marginais. Porque o peixe prepara para desovar. Em junho e julho você pega um, dois peixes só. Em setembro e outubro e novembro eles migram, sobem o rio acima, perdem gordura, adquire um líquido que chama hormônio, se prepara para desovar e concentram nas partes de córrego. Então, quando vem aquela água suja do córrego, dos rios, dos afluentes, a surubim fêmea (todos os peixes acima de 10 Kg geralmente são fêmeas) vem de barriga para cima. Ao redor dela ficam 20, 30 peixes de 3 Kg, 4 Kg. Isso às 3h da tarde, na hora que o sol está mais quente, que a água está preparada, na hora certa. Aí ela dá um estouro, parece uma bomba. Nesse estouro ela libera metade da ova. E, naquele estouro, o macho libera o esperma e faz a fecundação do ovo. O ovo depois de fecundado fica no formato de uma bola murcha. Ele não vem à tona e não vai ao chão, para não encostar nas pedras. E ele vai descendo na água, nas corredeiras. Aí a larva nasce e vai para as lagoas marginais, onde ela encontra refúgio, água parada, alimento e muito lugar para ele se esconder dos predadores. Ali ele cresce naquele ambiente. Aí no outro ano o rio enche, as águas vão para as lagoas, aquele peixe já é adulto vai para o rio e as larvas tornam a entrar para a lagoa. Então os peixes da lagoa repovoam o rio. O rio não cria peixe, ele mantém os peixes. (Pescador artesanal profissional, 58 anos, Colônia Z – 5, Beira Rio).

Segundo GODINHO & POMPEU (2003) esse modelo, embora correto, está incompleto, pois no processo cria-se a necessidade de se adotar um novo sítio: o refúgio. Esse sítio se localiza nos ribeirões, local onde se encontra grande quantidade de juvenis. De acordo com os autores, a origem mais provável dos jovens encontrados nos córregos são as lagoas marginais à jusante, visto que “o regime hidrológico dos rios Preto, Paracatu e São Francisco possibilita aos jovens emigrarem das lagoas marginais na mesma estação chuvosa de sua entrada” (GODINHO & POMPEU, 2003:369). As chuvas são relatadas como o melhor estímulo para a desova (TRAJANO, 1997), atuando de modo geral na reprodução de peixes, devido à maior oxigenação da superfície da massa líquida, onde se encontra em suspensão a maioria dos ovos e larvas recém-eclodidas (SANTOS, 1982). Na fala do pescador acima, nota-se também a caracterização do dimorfismo sexual em surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*). Esse é o peixe mais valorizado economicamente na região, sendo classificado pelos pescadores como nobre.

Quando se menciona a aparente escassez de peixes no rio, os pescadores mais velhos explicam tal situação baseados na capacidade adaptativa desses animais, por eles

referida como sabedoria e desconfiança, transferindo-se assim, características humanas para o peixe com o qual se processa uma verdadeira relação e, na concepção dos pescadores, uma relação de igualdade.

Na verdade tem muito peixe ainda. O peixe está é muito sabido. Tem amador demais, clube de pesca, barulho de motor. Aí o peixe vai mais é para aquelas pedreiras, debaixo daqueles matos. Então hoje o peixe tem mais sabedoria. O peixe de antigamente era fácil demais. Mas também a perseguição era pouca. Não tinha amador, não tinha motor, era a remo. Então o peixe ficou mais bravo. (Pescador artesanal profissional, 70 anos, Colônia Z – 1, Ibiaí).

Dentro do rio tem faculdade. Os peixes são sábios, inteligentes tanto quanto a gente. Muito sábios! De primeiro a gente pescava com a linha da espessura do dedo da gente, pegava peixe de qualquer jeito. Hoje você usa uma linha transparente, se colocar a chumbada perto do anzol não pega, se não tampar o anzol todo com a isca não pega, se você pegar um num local você tem que mudar, pescar em outro local. Porque aquele que pegou fica debatendo lá no fundo, aí o outro desconfiou que ele está preso... O mandi, quando você pega, ele ronca. Quando ele ronca é porque alguma coisa o pegou, os outros sabem que alguma coisa pegou ele. Se ele malhou na rede, você tem que ir lá tirar os peixes da rede e lavar com sabão, porque senão no outro dia se amanhece aquele que está lá malhado não malha outro. Então a natureza é muito sábia e reage muito. (Pescador artesanal profissional, 58 anos, Colônia Z – 5, Beira Rio).

4.2. O CONHECIMENTO E A COMPREENSÃO DA LEGISLAÇÃO PESQUEIRA

A maioria dos pescadores entrevistados apresentou-se ciente das normas de pesca vigentes. Os mesmos, em sua totalidade, foram capazes de citar, corretamente, os valores para o tamanho mínimo de captura das espécies mais frequentes na região. Tais valores são intrínsecos ao cotidiano dos pescadores, já que correm o risco de perder o pescado, o material de pesca e até de serem multados caso sejam flagrados pela fiscalização em situação irregular. A multa, ou mesmo a perda dos equipamentos, pode inabilitar temporariamente o pescador de exercer sua função, visto que muitos declararam não ter condições financeiras para repor os petrechos de pesca apreendidos e, menos ainda, para pagar a multa. É importante ressaltar que ter o conhecimento dos tamanhos mínimos de captura não significa estar de acordo com os mesmos, como observado no relato abaixo. Em alguns casos, os pescadores discordaram da eficácia e validade das restrições determinadas pelo estado ou pela União, alegando que as normas não condizem com a situação ecológica local.

A curimatã - pacu é 40 cm a tabela dela, e a curimba-pioa é 30. Então a curimba-pioa tem bem menos. Por isso eu propunha assim, aumentar 5 cm numa e tirar 5 cm na outra, passar as duas a ser 35. Aí ficava bom para todo mundo trabalhar. Essa curimba-pioa é mais perseguida. Dourado por exemplo gosta muito de comê-la. (Pescador artesanal profissional, 45 anos, Colônia Z – 5, Três Marias)



NOME	TAMANHO cm	NOME	TAMANHO cm
• Cascudo	30	• Pacumã	40
• Corvina	30	• Pacu	30
• Curimatã	30	• Pacu-caranha	40
• Curimba	30	• Piau três pintas	25
• Dourado	60	• Piau verdadeiro	30
• Mandi Amarelo	20	• Surubim	80
• Mandiaçu	30	• Traira	30
• Matrinxã	25	• Tabarana	30

PESQUE E SOLTE: ADOTE ESSA IDEIA!

APOIO: 1025 MINASLIGAS PMMG IEF INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS GOVERNO DE MINAS GERAIS MEIO AMBIENTE

Figura 1. Placa com os tamanhos mínimos de captura de peixes localizada no município de Pirapora. **Fonte:** Pesquisa IDRC, Julho de 2005.

Outro ponto intensamente abordado pelos pescadores foi a época de defeso. “Piracema” (subida do peixe) é uma palavra de origem indígena que se refere ao período em que os peixes buscam o local mais adequado para a desova e alimentação. Segundo BROOKS (1994), o regime de chuvas constitui o fator dominante na regulação dos processos geológicos e hidrológicos dos rios. O início da temporada das cheias caracteriza-se por rápidas mudanças nas variáveis físico-químicas da água, resultando no aumento progressivo da vazão e do escoamento superficial de material orgânico e inorgânico (ESTEVES, 1998). Esse conjunto de condições ambientais que marca o início da enchente determina os movimentos para a reprodução dos peixes de piracema (JIMÉNEZ, 2000).

No rio São Francisco poucas espécies se reproduzem ao longo de todo o ano. O pico da desova ocorre em dezembro e janeiro, no início da temporada de cheias (LAMAS, 1993). Segundo SATO & GODINHO (1999), das cerca de 160 espécies de

peixes listadas para a bacia desse rio, apenas uma pequena parte faz piracema. Dentre elas destacam-se curimatás (*Prochilodus argenteus* e *P. costatus*), dourado (*Salminus brasiliensis*), surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*), matrinxã (*Brycon orthotaenia*) e pirá (*Conorhynchus conirostris*) (JIMÉNEZ-SEGURA *et al.*, 2003). Essas são espécies de interesse comercial na região de Pirapora (BAZZOLI, 2003). Em seus relatos todos os entrevistados descreveram a piracema, focando na reprodução e desova do surubim.

A pesca fecha de outubro a fevereiro. São quatro meses. Eles (os órgãos governamentais) fazem isso é por causa da desova dos peixes. Você vê aquela coisa mais bonita. O surubim, a fêmea, sobe o rio, vem e bate no barranco e fica ali em cima d'água dando rabanada para chamar. Vai juntando o tanto de macho que ela consegue. Aí ela pega e chega no meio do rio e vira de barriga para cima. Então eles vêm; passa um por um. Descarrega o líquido deles nela, fertilizando e ela vai desovando. (Pescador artesanal profissional, 66 anos, Colônia Z – 1, Barra do Guaicuí).

Apesar de concordarem no movimento realizado pelos peixes para sua desova, o período de defeso é um tema controverso entre os próprios pescadores, sendo um divisor de opiniões.

Está certo em ser proibido pescar na época das cheias, porque se você pega um peixe ovado, você está matando milhares de peixes. A gente tem que respeitar os peixes, porque senão daqui uns anos a gente não vai ter mais o que pescar. (Pescador artesanal profissional, 54 anos, Colônia Z – 21, Pirapora).

O certo de período de piracema seria 60 dias. Deu a primeira chuva, aí o peixe começa a preparar as ovas. Na segunda é água quente, aí ele começa a fecundar. Nesse período de 60 dias é o período que fez a preparação e já está desenvolvendo. O resto da ova que não está preparada o organismo do peixe destrói aquela ova. Mas tem peixe que atrasa também a preparação da ova. curimba é um mês, surubim outro. (Pescador artesanal profissional, 23 anos, Colônia Z – 5, Beira Rio).

Que eles (órgãos legisladores) usassem bem o conhecimento ecológico, que às vezes eles fazem a avaliação técnica lá dentro do escritório e elas não funcionam muito, porque não fica bem com a realidade. Por exemplo, piracema varia com a questão da chuva. Tem ano que ela vai ser antes, tem ano que vai ser depois. Então eles têm uma data fixada pelo IBAMA e às vezes fecha a pesca e o peixe já desovou, ou abre a pesca e o peixe ainda não desovou. (Pescador artesanal profissional, 46 anos, Colônia Z - 20, Ibiaí).

Durante o defeso da piracema a pesca é restringida, objetivando preservar as espécies migradoras. O período e as restrições dos petrechos de pesca são determinados pelas portarias do IBAMA e do IEF. A fala anterior expressa a insatisfação de um pescador em relação à forma de como as leis são elaboradas. Esse é um sentimento comum em meio à classe pesqueira, visto que essa é excluída na normatização de seu contexto. Em uma conversa informal com o mesmo pescador, ele nos informou que a colônia ou os pescadores nunca são procurados para opinarem na elaboração das portarias. Considerou também uma evolução a ação do IBAMA em 2005, que enviou às colônias formulários a serem preenchidos com as solicitações dos pescadores. Segundo o IBAMA, essa ação objetivava compor a portaria de 2005 que regulamenta a pesca no período da piracema na bacia do São Francisco, considerando, portanto, a participação dos pescadores. Entretanto, esse é apenas um método consultivo, longe de caracterizar a gestão participativa da pesca, já que não confere à classe pesqueira os direitos propositivo e deliberativo.

Uma reclamação freqüente refere-se às dificuldades financeiras enfrentadas pelos pescadores no período do defeso. É necessário observar que, embora recebam o seguro desemprego, no valor de um salário mínimo, esse não é suficiente para suprir as necessidades básicas de suas famílias, revelando um dos argumentos mais utilizados pelos entrevistados para justificar a existência da pesca ilegal na época da piracema. Isso é um indicador de que há uma incompatibilização do modelo de gestão dos recursos adotado com as condições sociais das comunidades, possuindo cada uma suas particularidades.

Você vai encontrar uns pescadores com nível de poder aquisitivo melhor aqui em Três Marias, porque aqui nós temos 1300 Km de rio sem barragem, então o peixe vem subindo da barragem de Sobradinho para cá e ele acumula aqui no pé da barragem. Chegou aqui é o final do rio. Então aqui é o lugar de Minas Gerais que dá muito peixe. Por isso que tem mais pescador. Dificilmente você encontra um pescador aqui que não tem motor. De Pirapora para baixo você vai encontrar pescadores com mais dificuldade, com menor poder aquisitivo. (Pescador artesanal profissional, 58 anos, Colônia Z – 5, Beira Rio).

Em 2004, assim como em 2005, foi liberado o uso de linha de mão, com anzol ou vara, de molinete ou caniço simples e iscas artificiais ou naturais. Nesses casos, a quantidade de pescado é restrita a 5 Kg mais um exemplar, visto que o objetivo é que essa pesca se caracterize como sendo de subsistência. Porém, mais uma vez as

particularidades foram ignoradas. Segundo o presidente da colônia de Pirapora, existem muitos pescadores que têm ponto de pesca situado longe do perímetro urbano, portanto, para exercer sua atividade muitos acampam por uma semana ou mais. Sendo assim, ao voltar para casa e transportar o pescado da semana, a quantidade desse produto ultrapassará o limite permitido, mesmo que dia a dia esse limite tenha sido respeitado. Nessas condições, quando um pescador é autuado, recebe as penalidades que lhe são conferidas. Outro caso particular ocorre na região de Três Marias, a jusante da barragem.

A lei enxerga piracema aqui, mas não tem piracema aqui. Os peixes vêm ovados, mas depois que acaba a piracema, a maioria dos peixes que a gente pega está com as ovas todas perdidas. Aí eu tava discutindo com os meninos, mas será que é mesmo esse período de piracema, estava errado esse período, porque a gente pega peixe ovado demais depois da piracema. Mas o que acontece? O peixe ovado que a gente estava pegando estava com a ova perdida. Fomos até o Sato, da CODEVASF, aí ele disse que a ova estava perdida. Então a gente observou que a cor dela muda, é muito sensível, mas fica mais escura. Mas por quê? Porque não tem a água para desovar, porque na água fria não desova. (Pescador artesanal profissional, 28 anos, Colônia Z – 5, Três Marias).

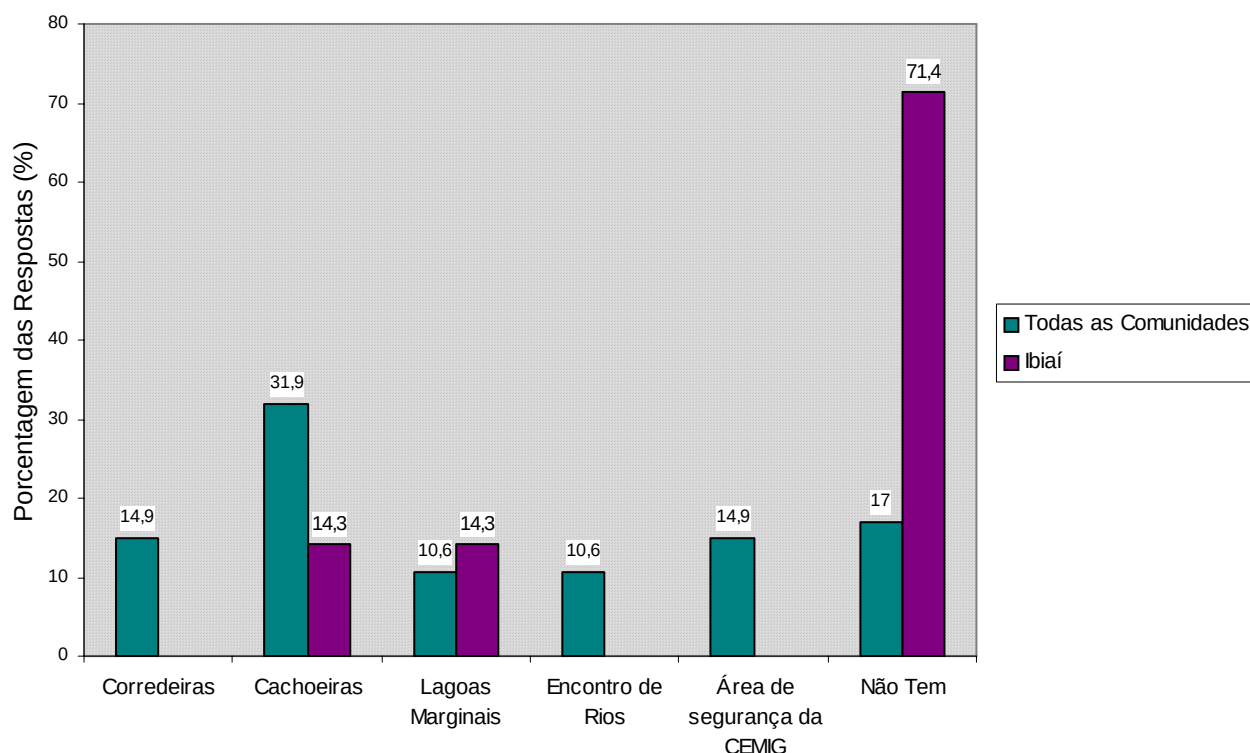
O peixe também não fica muito aqui em cima (próximo à barragem), porque aqui a água esfria. A água tem uma temperatura menor porque ela sai por baixo. Por isso perto da barragem não pega muito peixe não. (Pescador artesanal profissional, 45 anos, Colônia Z – 5, Três Marias).

No Pontal do Abaeté para cá não acontece a desova. Hidrelétrica é a melhor coisa do mundo, mas para se gerar energia elétrica causa-se um impacto ambiental tão grande que ele é pior do que desmatamento, poluição, é o pior de todos. Quando você barra o rio você alterou parte dele, porque você acabou com as lagoas marginais. Aí começam a surgir várias espécies de peixe. Surge e desaparece espécie. Se elas não recebem água, o rio fica pobre de peixe. Aí você tem baixa temperatura, porque a água sai no fundo, cerca de 50, 60 m de profundidade. Então ela sai com baixa temperatura, com pH, com acidez tudo ruim. E o peixe só desova numa temperatura superior a 27 graus, a não ser na piscicultura, porque os hormônios são forçados. E você pode medir a água da barragem, não passa de 22 °C, qualquer época do ano. E outra coisa: o peixe só desova em água suja, porque a ova tem que se perder no meio daquela água, para o predador não achar. (Pescador artesanal profissional, 58 anos, Colônia Z – 5, Beira Rio).

Segundo SAMMONS *et al.* (1997), assim como as chuvas são um estímulo essencial à desova dos peixes, a temperatura elevada constitui o melhor indutor para a

reprodução. Em seu estudo sobre o impacto da barragem de Três Marias na reprodução do curimatá-pacu, SATO *et al.* (2003:341) observaram que a “jusante da UHE – Três Marias, as condições de água do rio São Francisco não são favoráveis à desova, apresentando temperatura abaixo de 24 °C, vazão constante, transparência elevada e menor teor de oxigênio dissolvido, características influenciadas principalmente pelo hipolímnio do reservatório”. Ainda segundo os autores, à jusante do rio Abaeté, um dos afluentes do São Francisco, é alta a frequência de fêmeas com características de desova recente e com baixa frequência de atresia folicular. Isso se deve às condições favorecidas pelas águas do rio Abaeté. Notou-se a particularidade das comunidades também quando os entrevistados foram indagados acerca dos locais proibidos de pesca. As diferentes respostas indicaram o reflexo do ambiente sobre o conhecimento ecológico local. Os entrevistados citavam lugares proibidos de pesca de acordo com o meio em que se inseriam. Isso não indica um desconhecimento da legislação pesqueira, e sim o estabelecimento de prioridades, em que os pescadores priorizam as leis que vigoram seu entorno. Isso foi notável nas respostas obtidas no município de Ibiaí, em que a maioria dos entrevistados (em um total de 7), afirmaram não haver restrições de locais para a pesca no São Francisco. Esse trecho do rio está compreendido no Médio São Francisco, onde se apresenta como um rio de planalto, tendo, portanto, menor velocidade (SATO & GODINHO, 1999). Não se observa a presença de cachoeiras e corredeiras no trecho próximo ao município de Ibiaí.

O gráfico 2 compara as respostas obtidas de todos os entrevistados com aquelas obtidas dos pescadores de Ibiaí.

Gráfico 2. Respostas sobre os locais proibidos de pesca

4.3. CONFLITOS ENTRE OS ÓRGÃOS LEGISLADORES E OS PESCADORES

PROFISSIONAIS

Além de apresentar especificidades de região para região, ainda encontra-se desacordo dos pescadores em relação às normas que restringem a pesca em determinados locais.

Eles alegam o seguinte: em corredeira é lugar do peixe descansar, um cardume ali. Então às vezes uma pessoa chega lá e joga uma tarrafa e pega um monte de peixe de uma vez, porque o peixe está sem defesa. O que eles alegam é isso. Mas os peixes enganam, né. O peixe na corredeira tem mais defesa do que nos poços. Porque poço geralmente tem cascalho, terra. Na corredeira não: é cheio de pedra lá. Você joga a tarrafa e eles passam debaixo. Se têm 20 ou 30, vai pegar um, dois ou três. (Pescador profissional artesanal, 45 anos, Colônia Z – 21, Buritizeiro).

Para coibir a pesca em cachoeiras e corredeiras, foram criadas normas específicas que proíbem a atividade a menos de 200 m de tais locais, como por exemplo, a Portaria n. 92, de 6 de outubro de 1995, do IBAMA. Segundo GODINHO *et al.* (2003), a proibição da pesca em corredeiras se baseia na premissa de que ela é mais produtiva do que em outros ambientes. Porém, conforme o estudo que os autores

fizeram, nas corredeiras de Buritizeiro o rendimento da pesca é baixo, sendo necessária portanto a revisão de sua proibição. "Por ser em área reduzida, bem definida e com pequeno número de usuários, a pesca nas corredeiras de Buritizeiro apresenta condições únicas para ser modelo experimental de gestão participativa de recursos pesqueiros no alto-médio São Francisco" (GODINHO, *et al.*, 2003:358). Desde a regulamentação do Código de Pesca (Decreto-Lei 221) de 1967, a pesca é proibida em tais corredeiras, sendo que os trabalhadores exercem de maneira ilegal suas tradições profissionais. De acordo com THÉ (2003), a pesca nas corredeiras de Buritizeiro compõe um dos mais restritivos e complexos sistemas de regras. Nesse sistema, verificou-se a existência de quatro tipos de direito de uso das corredeiras: adquirido, herdado, consentido e comprado por terceiros. Sua organização ocorre pela divisão dos sítios de pesca e horários cabíveis aos pescadores que possuem tais direitos. Esse é um exemplo de que, a partir do conhecimento ecológico local, novas regras são estabelecidas, proporcionando um manejo mais bem sucedido dos recursos naturais.

Os pescadores entrevistados de Três Marias e Beira Rio também se mostram insatisfeitos com a proibição da pesca na área de segurança da CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais). Alegam que, por lei, é permitido fechar apenas 300m a jusante da represa, porém a empresa proíbe o acesso a mais de 1000 m.

Tem a área da usina, que por lei manda 300m e a empresa quer fazer a lei com 1210m. O pescador é que fica prejudicado, porque a polícia ao invés de estar cuidando do cidadão está cuidando dos direitos da empresa. Tem muita divergência com os pescadores profissionais por causa disso. (Pescador artesanal profissional, 23 anos, Colônia Z – 5, Beira Rio).

Dizem se sentir prejudicados também pela norma que estabelece a proibição de pesca em corredeiras. Segundo os próprios pescadores, no trecho do rio situado na região de Três Marias não há local em que as águas são lânticas, sendo que esse trecho há o predomínio de águas rápidas. Um dos fiscais entrevistados da PMA concordou com tal afirmação, dizendo que, se fosse analisar a lei na sua integridade, não existiria pesca na região. Porém, afirmou que, devido a essas restrições ambientais, a fiscalização é mais maleável, só atuando em casos em que o pescador está trabalhando sobre as cachoeiras e corredeiras, desconsiderando a distância de 200 m que a lei exige.

Outro quesito bastante mencionado foi a proibição de certos petrechos de pesca, tais como o tarrafão (por uns chamado de tarrafa de arrasto) e o arpão (conhecido

também como fisga). Os pescadores justificam sua oposição a essa proibição baseados na especificidade das técnicas e do comportamento das espécies.

A pescaria da tarrafa de arrastão é para pescaria de surubim. O barco tem 5m de comprimento, por exemplo, e a tarrafa de arrastão só arrasta 3m do rio. E eles proibem uma pescaria dessas!!! Aqui a gente usa só uma tarrafa de 24 m de volta. Mas ela não vai arrastar 24m, ela vai ficar uns 5 m dentro do barco e vai gastar roda até chegar lá no fundo. Ela vai arrastar no máximo uns 3-4 m. É tarrafa que foi feita para pegar surubim, não pega fora da medida e, se caso pegar fora da medida, tem como soltar o peixe, porque ela não mata. (Pescador artesanal profissional, 28 anos, Colônia Z – 5, Três Marias).

A pescaria de fisga é uma pescaria predatória. Mas a pescaria de fisga é o seguinte: você coloca o lampião no bico do barco e vai vendo o peixe. Você pega o peixe que você vê. O lampião tem um alcance mais ou menos de uns dois metros de profundidade, uns oito metros em volta. Então é uma pescaria só realizada na água limpa. (Pescador artesanal profissional, 28 anos, Colônia Z – 5, Três Marias).

Proíbem a fisga, mas é uma das pescas mais seletivas, porque você vê e não vai jogar em peixe que está fora da tabela. (Pescador profissional artesanal, 46 anos, Colônia Z – 20, Ibiaí).

Embora as justificativas sejam plausíveis, existem controvérsias entre os próprios pescadores. Há aqueles que afirmam que a tarrafa de arrastão não seleciona as espécies, pescando todas que estão vulneráveis, já que “arrastam até o fundo do rio”. Em relação à fisga, o argumento contrário se baseia na possibilidade de fuga do peixe, após ter sido atingido pelo arpão. Dessa forma, diminuiria a capacidade de sobrevivência do animal. Esses são os argumentos também usados pelos órgãos legisladores. Apesar de todas essas discórdias, o conflito maior se centra nas diferenças entre as portarias do IBAMA e do IEF, que determinam o período de defeso da piracema. Segundo os pescadores, os dois órgãos disputam entre si a primazia do ordenamento da pesca no rio São Francisco, criando leis próprias e causando uma enorme confusão na compreensão dos pescadores sobre seus direitos e deveres relacionados ao exercício de sua atividade profissional.

O IBAMA tinha data certa, aí depois veio o IEF e ficou aquela bagunça. Um fechava no dia 1 de novembro e o outro no dia 1 de outubro. Um liberava no dia 1 de fevereiro e o outro em março. Então ficava aquela divergência, aquela briga de gato e rato, para ver quem tem mais poder do que o outro. (Pescador profissional artesanal, 23 anos, Colônia Z – 5, Beira Rio).

As portarias são desencontradas, porque às vezes vem a do IBAMA, depois a do IEF contradizendo-a. Tem a portaria do IBAMA que sai no mês de outubro e a do IEF em dezembro ou janeiro. E é uma diferente da outra. São diferentes porque uma proíbe uma coisa e outra proíbe outra. (Pescador artesanal profissional, 66 anos, Colônia Z-1, Barra do Guaicui).

Hoje acaba tendo muito conflito com as polícias, com os pescadores, porque fica difícil de saber qual é o jeito profissional de pescar no nosso País. (Pescador artesanal profissional, 69 anos, Colônia Z-5, Beira Rio).

4.4. CONFLITOS ENTRE OS ÓRGÃOS FISCALIZADORES E OS PESCADORES PROFISSIONAIS

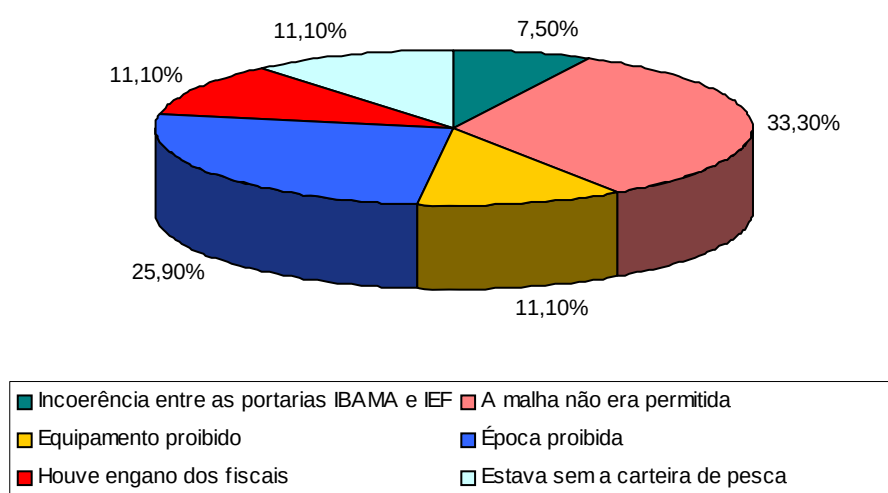
Embora haja uma discordância dos pescadores com a legislação vigente, o conflito direto ocorre dentro do rio, com os fiscais do meio ambiente. No estado de Minas Gerais essa tarefa foi delegada à Polícia Militar Ambiental (PMA), sendo que tanto o IBAMA quanto o IEF possuem convênios com ela. Isso se deveu à escassez de recursos humanos, criando-se a necessidade de um reforço. Ainda que exista esse reforço, há a denúncia da insuficiência no número de fiscais. Segundo os fiscais da PMA entrevistados, em Pirapora há oito policiais encarregados de fiscalizar uma área de 14000 Km², e em Três Marias são sete fiscalizando uma área de 46000 Km²; e normalmente um está de férias. Além disso, a atividade pesqueira não é a única que lhes compete fiscalizar, havendo também demanda no campo florestal.

De acordo com os relatos dos pescadores, os fiscais são vistos como inimigos, que apenas os perseguem com o intuito de infligir-lhes ações punitivas. Eles se sentem amedrontados pelos fiscais, ao passo que essa deveria ser uma relação de cumplicidade, já que o objetivo de ambos é o mesmo: a conservação dos recursos para que haja a sustentabilidade das atividades exercidas.

Como reflexo da incompatibilização das normas com as particularidades de cada região (incluindo aspectos ambientais e sociais) e da exclusão da classe pesqueira na elaboração de tais regras, o desacato às mesmas é elevado. Dos pescadores entrevistados, 72,5% já tiveram algum apetrecho de pesca apreendido. As causas para a apreensão foram diversas (gráfico 3), destacando o uso de malha com o comprimento entre os nós menor do que o permitido. Os pescadores em sua maioria concordam que com tal equipamento são pescados peixes pequenos, porém argumentam que fica

impossível sobreviver da pesca utilizando apenas petrechos legalizados, já que fatores exógenos - tais como emissão de esgotos urbano e industrial, contaminação por pesticidas e aumento do número de amadores – diminuiu drasticamente a quantidade de exemplares da ictiofauna.

Gráfico 3. Causas para a apreensão dos materiais de pesca, segundo os pescadores, no Alto - Médio São Francisco, MG



Outra causa freqüente foi a pesca realizada em época proibida, na maioria das vezes durante o defeso da piracema. Segundo os pescadores, o seguro desemprego de um salário mínimo é insuficiente para sustentar sua família, dessa forma eles se vêem obrigados a fazer outros tipos de trabalho ou então pescar clandestinamente. Quando possível, eles praticam agricultura de subsistência também.

Apesar de menos freqüentes, mas não menos relevantes, foram citadas como causas também a incompreensão das portarias do IBAMA e IEF; a ocorrência de engano pelos fiscais; o uso de equipamentos proibidos, como arpão e tarrafão e o fato de não estarem com a carteira de pesca no momento da abordagem. Nesse último caso, os pescadores conseguiram recuperar seu equipamento após apresentarem sua carteira. Nos demais casos, era freqüente a queima do material apreendido. Uma particularidade entre as respostas dos pescadores foi o fato de não mencionarem a apreensão de seus petrechos por pescarem em locais proibidos. Isso pode ser reflexo da maior tolerância na fiscalização de Três Marias e Beira Rio em relação ao local proibido, como já mencionado, e da impossibilidade de profissionais pescarem nas corredeiras de

Buritizeiro, já que, segundo THÉ (2003), nesse local compõe-se um sistema de regras que restringem o número de usuários. Nos casos de Barra do Guaicuí e Ibiaí, por distarem das sedes de fiscalização, essa é menos intensa, sendo mais freqüente no período de piracema. Dessa forma a apreensão de materiais se deve à pesca em época proibida e não ao local proibido.

Um tema polêmico e também citado foi o uso de violência dos fiscais na hora da abordagem.

Têm alguns (fiscais) que são gente boa. Falam o que está errado e orientam como a gente tem que fazer, dizendo o que está errado. Mas têm outros que já chegam no abuso, ao invés de chegar conversando numa boa com o pescador... Eu acho que sentando e conversando, o pescador vai ser mais bem orientado, não vai trabalhar errado, não vai trazer conflito nem pra ele (fiscal) e nem para o pescador. (Pescador artesanal profissional, 23 anos, Colônia Z – 5, Beira Rio).

Os fiscais chegam metendo o barco deles em cima do barco dos profissionais, metendo arma também. Para esses órgãos o pescador profissional é um marginal. (Pescador artesanal profissional, 66 anos, Colônia Z – 1, Barra do Guaicuí).

Isso pode ser reflexo do despreparo dos fiscais para lidar com os pescadores. Quando um dos policiais entrevistados foi questionado sobre a existência de treinamento específico para tal finalidade, afirmou que isso ocorre no cotidiano deles, não havendo nenhum curso preparatório. No caso específico de Três Marias e Beira Rio, os pescadores dizem que o problema não ocorre com os fiscais locais, mas sim com aqueles que “vem de fora”, ou seja, com aqueles que estão ligados a uma sede de outro município, mas que chegam a fiscalizar o rio em Três Marias também. Houve diversos relatos denunciando a violência desses últimos, sendo eles acusados de agredir o pescador profissional, de ameaçá-los com armas e de destruir seus barracos, ateando fogo.

Chegou (fiscal do IBAMA) no barraco dos meninos, todos dois pais de família, e ameaçou de matar os meninos. Eles estavam com o prato na mão e não podiam jantar. Esses caras sofreram tanto! Imagina você sendo ameaçado de morte por um cara bêbado, trabalhando bêbado. Foi por Deus que não aconteceu nada com eles. Um deles pedia até “pelo amor de Deus! Não faz isso não”. Mas aí ficou por isso mesmo. Eles não tiveram coragem de representar queixa. (Pescador artesanal profissional, 34 anos, Colônia Z – 5, Três Marias).

A tabela 2 explicita as mudanças que os pescadores entrevistados sugerem aos órgãos fiscalizadores. É perceptível que eles clamam por menos violência nas abordagens.

TABELA 2: SUGESTÕES AOS ÓRGÃOS FISCALIZADORES

	N	%
Maior educação entre os fiscais	8	23,5
Maior aproximação entre os fiscais e os pescadores.	5	14,7
Fiscalização mais educativa e menos repreensiva.	5	14,7
Sem sugestões: “Está bom como está”	5	14,7
Fiscalização do rio pelos pescadores	2	5,9
Aumento do número de fiscais	2	5,9
Fiscalização dos outros usuários	2	5,9
Total	34	100

Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

Apesar de pouco freqüente, a sugestão de “fiscalizar outros usuários também” denuncia a parcialidade no momento da fiscalização. No relato abaixo, observa-se a impunidade favorecendo proprietários de terra:

Queria que melhorasse a beirada do rio, porque os ranchos fecham a beira com cerca. Ninguém fiscaliza. Um advogado fez um muro de pedra. Uns pescadores de fora cortaram um pedaço da cerca. Então um detetive foi na minha casa para me interrogar. Ele me procurou três vezes. Mas em uma das vezes eu pedi para a minha filha dizer que eu não estava. O detetive convocou a colônia, O IBAMA e a PMA, conseguiu embargar o muro por muito tempo, por volta de um ano. Mas agora o advogado terminou de construir. Depois teve um jogador de futebol que fez o mesmo. E depois vieram muitos fazendo o mesmo. Não tem jeito de sair para pescar porque eles estão comprando o rio. (Pescadora artesanal profissional, 45 anos, Colônia Z – 5, Beira Rio).

Outro ponto relevante se refere à fiscalização do rio pelos próprios pescadores: a fiscalização comunitária. Quando questionados sobre isso, poucos mencionaram enxergar uma vantagem nessa atitude. Os que eram favoráveis justificavam sua posição com a afirmação de que ninguém melhor conhece o rio do que os pescadores profissionais e, por isso, são eles que devem fiscalizá-lo. Já os demais, que eram a maioria, alegaram a possibilidade de causar inimizades com seus companheiros e outros foram mais longe, temendo ameaças de morte.

4.5. CONFLITOS E CONTRADIÇÕES DENTRO DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS LEGISLADORES E FISCALIZADORES DA PESCA

Que houvesse conflitos entre os pescadores e os órgãos governamentais já era esperado. Entretanto, foram observadas também divergências entre e dentro dos próprios órgãos. O maior conflito se expressa entre as legislações federal e estadual, referentes ao IBAMA e IEF respectivamente. Isso pode ser claramente observado na fala de um funcionário do IEF de Belo Horizonte, ao ser questionado sobre o procedimento na elaboração da lei estadual.

A Legislação Federal tem que ser mais ampla, para que a Estadual possa colocar os pormenores de cada localidade. Só que eles foram em detalhes na Federal. Então, tem coisas que a gente não consegue mexer, como o tamanho da malha. Não podemos normatizar a pesca nas cachoeiras de Pirapora e nem a pesca de manjuba em Três Marias. A Legislação Federal faz só três divisões do estado de Minas Gerais: Bacia do Rio Grande/Paranaíba; do São Francisco e do Leste. Essa última abrange uma área muito vasta do estado e as condições climáticas no sul dela são bem diferentes das do norte. Mas eles elaboram apenas uma única portaria para toda essa bacia. E a gente só pode ser mais restritivo, não temos o direito de sermos mais amplos que a Legislação Federal. (Representante do IEF, Belo Horizonte).

Em relação ao tamanho da malha, à qual o funcionário do IEF fez menção, um funcionário do IBAMA de Três Marias justificou que, apesar de alguns setores do ordenamento pesqueiro terem sido delegados ao estado, o cuidado com a fauna aquática ainda é função da União, e por isso quem desenvolve pesquisas determinando os equipamentos permitidos, assim como o tamanho mínimo de captura do pescado, é o IBAMA.

O problema é ampliado quando externalizado à classe pesqueira, como é o caso das portarias que regulamentam o defeso da piracema. Segundo um representante do IEF, não há contradições entre as duas portarias, apenas uma restrição maior na do estado. Entretanto, afirmou que é difícil normatizar com igualdade, visto que o IBAMA e o IEF se reúnem para tal finalidade, mas que, após essa reunião, a portaria do IBAMA ainda precisa ser aprovada em Brasília, ocorrendo lá várias alterações. O funcionário do IBAMA também afirmou não haver contradições entre as duas portarias, apenas uma diferença de interpretação, já que a linguagem das duas nem sempre é a mesma. Porém,

essa divergência na interpretação pode ocasionar danos sérios, deixando pescadores e fiscais da PMA confusos sobre qual norma aplicar.

A gente prioriza a que for mais proibitiva (das portarias). Mas ultimamente têm conflitos entre o IBAMA e o IEF que dificultam nossa ação fiscalizatória e a compreensão do pescador. (Fiscal da PMA, Três Marias).

Geralmente as portarias são iguais, mas às vezes há problemas na interpretação, sendo que causa até um certo embaraço na fiscalização. (Fiscal da PMA, Pirapora).

Foram encontradas divergências também em relação à visão que os representantes entrevistados possuem sobre os pescadores profissionais e os demais usuários do rio. Segundo o policial entrevistado em Três Marias, ocorrem mais autuações sobre os pescadores amadores, porém elas se dão pela ausência da licença de pesca e não por causa de depredação ambiental. Ainda afirma que apesar de os profissionais serem autuados em menor número, na maioria dos casos se deve ao uso de equipamentos proibidos e pesca em locais não permitidos. Já o representante do IBAMA, também de Três Marias, afirma que os amadores são mais responsáveis pelo impacto no rio do que os profissionais.

A pesca profissional para mim é a que menos degrada o rio. Na fiscalização de piracema, enquanto você encontra cinco, seis pescadores profissionais, você encontra 200, 300 e até 600 pescadores amadores. Se 600 pescadores amadores capturarem 5 Kg no período da piracema, imagina a quantidade de pescado que eles vão capturar no período de piracema. Enquanto que os profissionais são proibidos de utilizarem seus equipamentos, que é rede, tarrafa. (Representante do IBAMA, Três Marias).

Nota-se que o discurso do representante do IBAMA baseia-se na capacidade intuitiva de estoque pesqueiro que o rio possui, enquanto que o fiscal da PMA baseia-se na legislação em vigor, sem questionar sua veracidade mediante as particularidades da região. Há também uma confusão comum, causada principalmente na região de Pirapora/ Buritizeiro: pescadores profissionais e clandestinos são considerados um só. Na verdade, clandestinos são aqueles que, apesar de terem sua fonte de renda provinda da pesca, não possuem a carteira que os profissionalizam. Essa confusão acaba por generalizar a visão que os fiscais possuem sobre os profissionais.

Nota-se, infelizmente, que as contradições mais críticas ocorrem dentro do próprio órgão. Podemos citar o caso do IEF, em que o representante de Belo Horizonte é a favor de uma maior aproximação com os pescadores profissionais, sugerindo a participação ativa desses na gestão dos recursos pesqueiros, já que são os maiores interessados na sustentabilidade do recurso. Em contrapartida, o representante da sede de Pirapora afirma que a pesca profissional tem que cada vez mais ser restringida, já que “são os maiores depredadores do rio”. Em seu discurso ainda defende os pescadores amadores e os fazendeiros, em detrimento aos pequenos proprietários. Segundo ele, esses últimos também poluem demasiadamente o rio por não possuírem “tecnologia” em suas propriedades. Porém, a mais crítica de suas afirmações ocorreu quando questionado sobre o fechamento das lagoas marginais feito pelos latifundiários. Em sua resposta, defendeu-os justificando que a culpa era do gado, que na época da seca pastava sobre o canal das lagoas, fechando-o em decorrência do pisoteio.

Essa contradição intra-órgão ocorreu também no IBAMA. Quando questionados a respeito do destino dos materiais de pesca apreendidos, os representantes de Pirapora e Três Marias deram duas respostas controversas. Segundo o primeiro, o material deve ser incinerado. Fez essa afirmação também em uma das oficinas realizadas pelo Projeto UFSCar/ IARA. Já o representante de Três Marias afirmou que “o IBAMA não tem autonomia e nem competência para decidir o que fazer com os materiais apreendidos. Quem decide isso é a Justiça”.

Nota-se que há contradições não apenas na classe pesqueira, mas também nos órgãos governamentais. E isso pode culminar para o acirramento dos conflitos existentes entre os mesmos e os pescadores, já que reflete diretamente no cotidiano dos mesmos. Tais contradições dos órgãos legisladores retiram dos pescadores uma norma invariável a qual se referir para orientar seu comportamento.

4.6. A PARTICIPAÇÃO DOS PESCADORES NA ELABORAÇÃO DAS LEIS

A parcialidade na forma de como os recursos pesqueiros são geridos mostrou a urgência na participação dos pescadores em seu ordenamento. Porém, muitos se sentem incapazes de tal proeza (tabela 3). Uma das causas para tão baixa auto-estima é a forma de como os recursos sempre foram administrados: pela política de comando e controle. Nesse sistema, eles encontravam-se no papel de submissos às ordenações do Estado. De

certa forma eles assumiram essa colocação, talvez por comodidade ou por falta de instrução. Entretanto, nas circunstâncias atuais, torna-se inviável a omissão de tais usuários na gestão dos recursos.

A tabela 3 explicita quais foram as posições adotadas pelos entrevistados ao serem questionados de como participar na elaboração da legislação pesqueira. Quando tiveram uma visão otimista, grande parte atribui ao presidente da colônia de pesca o papel de buscar o espaço da classe de pescadores junto aos órgãos legisladores. Mesmo em meio a esse quadro, houve aqueles que assumiram tal responsabilidade, sugerindo que houvesse reuniões entre os órgãos em questão e todos os pescadores, convocando-os para reuniões na colônia ou marcando uma assembléia em outros locais. Neste caso caberia tanto aos pescadores quanto aos representantes dos órgãos convocar as assembléias.

TABELA 3: COMO OS PESCADORES PARTICIPARIAM NA ELABORAÇÃO DAS LEIS

	N	%
Participar por meio do presidente da colônia	9	29,0
Acreditam não terem “voz” para participarem da elaboração das leis	9	29,0
Elaborar assembléias entre os órgãos e os pescadores	8	25,8
Não se sabe como	3	9,7
Convocar os órgãos para reuniões nas colônias	2	6,5
Total	31	100

Fonte: Pesquisa IDRC, julho de 2005.

Segundo os representantes do Estado entrevistados, os órgãos se mostram favoráveis a uma maior aproximação com a classe pesqueira, achando justo que também participem da elaboração das leis. Porém, quando interrogados sobre como poderia ocorrer tal aproximação, apenas o representante do IEF de Belo Horizonte mencionou que devem se reunir com os pescadores não só para divulgar as novas portarias, mas também para discutir quais são suas dificuldades, suas reivindicações e as particularidades locais. Os demais representantes atribuíram aos pescadores toda a tarefa de “correr atrás”.

5. Considerações Finais

Nota-se a existência de uma rica compreensão ecológica pelas comunidades pesqueiras, aliada a práticas de manejo singulares. Esses dois fatores podem contribuir muito para o manejo dos recursos naturais. Os pescadores são possuidores de um vasto conhecimento sobre os comportamentos reprodutivo e migratório dos peixes, seus hábitos alimentares e seu habitat. Em sua profissão tornam-se aptos a observar a natureza e seus fenômenos, sendo capazes de descrevê-los de forma única.

É necessário observar as particularidades de cada comunidade, que muitas vezes têm no seu conhecimento o reflexo do seu entorno. Dessa forma não existe apenas um saber tradicional, e sim múltiplos saberes que, por vezes, se contradizem. Apesar dessas contradições, esse conhecimento local não deve ser ignorado e invalidado, visto que cada região propicia condições diferentes ao manejo sustentável da pesca. Porém, torna-se necessária a verificação pelo conhecimento científico das peculiaridades evidenciadas pelo saber tradicional. Deve-se investigar, em cada caso, se os impactos causados por uma mudança na legislação pesqueira trarão mais benefícios ao rio e a seus usuários, sem favorecer determinadas comunidades em detrimento de outras.

Embora o estabelecimento de uma relação entre os conhecimentos local e o científico, aliados ao saber expresso na legislação, possa propiciar um manejo sustentável dos recursos, há ainda o descrédito por parte do Estado, que julga o conhecimento tradicional dotado de mitos e crenças que, segundo ele, descaracterizam a verdade. Esse pensamento ocidental da verdade culmina para uma gestão dos recursos centralizada no Estado, sendo esse responsável por ditar as regras para que os usuários obedeçam.

Tal política tem como consequência o surgimento de conflitos entre os órgãos legisladores da pesca e os pescadores. Estes, por serem subjugados na elaboração da legislação, não se inserem como indivíduos cumpridores da mesma, já que, em grande parte dos casos, as particularidades do seu local de trabalho, assim como suas condições sociais, são ignoradas. Essa característica não funcional das leis poderia ser evitada caso a comunidade pesqueira fosse inserida como um agente também formulador das mesmas. Além de diminuir o número de infrações, isso contribuiria para uma maior

sustentabilidade dos recursos, já que os pescadores são possuidores de um conhecimento capaz de promover um manejo sustentável do meio.

Apesar dessa discordância com os órgãos legisladores, são os fiscais que se relacionam diretamente com os pescadores. São a expressão direta das normas vigentes. E nessa relação, os conflitos se acirram. Alguns fiscais têm atitudes violentas, enquanto outros fiscalizam parcialmente os usuários. Tais atitudes refletem de forma negativa sobre os pescadores, sendo que esses perdem a confiança na fiscalização, vendo-a apenas como um critério de repreensão que prejudica sua atividade pesqueira. Como consequência disso os pescadores sugeriram, com grande frequência, que houvesse uma maior aproximação com os órgãos fiscalizadores. Porém, tal aproximação não deve ocorrer se restringindo à formação de laços afetivos, abrindo as portas para uma corrupção também afetiva. Deve-se promover um intercâmbio de conhecimentos que possibilite a ambos profissionais compreender melhor qual o papel do outro sobre o rio, criando alternativas para o manejo sustentável dos recursos.

A tendência ao fracasso no manejo dos recursos naturais se intensifica com as discordâncias existentes entre e dentro dos próprios órgãos governamentais. Essas divergências enfraquecem a funcionalidade de tais órgãos e culminam para o aumento dos conflitos entre os mesmos e os pescadores. A legislação, que deveria ser de interpretação única, recebe múltiplas leituras que se divergem em sentido pelos próprios fiscalizadores e legisladores. Tal fato submete os usuários do recurso a aplicações controversas das leis.

Diante de tais circunstâncias, conclui-se que, para que haja um manejo efetivo dos recursos pesqueiros, não basta capacitar apenas os pescadores profissionais, mas também os técnicos dos órgãos governamentais. É necessário que a interpretação da legislação seja a mesma para todos os seus formuladores e aplicadores. Além disso, para que as particularidades de cada região sejam consideradas na elaboração das leis, as comunidades tradicionais devem participar na sua feitura. Para isso, necessita-se de que o preconceito sobre o conhecimento local seja minado. É preciso compreender que crenças, valores éticos e mitos são capazes de contribuir para um conhecimento mais detalhado do ambiente. E ainda, faz-se necessária a equidade de poder nas decisões entre os diversos usuários dos recursos hídricos e o Estado, culminando para uma gestão participativa e igualitária. Por fim, torna-se essencial a busca por interesses e objetivos comuns de todos os gestores no manejo dos recursos naturais.

6. Referências Bibliográficas

- BAZZOLI, N. Parâmetros reprodutivos de peixes de interesse comercial na região de Pirapora, p. 291-306. In: H. P. GODINHO & A. L. GODINHO (org). **Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. 468p.
- BERKES, F. 1998. The nature of traditional ecological knowledge and the Canada – wide experience. **Terra Borealis**, 1998, 1: 1-3.
- BERKES, F. E FOLKE, C. 1998. Linking social and ecological systems for resilience and sustainability. In: **Linking social and ecological systems**. Ed. Berkes, F. e Folke, C. Cambridge University Press, USA, pp. 1-27
- BERKES, F. 1999. Context of Traditional Ecological Knowledge. **Em Sacred Ecology: Traditional Ecological Knowledge and Resource Management**. Fikret Berkes. Taylor and Francis, Philadelphia. p. 4-15.
- BROOKS, A. River channel change, p. 55-75. In: P. CALOW & G. E. PETTS (ed.). **The rivers handbook: hidrological and ecological principles**. London: Blackwell Science, v.1, 1992. 526p.
- ESTEVEZ, F. A. **Fundamentos de Limnologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1998. 600p.
- FARIA, I. M. 2002. **Vozes e imagens do rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e problemas ambientais**. Dissertação de mestrado, Centro de Educação e Ciências Humanas da UFSCar. São Carlos/SP.
- FREEMAN, M.M.R. 1992. The Nature and Utility of Traditional Ecological Knowledge. **Northern Perspectives**, 20 (1): 9-12.
- GODINHO, A. L., POMPEU, P. S. A importância dos ribeirões para os peixes de piracema, p. 361-372. In: H. P. GODINHO & A. L. GODINHO (org). **Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. 468p.

- GODINHO, A. L.; M. F.G. BRITO & H. P. GODINHO. Pesca nas corredeiras de Buritizeiro: da ilegalidade à gestão participativa, p. 347-360. **Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. 468p.
- HOLLING C. S. e MEFFE, G. K. 1996. Command and Control and the Pathology of Natural Resource Management. **Conservation Biology**, Vol. 10, No. 2: 328
- JIMÉNEZ-SEGURA, L. F.; A. L. GODINHO & M. PETRERE JR. As desovas de peixes no alto-médio São Francisco, p. 373-387. In: H. P. GODINHO & A. L. GODINHO (org). **Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. 468p.
- LAMAS, I. R. **Análise de características reprodutivas de peixes brasileiros de água doce, com ênfase no local de desova**. Belo Horizonte: Instituto de Ciências Biológicas, UFMG, 2000. 56p.(Dissertação, Mestrado em Ecologia, Conservação e Manejo de Vida Silvestre).
- MELLO, L.G., 1995. **Antropologia cultural: Iniciação, teoria e temas**. Petrópolis, Vozes, 6ª edição.
- PLANVASF, 1989. **Programa para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura**. Brasília, Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco.
- PAIVA, M. P. 1982. Grandes Represas do Brasil. Brasília: Editerra.
- SAMMONS, S. M.; L. G. DORSEY & P. W. BETTOLI. Effects of reservoir hydrology on reproduction of largemouth bass and spotted bass in Normandy reservoir, Tennessee. **North Amer. J. Fish. Manage.** 19 ;78-88, 1999.
- SANTOS, G. M. Caracterização, hábitos alimentares e reprodutivos de quatro espécies de “aracus” e considerações ecológicas sobre o grupo no lago Janauacá, AM (Osteichthyes, Caracoidei, Anostomidae). **Acta Amazônica** 12(4):713-739, 1982.

- SATO, Y., GODINHO, H. P. 1999. Peixes da bacia do rio São Francisco. Em: **Estudos Ecológicos de Comunidades de Peixes Tropicais**. Ed. USP, São Paulo, p. 401- 413.
- SATO, Y.; N. BAZZOLI; E. RIZZO; M. B. BOSCHI & M. O. T. MIRANDA. Impacto a jusante do reservatório de Três Marias sobre a reprodução do peixe reofílico curimatá-pacu (*Prochilodus argenteus*), p. 327-345. . In: H. P. GODINHO & A. L. GODINHO (org). **Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. 468p.
- TAVARES, E. F. **Biologia reprodutiva do piau-gordura *Leporinus piau* Fowler, 1941 (Pisces, Anostomidae) da represa de Três Marias, rio São Francisco, MG**. Belo Horizonte: Instituto de Ciências Biológicas, UFMG, 1986. 108p. (Dissertação, Mestrado em Morfologia).
- THÉ, A. P. G. (2003). **Conhecimento ecológico, regras de uso e manejo local dos recursos naturais na pesca do Alto-Médio São Francisco, MG**. São Carlos: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, UFSCar, 2003. 197p. (Tese, Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais)
- TRAJANO, E. Food and reproduction of *Trychomycterus iacarambiensis*, cave catfish from south eastern Brazil. In: **J. Fish Biol.** 51:53-63, 1997.
- VALÊNCIO, N. F. L. S., MENDONÇA, S. A. T., LEME, A. A., GONÇALVES, J.C., MARTINS, R. C., FÉLIX, S. A. 2001. Condições de Vida e Trabalho do Pescador Profissional da Bacia do Alto/Médio São Francisco. Em: **Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil**. Org. Valêncio, Leme e Martins. Ed. RiMa, São Carlos, p.187 –204.
- VIERTLER, R. B. 2002. Métodos Antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia. . Em **“Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas”**. Ed. Amorozo, M.C. M, Ming, L.C., Silva, S.P. pp 11-29

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH
Departamento de Artes e Comunicação

ANEXO 2.6

Pesquisa IDRC e UFSCar:
ANOTAÇÕES SOBRE PRODUÇÃO DE IMAGEM

Prof Dr. Arthur Autran Franco de Sá Neto

SÃO CARLOS
Fevereiro/2005

- DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES

A participação dos alunos Daniel Sanchis, Fábio Ueno, Ian Mazzeu e Ronald Kashima – ligados ao Curso de Imagem e Som da Universidade Federal de São Carlos – no projeto “Peixes, Pessoas e Água”, sob a minha orientação no que tange às atividades ligadas ao audiovisual, iniciou-se em 2004.

Neste ano os alunos citados estiveram em diversas cidades da região do alto e médio São Francisco e além de colaborarem na realização do censo comunitário – atividade orientada pelos Profs. Drs. Maria Inês Mancuso (Depto. de Ciências Sociais) e Valter Robério Silvério (Depto. de Ciências Sociais) –, também fizeram gravações de entrevistas com diversos habitantes das localidades visitadas, registraram em vídeo diversas atividades desenvolvidas no contexto do projeto – tais como oficinas, palestras, encontros, etc. – e menor escala captaram imagens de aspectos das cidades visitadas.

No total foram captadas setenta horas de material, que resultaram no vídeo institucional *Peixes, Pessoas e Água*, com duração de aproximadamente 20 minutos, finalizado ainda no ano de 2004 e apresentado em algumas comunidades anteriormente visitadas.

Já em 2005, os alunos decuparam a totalidade do material captado, descrevendo resumidamente seus conteúdos, e fizeram cópias em VHS a partir das fitas DV, a fim de facilitar o manuseio das imagens pelos pesquisadores sem danificar os *masters*.

Em fins de 2004 os alunos Daniel Sanchis, Ian Mazzeu e Ronald Kashima apresentaram como projeto de finalização de curso o roteiro de documentário *Três Marias*, que foi aprovado para realização no ano seguinte com a minha orientação. Este documentário, um projeto curricular do Curso de Imagem e Som, trata da cidade de Três Marias, a qual havia sido visitada pelos alunos no contexto do projeto “Peixes, Pessoas e Água”. Impressionados com as contradições sociais e ambientais do lugar, estes alunos resolveram desenvolver o roteiro abordando tais problemas, levando a cabo para tanto pesquisa que incluiu leitura de bibliografia, realização de entrevistas e visionamento de filmes e fotos. O projeto foi realizado no ano de 2005 com produção do Depto. de Artes e Comunicação da Universidade Federal de São Carlos e apoio da Secretaria de Cultura de Três Marias, tendo sido filmado em maio, editado entre julho e setembro, finalizado em outubro e exibido em São Carlos, São Paulo e Três Marias em novembro. Submetido em dezembro a banca composta pelo orientador, pela Profa. Dra. Maria Inês Mancuso e pelo Prof. Adriano Soriano Barbuto (do Depto. de Artes e Comunicação), o documentário obteve nota dez.

- ANÁLISE DE RESULTADOS

A participação dos alunos do Curso de Imagem e Som no projeto “Peixes, Pessoas e Água” possuiu, sem dúvida alguma, grande valia na sua formação em pelo menos dois sentidos: no campo profissional e no campo da cidadania.

No campo profissional foi fundamental que os alunos tivessem a experiência de se encarregar da realização dos registros imagéticos do projeto, construindo para si um sentido de responsabilidade a partir das obrigações para com os vários parceiros do projeto. Ainda no campo profissional, destaca-se a experiência em fazer o vídeo institucional *Peixes, Pessoas e Água*, tendo de se defrontar com as dificuldades provenientes do atendimento das expectativas daqueles que o encomendaram; tipo de atividade nem sempre possível no quadro de um curso de audiovisual no Brasil. Finalmente, a própria experiência de gravar durante várias semanas em lugar bem distante da universidade, obrigou o grupo a se organizar melhor e a buscar soluções para os problemas que surgiram.

No campo da formação dos alunos enquanto cidadãos a participação no projeto também foi fundamental, pois eles tiveram a vivência de uma realidade social com a qual não estavam acostumados. Todos oriundos da classe média, pela primeira vez conviveram mais longa e profundamente com setores sociais bastante pobres, como os pescadores do rio São Francisco. Desenvolver relações efetivas de respeito com estas pessoas e entender sua situação social gerou grande impacto intelectual nos alunos, a ponto de que sentiram necessidade de expressar parte dos problemas ali observados através do documentário *Três Marias*.

Finalmente, não se pode deixar de considerar também o trabalho de conclusão de curso *Três Marias* como extensão e resultado da participação dos alunos no “Peixes, Pessoas e Água”, posto que foi a partir das questões ali experienciadas que surgiu a idéia do documentário. Isto aponta para uma organicidade grande no desenvolvimento destes alunos ao longo do curso de Imagem e Som.

ANEXO 2.7

Outras produções dos alunos

USP - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**13º Simpósio Internacional de Iniciação Científica Resumo no.: 4468**

Título em Português: Pescadores artesanais, Estado e outros usuários do Alto-Médio rio São Francisco - Uma busca pela gestão participativa da pesca

Título em Inglês: Artisan fisheries, State and other users of São Francisco river - a search for participative management of fishing

Área de Pesquisa: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE / Ecologia

Resumo do Trabalho:

Objetivos: A partir do conhecimento ecológico local, o trabalho visou investigar a elaboração da co-gestão pesqueira. Para isso, averiguou-se a ciência que os pescadores profissionais têm das normas de pesca; a participação dos mesmos na elaboração das leis e a relação existente entre eles e os órgãos fiscalizadores da pesca. Verificou-se, também, a compreensão dos pescadores artesanais sobre o manejo local dos recursos hídricos e pesqueiros por outros usuários, como pescadores clandestinos e amadores, fazendeiros, indústrias, centros urbanos, buscando compreender as relações existentes entre esses usuários e as possíveis origens destas nas práticas locais de pesca.

Métodos: Os métodos para a coleta de dados foram entrevistas abertas semi-estruturadas. Para o diagnóstico utilizou-se a categorização das respostas e análise de discurso.

Resultados: A maioria dos pescadores artesanais conhece as normas da pesca, porém ainda não se organizam para exigir seus direitos frente aos órgãos governamentais, que se mostraram despreparados para fiscalizá-los. E, muitas vezes, entendem que a utilização dos recursos por outros usuários é agressiva ao meio e à sua profissão.

Conclusões: A partir do conhecimento que os pescadores profissionais possuem acerca dos outros usuários do rio e dos órgãos fiscalizadores e legisladores, é possível que haja a implantação da co-gestão da pesca. Porém, é necessário que haja maior capacitação dos mesmos.

Palavras Chave: gestão participativa - legislação da pesca - pescador artesanal - rio São Francisco

Ag. Financiadora do Projeto: IDRC - International Development Research Centre

ORIENTADOR

Nome: Nivaldo Nordi

Instituição/Sigla: Universidade Federal de São Carlos / UFSCAR

Abrev.: Nordi, Nivaldo

Unidade/Sigla: CCBS - Centro de Ciências Biológicas e Saúde

Bolsa/Ag.:

Departamento: Departamento de Hidrobiologia

Cidade/País: São Carlos/Brasil

Labor./Setor

AUTOR(1)

Nome: Fernanda Cristina dos Santos Tibério
Instituição/Sigla: Universidade Federal de São Carlos / UFSCAR
Abrev.: Tibério, Fernanda C. S.
Unidade/Sigla: CCBS - Centro de Ciências Biológicas e Saúde
Bolsa/Ag.: Sem Bolsa
Departamento: Departamento de Hidrobiologia
Cidade/País: São Carlos/Brasil
Labor./Setor

AUTOR(2)

Nome: Alline Braga Silva
Instituição/Sigla: Universidade Federal de São Carlos / UFSCAR
Abrev.: Silva, Alline B.
Unidade/Sigla: CCBS - Centro de Ciências Biológicas e Saúde
Bolsa/Ag.: Sem Bolsa
Departamento: Departamento de Hidrobiologia
Cidade/País: São Carlos/Brasil
Labor./Setor

CONTATO

Nome: Fernanda Cristina dos Santos Tibério
Telefone: 016-33611372 E-mail: nandatiberio@yahoo.com.br
Data de Validação do Trabalho: 18/09/2005

8ª. Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário Central Paulista UNICEP

Tema do Congresso: “Iniciação Científica: na Busca constante por novos talentos”

Data: 20 e 21 de outubro de 2005

Local: UNICEP – São Carlos/SP

Resumo: Publicado na pagina 330 dos Anais impressos do Congresso e também em CD.

RELAÇÕES DE GENERO ENTRE PESCADORES E PESCADORAS DO ALTO E MÉDIO RIO SÃO FRANCISCO

Gênero é hoje tema constante e obrigatório na discussão dos dilemas atuais da sociedade brasileira. Frente a essa necessidade, o foco deste trabalho são as relações sociais de gênero em grupos familiares residentes na região do Alto e Médio Rio São Francisco, que tem na pesca artesanal a fonte de subsistência.

Em levantamento realizado pelo Censo Domiciliar, em 2004, observou-se que gênero marca distinções. A pesca, atividade predominantemente de maior rendimento, no conjunto das localidades, é basicamente realizada por homens. Das atividades relacionadas à pesca, a captura, função nobre da ocupação, é predominantemente masculina. Às mulheres, em geral, cabem os serviços de limpeza do pescado e produção dos filés, atividades entendidas como extensão e complementação do trabalho do homem, e não de um trabalho que possa se converter em espaço de afirmação dela enquanto mulher. Portanto, o objetivo é analisar as relações de gênero frente às praticas cotidianas e representações como caminho para entender o processo de formação de identidades dentro das famílias de pescadores artesanais.

Uma importante fonte de dados para o estudo foi o Censo Domiciliar, pois auxiliou descrições detalhadas dos indicadores de vida dos pescadores. Do Censo também foi feito o processo de seleção da amostra para as entrevistas. As entrevistas foram semi-estruturadas, para permitir ao informante seguir espontaneamente a linha de seus pensamentos, mas, possibilitar ao pesquisador dirigir os relatos dentro do foco principal.

É compreendido que, identidade e gênero são categorias que dão sentido à vida cotidiana das pessoas e, portanto, são construídas nas relações e práticas sociais e simbólicas, seja no espaço doméstico ou fora dele, como foi observado nos trabalhos produtivos.

Este trabalho integra o Projeto “Pesca Continental do Brasil: Meios de Vida e Conservação Sustentável”, desenvolvido através da parceria entre Brasil e Canadá. Conta com o aporte financeiro de IDRC e CIDA, e apoio da Pró-Reitoria de Extensão (UFSCar).

A GESTÃO PARTICIPATIVA E OS CONFLITOS ENTRE AS COMUNIDADES PESQUEIRAS TRADICIONAIS E OS DEMAIS USUÁRIOS DOS RECURSOS NATURAIS NO ALTO/MÉDIO SÃO FRANCISCO – MINAS GERAIS

Tibério, Fernanda C. S.¹(IC); Nordi, Nivaldo. ¹(O); Thé, Ana Paula G.²(CO).
nandatiberio@yahoo.com.br

¹*Centro de Ciências Biológicas e Saúde, Universidade Federal de São Carlos;*

²*Universidade Federal de São Carlos - Pesquisadora associada*

O estudo do conhecimento e das práticas locais realizadas pelas comunidades ribeirinhas do rio São Francisco é fundamental para a avaliação da participação dos mesmos nos processos de discussão e negociação do manejo dos recursos naturais entre a comunidade, os outros usuários dos recursos pesqueiros e o Estado. No caso específico das comunidades estudadas, a relação com outros usuários dos recursos hídricos e pesqueiros, como, por exemplo, pescadores clandestinos, pescadores amadores e fazendeiros, pode tornar mais difícil o manejo e a conservação de tais recursos, e gerar conflitos na implantação da gestão participativa, apoiada pelo projeto de pesquisa e extensão “Rumo a Co-Gestão da Pesca no Vale do São Francisco” - IARA/UFSCar. Portanto, o entendimento de tais relações e conflitos pode trazer contribuições efetivas para a organização social dos pescadores artesanais e à conservação ecológica da região. Com objetivo de analisar a compreensão dos pescadores profissionais sobre os outros usuários dos recursos pesqueiros, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os mesmos. Além disso, foram feitas algumas entrevistas com pescadores amadores e clandestinos da região. Observa-se que há o domínio concentracionista da terra, que ocorre muitas vezes com a apropriação privada das lagoas marginais e o desvio de águas fluviais, colaborando para a redução do estoques pesqueiros no curso principal do rio. A carga de efluentes de origem industrial e doméstica, inclusive pela ampliação no número de estabelecimentos turísticos, compromete a qualidade da água. Há ainda um aumento significativo de pescadores amadores, isolados ou em clubes de pesca, que, ao capturar com a finalidade de recreação, acabam prejudicando os pescadores profissionais – cortando suas redes, roubando seus peixes, e desdenhando de sua carência e luta. E por fim, há a barragem de trechos do rio para fins de produção de energia elétrica, o que transforma o ambiente, tornando as características ambientais desfavoráveis às espécies nativas.

Instituição Financiadora: IDRC – International Development Research Centre

**INVESTIGACAO DO CONHECIMENTO ECOLOGICO LOCAL E DA
COMPREENSAO DA LEGISLACAO AMBIENTAL PELAS
COMUNIDADES PESQUEIRAS DO ALTO-MEDIO SAO
FRANCISCO.
MINAS GERAIS**

Silva, Alline B.1 (IC); Nordi, Nivaldo1 (O); The, Ana Paula G.1 (CO).

enzima_malica@yahoo.com.br

1 Universidade Federal de São Carlos - Centro de Ciências Biológicas e Saúde

Muitos pesquisadores têm discutido as razões para exemplos de insucesso no manejo dos recursos naturais. A primeira causa deste insucesso está relacionada à crença de que a ciência ocidental tem conhecimento suficiente para saber, por si mesma, como melhor manejar os recursos naturais, ou ainda, que ela detém o monopólio da verdade. Isso mantém alguns pesquisadores céticos a qualquer outro tipo de conhecimento, principalmente aquele que nem sempre permite verificação científica, como o conhecimento possuído por comunidades locais. A segunda causa é a aplicação do manejo de comando e controle, o qual não somente garante apenas retornos econômicos de curto prazo, mas também aumenta a vulnerabilidade dos ecossistemas a perturbações, através da diminuição da variabilidade e instabilidade natural aos ecossistemas, causando a perda de sua resiliência. Na perspectiva de resolver esta carência de um conhecimento mais dinâmico e integrador sobre os ecossistemas, muitos especialistas em manejo têm procurado esta possibilidade no conhecimento ecológico tradicional (CET). O CET tem sido definido como um “corpo acumulativo de conhecimento, práticas e crenças das comunidades tradicionais sobre a relação entre os seres vivos (inclusive o homem) e o seu ambiente, que se desenvolve ao longo do tempo através de um processo adaptativo e passado através de gerações por transmissão cultural”. Baseando-se nesse conhecimento local, este trabalho teve o intuito de investigar, através de entrevistas semi estruturadas, a compreensão dos pescadores artesanais do Alto-Medio São Francisco (MG) sobre as normas vigentes da pesca e sobre o processo de elaboração das mesmas; além do reconhecimento da legislação e das práticas locais de pesca pela comunidade de pescadores. Objetivou ainda analisar as relações entre pescadores artesanais profissionais e os órgãos governamentais legisladores e fiscalizadores da pesca, avaliando com a comunidade como estas se davam antes do início do projeto “Rumo a Co-Gestão da Pesca no Vale do São Francisco” - UFSCar/IARA e como estão hoje. Foi verificado que a maioria dos pescadores artesanais conhecem e compreendem as leis da pesca, porém a aceitabilidade das mesmas fica comprometida, visto que são elaboradas visando uma abrangência estadual ou nacional, não considerando especificidades locais. Além disso, a não participação dos pescadores profissionais artesanais na elaboração das normas faz com que essas sejam frequentemente desrespeitadas, já que contradizem com as condições socioeconômicas da população ribeirinha. Enfim, tudo isso ocasiona inúmeros conflitos entre a comunidade de pescadores profissionais e os órgãos governamentais fiscalizadores. Portanto, fica claro que além de capacitar os pescadores para que participem da discussão e elaboração da legislação da pesca, é necessário que os órgãos governamentais também sejam instruídos para uma maior flexibilidade da sua ótica de comando e controle. Dessa forma, caminha-se rumo a gestão participativa da pesca.

Instituição Financiadora: IDRC - International Development Research Centre.



A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA PESCA NO ALTO MÉDIO RIO SÃO FRANCISCO

Santos, Solânia H. N.¹(IC); Mancuso, Maria Inês R.¹(O); Thé, Ana Paula G.²(CO).
sor_e_luar@yahoo.com.br

¹*Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos;* ²*Pesquisadora Associada do Núcleo de Pesquisa e Documentação do Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos*

O presente trabalho busca compreender como se dá a organização social e política dos trabalhadores da pesca no alto médio Rio São Francisco. Os sindicatos dos pescadores artesanais, as colônias de pesca, são representantes da categoria junto aos órgãos estatais responsáveis por administrar a pesca no país. Nesse trabalho verifica-se qual é a situação atual em termos organizacionais e representativos das colônias Z-01 Pirapora, Z-05 Três Marias, Z-20 Ibiaí e Z-21 Buritizeiro. Localizadas em diferentes comunidades, cada colônia tem características específicas ligadas às formas de sociabilidade da região. Para se obter as respostas para tais questões foram utilizadas observação participante e entrevistas. A partir dos dados coletados estabeleceram-se possíveis indicadores da organização das colônias. Com isso foi possível estabelecer um padrão para comparação entre as colônias e analisar quais as razões de suas especificidades. Esse estudo é fruto do projeto de intervenção “Rumo a Co-gestão no Alto Médio Rio São Francisco” financiado pelo IDRC e realizado juntamente com as colônias citadas nos anos de 2004 e 2005, e com bolsa de extensão provida da PROEX. Esse trabalho vem contribuir com a avaliação das atividades realizadas por esse projeto de intervenção.

Proex- UFSCar

CARACTERIZAÇÃO POR GÊNERO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS E DE SUAS FAMÍLIAS NO VALE DO ALTO-MÉDIO SÃO FRANCISCO

Departamento/Unidade: DCso/CECH

Área Temática: Direitos Humanos

Introdução: O foco do trabalho apresentado é a caracterização segundo gênero dos grupos familiares residentes na região do Alto e Médio Rio São Francisco, que têm na pesca artesanal a fonte de subsistência. Este trabalho foi produto do Censo Domiciliar, atividade realizada pelo Projeto “Rumo à Co-Gestão da Pesca no Vale do Rio São Francisco”, desenvolvido através da parceria entre Brasil e Canadá. O lado brasileiro conta com a coordenação da UFSCar; o lado canadense com a WFT - World Fisheries Trust. O aporte financeiro foi promovido pelo IDRC – International Development Research Centre e CIDA – Canadian International Development Agency. E, neste ano, passou a contar com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão (UFSCar).

Objetivos: Observar e analisar a caracterização das famílias de pescadores artesanais e os indivíduos componentes dessas, com foco especial nas questões de gênero. Frente o diagnóstico realizado, trazer subsídios para proposição de ações no caminho de um desenvolvimento local equiparado por relações igualitárias de gênero.

Metodologia: O Censo Domiciliar consistiu numa pesquisa tipo *survey*, realizada em fevereiro e março de 2004. As localidades selecionadas para a ocorrência do Censo foram: Três Marias; Beira Rio em São Gonçalo do Abaeté; Pirapora; Barra do Guaicuí distrito de Várzea da Palma e Ibiaí, por serem áreas de atuação do projeto “Rumo”. Os endereços das famílias dos pescadores e pescadoras artesanais, foram concedidos pela Federação de Pescadores de Minas Gerais.

Resultados: O Censo revelou que gênero marca distinções. Uma delas é a feminilização do ensino formal: da população com mais de 15 anos, com exceção do município de Pirapora, em todas as localidades a taxa de analfabetismo é maior entre os homens. Apesar de apresentarem melhores níveis de escolaridade que os homens, as mulheres em idade produtiva do ponto vista econômico afirmam não trabalhar (entendendo trabalho como atividade de subsistência inscrita na circulação de mercadorias); se trabalham, afirmam, quando considerada a mesma ocupação, receber menor rendimento. A pesca, atividade predominante (60,7%) e de maior rendimento, no conjunto de localidades, é basicamente realizada por homens. Quando analisadas as atividades relacionadas à pesca, a captura, função nobre da ocupação, é predominantemente masculina. Às mulheres, em geral, cabem

os serviços de limpeza do pescado e produção dos filés, atividades entendidas como extensão e complementação do trabalho do homem, e não de um trabalho que possa se converter em espaço de afirmação delas enquanto mulheres. Apesar de sua meta inicial ser apenas a orientação de ações no plano de desenvolvimento comunitário, o censo, produziu um banco de dados, que se tornou o aparato essencial para pesquisas qualitativas de maior profundidade cujos dados preliminares serão apresentados no CIC.

Conclusões: Gênero, tal como raça, são os principais marcos da desigualdade social na região.

Parceiros Externos: ONG IARA; WFT (World Fisheries Trust).

Apresentador: Ana Carolina Bichoffe

Coordenador e Participantes: Maria Inês Rauter Mancuso (coordenador); Valter Roberto Silvério (co-coordenador); Ana Paula Glinfskoi Thé (pesquisadora associada); Thais Fernanda Leite Madeira (mestranda de Ciências Sociais); Ronald Keiji; Fábio Ueno; Daniel Sanchis; Yan Mazzev e Cristiano Kobal (alunos do curso de Imagem e Som); Maria Natália da Barbosa Silveira; Solania Horti Neri dos Santos (alunas do Curso de Ciências Sociais); Camila Michelluci; Sueli Gallo (técnico-escriturária).

Telefone: (16)33076951

E-mail: carolbichoffe@yahoo.com.br

RELACOES DE GENERO ENTRE PESCADORES E PESCADORAS DO ALTO E MEDIO RIO SAO FRANCISCO

Bichoffe, Ana Carolina(IC); Mancuso, Maria Inês R.1(O); The, Ana G.2(CO)
carolbichoffe@yahoo.com.br

1Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos; 2Departamento de Biologia, Universidade Federal de São Carlos

Gênero e hoje tema constante e obrigatório na discussão dos dilemas atuais da sociedade brasileira. Frente a essa necessidade, o foco deste projeto são as relações sociais de gênero em grupos familiares residentes na região do Alto e Médio Rio São Francisco, que tem na pesca artesanal a fonte de subsistência. O tema, portanto, articula relações de gênero a recursos naturais e a trabalho. A inserção da família como um dos matizes deste estudo, sem dúvida ocorreu por ser ela uma das instituições importantes no processo de socialização e, portanto, de formação de disposições e atitudes em direção ao meio em que se vive. Em levantamento realizado pelo Censo Domiciliar, em fevereiro e março de 2004, (apenas as residências dos pescadores profissionais), das 421 famílias, observou-se que gênero marca distinções. Apesar de apresentar melhores níveis de escolaridade que os homens, as mulheres em idade produtiva do ponto vista econômico afirmam não trabalhar (entendendo trabalho como atividade de subsistência inscrita na circulação de mercadorias); se trabalham, afirmam, quando considerada a mesma ocupação, receber menor rendimento. A pesca, atividade predominante e de maior rendimento, no conjunto de localidades, e basicamente realizada por homens. No entanto, quando analisadas as atividades relacionadas à pesca, a captura, função nobre da ocupação, e predominantemente masculina. As mulheres, em geral, cabem os serviços de limpeza do pescado e produção dos files, atividades entendidas como extensão e complementação do trabalho do homem, e não de um trabalho que possa se converter em espaço de afirmação dela enquanto mulher. Diante desse cenário, este trabalho propõe uma análise das relações de gênero frente às práticas cotidianas e representações, como caminho para entender o processo de formação de identidades dentro das famílias de pescadores artesanais. Os dados quantitativos, retirados do Censo, são importantes para o estudo, pois auxiliam afirmações e descrições mais detalhadas dos indicadores de vida dos pescadores artesanais. O Censo também adquiriu importância para o processo de seleção da amostra, para as entrevistas. Por ele foi possível levantar quais famílias preencheram os requisitos propostos pelo estudo, no caso: famílias que tinham na pesca a principal fonte de rendimento; preferencialmente aquelas que com responsáveis de ambos os gêneros e com filhos no período de infância e adolescência. A justificativa para tal escolha partiu da compreensão que, identidades e gênero são categorias que dão sentido a vida cotidiana das pessoas, e, portanto são construídas nas relações e práticas sociais e simbólicas, seja no espaço doméstico ou fora dele, no trabalho produtivo. O método adotado para coleta dos dados foi entrevistas semi-estruturadas, para permitir ao informante seguir espontaneamente a linha de seus pensamentos e experiências, mas, paralelamente, possibilitar ao pesquisador dirigir os relatos dentro do foco principal. As localidades selecionadas para as entrevistas, foram: Três Marias; Beira Rio em São Gonçalo; Pirapora; Barra do Guaicuí em Várzea da Palma e Ibiaí. Áreas de atuação do projeto “Rumo a co-gestão da pesca no rio São Francisco”. Este trabalho integra o Projeto “Rumo a Co-Gestão da Pesca no Vale do Rio São Francisco”, uma das frentes de trabalho e estudo do projeto “Pesca Continental do Brasil: Meios de Vida e Conservação Sustentável”, desenvolvido através de parceria entre Brasil e Canadá e conta com o aporte financeiro de IDRC e CIDA. E com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão (UFSCar).

AS DUAS MARGENS DO RIO: RELAÇÕES E PROCESSOS IDENTITÁRIOS ENTRE BRANCOS E NEGROS NO VALE DO ALTO-MÉDIO SÃO FRANCISCO

Medeiros, Priscila M.¹ (IC); Mancuso, Maria Inês R.¹ (O); Thé, Ana Paula G.¹ (CO)
prisocial@yahoo.com.br

¹*Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos*

Nas últimas décadas, os pesquisadores sociais têm trabalhado com grande frequência com a variável cor/raça como um dos fatores explicativos das desigualdades sociais no Brasil. O estudo das relações raciais se faz muito relevante em regiões como a do Alto-Médio São Francisco, que tem uma concentração de população negra mais elevada do que o estado de Minas Gerais como um todo. Mais do que isso: ao observarmos os dados censitários da região, coletados durante o ano de 2003 por uma equipe da UFSCar, verificamos que a concentração de pessoas negras é quase sempre maior entre os pescadores artesanais do que na população geral de cada município, ou seja, nessas localidades existem espaços e atividades demarcadas pela cor/raça das pessoas. Nessa ocasião, foi observado que a característica “raça” é tratada, na maioria das vezes, com demérito pelas famílias de pescadores, ou seja, muitas dessas famílias afirmaram que o pertencimento racial não é algo importante, deixando nítido o não apreço às expressões “negro”, “preto” e “pardo” o que as levava a preferir termos culturalmente mais enraizados e, portanto, com maior aproximação à tradição, como é o caso da expressão “moreno”, com as mais diversas gradações de mais escuro a mais claro. A maior intolerância é com a expressão “pardo” que, segundo alguns informantes, lembra sujeira, papel de menor importância. Frente a essas sinalizações, este trabalho vem realizar uma análise das relações raciais e dos processos identitários vivenciados entre as famílias de pescadores artesanais, residentes em Pirapora, Três Marias, São Gonçalo do Abaeté e Ibiaí, com ênfase nos dois primeiros municípios. O destaque a essas duas localidades se dá pelo fato de serem municípios que estão vivenciando estágios de urbanização um pouco distintos e também por apresentarem tamanhos populacionais contrastantes, o que se reflete em posturas diferentes quanto à racionalidade das ações, à individualidade e à valorização dos saberes tradicionais. A partir da hipótese de que as identidades se constroem nas relações sociais e pela percepção das diferenças, observamos quais são os elementos formadores das identidades de brancos e negros, e também qual a relação entre a identificação e as formas de atuação de cada grupo racial nas atividades e decisões de interesse para a comunidade pesqueira. Dessa maneira, a pesquisa busca responder qual a razão do demérito atribuído à variável raça, ou seja, perceber se realmente não existe nenhum conflito relacionado à questão, ou então se o conflito é tão presente e interiorizado a ponto das pessoas preferirem se distanciar do debate. A pesquisa tem como base o censo já citado, do qual foram selecionadas trinta famílias para serem entrevistadas. Essas famílias foram organizadas em quatro grupos de análise, seguindo as autodeclarações quanto ao pertencimento racial: a) “brancas”, b) “pardas”, c) “pretas” e d) aquelas que não quiseram se identificar com nenhuma das categorias do IBGE. Com a análise das entrevistas, percebemos reações diversas quanto ao pertencimento racial: alguns cultivam a valorização e a exaltação da raça a qual pertencem; outros não querem ser identificados pela raça e buscam uma representação social pautada na ocupação exercida. Em alguns casos isso se dá pelo fato da raça não ser realmente algo que interfira em seus cotidianos, mas em grande parte dos casos pudemos perceber o quanto o pertencimento racial interfere em seus trajetos de vida, posturas e atitudes. Este trabalho está inserido num projeto bilateral entre Brasil e Canadá e conta com o financiamento de organizações e instituições canadenses.

ProEx / UFSCar